



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS – UFNT
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESQ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: DOUTORADO EM
ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA - PPGL

ÁLVARO JOSÉ DA SILVA FONSECA

**DISPOSITIVO FORMULAICO E TEXTUALIZAÇÃO DO
POLÍTICO NAS TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DA
PRÁTICA DELIBERATIVA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
SOBRE UM RECORTE DO ARQUIVO DE ATAS DOS
CONSELHOS SUPERIORES DA UFT**

Araguaína (TO)
2022

ÁLVARO JOSÉ DA SILVA FONSECA

**DISPOSITIVO FORMULAICO E TEXTUALIZAÇÃO DO
POLÍTICO NAS TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DA
PRÁTICA DELIBERATIVA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
SOBRE UM RECORTE DO ARQUIVO DE ATAS DOS
CONSELHOS SUPERIORES DA UFT**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras:
Ensino de Língua e Literatura (PPGL), doutorado em Letras,
da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Janete Silva dos Santos

Araguaína (TO)
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F676d Fonseca, Álvaro José da Silva.
DISPOSITIVO FORMULAICO E TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO NAS
TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DA PRÁTICA DELIBERATIVA::
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE UM RECORTE DO ARQUIVO DE
ATAS DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UFT . / Álvaro José da Silva
Fonseca. – Araguaína, TO, 2022.
278 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Letras
Ensino de Língua e Literatura, 2022.
Orientador: Janete Silva dos Santos
1. Análise de Discurso. 2. Conselhos Superiores. 3. UFT. 4. Atas. I. Título
- CDD 469**
-

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

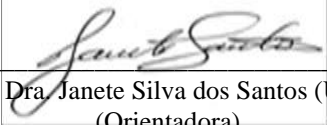
ÁLVARO JOSÉ DA SILVA FONSECA

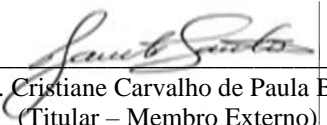
DISPOSITIVO FORMULAICO E TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO NAS TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DA PRÁTICA DELIBERATIVA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE UM RECORTE DO ARQUIVO DE ATAS DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UFT

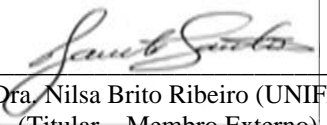
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras:
Ensino de Língua e Literatura (PPGL), doutorado em Letras,
da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), e
aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca
examinadora.

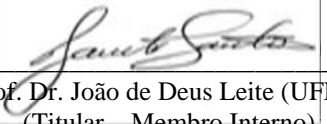
Data de aprovação: 09/03/2022

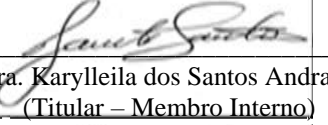
Banca Examinadora:

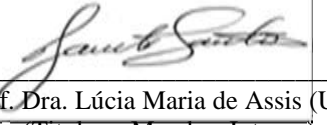

Prof. Dra. Janete Silva dos Santos (UFNT)
(Orientadora)


Prof. Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito (UFU)
(Titular – Membro Externo)


Prof. Dra. Nilsa Brito Ribeiro (UNIFESSPA)
(Titular – Membro Externo)


Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT)
(Titular – Membro Interno)


Prof. Dra. Karylleila dos Santos Andrade (UFT)
(Titular – Membro Interno)


Prof. Dra. Lúcia Maria de Assis (UFF)
(Titular – Membro Interno)

À minha mãe,
Maria do Carmo da Conceição,
e ao meu pai,
José Pedro da Fonseca Neto (*in memoriam*),
dedico o esforço
desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Vilma, e ao meu filho, Bernardo, pelo amor compartilhado.

À minha mãe, Carminha, e ao meu pai, Zé Pedro (*in memoriam*), pela vida.

À Universidade Federal do Tocantins, que por meio do Programa de Incentivo à Qualificação de Servidores Técnico-Administrativos (Quali+), oportunizou a realização do presente trabalho.

À minha orientadora, professora doutora Janete Silva dos Santos, pela generosidade, estímulo e reconhecimento.

À banca examinadora, professora doutora Cristiane Carvalho de Paula Brito, professora doutora Nilsa Brito Ribeiro, professor doutor João de Deus Leite, professora doutora Karylleila dos Santos Andrade e professora doutora Lúcia Maria de Assis, pela leitura criteriosa e pelas imensuráveis contribuições.

Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) pelo trabalho, dedicação e empatia.

Ao Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD) pela partilha.

Aos colegas de SEUC, Alinne Conceição, Carlos Alberto, Débora Lorena, Dênia Pinho, Gilberto Hachiro, Marcos Antônio, Maria Francisca e Osmar Feitosa, pela resistência.

RESUMO

Esta tese é produto de um trabalho de Análise de Discurso (M. Pêcheux e E. Orlandi) circunscrito ao campo deliberativo universitário, representado no recorte do arquivo de atas dos Conselhos Superiores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a saber, o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Tomamos essas formas institucionais como estruturas do Aparelho Ideológico de Estado (L. Althusser) onde reconhecemos o funcionamento de um *dispositivo formulaico*, efeito de regularidade do *arquivo* como *memória institucional*. Esse enfoque nos conduz ao objetivo geral do estudo: analisar a textualização do político nas tomadas de posição dos sujeitos da prática deliberativa inscrita nas atas dos Conselhos Superiores da UFT de modo a destacar o funcionamento formulaico que afeta a produção desses objetos simbólicos. Para isso, dois processos se impuseram na constituição do nosso gesto de leitura: a *falta*, assente em certo imaginário empírico do corpo que deveria estar lá, mas não está; e o *formulaico*, tomado como dispositivo de organização da língua em seu efeito de estabilização ideológica (cristalização e reprodução) e atualização histórica (polêmica e incompletude). Tais processos estão em relação com a prática institucional de administração dos dizeres (im)possíveis no processo de montagem de um arquivo (PÊCHEUX, 2014a). Por conseguinte, também apontam para certas formações discursivas que afetam, contraditoriamente, as tomadas de posição dos sujeitos deliberativos. Assumimos essas regularidades como constitutivamente equívocas, uma vez que há sempre outros sujeitos e outros dizeres *historicizando* a língua, o que implica que os sentidos podem sempre ser outros. Nosso procedimento metodológico consiste em ler o arquivo e operar recortes discursivos a fim de suscitar regiões de estabilização da memória a partir das quais os sujeitos deliberativos se relacionam. As análises apontam que (i) o dispositivo formulaico projeta um ritual deliberativo inequívoco; (ii) o dispositivo formulaico organiza e distribui os dizeres no âmbito institucional; (iii) o equívoco irrompe a materialidade pelo efeito do político na constituição dos sentidos; (iv) os sujeitos deliberativos não coincidem em suas tomadas de posição; (v) a textualização subjetiva as lutas de classes no interior da formação ideológica dominante na prática deliberativa; (vi) a tensão é sintoma do político, fazendo entrever os processos de reprodução/transformação das discursividades hegemônicas. Com isso, sustentamos a tese de que as tomadas de posição dos sujeitos inscritos no campo deliberativo institucional, dada a historicidade que afeta o funcionamento do dispositivo formulaico e o processo de textualização do político, produzem efeitos de particularização dos sujeitos deliberativos de modo a circunstanciá-los distintamente na prática deliberativa a depender das condições de produção e de como se projeta o estranhamento sobre o ritual de deliberativo.

Palavras-Chave: Análise de Discurso; Conselhos Superiores; UFT; Atas.

ABSTRACT

This thesis is the product of a work of Discourse Analysis (M. Pêcheux and E. Orlandi) circumscribed to the university deliberative field, represented in the clipping of the minutes archive of the Superior Councils of the Federal University of Tocantins (UFT), namely, the Council University (CONSUNI) and the Teaching, Research and Extension Council (CONSEPE). We take these institutional forms as structures of the Ideological State Apparatus (L. Althusser) where we recognize the functioning of a formulaic device, the regularity effect of the archive as institutional memory. This focus leads us to the general objective of the study: to analyze the textualization of the political in the positions taken by subjects of deliberative practice inscribed in the minutes of the UFT Superior Councils to highlight the formulaic functioning that affects the production of these symbolic objects. For this, two processes were imposed in the constitution of our gesture of reading the archive: the lack, based on a certain empirical imaginary of the body that should be there, but is not there; and the formulaic, taken as a device for organizing the language in its ideological stabilization effect (crystallization and reproduction) and historical update (controversy and incompleteness). Such devices are related to the institutional practice of managing (im)possible sayings in the process of assembling a archive (PÊCHEUX, 2014a). Consequently, they also point to certain discursive formations that affect, contradictorily, the positions taken by deliberative subjects. We assume these regularities as constitutively equivocal, since there are always other subjects and other sayings historicizing the language, which implies that the meanings can always be different. Our methodological procedure consists of reading the archive and operating discursive clippings to raise memory stabilization regions from which the deliberative subjects relate. The analyzes point out that (i) the formulaic device projects an unequivocal deliberative ritual; (ii) the formulaic device organizes and distributes the sayings at the institutional level; (iii) the mistake breaks materiality through the effect of the political in the constitution of meanings; (iv) the deliberative subjects do not coincide in their positions; (v) the subjective textualization of class struggles within the dominant ideological formation in deliberative practice; (vi) tension is a symptom of the political, making a glimpse of the processes of reproduction/transformation of hegemonic discursivities. With this, we support the thesis that the taking of positions of subjects enrolled in the institutional deliberative field, given the historicity that affects the functioning of the formulaic device and the textualization process of the political, produce effects of particularization of deliberative subjects to circumstantial them distinctly in deliberative practice depending on the conditions of production and how the estrangement is projected onto the deliberative ritual.

Keywords: Discourse Analysis; Superior Councils; UFT; minutes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disposição geográfica dos <i>campi</i> da UFT (2018).....	82
Figura 2 - Dispositivo formulaico	151
Figura 3 - Página do CONSUNI no site da UFT	154
Figura 4 - Subpágina do CONSUNI: pastas das atas.....	155
Figura 5 - Subpágina do CONSUNI: pasta das atas de 2004	155
Figura 6 - Interpretação dos mecanismos de controle das faltas dos conselheiros em Rd1	184
Figura 7 - Representação dos limites da contradição na FiD.....	246
Figura 8 - Interdição dos dizeres pelo pré-construído da prática deliberativa	256

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ritual deliberativo da forma Plenário dos CS	94
Quadro 2 - Ritual deliberativo inscrito nos regimentos dos CS	95
Quadro 3 - Inscrição dos sujeitos deliberativos nos regimentos dos CS	99
Quadro 4 - Modalidades de textualização do formulário	141
Quadro 5 - Distribuição das atas nas páginas dos Conselhos Superiores por ano	157
Quadro 6 - Fragmentos parafrásticos das principais normativas institucionais	186
Quadro 7 - Deriva de pré-construídos (FdN e FdP)	189
Quadro 8 - Posições-sujeito inscritas na prática deliberativa em Rd23 e Rd24	222
Quadro 9 - Pré-construídos e tomadas de posição associadas à FiD quando da prática deliberativa	242

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AaCn	Arquivo de Atas do CONSUNI
AaCp	Arquivo de Atas do CONSEPE
AaCS	Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores
AAIU	Arquivo Administrativo da Instituição Universitária
AD	Análise de Discurso
Af	Arranjo formulaico
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
ARE	Aparelho Repressivo de Estado
CaT	Câmaras Temáticas
CONSEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CoT	Comissões Técnicas
CS	Conselhos Superiores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EaD	Ensino a Distância
FdN	Formação discursiva Normativa
FdP	Formação discursiva da Prática institucional
FiD	Formação Ideológica Deliberativa (Dominante)
IU	Instituição Universitária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
Pc	Pré-construídos
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura
PQD	Plano de Qualificação Docente
PQFD	Plano de Qualificação e Formação Docente
ps	Posição-Sujeito
Quali+	Programa de Incentivo à Qualificação de Servidores Técnico-Administrativos
Rd	Recortes discursivos
Saf	Segmento de arranjo formulaico
SESDUFT	Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins
SOCS	Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores
TAE	Técnico-Administrativo em Educação

<i>Tp</i>	Tomada de Posição
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
Unitins	Universidade do Estado do Tocantins

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
1 ANCORAGEM TEÓRICA E FUNDAMENTOS DA ANÁLISE	33
1.1 Análise de discurso: o limiar de um projeto teórico-político.....	33
1.2 Ideologia e as representações no âmbito institucional.....	38
1.3 Sujeito e as formas do político.....	48
1.4 Da língua em seus efeitos sobre a institucionalidade	60
1.5 Da noção de arquivo	66
2 MATERIALIDADE UNIVERSITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA DELIBERATIVA.....	76
2.1 Da instituição universitária: efeitos de memória sobre as representações da UFT76	
2.2 Da prática deliberativa: formas do político na configuração do simbólico	90
3 GESTOS DE ELABORAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE	108
3.1 O que organiza a materialidade.....	108
3.2 Do dispositivo e seu funcionamento	122
3.3 À guisa de uma (possível) síntese teórica	146
4 PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE: MONTAGEM E TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i>	149
4.1 Dos arranjos formulaicos aos recortes discursivos	151
4.2 Montagem do arquivo	153
4.3 Tratamento do <i>corpus</i> e análise	161
5 TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DELIBERATIVOS: GESTOS DE LEITURA DO ARQUIVO.....	164
5.1 Língua e arquivo: tensionamentos e rupturas da memória de arquivo.	164
5.2 Ideologia e arquivo: equivocidade e repertório	190
5.3 Sujeitos e arquivo: o político na representação dos sujeitos.....	206
5.4 Efeitos (contra)hegemônicos na prática deliberativa.....	229

5.5 Uma retomada necessária.....	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
REFERÊNCIAS.....	270
ANEXO.....	277

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho é um gesto circunstanciado de interpretação, que se contrapõe à certeza do acontecimento, vide que lidamos com o objeto discursivo. Não se trata, portanto, de uma abordagem que toma a linguagem como algo concreto, de significados estáticos presentes, em última instância, num mundo cognoscível, sempre límpido e disponível à consulta. Colocamo-nos diante de um objeto turvo em que a memória circula incerta.

É nesse sentido que antecipamos ao leitor o equívoco constitutivo dessas linhas, uma vez que realizamos um gesto de reconstrução simbólica pautado naquilo que o interdiscurso (o já sabido, já dito) nos permite tomar enquanto significação, um saber “verdadeiro”.

Desse modo, ao mobilizarmos dada textualidade nos propomos a produzir uma leitura, uma interpretação, cuja finalidade é dar sustentação a certo percurso em que estabilizamos nosso objeto de análise discursiva, ou pelo menos reduzir a insegurança que nos toma quando ousamos expor os mecanismos discursivos de produção dos sentidos em funcionamento a partir da materialidade histórica.

Procuramos evidenciar nossa preocupação em mostrar o funcionamento de certos dispositivos discursivos na produção dos sentidos a partir daquilo que a institucionalidade estabiliza enquanto efeito discursivo.

Para essa tarefa, não consideramos haver ponto de partida ou de chegada, mas instâncias de inscrição da memória (enquanto arquivo) que mobilizamos a partir de movimentos contínuos de ir e vir. Esses lugares também não estão lá, em posições específicas. Reconhecê-los implica um trabalho que passa pela nossa própria constituição como sujeitos sócio-históricos, afetados em nossa relação com as condições de produção da presente pesquisa. Ou seja, pelo modo como somos atravessados pelas determinações históricas implicadas no processo de tessitura da significação.

Cumpre-nos, nesse gesto introdutório, circunstanciar nossa posição de modo a dar decorrência ao elemento político – dada a compreensão do termo no campo da análise de discurso materialista como produtor de unidade e de dispersão – na presente análise.

Destaquemos certas implicações dado o nosso vínculo como servidor público da carreira de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), no cargo de Secretário Executivo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Essa filiação assenta nosso olhar no âmbito institucional ao mesmo tempo em que põe em suspenso outras determinações que também afetam nossa tomada de posição, constituindo-nos no movimento equívoco da linguagem.

Partimos da problemática que toca as condições do nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL), do Câmpus Araguaína da UFT. Isso porque, em 2017, em função do Programa de Incentivo à Qualificação de Servidores Técnico-Administrativos (Quali+)¹, o PPGL realizou processo seletivo² para ingresso de TAE como alunos nos cursos de mestrado e doutorado. Concorremos com outros colegas de trabalho e fomos aprovados apresentando um projeto de pesquisa cujo objeto, mais tarde, fora atualizado, processo que pretendemos esclarecer depois de tratar um pouco sobre as injunções da política de qualificação a que nos vinculamos.

O Quali+ é uma política institucional voltada, dentre outros, “à solução de problemas e à transformação da realidade” institucional por meio da “construção e aplicação de conhecimentos, projetos de intervenção e produtos” consoantes as “demandas institucionais” (UFT, 2017, p. 10). Ou seja, o estudante (TAE) precisa apresentar uma pesquisa centrada na investigação de problemáticas institucionais, especialmente aquelas relacionadas com o seu cargo/função.

Durante o processo seletivo, estávamos interessados na questão da *sustentabilidade* operando em dois movimentos, relativamente correlacionados, mas cujos efeitos operavam em domínios discursivos distintos: (i) no domínio acadêmico por meio da tematização em trabalhos de conclusão de cursos; e (ii) no domínio administrativo por meio do desenvolvimento de estratégias internas induzidas, em parte, pelos cortes orçamentários decorrentes das crises político-econômicas que afetavam as universidades federais no entorno dos anos 2014 a 2016.

Naquele cenário, desempenhávamos a função de secretário de coordenação em um curso de graduação, fator determinante para nossa proposta de analisar como a noção de sustentabilidade é discursivizada em trabalhos de conclusão de curso³. Simultaneamente, desdobrava-se um processo de reorganização estrutural do trabalho de secretariado das graduações, movimento afetado, também, por certas dizeses da sustentabilidade. Estávamos (nós e outros colegas de função) envolvidos nessa empreitada. O resultado desse movimento foi a centralização da infraestrutura (mobiliário, equipamentos etc.) das coordenações de cursos de graduação, bem como a criação da Secretaria Unificada de Cursos (SEUC), um setor que fez deslocar a chefia dos secretários e secretárias, antes vinculada a coordenadores e coordenadoras

¹ Resolução 03/2017, CONSUNI/UFT

² Edital 014/2017, PPGL/UFT

³ Essa proposta foi abandonada logo após nosso ingresso no PPGL. Portanto, limitamo-nos a essa referência a fim de darmos destaque aos acontecimentos que se sucederam no processo de constituição do um outro objeto.

de cursos, para a Secretaria Acadêmica do Câmpus de Araguaína (cf. FONSECA e SANTOS, 2019).

De uma maneira geral, a criação e implementação da SEUC produziu certa tensão institucional desdobrada como tema em reuniões administrativas, reuniões de colegiados, instauração atos administrativos – como a criação de um grupo de estudos (cf. Portaria nº 1.218/2017/UFT) – e manifestações jurídicas internas. A culminância do processo foi a aprovação da SEUC no Conselho Diretor do Câmpus Araguaína (CDA) (cf. ata da 72ª reunião).

Tomar partido nesses acontecimentos, ao mesmo tempo em que incursionávamos na teoria, produziu sobre nós um descolamento de foco cujo efeito foi determinante para o surgimento de um novo objeto de interesse. Nesse processo, a sustentabilidade foi se dissipando pela emergência de outras questões suscitadas na tensão. Irrompia, para nós, o interesse pelo político. Passamos, então, a problematizar a textualização do político nas instâncias deliberativas da Universidade. Particularmente, nosso olhar se voltou para os textos que se produzem nesses espaços, em especial, as atas.

Nas reuniões deliberativas, e antes e depois delas, muito é dito, sob diversas formas. As articulações sobre o que deve ou não ser pautado, quem assumirá a relatoria de determinados processos, a aglutinação dos apoios necessários a (não) aprovação de um dado item a ser votado, as intrigas, os buchichos, as alianças, os boatos, as interrupções etc. afetam a conjuntura deliberativa, circunscrita num dado tempo, num dado espaço, num dado encontro. Esse cenário produz reflexo, sobretudo, no modo como se textualiza o acontecimento em forma de ata. Contudo, o gesto de formulação opera como um trabalho de interpretação em que se pinça (imaginariamente) o simbólico naquilo que se projeta como essencial e relevante, efeito ideológico de correspondência entre língua e real.

Pontuemos que dentre as determinações de nossa posição estão as atribuições inscritas para o cargo de Secretário Executivo, destacadas na Lei nº 7.377/1985 – “redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro; interpretação e sintetização de textos e documentos” – e no Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC – “assessorar direções, gerenciando informações, auxiliando na execução de tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos”. Ou seja, há uma relação intrínseca desse cargo com a “execução de tarefas”, considerando a expressão associada ao enunciado “redação de textos profissionais especializados” e “interpretação e sistematização de textos e documentos”, sendo uma dessas “tarefas” realizadas em reuniões. Consideramos, pois, que a produção de atas compreende uma prática do trabalho de Secretário Executivo. Nesse sentido,

há um interesse institucional envolvido na delimitação do objeto sobre o qual nos debruçamos na presente pesquisa.

Além disso, de um ponto de vista de produção de conhecimento, esse tipo de objeto nos toca particularmente, por um lado, em função de certo critério de novidade representado pela abordagem que propomos. Por outro lado, as atas são um recorte privilegiado das discursividades que constituem as posições ideologicamente dominantes no campo deliberativo universitário.

Os textos organizacionais, como as atas, não projetam o mesmo prestígio social de outras formas que circulam no espaço acadêmico como artigos e resenhas, em termos de criatividade e aparente relevância. O desprestígio, então, seria efeito de certa normatividade que se impõem sobre a escrita das atas, situando-a no campo da técnica, da repetição, da automação. Mais prestígio social, implica maior atenção do campo acadêmico? Estaria em funcionamento aí certa oposição entre uma *língua técnica* e uma “língua poética” – em que se trabalha uma prática de linguagem inscrita no lugar do desvio das palavras, falhas (AUTHIER-REVUZ, 2014) –, produzida na contradição de se valorar a técnica em distintos graus a depender de quem produz, o que e como produz, e onde circula o texto. Sem avançar sobre esse ponto, estamos pondo em relevo a questão do prestígio pela via da técnica com o intuito de problematizar certas discursividades que afetam a inscrição no arquivo institucional.

Ao mesmo tempo em que investimos o trabalho com as atas de certo ineditismo, estamos interessados no modo como esses textos põem em funcionamento certas discursividades institucionais. Consideramos que as atas, assim, constituem um recorte do arquivo institucional e coloca em circulação, por meio de certa ordem burocrática, determinadas práticas e sentidos associados aos processos deliberativos. As atas projetam certo imaginário universitário, certa unidade discursiva.

Visualizar, na ordem burocrática, um lugar das práticas sociais tem a ver com pensar a orientação logicista, racionalista que afeta as relações de produção da sociedade contemporânea. Essa mesma orientação afeta a Instituição Universitária (IU), dando forma aos dispositivos que constituem o arquivo, sendo a ata um desses dispositivos.

Como sujeitos desse processo de produção discursiva, tomados de uma posição teórico-metodológica, inquieta-nos pensar sobre o nosso lugar na reprodução de uma prática hegemônica. Decorrem daí, as seguintes inquietações:

- Como que, na posição de *Secretário Executivo*, estamos implicados na hegemonização de uma prática?
- Como que essa prática afeta as tomadas de posição inscritas como materialidade linguística?

- Como que, no movimento do político, tal prática é transformada de modo a produzir deslocamentos dos sentidos "autorizados pela institucionalidade"?
- Como esse gesto se traduz em tomada de posição no campo da análise de discurso?
- Como essa tomada de posição aponta para o funcionamento do político?
- Em última instância, como se textualiza o político no gesto de tomada de posição no campo deliberativo institucional?

Para um efeito de delimitação, tivemos que considerar a possibilidade de que as, então, recentes transformações funcionais da relação entre sujeitos *secretários(as)* e *coordenadores(as)*, ainda produzissem certas dispersões consideradas inoportunas, do nosso ponto de vista. Avaliamos não ser produtivo naquele momento realizar um gesto que pudesse ser interpretado de maneira adversa dos propósitos acadêmicos. Portanto, em razão das implicações no campo funcional, ponderamos não trabalhar com as atas dos colegiados de curso e do CDA.

Imediatamente, nosso olhar se voltou para os Conselhos Superiores da Universidade, representados pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), uma vez que as atas desses órgãos estão disponíveis para acesso na internet, via portal da UFT, e que as temáticas abordadas por esses colegiados afetam a Universidade como “um todo”, significando as relações pela via das normativas internas, pelos entendimentos manifestos nas resoluções, pelas posições assumidas nos pareceres, pelas decisões tomadas nos votos. As atas, nessas instâncias, projetam a unidade discursiva deliberativa ao passo que apontam para certa heterogeneidade de uma prática democrática. Isso implica a construção de uma memória institucional movente entre a unidade e a dispersão dos sentidos.

Dizer da unidade e da dispersão em Análise de Discurso implica considerar que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]” (PÊCHEUX, 2015, p. 53). Ou seja, os sentidos estão sempre em movimento, o discurso produz sempre percurso, palavra em curso, deslocamento (ORLANDI, 2015). O trabalho com esse pressuposto fundamental produz diferentes retomadas a depender da abordagem e do objeto de análise. Mobilizamos em nosso trajeto investigativo a relação unidade e dispersão (o mesmo e o diferente) dos sentidos, também pela via das implicações *estrutura/acontecimento* (PÊCHEUX, 2015) – para problematizar os processos discursivos – e *reprodução/transformação* (PÊCHEUX, 2014b) – para abalizar o funcionamento ideológico no interior dos aparelhos de Estado (ALTHUSSER, 1980). Do mesmo modo, essa dupla implicação atravessa nosso trabalho como *paráfrase* e *polissemia*

(ORLANDI, 1984) – quando pensamos os processos de repetição que produzem deslizamentos –, *cristalização e polêmica* (KRIEG-PLANQUE, 2010) – em que nos inspiramos para construir nosso dispositivo de arquivo –, e *controle e deriva* (MITTMANN, 2015) – quando tratamos das formas de contenção dos sentidos no campo institucional. Além disso, destacamos a distinção entre *organização* e *ordem* (ORLANDI, 2020), a partir da qual abordamos os regimes de leitura e interpretação de arquivo.

Esse quadro teórico é determinante para situarmos nosso objeto na problemática da unidade e dispersão dos sentidos no campo deliberativo, no sentido de que abordamos nosso objeto (de arquivo) como uma construção circunstanciada sócio-historicamente, e afetada pelas condições do trabalho teórico-metodológico em que operamos a análise. Conforme salientam Guilhaumou e Maldidier (2016, p. 116), “[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidade e diversidade, organizado por seu campo social”. Nesse sentido, conjugamos as reflexões em torno da relação unidade/dispersão para apontar a formação de categorias, em nossa análise, estabilizadas no domínio da *norma* e da *prática* institucional. Essas divisões correspondem, respectivamente, a dois modos de sustentação da memória, as quais operam sob o regime da *transparência* (univocidade) e da *equivocidade* na linguagem.

A consequência desse arranjo teórico-metodológico é a desnaturalização dos processos ideológicos que afetam a reprodução dos sentidos circunscritos a determinados domínios de memória, no nosso caso, o domínio da administração universitária, em específico, o campo deliberativo como efeito do simbólico. Desse modo, as atas operam sob certas determinações de um Arquivo Administrativo da Instituição Universitária (AAIU) que irrompem pelo nosso olhar como analista.

Podemos dizer que o AAIU e suas formas de unidade e de dispersão de sentidos, como uma construção do analista, passa a ser sintoma dele. Isso implica que as determinações sócio-históricas do percurso analítico (a posição institucional, as injunções históricas, as implicações programáticas etc.) afetam nossa tomada de posição sobre a Universidade de modo a dar decorrência a certo efeito sintomático de nossa relação com as estruturas simbólicas que circunscrevem nossa prática sob o político.

De acordo com Orlandi (2015, p. 59), o analista de discurso “[...] não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”. Portanto, o lugar de analista do discurso institucional não pressupõe afastamento, neutralidade científica, em relação ao objeto analisado; mas, isso sim, reclama um gesto de tomada de posição teórico-

metodológica que ganha corpo no procedimento analítico. Estamos nos colocando nos “limites da interpretação” (ORLANDI, 2015), na fronteira entre o (im)possível de se dizer. Neste lugar, somos *interpelados*⁴ como sujeitos políticos (divididos) d/na prática institucional, considerando os apagamentos e silenciamentos que subjazem tal abordagem.

Nesse sentido, nosso objeto de análise se constitui no percurso de uma prática e possui uma história. Isso nos leva a restituir uma dada anterioridade que se impõe para a compreensão desse processo, sobretudo pensando o objeto como sintoma do analista.

Estamos lidando com inquietações que representamos por meio do enunciado equívoco “ele não tinha estudado pra fazer ata”, que destacamos da seguinte mensagem de áudio (transcrita livremente por nós) que nos foi encaminhada por meio de um aplicativo de celular:

Não sei muito bem como foi que aconteceu, ele me contou uma vez assim... Que o professor foi muito arrogante com ele. Ele, lógico, né... o [x] já tava muito sobrecarregado, né, com muita coisa para fazer na secretaria. Eu não lembro se ele tava atendendo duas coordenações. Mas, eu acho que era isso: ele tava atendendo duas coordenações e aí o, o professor [y] chegou para ele todo arrogante lá falando pra ele fazer a ata e ele falou que não ia fazer e se o professor quisesse que fizesse eh... e aí o [y] respondeu isso daí pra ele, que ele não tinha estudado pra fazer ata. (transcrição de uma mensagem particular em que substituímos os antropônimos por x e y)

Esse texto é ilustrativo na medida que põe em circulação certas discursividades em torno das questões que distinguem a prática institucional dos sujeitos TAE e dos sujeitos Professor. A leitura nos provoca algumas reflexões. Gostaríamos de pontuar apenas duas que consideramos importantes para a seleção da ata como enfoque material de nossa análise. Em primeiro lugar, cumpre-nos evocar que nessa relação, a ata funciona como um gatilho, sobretudo porque irrompe das contradições que simbolizam as lutas de classes no interior da IU⁵. Ancorados na posição de “(não)fazer a ata”, os sujeitos deixam entrever o estranhamento quando são interpelados a se subjetivarem no “lugar do outro” na cadeia de produção da administração institucional. O que tem a ata que provoca tensão das tomadas de posição? Seguimos por essa via para pensar a noção de dispositivo formulaico com o propósito de trabalhar dados processos injuntivos que afetam o objeto ata e estabilizam certas posições

⁴ Cf. Seção 1.3.

⁵ Sobre isso, citamos um trecho de uma dissertação de mestrado em que a autora, em tom de relato, afirma: “Há muito também se fala sobre a relação de conflito, de ‘luta’ entre os docentes e técnicos. Quando comecei a trabalhar na UFT, a minha relação com os professores era de subordinação, independente do cargo ou função que este ocupava, praticada de forma ‘consciente’ relacionada a minha carreira e posição como técnica. Na minha concepção, professor estaria acima do técnico, principalmente pela função e pelos títulos. Porém, ao participar das primeiras reuniões de sindicato e do primeiro movimento grevista, percebi que havia uma insatisfação entre os técnicos, ligada a uma hierarquia não oficialmente instituída entre técnicos e docentes, no sentido objetivo da legislação, mas imbuída de prerrogativas legais que instituíram estes em posições mais ‘favoráveis’, ou melhor, mais bem posicionados nesse campo” (SILVA, 2018, p. 47).

(n/d)os discursos institucionais. A partir do trabalho com o formulaico, pretendemos expor como as tomadas de posição dos sujeitos são organizadas no texto (e no arquivo) de modo a produzir certo efeito de estabilidade e de produtividade, ao mesmo tempo em que se abrem para o equívoco e para a dispersão.

Em segundo lugar, levantamos a questão do equívoco constitutivo na linguagem, o qual opera na instância do político. Dar texto, implica um gesto necessário de tomada de posição. Ao destacar o enunciado “ele não tinha estudado para fazer ata”, deixamos à mostra o que nos afeta enquanto sujeitos dessa relação institucional, que é política. Ou seja, produzimos um dado movimento interpretativo que poderia ser outro, se tivéssemos posto em foco outro recorte como, por exemplo: “ele falou que não ia fazer e se o professor quisesse que fizesse”.

Com isso, estamos, mais uma vez, assumindo que nossa posição não se pretende neutra, mas está pautada na ética analítica, comprometida em não fechar os sentidos. Desse modo, as atas também operam tomadas de posição implicadas no gesto de textualização. Ao se dizer “ele não tinha estudado para fazer ata”, é possível também dizer, modulando a voz para o discurso direto, “*eu não estudei para fazer ata*”, “*eu estudei para não fazer ata*”, “*eu estudei, por isso não faço ata*” etc. Como derivação, ainda cabe supor que se projeta aí outro enunciado que subjetiva o sujeito na posição de TAE: “*você estudou para fazer ata*”, “*você não estudou para não fazer ata*”, “*você não estudou, por isso faz ata*” etc. O político nessas paráfrases produz equívoco e dispersão e os sentidos se estabilizam na medida que os sujeitos são interpelados a tomarem posições. Em outras palavras, ao se dizer “*eu não estudei para fazer ata*”, pode-se

interpretar que $\left\{ \begin{array}{l} \textit{somente quem estuda pode fazer ata} \\ \textit{somente quem não estuda pode fazer ata} \end{array} \right\}$.

A partir desses movimentos, estamos expondo aquilo que nos mobilizou a recortar o objeto ata dentre outros dispositivos do AAIU de modo a constituir um *corpus* de arquivo (cf. Capítulo 4). O nosso ponto é pensar alguns efeitos da institucionalidade (i) sobre a tomada de posição dos sujeitos; (ii) sobre o modo como estes se inscrevem e são inscritos; (iii) sobre o político que irrompe em nosso gesto de interpretação. Partimos, portanto, da posição de TAE para nos inscrever como analista de discurso, considerando o movimento intrínseco de ir e vir nessas posições, e noutras.

Dessas reflexões, sintetizamos que, em nosso trabalho de análise, trabalharemos o formulaico como aquilo que organiza o simbólico, na ordem do empírico; e o político, como o que dispersa e direciona sentidos sobre a materialidade discursiva.

O quadro de referência de onde partimos no processo de circunstanciar os sujeitos deliberativos – no âmbito dessa tese, tomamos como sujeitos deliberativos as representações

dos membros dos Conselhos Superiores, textualizados como *conselheiros, representantes acadêmicos, representantes docentes* etc. – e sua tomada de posição imaginária é constituído por documentos institucionais que normatizam o funcionamento dos conselhos superiores da Universidade: Regimento do CONSEPE (2004, 2011) e Regimento do CONSUNI (2004). Estes textos estabelecem a inscrição dos conselheiros limitada à gestão superior da instituição e à representação, percentual e proporcional, dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, entendida aqui como técnicos-administrativos em educação, professores e alunos de graduação. Esse enfoque já delimita os modos de constituição, de formulação e de circulação do AAIU. Não apenas os dizeres sobre os sujeitos, mas sobre o próprio regime administrativo da IU, enquanto espaço simbólico de produção dos sentidos.

Nesse domínio institucional, historicizam-se os dizeres sobre determinados sujeitos, dando a entrever a constituição de uma memória individualizante responsável pelo apagamento do que não está circunscrito à instituição, fazendo projetar certo efeito de homogeneidade das posições inscritas no âmbito universitário.

Pensamos que nosso estudo, diante dessa pressuposição, apresenta uma contribuição significativa no sentido de apontar outros espaços de interpretação dos sujeitos institucionais, inclusive sob a perspectiva de um estranhamento provocado pelo entrecruzamento de memórias *inter* e *intra* instituição, particularmente porque abre a possibilidade de olhar para os processos discursivos dos espaços simbólicos imaginariamente estabilizados como “pequenos sistemas lógicos” que são, nas palavras de Pêcheux (2015) “espaços de necessidades equívocas”.

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros. (PÊCHEUX, 2015, p. 33-4)

Conforme já pontuamos anteriormente, Mittmann (2015) preceitua que, sob uma perspectiva metodológica, a construção do *corpus* é orientada pela seleção, recorte e articulação de objetos que constituem um arquivo. Para a autora, de um ponto de vista teórico, o arquivo dar-se a entrever novos objetos, o que implica, para nós, a possibilidade da acomodação, da transformação. As atas dos Conselhos Superiores da UFT representam, em nossa tese, um elemento de homogeneidade do objeto discursivo, critério necessário para o movimento inicial de constituição do arquivo como um duplo movimento de articulação metodológica e teórica. Esse movimento de montagem de arquivo é produto de um gesto analítico.

Munidos dessas proposições, e tomando os conselhos superiores da UFT como instâncias de reprodução/transformação ideológica, com efeitos sobre a organização formulaica da prática deliberativa institucional que se projeta na forma material do objeto ata, discutimos as seguintes questões orientadoras: **a)** como se textualiza as tomadas de posição dos sujeitos da prática deliberativa tendo em vista a historicidade do encontro entre um dado funcionamento formulaico dos textos do arquivo de atas, em seu efeito de controle dos sentidos, e o político que irrompe a materialidade discursiva, produzindo equívoco e dispersão? **b)** como os processos discursivos pelos quais as tomadas de posição dos sujeitos no campo deliberativo institucional tensionam os sentidos da prática deliberativa põem em questão certos efeitos de unidade que se projetam sobre as formas dominantes de organização do aparelho universitário, notadamente, o CONSUNI e o CONSEPE?

A partir dessas questões, perseguimos o seguinte **objetivo geral**: Analisar a textualização do político nas tomadas de posição dos sujeitos da prática deliberativa inscrita nas atas dos Conselhos Superiores da UFT de modo a destacar o funcionamento formulaico que afeta a produção desses objetos simbólicos. Em específico, objetivamos **(a)** problematizar a materialidade institucional em seu efeito de unidade lançando um olhar sobre a estrutura que orienta o campo deliberativo no âmbito do Arquivo Administrativo da Universidade; **(b)** abalzar determinados mecanismos discursivos que projetam efeito de distinção sobre a prática deliberativa, tendo em vista certa regularidade formulaica que organiza o Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores da Universidade; **(c)** interpretar o funcionamento do político irrompendo na materialidade discursiva, pondo em relevo determinadas formas de atravessamento do arquivo, como memória institucional, pela ideologia, pela língua e pelo sujeito; **(d)** apontar o modo como as tomadas de posição no campo deliberativo institucional põem em relação as contradições internas à ideologia dominante, produzindo efeitos sobre a subjetivação dos sujeitos deliberativos e deixando à mostra processos discursivos de reprodução/transformação das condições de produção da sociedade de classes.

Orienta esta pesquisa o pressuposto teórico de que é porque o político irrompe sobre a materialidade formulaica, produzindo o equívoco constitutivo, que o sujeito se dispersa sob o efeito do estranhamento. Ante esse pressuposto, buscamos expor as contradições ideológicas em funcionamento na materialidade institucional e mostrar como o estranhamento opera sobre a prática deliberativa. Assim, pretendemos dar sustentação à tese de que as tomadas de posição dos sujeitos inscritos no campo deliberativo institucional, dada a historicidade que afeta o funcionamento do dispositivo formulaico e o processo de textualização do político, produzem efeitos de particularização dos sujeitos deliberativos de modo a circunstanciá-los distintamente

na prática deliberativa a depender das condições de produção e de como se projeta o estranhamento sobre o ritual de deliberativo.

Com exceção da presente Considerações Iniciais e das Considerações Finais, nosso trabalho está organizado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, discorremos acerca dos pressupostos teóricos que fundamentam nosso percurso analítico. Destacamos a articulação ideologia, sujeito, língua e arquivo no movimento de construção de um objeto discursivo de análise. Para isso, focalizamos os processos de sobredeterminação ideológica que constituem as condições de produção dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980), como instâncias de reprodução/transformação das estruturas de dominação ideológicas (PÊCHEUX, 2014b). Nessa medida, discutimos o modo como os sujeitos discursivos são interpelados na relação com a institucionalidade, enfatizando a relação unívoca/equívoca que irrompe como efeito do imaginário. Em seguida, mobilizamos o funcionamento linguístico para dar decorrência ao político que constitui a materialidade do nosso objeto. Por fim, buscamos articular as discussões precedentes com a noção de arquivo, de modo a circunscrever nosso enfoque teórico sobre o campo deliberativo.

No segundo capítulo, produzimos um gesto interpretativo sobre certos imaginários que se projetam a partir da institucionalidade universitária em foco. Com isso, pretendemos dar materialidade discursiva ao que se apresenta para nós como efeito de unidade. Faremos isso sublinhando dizeres do campo jurídico, textos acadêmicos que discursivizaram determinado aspecto da Universidade, além de compilados de artigos jornalísticos publicados em livros por sujeitos filiados ao contexto da UFT como professores (PEREIRA, 2009; PEREIRA et al, 2012). Nessa mesma linha, procuramos apresentar uma leitura que baliza o campo deliberativo institucional numa estrutura representada pelas formas dos conselhos superiores (CONSUNI e CONSEPE), sem perder de vista as injunções normativas que organizam a prática deliberativa.

No terceiro capítulo, procuramos fundamentar o dispositivo formulaico, tornando presente a noção de fórmula discursiva de A. Krieg-Planque (2010; 2018) para, em seguida, inscrevê-la no quadro teórico a que nos filiamos. Nesse sentido, justificamos a adoção do termo formulaico, bem como atentamos para sua dispersão como fórmula-formulário que avaliamos ser necessária para uma compreensão mais produtiva em nossa análise. Com esse gesto, entendemos se possível sustentar o funcionamento formulaico do arquivo, tendo ata como objeto material de reprodução desse dispositivo. Ainda nesse capítulo, elaboramos uma síntese dos principais instrumentos teóricos que orientam nosso trabalho.

No quarto capítulo, descrevemos nosso percurso metodológico atentando para o tratamento do objeto e sua constituição em *corpus* de análise. Distinguimos implicação do dispositivo formulaico em arranjos formulaicos, o que serviu para demonstrar certo efeito de estabilidade do processo de textualização. Também, discorremos sobre os procedimentos de montagem do arquivo, focalizando os critérios de recorte discursivos e sinalizando os métodos tratamento dos recortes mobilizados para produzir nossas análises.

No quinto capítulo, desenvolvemos nosso trabalho analítico, orientando-nos pela relação do arquivo com língua, a ideologia e o sujeito. Desse modo, destacaremos as (ir)regularidades do processo de textualização do político pela via equívoca do dispositivo formulaico e suas injunções normativas, prescritivistas. Pretendemos mostrar como as tomadas de posição são constituídas num movimento contraditório de controle/unidade e deriva/dispersão atravessado por discursividades que estabilizamos em pré-construídos de duas formações discursivas distintas operando no interior de uma formação ideológica dominante.

1 ANCORAGEM TEÓRICA E FUNDAMENTOS DA ANÁLISE

1.1 Análise de discurso: o limiar de um projeto teórico-político

A análise de discurso materialista (doravante AD), inaugurada por M. Pêcheux (2014b [1969]; 2014c [1975]; 2015 [1983]) e por seus parceiros de teorização, está implicada por um duplo atravessamento: a crítica ao estruturalismo científico que modelava as ciências humanas desde a fundação da linguística moderna; e o contexto revolucionário da França no final da década de 1960 em que o país vivenciou greves gerais e insurreições nos diversos estratos sociais e econômicos, superando barreiras culturais, éticas, etárias (SANTOS, 2013). Nesse lugar de reflexão, a AD inscreve seu projeto teórico e prático de mobilizar uma arma científica (linguística) para avançar sobre uma abordagem política (MALDIDIER, 2014).

As bases epistemológicas dessa tradição estão ancoradas no encontro da linguística de base saussuriana, da leitura althusseriana acerca do materialismo histórico, e dos estudos sobre o inconsciente levados a cabo pela psicanálise freudo-laciana. A AD trabalha nos limites dessas disciplinas, compreendendo que existe algo de incontornável entre elas, algo até então considerado território proibido, região turva, limítrofe, por onde seria impossível circular. É justamente nesse espaço entremeado que a AD instala seu “canteiro de obras” e trabalha outra noção de *língua*, *história* e *sujeito*. Uma noção transversal que recusa a pura e simples integração e aplicação de conceitos e métodos.

Ao transgredir o caráter sistêmico da língua, tomando-a como relativamente autônoma, Pêcheux (2014b) e seu grupo propõem uma ruptura com o estruturalismo científico; ao afastar a noção de que a história é cronológica e progressiva, e operar a compreensão de que os processos históricos são determinados ideologicamente, os teóricos do discurso mexem com os fundamentos epistemológicos do materialismo histórico; ao deslocar o sujeito-do-inconsciente, pensando-o como sujeito-do-discurso, a eles movimentam a relação real-simbólico-imaginário de modo a expor outras operações na ordem dos sentidos.

No trabalho de elaboração da teoria do discurso, nenhuma disciplina sairia inalterada, justamente porque a prática política interveio. Ou seja, a AD tomou as bases das ciências régias, sobretudo a linguística moderna, de modo a articulá-las com a instância material das relações de produção do Estado burguês. Seria necessário produzir consequências sobre os pressupostos dessas disciplinas para que um projeto teórico-político pudesse se sustentar.

O que se instaura é um novo campo do saber cujo objeto específico é o discurso, tomado como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 2019, p. 10). Nesse campo, a língua é a

base material dos processos discursivos; a história é o movimento da ideologia sobredeterminado pelas lutas de classes; e o sujeito é a forma histórica da tomada de posição no discurso.

Nesse sentido, a AD não se colocou como uma ferramenta teórica neutra, afastada de seu objeto. Ela tomou partido pelo trabalho teórico politicamente engajado, compreendendo que é impossível descolar a análise das questões sócio-históricas que se impõem como determinantes para a constituição dos dizeres. Propôs-se a um outro olhar sobre os processos históricos, um olhar a partir da língua como materialidade atravessada pela ideologia.

A partir dessas reformulações, a AD focaliza o funcionamento do político na constituição dos discursos, considerando as implicações de tal abordagem nas bases do próprio materialismo, como afirma Pêcheux (2014b):

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceptual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo nocional-ideológico). Em outros termos, a proposição materialista “a matéria é independente do espírito” não poderia ser convertida em “o espírito é independente da matéria” sem abalar as próprias bases do materialismo. (PÊCHEUX, 2014b, p. 73, destaques do autor)

A posição de Pêcheux (2015) está fundamentalmente assentada em sua crítica à manutenção das bases do materialismo histórico com os “espaços discursivos logicamente estabilizados” de uma “ciência régia conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política” (PÊCHEUX, 2015, p. 35). Para o filósofo (*idem*), as leis dialéticas marxistas não são muito diferentes da escolástica aristotélica – em sua busca por estruturar a linguagem e o pensamento de modo a construir o modelo e o organon de toda sistematização – e do rigor positivista – em seu tratado contra-aristotélico, voltado à homogeneização do real perseguido pelo método hipotético-dedutivo experimental. A “ontologia marxista”, segundo Pêcheux (*ibidem*), partilha com os precedentes o desejo de onipotência, capaz de justificar tudo em nome da urgência da luta de classes.

Com as consequências de sua posição – antagônica ao postulado leninista de que “a teoria de Marx é todo poderosa porque é verdadeira” – Pêcheux (*ibidem*, p. 42) convoca a encarar o fato de que “a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo”.

Assim, a fundação da AD se deu, sobretudo, num gesto político afetado pela compreensão de que o discurso científico – assumindo no interior do marxismo – instaurava uma contradição política, conforme aponta Pêcheux (2014b):

[...] os erros, desvios, “equivocos” etc., que se instalaram no coração da Tríplice Aliança para desempenhar nela um papel teórico, às vezes, mortal, designavam a presença não reconhecida do adversário no próprio *interior* da cidadela teórica, que se organizava para resistir aos ataques *exteriores* desse adversário. (PÊCHEUX, 2014b, p. 270, grifos do autor)

Em sua crítica, Pêcheux (2014b) apontava para o comprometimento das ciências com a ideologia dominante, o que, segundo o autor, também operava no interior do materialismo. Os fundamentos dessa crítica se apoiam no pressuposto do inconsciente freudo-lacaniano que, no encontro com o marxismo althusseriano, produziu uma mexida sobre a noção de ideologia. É nesse movimento que a ideologia sai do campo da consciência. Ou seja, para a AD, ideologia não é o mesmo que ocultação ou dissimulação, mas “prática significante”, efeito da relação imperativa entre sujeito, língua e história (ORLANDI, 2015), mecanismo de produção de reconhecimento.

Para a AD, ao propor um corte entre sujeito e objeto em busca de uma suposta objetividade, a ciência formula um *a priori*, negando a possibilidade da transformação fora das bases já constituídas. Desse modo, o chamado discurso científico afirma a total independência do objeto frente ao sujeito e o controle absoluto deste sobre si, ao mesmo tempo que nega ao sujeito outras formas de estar no mundo. A ideologia funciona aí dando sustentação à dominação de classe, como forma espontânea de ser.

A consequência é que a ciência constitui seu discurso (seus efeitos de sentido) sob condições de produção determinadas historicamente pela relação de lutas de classes. Assim, o que se toma como discurso da ciência é, de fato, efeito do mecanismo ideológico de produção de sentidos. Ou seja, é no próprio movimento da história que a AD compreende os modos possíveis de se dar sentido ao “mundo” e, conseqüentemente, ao discurso científico.

Somada à crítica teórica, a conjuntura política desencadeou uma série de divisões na esquerda francesa, instaurando uma crise que, em última instância, repousa na “insistência no sujeito individual e coletivo na comunicação intersubjetiva” (ORLANDI, 2017a, p. 15). Pressuposto fundamental para a consolidação do sujeito causa de si.

Pêcheux (2014b) se associa a L. Althusser (1980) para dizer que não há ideologia sem sujeito, assim como não há sujeito sem ideologia, no sentido de que não há anterioridade. O sujeito é a forma ideológica de ser no mundo. É produto da atualização do processo de

interpelação ideológica. Ou seja, o não-sujeito torna-se sujeito na ideologia. Desse movimento de implicação mútua, resulta a evidência de que os sentidos têm uma fonte (o sujeito) e que são controláveis (estão já-lá). Logo, não se separa sujeito do mundo na medida em que ambos são resultantes da interpelação. Sujeito e objeto são parte de um mesmo processo.

O “não-sujeito” da ciência (o mito da neutralidade, a capacidade de se distanciar do objeto) pretendia manter bem definidos os limites disciplinares. Isso configurou-se no problema sobre o qual era preciso intervir, mesmo diante das consequências que viriam (e vieram) num cenário de absoluta identificação do discurso científico à ideologia dominante, evidência da separação entre sujeito e objeto. A AD interveio, tomou “partido pelo fogo de um trabalho crítico” (PÊCHEUX, 2019), compreendendo que não há neutralidade científica, há hegemonia e dominação ideológica.

A compreensão de que as ciências humanas reproduzem certa hegemonia ideológica era, tanto para o campo das ciências régias, quanto para o materialismo, uma afirmação impraticável. Assim, formou-se uma posição da AD inconciliável com a estrutura filosófica que dava sustentação ao pensamento científico da época, o que, também, afetou profundamente sua relação no interior do marxismo.

Conforme Malidier (2014, p. 21), AD operou uma “ruptura epistemológica com a ideologia que domina as ciências humanas” ao passo que se “só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso)” (idem, p. 22). Tomando o discurso como objeto, a AD não poderia negar as consequências de se manter sob os postulados da ciência estruturalista. A ruptura estava consumada e o colapso da AD, na França, segundo Mazière (2011, p. 18), deu-se “mais do lado político do que do teórico”, consequência de certa “‘vergonha’ de ter sido marxista e, sobretudo, comunista”. Dá para se ter uma ideia dos efeitos desse incômodo quando Orlandi (2014) relata uma conferência proferida em 1987 (Pêcheux já falecido), na *Maison des Sciences de l’Homme*:

Não foi uma conferência fácil. As pessoas se ressentiam já do desejo de que não houvesse mais o político, de que se apagassem as exigências (ferozes) teóricas de M. Pêcheux. E eu vinha falar justamente dessas coisas que as pessoas queriam esquecer para se darem a reflexões menos tensas. Pêcheux já havia morrido, o neopositivismo já se instalara e o neoliberalismo se anunciava. Minha fala trazia a marca da América Latina, da análise de discurso de Pêcheux, das transformações do político. (ORLANDI, 2014, p. 12)

Orlandi (2014) falava de uma AD pulsante, brasileira, forjada num contexto semelhante ao da França das décadas de 1960/70, mas que percorreu um caminho bem distinto. O ponto em comum que Orlandi (2017a, p. 16) destaca entre os dois contextos, foi a crise política

internacional na URSS e seus reflexos sobre as esquerdas. Na interface político-teórica, o Brasil era afetado, por um lado, pela linguística anglo-saxônica praticada nos Estados Unidos; por outro, o estruturalismo Europeu que, aos poucos, conquistava espaço entre os brasileiros. O autoritarismo e a censura instalados pelo regime ditatorial (1964-1985) arregimentava os sentidos, também no campo das ciências. Em contrapartida, “suscitava a necessidade de desviar os discursos, de mostrar outros sentidos” (ORLANDI, 2017a, p. 19). Assinala Orlandi (idem) que, no campo teórico, à medida em que o formalismo e o funcionalismo se instalavam no Brasil, “ser estruturalista nos anos 60/70 era resistir à irracionalidade da ditadura” (Idem, p. 20)

Como uma disciplina crítica, a AD propõe subverter a evidência e “olhar para o dedo que aponta a lua”, questionando-se: *por que não?* “Por que a Análise de Discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?” (PÊCHEUX, 2015, p. 49). Nesse sentido, é preciso retornar a língua para olhar não o sistema abstrato ou as relações semânticas, mas os processos discursivos – “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2014b, p. 148) – responsáveis pela produção de sentido.

A língua é, pois, essa base material em que se dão os processos discursivos sobre os quais se investe a análise. Isso significa que as condições históricas de produção dos discursos têm, na materialidade linguística, sua forma política. Política, aliás, não tem a ver com uma institucionalidade exterior da qual a língua seria um instrumento de manipulação. Há uma distinção fundamental representada nas formas *a política* – produto das contradições institucionais – e *o político* – mecanismo constitutivo do equívoco na linguagem. É, pois, no político que se (re)produzem as ideologias; é sobre a política que repousa o trabalho teórico-analítico.

Para a AD, língua e política estão imbricadas no processo de divisão e direção dos sentidos, ou seja, no movimento de unidade e dispersão dos sentidos. Isto implica considerar o efeito ideológico sobre a configuração dos dispositivos linguísticos filiados aos espaços logicamente estabilizados na ideologia dominante, pensados no domínio de uma língua política, análoga à “língua de madeira” (GADET; PÊCHEUX, 2004).

1.2 Ideologia e as representações no âmbito institucional

1.2.1 Das condições de produção dos discursos

Começamos pelo recorte que operamos sobre as condições de produção do nosso objeto de investigação. De um ângulo institucional, tratamos dos Conselhos Superiores da UFT (CS). Mais especificamente, referimo-nos ao Conselho Universitário (CONSUNI) e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), ou melhor, aos processos de discursivização desses conselhos em textos constituintes do respectivo Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores (doravante, AaCS), o que até mesmo nosso olhar sobre o campo deliberativo institucional.

Na presente seção, discorreremos sobre três aspectos específicos necessários para a compreensão dos efeitos ideológicos sobre o processo de produção dos sentidos que, conforme Pêcheux (2014c, p. 73), compreende “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”.

De antemão, temos por certo que tratar das condições de produção do discurso significa elaborar um exercício teórico de circunscrição. Considerar os processos históricos implicados nas relações discursivas entre os sujeitos tem a ver com um horizonte muito amplo de acontecimentos sociais e políticos. Além disso, observar o objeto discursivo de uma perspectiva expansiva inviabiliza o movimento de verticalização da análise, pois a materialidade sobre a qual o analista flexiona o olhar opera (n)o encontro de uma atualidade. Sobretudo os trabalhos envolvendo arquivos procuram situar o objeto a partir de uma especificidade. Ou seja, é preciso aparar certas arestas e construir um procedimento interpretativo específico para que o gesto analítico seja possível.

Começamos, então, delimitando as condições de produção em nossa pesquisa. De início, diremos que a noção de condições de produção, para a AD, não tem a ver nem com “situação empírica” nem com “contexto” (ORLANDI, 2014). Essa distinção é importante, porque permite uma aproximação com o acontecimento linguístico em sua materialidade sócio-histórica, no sentido de que a Análise de Discurso, embora seja uma disciplina de interpretação, não é uma hermenêutica. Em outras palavras, não há um universo estável de relações simbólicas que poderiam ser tomadas como indícios para uma leitura guiada. Não se trata de um instrumento para “ler o mundo”. Assim, condições de produção (processos materiais) não são a mesma coisa que contexto (relações simbólicas). Desse modo, rejeitamos o empirismo que toma o real como o dado, em que estariam ancorados os fatos históricos.

Destarte, a Análise de Discurso não se detém em elaborar conceitos e categorias para instrumentos de análise. Sua preocupação teórica reside em construir um “lugar de reflexão” (ORLANDI, 2014). Como afirma Orlandi (2014, p. 14), “filiação teórica, no caso da análise do discurso pelo menos, não é aplicação. É movimento de pensamento e esforço teórico de construção de um objeto”. Isso quer dizer que é próprio do percurso teórico a construção de um instrumento de análise.

Em nossa abordagem, descrever as condições de produção de uma materialidade linguística é um gesto que implica certo imaginário das relações históricas entre os sujeitos. Nesse sentido, implica pensar o lugar da(s) ideologia(s).

1.2.2 Ideologias e luta de classes

No âmbito da AD, a corrente althusseriana do marxismo representa uma das principais contribuições, especialmente no que tange ao mecanismo ideológico e o papel central das ideologias nas relações de produção das formações sociais.

Estamos nos associando ao pensamento de L. Althusser (1980) quando este reflete a posição de Marx em *Ideologia Alemã*, elaborando uma crítica na qual se contrapõe não à questão em si, mas aos fundamentos que levaram Marx, segundo Althusser (1980), a afirmar que “a ideologia não tem história”: a ideologia é uma ilusão, como um sonho (no sentido freudiano), e não possui história própria. O filósofo marxista propõe, então, assumir uma noção positiva acerca dessa questão, em que, nas palavras dele:

[...] as ideologias têm uma história própria (embora esta história seja determinada em última instância pela luta de classes); e, por outro lado, que a ideologia em geral não tem história) não num sentido negativo (a sua história está fora dela) mas num sentido absolutamente positivo. (ALTHUSSER, 1980, p. 74)

Ao afirmar que *as ideologias têm sua própria história*, Althusser (1980) chama a atenção para as lutas de classes que operam a história das formações sociais. Esses embates reproduzem, segundo Pêcheux e Fuchs (2014), as relações de classes que, por sua vez, são asseguradas materialmente pela existência de realidades complexas chamadas “aparelhos ideológicos de estado” (igreja, escola, sindicato, família etc.)⁶. Ao mesmo tempo, o postulado Althusseriano de que *a ideologia não tem história* estabelece um contraponto no qual é possível dizer que a ideologia em geral é a própria história, no sentido de que sua história está nas

⁶ Trataremos disso mais à diante.

histórias das ideologias em particular. Está fora, em outro lugar. Para esclarecer a questão, Althusser (1980, p. 75) propõe uma aproximação da ideologia a proposição freudiana de que “o inconsciente é eterno, isto é, não tem história”. Assim prossegue o autor:

Se eterno não quer dizer transcendente a toda a história (temporal) mas omnipresente, trans-histórico, portanto imutável na sua forma ao longo da história, retomarei, palavra por palavra, a expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna* como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente tem uma certa relação com a eternidade da ideologia em geral. (ALTHUSSER, 1980, p. 75-6)

Pêcheux (2014b, p. 138) ratifica a posição althusseriana situando a história como um “imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes”, ou seja, a “reprodução/transformação das relações de classes”. A Ideologia *geral* é eterna porque opera no interior desse processo histórico “natural-humano”. Nem a História nem a Ideologia tem começo ou fim.

Atentos a essa distinção, propomos delimitar nesta tese os conceitos de Ideologia e ideologias, empregando inicial maiúscula para nos referirmos a Ideologia *geral* (omnihistórica) e inicial minúscula para designar as diversas ideologias que operam nos aparelhos de estado.

Retornando um pouco sobre as bases teóricas do marxismo, Althusser (1980) postula que toda formação social é fundada sobre um modelo hegemônico de produção o qual se sustenta na medida em que reproduz as condições de sua produção. A reprodução do modo de produção dominante é assegurada pelos processos de produção que, por sua vez, mobilizam as forças produtivas determinadas pelas relações de produção.

Formação social → Modo de produção dominante → Reprodução das condições de produção do modo de produção dominante → Processo produtivo: forças produtivas e relações de produção

O filósofo marxista discute os pressupostos fundamentais do materialismo histórico, segundo o qual a história humana acontece em função dos modos de produção dos meios materiais para a subsistência da vida do próprio homem, bem como das relações sociais necessárias à reprodução do modo de produção dominante. Essas relações são sempre relações determinadas pela divisão social do trabalho em classes sociais.

A reprodução das condições de produção nas sociedades capitalistas depende da reprodução de uma base econômica material (meios de produção e força de trabalho) em que se articulam as forças produtivas e as relações de produção existentes (ALTHUSSER, 1980). Tal reprodução não é natural e, para se manter, precisa dispor de um aparato jurídico-político e

ideológico. Basicamente, forma-se uma estrutura que dá sustentação ao modo de produção dominante por meio da relação entre os meios materiais e ideológicos.

Essa estrutura é representada no marxismo como um edifício cuja base, chamada de “Infraestrutura”, é constituída pelos meios materiais econômicos, ou seja, pelas forças produtivas (maquinarias, construções imobiliárias, ferramentas tecnológicas, força de trabalho treinada etc.), e pelas relações de produção (empregados e empregadores, vendedor e comprador, agente público e cidadão, rico e pobre etc.); e o topo, chamado de “superestrutura”, é formado por duas instâncias de legitimação do modo de produção: a do jurídico-político, representada pelas formas do direito e pelo aparato Estatal; e a da ideologia, constituída pelas formas de dominação por uma espécie de “consciência social de um povo”.

Na leitura de Althusser (1980), a metáfora do edifício pode (e deve) ser pensada para além da relação de relativa determinação da base (infraestrutura) sobre a superestrutura, como preconizavam algumas correntes do marxismo. Para o filósofo, a relação entre a superestrutura e a infraestrutura se dá num movimento do topo para a base e da base para o topo, no sentido de que funciona uma sobredeterminação de processos ideológicos sobre a materialidade das relações de produção. Com isso, Althusser (1980) chama a atenção para a *reprodução* como elemento central de uma compreensão plena da metáfora do edifício. Contudo, a sobredeterminação não se reduz à reprodução das condições de produção, mas também implica *transformação* das relações de produção (PÊCHEUX, 1996).

Pêcheux (2014b) destaca as “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, apontando que a ideologia não seria o único elemento dessa relação, na medida em que o próprio Althusser (1980) já havia postulado as determinações econômicas no interior da infraestrutura. Além disso, para Pêcheux (ibidem), a reprodução/transformação é intrínseca a todo modo de produção baseado em divisão de classes. Esse processo é ideológico e implica o funcionamento no interior dos aparelhos de Estado.

Ao focalizar a reprodução, Althusser (1980) destaca o funcionamento das instâncias da superestrutura, as quais desempenham uma função repressiva – primordial, que se converte em poder de Estado – e uma função ideológica – subjacente, operando por meio dos aparelhos de Estado. Em suma, o poder de Estado, que se exerce por meio da repressão da classe dominada pela classe dominante, é o elemento fulcral da luta de classes; e os aparelhos de Estado são os “instrumentos” próprios de dominação da classe dominante. Pêcheux (2014b, p. 130), destacando que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas”, explica que esses instrumentos “constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)”

(idem, p. 131). Por isso a compreensão de que reprodução e transformação se implicam um mesmo processo ideológico em que se dão as lutas de classes.

A reflexão sobre os aparelhos de Estado gera conclusões que são de relevância central para o esforço de construção de uma teoria materialista do discurso. Por isso, a função repressiva do Estado (Poder de Estado) será deixada em segundo plano em nossa abordagem para que voltemos nossa atenção sobre os aparelhos de Estado.

De acordo com Saes (2012), a perspectiva althusseriana entende por “aparelho” o “conjunto de agentes desenvolvendo de modo regular práticas sobre uma base material determinada (imóveis, máquinas, armas, computadores etc.)” (SAES, 2012, p. 283). Isso significa que o Estado, detentor de uma série de recursos humanos e não humanos, cria condições para que esses meios materiais se organizem de modo a implementar determinadas práticas econômicas, religiosas, escolares etc. (SAES, 2012). Essa noção justifica-se considerando o que afirma Pachukanis (2017):

O acabamento formal dos conceitos de território nacional, de população e de poder reflete não apenas uma ideologia, mas, ainda, um fato objetivo da formação de uma esfera real de dominação concentrada e, conseqüentemente, a criação, antes de tudo, de uma organização administrativa, financeira e militar real, com um aparato material e de pessoal correspondente. O Estado não é nada sem os meios de comunicação, sem a possibilidade de transmitir ordens e decretos, de movimentar as Forças Armadas etc. (PACHUKANIS, 2017, p. 90)

É, pois, na instância material (aparelhos de Estado) que Althusser (1980) propõe o movimento teórico que instaura uma modalidade repressiva e outra ideológica dos aparelhos de Estado, as quais ele chama de Aparelho Repressivo de Estado (ARE) – “Governo, a Administração, o Exército, a Política, os Tribunais, as Prisões, etc.” (ALTHUSSER, 1980, p. 43) –, e de Aparelho Ideológico de Estado (AIE) – “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” como Igrejas, Escolas, Família, Instituições jurídicas, Partidos políticos, Sindicatos⁷, Imprensa, movimentos artísticos etc.

É preciso notar que, segundo Althusser (1980), a distinção dos aparelhos de Estado não é absoluta quanto à função ideológica ou repressiva. Ambos exercem simultaneamente a

⁷ Segundo Pêcheux (1996), Althusser, quando incluiu os partidos políticos e os sindicatos no rol dos Aparelhos Ideológicos de Estado, pretendeu designar “a função *atribuída* aos partidos políticos e aos sindicatos dentro do complexo dos Aparelhos Ideológicos de Estado *sob o domínio da ideologia dominante [a ideologia da classe dominante]*, isto é, a função subalterna mas inevitável, e portanto muito necessária, pela qual são garantidos à classe dominante o ‘contato’ e o ‘diálogo’ com a classe adversária, ou seja, o proletariado e seus aliados, função essa a que uma organização proletária não pode simplesmente *conformar-se*, é claro” (ALTHUSSER, 1980, p. 145).

violência e a ideologia, com a ressalva de que os ARE são fundamentalmente repressivos e os AIE, ideológicos.

Essa diferenciação entre os aparelhos de Estado implica compreender, ainda, que o ARE está concentrado numa unidade de comando e é inteiramente público. Já os AIE são, em sua maioria, de caráter privado, descentralizados e plurais. Althusser (1980) destaca o fato de que, independentemente do seu caráter público ou privado, o funcionamento dos aparelhos de Estado é sempre em favor da classe dominante. Esse é o fio que atravessa as sobre-determinações da superestrutura: os interesses da classe dominante.

Segundo a perspectiva althusseriana, é o aparato jurídico-político e ideológico que garante a reprodução das relações de produção. Ou seja, a hegemonia da classe burguesa é sustentada prioritariamente por meio do Aparelho Repressivo de Estado e a reprodução das relações de produção são exercidas em grande medida nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Mais uma vez, deixemos de lado o primeiro, e concentremo-nos no segundo.

1.2.3 A universidade como lugar de contradição

A noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado nos é muito cara no contexto desta pesquisa. Melhor, ela é fundante do nosso objeto, uma vez que tratamos, em termos de condições de produção, de uma forma histórica: a universitária. Queremos dizer que a UFT não é tomada em nosso percurso teórico como uma estrutura criada ao modo e semelhança de um modelo abstrato que se poderia reproduzir em contextos diversos, com pequenas adaptações, para atender a objetivos específicos orientados pelos pressupostos de ensino, pesquisa e extensão⁸. Procuramos, pois, situar a forma institucional como “forma material”⁹ sobre-determinada por processos históricos de reprodução das relações de produção pautadas na luta de classes. Relações essas, ideológicas.

Esse pressuposto é fundamental porque estamos preocupados com o funcionamento discursivo no campo deliberativo. Isso implica pôr em relevo as contradições internas nas instâncias universitárias. Ou seja, nosso enfoque requer um olhar para as tensões ideológicas reproduzidas pelas lutas de classes no interior do aparelho universitário.

⁸ No mundo contemporâneo, sob o efeito do neoliberalismo, acrescentaria que a “gestão” passa a ser uma quarta coluna a sustentar Instituição Universitária.

⁹ Definimos melhor a forma material específica de nossa pesquisa mais à frente, quando discutimos as noções de instituição, de organização, de aparelho e de estrutura.

Orlandi (2017a, p. 72) destaca que, na perspectiva discursiva materialista, “a materialidade é o que permite observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente”. Segundo ela:

Pensando o caráter material e histórico – do materialismo histórico, em nossa perspectiva – podemos dizer que o caráter material está em que os homens se organizam na sociedade para produção e reprodução da vida. E o caráter histórico está em como se organizam através da história. Resulta daí o movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade. (ORLANDI, 2017a, p. 74)

De acordo com Althusser (1996, p. 77), “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Em outras palavras, a ideologia pode ser lida como a representação¹⁰ da relação imaginária dos sujeitos com as condições materiais de sua existência. Para Althusser (1980), a ideologia toma os indivíduos como “sempre-já” sujeitos, o que também implica compreender que o real tem a ver com as condições sócio-históricas de dada formação social. Ou seja, “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1980, p. 82).

Numa perspectiva discursiva, essa relação imaginária se refere ao jogo de projeções imaginárias que determinam “lugares” numa dada formação social. Diferentemente da noção sociológica (lugar social), evocamos aqui a proposição de Pêcheux (2019, p. 39) quando, ao tratar das condições de produção do discurso, ele propõe que “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)”. Quer dizer que no jogo das projeções imaginárias são relacionados lugares socialmente estabelecidos numa dada formação social (professor, estudante, índio, mulher, negro, pobre etc.) e representações desses lugares, posições distintas possíveis em dada circunstância material (professor universitário, professor da educação básica, professor pesquisador, professor liberal, professor marxista etc.). Retornaremos a essa discussão mais a diante, quando trataremos da manifestação dos sujeitos discursivos.

Interessa-nos, aqui, o ponto de que o discurso é a materialidade específica da Ideologia (PÊCHEUX, 2014b), logo, as condições de produção a que nos referimos nesta pesquisa estão sempre circunscritas ao objeto discursivo. Ou seja, as “relações imaginárias” (ALTHUSSER,

¹⁰ Chamamos de representação o processo de recobrimento imaginário em que os sujeitos são individuados segundo certos critérios de antecipação produzidos no campo institucional.

1980) se constituem de “projeções imaginárias” (PÊCHEUX, 2019), considerando que a ideologia, como mecanismo de produção dos sentidos, é discurso.

Althusser (1980, p. 71) afirma que “[...] uma teoria das ideologias repousa em última análise na história das formações sociais, portanto na dos modos de produção combinados nas formações sociais e da história das lutas de classes que nelas se desenvolvem”. Henry (2014), refletindo sobre o pensamento de Pêcheux, aponta que “a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção” (HENRY, 2014, p.23). A ideologia é, pois, responsável pela reprodução das relações de produção numa sociedade de classes. De acordo com Pêcheux (1996, p. 143), “a luta de classes perpassa o modo de produção como um todo, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes ‘passa’ pelo que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado”.

De fato, para Althusser (1980, p. 84), “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material”. O que Pêcheux (1996, p. 143) corrobora dizendo: “as ideologias não se compõem de ‘ideias’, mas de práticas”. Conforme Althusser (1980):

[...] estas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem, no seio da *existência material de um aparelho ideológico*, mesmo que se trate de uma pequeníssima parte desse aparelho: uma missa pouco frequentada numa capela, um enterro, um pequeno desafio de futebol numa sociedade desportiva, um dia de aulas numa escola, uma reunião ou um *meeting* de um partido político etc. (ALTHUSSER, 1980, p. 88, itálicos do autor)

Em outras palavras, a ideologia se reproduz na materialidade dos AIE. No nosso caso, tomamos a instituição universitária como lugar de práticas ideológicas. Por isso, pensar a UFT sob essa perspectiva requer um olhar sobre sua forma material, histórica.

Conforme explica Saes (2012, p. 282): “esse termo [instituição/institucional] pode ser usado para designar a dimensão mais aparente e superficial dos processos sociais típicos de uma sociedade capitalista: isto é, a dimensão jurídica formal”. O autor trata aí, no interior de uma abordagem althusseriana, de noções construídas a partir dos efeitos ideológicos do Estado Capitalista.

De acordo com Saes (2012):

Observando a esfera do Estado capitalista, chamar-se-á “instituição estatal” ao conjunto das regras formais de ação proclamadas pelo Estado e oficialmente aplicadas na organização das suas atividades internas e na regulação das relações entre indivíduos ou das relações entre Estado e indivíduos. Passando à observação da esfera escolar, chamaremos “instituição escolar” ao conjunto de regras formais de ação,

corporificadas em documentos legais (regimento, regulamento) que prescrevem um comportamento “oficial” para todos os agentes do sistema. (SAES, 2012, p. 282)

A esse respeito, a “instituição universitária”, tem sua existência no conjunto das normas jurídicas (do Estado) a partir da sua definição no campo jurídico. O texto legal, portanto, funciona com um dos nós que propicia o encontro entre diversos dispositivos jurídicos (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Estatuto Geral da UFT e seus regimentos internos etc.) pertinentes ao funcionamento institucional, o que confere materialidade histórica à forma abstrata. A Lei – assim chamado o domínio dos dispositivos jurídicos que institucionalizam as práticas sociais – também cria condições para que a ideologia opere o AIE, ou seja, como salienta Pêcheux (1996, p. 145), “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos juntamente com seu ‘modo de usar’”.

A IU é, pois, uma projeção ideológica. É uma forma material, organizada e estruturada, que opera a relação dos aparelhos do Estado burguês com a sociedade de classes. De uma perspectiva althusseriana, segundo Saes (2012), a “organização” tem a ver com certo conjunto de regras instituídas e orientadas à determinados objetivos que, “aparentemente”, ditam o funcionamento dos aparelhos; por sua vez, a “estrutura” corresponde ao arranjo institucional de reprodução/transformação ideológica, articulado de modo a produzir efeitos de sustentação da ideologia dominante, mesmo não coincidindo com a “totalidade da ideologia de uma classe social determinada (ou seja: a classe dominante)” (SAES, 2012, p. 285).

De acordo com Saes (2012), a estrutura é uma especificidade do AIE, logo, ela tem limites regionais, o que não ocorre com a ideologia dominante, que produz efeitos em diferentes práticas sociais “organizadas” (Escola, Igreja, Universidade etc.) e “desorganizadas”¹¹ (torcida em um estádio de futebol, encontros em praça pública, jantar de confraternização etc.). Para Saes (2012):

a hierarquização das categorias funcionais dentro do aparelho escola ou o seu modo seletivo e classificatório de operação são, sem dúvida, elementos estruturais da escola no capitalismo; não se dirá o mesmo de preceitos regulando (como em certos regimes ditatoriais da periferia do capitalismo) o corte de cabelo dos alunos. (SAES, 2012, p. 285)

Ou seja, embora a estrutura específica associada a determinado AIE circunscreva somente as práticas ideológicas no interior do referido AIE, ela não deixa de reproduzir as

¹¹ Tomaremos a distinção entre estruturas “organizadas” e estruturas “desorganizadas” como mera ilustração do pensamento do autor. Portanto, não empregamos em nossa abordagem teórica, tampouco em nossa análise, qualquer princípio tipológico que venha a orientar um gesto de categorização *a priori* de nossa parte.

relações de produção do modo de produção dominante e, conseqüentemente, das classes dominantes (SAES, 2012).

A reprodução possui suas contradições, sobretudo nos AIE, onde classes dominantes e classes dominadas disputam¹² espaços. De acordo com Althusser (1980):

[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o *alvo* mas também o *local* da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes. A classe (ou a aliança de classes) no poder não domina tão facilmente os AIE como o Aparelho (repressivo) de Estado, e isto não só porque as antigas classes dominantes podem durante muito tempo conservar neles posições fortes, mas também porque a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE) posições de combate. (ALTHUSSER, 1980, p. 49-50, grifos do autor)

A operação contraditória posta no funcionamento da reprodução/transformação das relações de produção coloca em questão os processos irregulares que constituem os diferentes AIE. Segundo Pêcheux (1996), as “regionalizações” das formações ideológicas (religião, política, educação etc.) criam condições para o funcionamento relativo do AIE numa dada formação social, em função da luta de classes. Isso quer dizer que igrejas, partidos políticos e universidades, por exemplo, não operam a ideologia em igualdade de condições. Cada um dos AIE, segundo a materialidade (histórica, social e política) de sua existência, reproduz/transforma diferentemente as relações de produção. Como afirma Pêcheux (1996):

a objetividade material da instância ideológica se caracteriza pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo que está no domínio” das formações ideológicas de uma dada formação social, uma estrutura que expressa a contradição, reprodução/transformação que constitui a luta de classes. (PÊCHEUX, 1996, p. 146)

Pêcheux (1996) explica que as formações ideológicas são formas de existência material concreta da ideologia; referem-se aos AIE, os quais possuem caráter regional e envolvem posições de classe. São práticas de classe na ideologia. Para Pêcheux e Fuchs (2014), as formações ideológicas caracterizam o aspecto das lutas de classes capaz do confronto no interior dos AIE, constituindo “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 163).

Portanto, os AIE reproduzem práticas ideológicas de maneira desigual, porque seu funcionamento como estrutura concreta regionaliza as formações ideológicas contraditórias

¹² Essa disputa, devemos dizer, é sempre desigual.

próprias do processo de reprodução/transformação. É na luta de classes que se expressa a síntese da contradição, mesmo considerando que nem todas as formações sociais reajam de igual maneira aos embates dessa luta.

Nesse sentido, os AIE são espaços privilegiados de investigação das relações ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Por essa via, circunscrevemos nosso enfoque ao domínio dos AIE, representado na IU, operando as práticas de uma *estrutura (ideológica) deliberativa*, a qual se *organiza* em CS sob o fundamento normativo dos regimentos internos (e de outros textos necessários como pautas, calendários, portarias, atas etc.). Em nossa problemática, isso significa apontar os efeitos de uma estrutura (ideológica) nas práticas da IU específica, sobretudo uma estrutura deliberativa representada na textualização das atas dos CS.

Compreendemos que o funcionamento dos CS, em seu modo de existência histórica, reproduz/transforma práticas que, em última instância, são práticas de dominação ideológica de classe. Isso tem a ver com o pressuposto de que não há simetria na luta ideológica, assim como não há simetria de interesses entre as classes. Por isso, destaquemos que essas estruturas deliberativas, para nós, tocam a reprodução/transformação das relações de produção, ou seja, a reprodução das relações de dominação de classe. Em outras palavras, tomamos, à luz de uma abordagem materialista, o funcionamento ideológico nas práticas deliberativas representadas nas atas do CS, em dadas condições históricas de formação da “sociedade tocantinense”.

1.3 Sujeito e as formas do político

Filiamo-nos à formulação de Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 47) quando a autora afirma que “o espaço de relações que constitui o político é sempre pensado quanto às posições de sujeito: o político como o domínio de possibilidades na relação entre posições sujeito”. Em outras palavras, trabalhar o político na institucionalidade pressupõe os movimentos dos sujeitos, sendo este elemento constitutivo da Ideologia.

1.3.1 O sujeito é sempre ideológico

Já destacamos que, para Althusser (1980), a ideologia opera uma relação imaginária do sujeito com as condições reais de sua existência. Até aqui, estivemos atentos aos processos de reprodução material das condições de produção, considerando que, conforme Althusser (1980), toda prática (social) só pode existir por meio de e sob uma ideologia. Mas falta incluir a

instância do sujeito em nossa formulação. Faremos isso sublinhando o processo pelo qual o indivíduo “torna-se” sujeito na ideologia.

Começamos assumindo que “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p. 91). Embora pareça, tal fundamento não põe no centro um sujeito determinado *pela* ideologia. Não há um momento apriorístico em que a ideologia, vagando sozinha, encontra o indivíduo e o transforma em sujeito. Segundo a tese althusseriana, não se trata de conceber a ideologia como causa do sujeito, mas de implicar ideologia e sujeito num mesmo processo. A teoria pressupõe que não há sujeito sem ideologia, assim como também não há ideologia sem sujeito.

Segundo Althusser (1980), ocorre que os indivíduos são “recrutados”, “transformados” em sujeitos na ideologia por meio de um ritual (processo) que ele chamou de interpelação. Para Pêcheux e Fuchs (2014):

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto a reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX; FUCHS, p. 162)

É por meio da interpelação ideológica que os indivíduos se tornam sujeitos. Melhor, no ritual de interpelação, os indivíduos são “sempre-já” sujeitos. E assim permanecem sem que tomem consciência da ideologia. Isso significa que não existe um fora da ideologia, um lugar onde o indivíduo possa se abrigar da interpelação. Invariavelmente, ele é assujeitado, tornado sujeito, na ideologia. Os efeitos ideológicos, que supostamente dariam ao sujeito a “capacidade” de se perceber dentro da ideologia, são anulados, uma vez que o ritual opera inscrevendo os sujeitos no circuito dos sentidos, na relação imaginária com as condições de sua existência. Já nascemos num mundo “real” que nos é dado. Já entramos no mundo tendo que nos haver com seu “estado”, tendo que viver com ele (ORLANDI, 2017a).

O principal efeito da interpelação é, pois, o estado de evidência do mundo. Na ideologia, não há dúvida de que somos todos sujeitos, de que as palavras designam coisas, que temos o controle sobre nós mesmos etc. Assim coloca Althusser (1980):

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra «designa uma coisa» ou «possua uma significação» (portanto incluindo a evidência da «transparência» da linguagem), esta «evidência» de que eu e você somos sujeitos – e que esse facto não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Aliás, é próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de

«evidências») as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer*, e perante as quais temos a inevitável reação de exclamarmos (em voz alta ou no «silêncio da consciência»): «é evidente! É isso! Não há dúvida!» (ALTHUSSER, 1980, p. 95-6)

Orlandi (2007) nos ajuda a pensar a questão quando afirma que,

[...] estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro. (ORLANDI, 2007, p. 96)

Isso é a ideologia operando um mecanismo de produção dos sentidos.

A evidência das práticas institucionais é, portanto, da ordem do imaginário (efeito ideológico). Logo, o processo de interpelação/assujeitamento é constitutivo do funcionamento dos AIE. Conforme Saes (2012):

Na sociedade atual (capitalista), valores estruturais movem os agentes do sistema escolar na direção dos interesses, perspectivas e aspirações da classe dominante (capitalista). As ações implementadas dentro do aparelho escolar parecem estar orientadas por regras institucionais (regulamento, regimento); na verdade, traduzem uma estrutura que exprime os interesses, perspectivas e aspirações da classe dominante. (SAES, 2012, p. 286)

De outro modo, a organização e o funcionamento do aparelho universitário é um efeito ideológico. Daí podemos inferir que, se o ritual interpela a todos em sujeitos ideológicos, tomando ideologia como prática, então os AIE são instrumentos de reprodução das relações de produção favoráveis à classe dominante. Consequentemente, há uma forma-sujeito dominante própria da relação conflituosa entre classes.

1.3.2 O sujeito é uma forma histórica

A forma-sujeito diz respeito ao Sujeito Ideológico, grafado com “S” maiúsculo. Diferente do sujeito *assujeitado* (indivíduo interpelado), o Sujeito é a forma própria da Ideologia em geral. Há um ritual que abrange toda forma de assujeitamento. Esta é descrita por Althusser (1980), no seguinte trecho:

A estrutura redobrada da ideologia assegura ao mesmo tempo: 1) a interpelação dos «indivíduos» como sujeitos, 2) a sua submissão ao Sujeito, 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento do sujeito por ele próprio, 4) a garantia absoluta que tudo está bem assim, e que, na condição de os sujeitos reconhecerem o que eles são e de se

conduzirem em consequências, tudo correrá bem: «*Assim seja*». (ALTHUSSER, 1980, p. 111-2)

Nesses termos, diremos que toda relação de dominação constitui sua forma dominante por meio de um ritual específico. De acordo com Orlandi (2020, p. 91), “[...]o assujeitamento, para o sujeito medieval, se dá pela *determinação* enquanto o assujeitamento para o sujeito moderno se dá pela *interpelação*” (grifos da autora). O ritual da determinação é exercido pela religião por um movimento de fora para dentro. Por sua vez, a interpelação se dá pelo jurídico, intervindo, aí, a lógica, a identificação (ORLANDI, 2020). Explica a autora que Deus representava o “lugar da Verdade” na determinação religiosa. A Palavra de Deus era a voz que guiava as práticas dos sujeitos naquele contexto histórico, que lhes determinava os sentidos das coisas, sua interpretação do mundo. Já no século XVIII, o sujeito moderno, responsável, encontra respaldo não mais em Deus, mas numa língua não-contraditória. Trata-se do sujeito do Direito. Um sujeito subordinado à ideologia dominante, cujo Estado é sua expressão máxima de poder.

Portanto, no modo de produção próprio das formações sociais capitalistas, o Sujeito (forma-sujeito) ideológico subordina os sujeitos pela via do Direito, entendido aqui na relação de legitimidade com o Estado burguês. Desse modo, Gadet e Pêcheux (2004) salientam que o dispositivo feudal que manteve ordens separadas é substituído pela classe burguesa por procedimentos de interpenetração com as classes dominadas. Isso cria a ilusão de que não há mais diferenças e que o sujeito é livre. Conforme apontam Gadet e Pêcheux (2004)

O feudalismo mantinha a ordem dominante “traduzindo-a” em formas específicas de representações e imagens próprias às diversas classes dominadas. A particularidade das revoluções burguesas é de tender a absorver essas diferenças para universalizar as relações jurídicas, no momento em que se universaliza a circulação do dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores “livres”. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 37)

A forma-sujeito-do-direito define-se pela liberdade de escolha, pelos direitos que lhe conferem a “norma jurídica”¹³; mas também pela responsabilidade individual, pelos deveres. É, ao mesmo tempo, sujeito de direitos e deveres, liberdade e responsabilidade. Tal relação contraditória se dá constituindo um sujeito dono de si. Sujeito autônomo, governado pelas suas vontades. Em sua forma contemporânea (liberal), trata-se, também, de um sujeito gestor (no

¹³ Pachukanis (2017, p. 94) ilustra essa relação citando que “Médico e doente se transformam em sujeitos com direitos e deveres, e as regras que os unem, em normas jurídicas”. Ou seja, existe uma determinação ideológica que subordina os sujeitos a uma relação formal com o jurídico.

sentido empresarial) de si. Esse sujeito planeja, executa, investe, constitui capital¹⁴ (conhecimento/conteúdo/poder de compra). Um sujeito da concorrência porque é, também, mercadoria.

O ritual de interpelação nos coloca a todos nesse lugar ideológico. Um lugar de reprodução das relações de produção capitalista. A forma-sujeito-do direito (capitalista) é o Sujeito ao qual nos identificamos como sujeitos autônomos. Para Orlandi (2017b):

A questão da constituição da forma-sujeito capitalista, funcionando como sujeito autônomo e responsável, em que a ideologia, pelo interdiscurso, fornece, segundo M. Pêcheux (1975), a “cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (ORLANDI, 2017b, p. 25)

Orlandi (2017b) traz à baila que a relação constitutiva da forma-sujeito própria do Estado capitalista se realiza sócio-historicamente, sob a determinação do real (projeção do imaginário). Mas tal determinação não é externa ao sujeito. A evidência do sujeito também passa por um processo de “regionalização” da ideologia que se torna perceptível na forma de discurso (efeitos de sentido). Ou seja, é no discurso que o sujeito se inscreve ideologicamente, identificando-se com aquilo que de fato o determina. O interdiscurso assume a forma de real (exterior), criando regiões por onde o sujeito se move e se realiza como evidência. Orlandi (2017b) explica que:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva, apoiada no funcionamento do interdiscurso que inscreve, no discurso do próprio sujeito, os traços daquilo que o determina. Daí a ilusão do funcionamento espontâneo da forma-sujeito (capitalista). Responsabilidade, liberdade (engajamento? Comprometimento? Resistência?). O Outro, na análise de discurso, manifesta, na teoria, o que é o *real da história*. (ORLANDI, 2017b, p. 25)

A forma-sujeito própria do Estado capitalista, enquanto reprodução sócio-histórica do ritual de interpelação ideológica, constitui-se contraditoriamente com outros modos de assujeitamento.

Demos um pequeno passo atrás nessa discussão para lembrar que os AIE são espaços de contradição da ideologia, uma vez que diferentes interesses de classe se encontram nas

¹⁴ Por exemplo, em vez de interpretar o assalariado como um indivíduo obrigado a vender sua força de trabalho como *commodity* abstrata, o neoliberalismo descreve o salário como renda recebida pelo gasto de “capital humano”, que consiste tanto nas qualidades genéticas inatas de um indivíduo, quanto nas suas capacidades, gostos e conhecimentos adquiridos. Esse “capital humano” acumulado é interpretado como o resultado de investimentos anteriores e regulares em bens como educação, nutrição e treinamento, mas também amor e afeto. Nessa reconstrução do assalariado, os trabalhadores não são mais reconhecidos como dependentes do empregador, mas são moldados como empreendedores livres e autônomos, plenamente responsáveis por suas decisões supostamente racionais de investimento em si mesmos. (HAMANN, 2012, p. 108)

práticas desses aparelhos. Na materialidade desses lugares, as distintas formações ideológicas criam regionalizações que operam diferentes rituais de interpelação e constituem sujeitos igualmente distintos. O Sujeito *capitalista* não é, pois, uma forma unívoca, sem falhas; não é um sujeito centrado, como supõe a evidência ideológica.

O sujeito-universal (forma-sujeito histórica) da ideologia dominante torna-se difuso e atravessado por outras formações ideológicas. Contudo, não deixa de produzir seus efeitos, sob outras formas determinadas pelas condições históricas do funcionamento do AIE. Formas identificáveis como evidentes no imaginário dos sujeitos institucionais, mas que se constituem pela contradição própria da estrutura que orienta ideologicamente a instituição.

1.3.3 A forma-sujeito da prática deliberativa

Neste tópico, pretendemos apontar algumas questões acerca das posições-sujeito possíveis a partir das condições de produção do que chamaremos de *prática deliberativa*, lugar onde se dão as relações entre os sujeitos do imaginário institucional organizado como CS.

Retomemos a questão de que no Estado burguês, os sujeitos estão submetidos ao direito como forma subjetiva de estabilização das relações sociais. Os lugares ocupados pelos sujeitos são determinados por mecanismos próprios de uma dada formação social. Existem regras próprias de projeção em cada situação enunciativa que criam situações concretas e representações (posições) dentro do discurso. É o que se chama formação imaginária. (ORLANDI, 2008). O direito, de uma perspectiva materialista, não é norma, mas forma, sobre a qual o próprio Estado se constitui e da qual é indissociável. O Estado, salienta Pachukanis (2017), é uma miragem absolutamente conveniente para a reprodução dos interesses da burguesia. É essa forma, ideológica, que nos coloca a todos sob a submissão voluntária de uma forma jurídica. Há, na ideologia burguesa, uma autoridade do Estado exercida sobre o cidadão, “levando-o a interiorizar a ideia de coerção ao mesmo tempo em que faz com que ele tome consciência de sua autonomia (de sua responsabilidade, portanto)” (ORLANDI, 2020, p. 92).

No âmbito institucional, essa coerção se produz atravessando os sujeitos em sua relação direta, objetiva, com o direito. O sujeito inscrito na relação com o Estado subjetiva posições ideológicas identificadas às formas-sujeito circunscritas a determinados aparelhos de Estado, nas várias instâncias de produção de sentidos (escolar, científico, administrativo, jurídico, legislativo etc.). Portanto, esses sujeitos institucionais estão assujeitados às formações imaginárias.

Assim se produz efeitos de unidade dos sentidos a partir do assujeitamento. A razão está na conformação de certo imaginário às formações ideológicas dominantes em dado AIE. Em outras palavras, é porque há ideologia que os sujeitos se estabilizam como possibilidade unívoca. Assim, os sujeitos se reconhecem em determinadas posições, e antecipam dizeres a partir dessa projeção de certo imaginário. É por isso que se espera do sujeito \mathfrak{S} a posição \mathfrak{S} .

Considerando a prática deliberativa, as projeções dos sujeitos podem ser tomadas a partir do jogo do imaginário, que é possível representar como $I_{\mathfrak{S}}(\mathfrak{P})$, ou seja, a imagem (I) que a(o) secretário(a)¹⁵ (\mathfrak{S}) projeta sobre a posição-sujeito (\mathfrak{P}), seja atrelada ao próprio leitor ou aos sujeitos inscritos na materialidade textual representada como ata.

Essas projeções mobilizam as condições de produção dos discursos em que os processos discursivos são materializados e nos orientam no trabalho de reconhecimento no domínio das formações imaginárias em articulação com as formações ideológicas na prática deliberativa institucional.

Se tomarmos diferentes normas produzidas em condições históricas distintas, podemos enxergar elementos que produzem certo efeito de anterioridade sobre os sujeitos deliberativos, como estamos nomeando os sujeitos circunscritos à prática deliberativa (membros, conselheiros, representantes acadêmicos, representantes docentes etc.). Referimo-nos a três normas oriundas dos anos 1930, 1968 e 1996, cujo recorte aponta para modos de se compreender os sentidos desse espaço deliberativo institucional. Lancemos foco sobre eles.

No âmbito da “reforma universitária” estabelecida no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, a forma institucional inscrita, artigo 22, como “Conselho Universitário – órgão consultivo e *deliberativo* da universidade –”, presidido pelo seu respectivo reitor, foi “constituído” pelos sujeitos “directores dos institutos que compõem a universidade”, “representante [eleitos pela respectiva congregação] de cada um dos institutos”, “representante de associação, que fôr constituída pelos diplomados da universidade em épocas anteriores”, e “presidente do Directorio Central dos Estudantes”.

Em 1968, durante a ditadura militar, sob a perspectiva do acontecimento jurídico, da norma, a Lei 5.540/1968 textualiza, em seu artigo 13, sobre os “órgãos centrais de supervisão do ensino e da pesquisa, com atribuições *deliberativas*, dos quais devem participar docentes de vários setores básicos e de formação profissional”. Além dos sujeitos “docentes”, a lei, no artigo 14, formula o seguinte: “representantes originários de atividades, categorias ou órgãos

¹⁵ Consideramos o significante *Secretário(a)* para designar a posição-sujeito projetada como autor(a) das atas na prática deliberativa.

distintos”, com a ressalva de que “não subsista, necessariamente, a preponderância de professores classificados em determinado nível” e que haja, em caráter obrigatório, “representantes da comunidade, incluindo as classes produtoras”.

Já no período consagrado à democracia constitucional, pós 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394/1996) inscreve, em seu artigo 56, os “órgãos colegiados *deliberativos*” em que tomarão parte as formas subjetivadas como “segmentos da comunidade institucional, local e regional”, sendo que os “docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão”.

Nessas três materialidades, é regular a filiação da forma *deliberativa* em que se projetam distintas posições-sujeito em concorrência histórica. Podemos dizer que a associação de diferentes sujeitos a espaços institucionais de deliberação aponta para um modo de estabilização do político pelo jurídico, uma vez que esses sujeitos são formulados como coletividades difusas (‘setores básicos e de formação profissional’, ‘atividades’, ‘categorias’, ‘órgãos’, ‘comunidade’, ‘classes produtoras’, ‘segmentos’), cujos sentidos são amplos. Contudo, há certa relação instável e dinâmica sobre a institucionalidade com as condições de produção hegemônicas em dados contextos sociais, o que provoca, a partir da superfície daquelas materialidades, diferentes modos de se textualizar os sujeitos, de individuá-los, de jogar com o imaginário no movimento da história. Um movimento contraditório em que o político circula como efeito administrável pela norma.

Na forma de coletividades difusas, o consenso institucional na UFT sobre os sujeitos deliberativos toma a forma simbólica de *representantes*. Sob a baliza do texto regimental, o a forma-sujeito-deliberativo flutua e expõe o político atravessando a distinção dos sujeitos possíveis (necessários) à estruturação da prática deliberativa. Vejamos o seguinte recorte do Estatuto da UFT (2015)¹⁶, que trata dessa estruturação no âmbito do CONSUNI:

~~V – 2 (dois) representantes da comunidade discente;~~
 V – 04 (quatro) representantes da comunidade docente; (Redação dada pela Resolução n.º 16/2015 do CONSUNI, de 19/11/2015)
~~VI – 2 (dois) representantes da comunidade docente;~~
 VI – 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; (Redação dada pela Resolução n.º 16/2015 do CONSUNI, de 19/11/2015);
~~VII – 2 (dois) representantes da comunidade de servidores técnico-administrativos.~~
 VII – 15% (quinze por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente. (Redação dada pela Resolução n.º 16/2015 do CONSUNI, de 19/11/2015)

¹⁶ Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional>

O político se faz inscrito no corpo dos dizeres tachados, os quais apontam para um gesto de atualização histórica, o que mostra os movimentos do político que enxergamos no campo da contradição institucional, uma vez que a norma não muda, mas o modo da inscrição dos sujeitos é que é outra. Daí o fato de se dizer que há uma forma do direito circulando e afetando diferentemente os sentidos. Mantém-se a inscrição do deliberativo e da representação. Muda-se o espaço para o deslocamento. Irrompe a falha, o equívoco.

Não perdemos de vista que esse deslocamento se dá no interior da própria estrutura da prática deliberativa, e sob a premissa da autoridade legal. Pachukanis (2014) discute a condição própria da manifestação do contraditório no direito. Para o autor:

O comportamento das pessoas pode ser regulado pelas diferentes regras, mas o momento jurídico dessa regulamentação começa onde têm início as diferenças e oposições de interesses. “O litígio”, diz Gumpłowicz, “é o elemento fundamental de todo fato jurídico”. De modo contrário, a unidade de finalidades representa a premissa de regulamentação técnica. (PACHUKANIS, 2014, p. 94)

Ou seja, o autor propõe que o conflito é o ponto de irrupção da norma jurídica, em que a técnica incide. É para isso que se faz a técnica: para organizar o processo de dominação, de controle. Nesse sentido, a prática deliberativa mobiliza-se sobre questões as quais deliberam e produzem efeitos de solução. Os sujeitos inscritos nessa relação movimentam-se segundo as determinações da ordem do conflito, que se estabiliza em decisões na adjetivação “deliberativo”. Ou seja, há uma injunção ao fim da oposição. Como se consegue isso? Pela sobreposição das posições-sujeito próprias das formações ideológicas em disputa nos CS.

A hegemonia ideológica do Estado burguês, na forma do direito, apaga as contradições (diferenças impossíveis de se conceber em dada formação ideológica) inscrevendo os sujeitos nas diferenças possíveis. Assim como “médico e doente se transformam em sujeitos com direitos e deveres, e as regras que os unem, em normas jurídicas” (PACHUKANIS, 2014, p. 94), professores, técnicos-administrativos e alunos irrompem nos CS como formas filiadas a certas posições (formações imaginárias) a partir da institucionalização normativa regimental projetada na materialidade linguística.

A posição-sujeito institucional (o sujeito deliberativo), a que se projeta no campo das discursividades universitárias, é estabilizada pela norma. Contudo, as relações de sentido produzidas a partir da materialidade da língua, que é histórica, direcionam e dividem os sentidos para outros espaços discursivos. Nas condições históricas em que se dá a constituição dessa posição-sujeito é possível perceber o funcionamento do político, tanto na inscrição de certos

discursos, quanto no apagamento de outros. A forma do político na constituição dos sujeitos desestabiliza o que é próprio da hegemonia ideológica.

1.3.4 Da equívocidade dos sujeitos

O ritual de interpelação, como prática deliberativa, tem que se haver com o real como ordem incontornável. A língua lineariza e dá forma ao imaginário (ideológico) com se este fosse reflexo do real. Não é. Mas, o real se inscreve na língua. Ele toca a materialidade naquilo que é impossível de se inscrever: na falha, no equívoco. É dessa questão que trataremos aqui: a prática deliberativa como efeito (equívoco) de real.

Inscriver-se numa perspectiva materialista (histórica) é considerar a materialidade significativa da língua e a materialidade simbólica da história como fundamentos para observação da relação entre o imaginário (ideológico) e o real (ORLANDI, 2017b). Nas palavras de Orlandi (2017b, p. 27), “a análise de discurso afirma a materialidade da história ao afirmar a constituição do sujeito pela interpelação ideológica, trazendo para si a materialidade do sujeito e do sentido”.

Dizer da falha do ritual de interpelação é, antes de tudo, lidar com a condição material dos sentidos. É compreender que a língua não carrega em si as determinações do possível e do impossível de ser interpretado. Do mesmo modo, implica considerar que os sentidos não possuem uma fonte externa agindo sobre as possibilidades do dizer e do interpretar. A materialidade é produto da relação dos sujeitos com os modos de reprodução das condições de produção de sua existência, que são históricos e sobredeterminados por processos de interpelação ideológica constitutivos dos sujeitos. A língua é a forma material específica dos processos de produção dos sentidos. É o simbólico que ganha inscrição de certo imaginário pelo ritual de assujeitamento. É o lugar do encontro entre o sujeito e a história. Mas é, também, o lugar do equívoco, da falha; instância do político.

A interpelação não encontra lugar para ser plena, porque as condições materiais de produção dos sentidos estão sempre em movimento. São históricas. Estão sujeitas à mudança. Portanto, os sentidos que produzimos pela/na língua podem sempre ser outros. Tomar a falha como constitutiva é considerar que a condição própria dos sentidos está na possibilidade mesma de deslocamento do simbólico na história. Ou seja, não há sentido absoluto, inequívoco, caso contrário, já teríamos dito tudo e não haveria mais nada a dizermos. Portanto, produzir sentido na língua é inscrever-se na atualidade de um acontecimento.

As condições materiais de produção, em AD, referem-se à relação constitutiva dos sujeitos com as condições reais de sua existência. Essa relação é ideológica, efeito do imaginário. O real que se constrói aí é histórico (ideológico) e se projeta como dado, como evidência. É o que nos chega por meio da linguagem como significação. É o “real da história”. É discurso e toma forma do “impossível... que não seja assim”.

O real “do mundo”, no sentido de algo exterior à língua e aos sujeitos, é da ordem do inapreensível. É lugar do impossível, do insuportável, do descontínuo. O que está sempre lá, intervindo nos sentidos sem que seja descoberto. Segundo Pêcheux (2015, p. 29), “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Esse real “do mundo” é lugar do desencaixe. Aquilo que ganha inscrição pela via do inconsciente, lugar da clivagem, do *non-sens*, o que não cessa de voltar sobre o sujeito e os sentidos (PÊCHEUX, 2014b).

O ritual é falho, porque a interpelação se dá sobre um sujeito dividido, clivado. Sujeito do inconsciente, tomado como o lugar do não sentido, lugar do recalque, lugar de inscrição do que não foi recoberto pelo simbólico. Pêcheux (2014b) compreendeu que há um desencaixe entre a evidência do sujeito-centro-sentido (produto ideológico), e a interpelação do inconsciente (o real). Há desencaixe entre o real e o simbólico: “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente” (PÊCHEUX, 2014b, p. 278).

Pêcheux (2014b) faz um movimento para mostrar que o potencial revolucionário da reflexão althusseriana – na relação ideologia e inconsciente – foi atacada justamente no ponto em que dá a entender que o ritual é pleno, ou seja, que os sujeitos são como autômatos identificados ao Sujeito da ideologia dominante.

Como explica Pêcheux (2014b), o ritual cria brechas por onde irrompe o novo. Para ele, “há uma ‘pulsção’ pela qual o *non-sens* do inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (idem, p. 276). É nesse ponto de encontro entre o real e o simbólico que se produz a falha, o equívoco. Nesse ponto, portanto, é que acontece o político, a divisão, o lapso, o ato falho: “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (ibidem, p. 278). Esse é o processo que, para nós, aponta o político na estrutura que se projeta nas atas.

Pensando a forma-sujeito dominante na IU (sujeito-de-direito) devemos supor que o batimento entre Ideologia e o regime do inconsciente produz desencaixe de tal forma que o sujeito clivado se movimenta entre distintas formações ideológicas. Daí a noção de que o sujeito

é intercambiável. Ele é sempre dividido. Está em constante deslocamento entre as formas possíveis que se entrecruzam no domínio do AIE.

A forma histórica sujeito-de-direito, embora dominante, não determina os sentidos que produz, mas os mecanismos de sua produção. Ao mesmo tempo, os sentidos também não são determinados, como já dissemos, por uma exterioridade, mas esta cria as condições para que os sentidos possam ser produzidos. Estamos dizendo que a interpelação é o processo contraditório de (sobre)determinação. De acordo com Orlandi (2020, p. 91), “a interpelação se constitui de uma dupla determinação, contraditória: o sujeito é determinado (pela exterioridade) e determina (internamente)”. É justamente nesse processo que se constitui o sujeito para a AD: o sujeito afetado pelo esquecimento constitutivo (de que é a fonte dos sentidos) e pelo esquecimento necessário (de que controla os sentidos). De acordo com Pêcheux (2014b):

[...] *a forma-sujeito do discurso*, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*. Estamos lidando com uma determinação que se apaga no efeito necessário que ela produz sob a forma da relação entre sujeito, centro e sentido, o que, de uma forma condensada, chamamos “efeito Münchhausen”. (PÊCHEUX, 2014, p. 243)

Em outras palavras, sujeito e sentido são materialidades ideológicas e históricas: ao mesmo tempo em que o sujeito está sempre assujeitado na ideologia, a interpelação produz falha ao se deparar com o inconsciente. Nada escapa ao encontro com o real.

Diante dessas considerações, podemos afirmar que o sujeito deliberativo, constituído pela forma-sujeito da ideologia dominante (sujeito-do-direito) não encontra lugar possível para sua realização plena, uma vez que o real intervém e provoca desencaixe com outras formações ideológicas tensionadas na prática deliberativa. O ritual falha no momento mesmo de sua realização material. Ou seja, na interpelação, o sujeito é descentralizado sobre si mesmo. Nunca é completamente determinado. A determinação ideológica falha em centralizar o sujeito porque há real. Desse modo, o sujeito está sempre em movimento. Nunca é unívoco. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 91), “é assim que compreendemos o equívoco da ideologia, pelo modo como o sujeito é interpelado: o que lhe parece sua definição é justamente o que o submete”.

1.4 Da língua em seus efeitos sobre a institucionalidade

1.4.1 Do político na língua

As práticas ideológicas que focalizamos na IU operam circunscritas ao campo da deliberação. Estamos tratando de um lugar de encontro, tanto no sentido da tomada de decisão quanto no sentido do embate. Um espaço de instauração da tensão, que abre para o conflito, mas que é orientado ideologicamente para um resultado objetivo (“a votação”). Efeito ideológico que dá sustentação aos sentidos possíveis, estabilizados no campo da democracia institucional como um lugar de consensos e não de disputas de sentidos.

Projeta-se sobre esse espaço um imaginário ritualístico regido por uma organização simbólica em que uma “voz” central diz dos acontecimentos segundo a certa projeção imaginária do ritual. Referimo-nos a um efeito autor que produz o discurso do outro numa articulação performática dos dizeres: “teve início a reunião”; “o parecer foi aprovado”; “a sessão foi encerrada”.

Esse funcionamento diz de um ritual de interpelação coordenado por uma forma específica de arranjo linguístico. Essa forma tem que ver com as formações ideológicas entrecruzadas no processo de assujeitamento. A regularidade desse modo de textualização do acontecimento cria o fato de linguagem que ganha regularidade institucional sob o nome de ata. Mas não é a ata em si que conforma os dizeres inscritos em seus “limites”. Há determinações materiais e institucionais operando ideologicamente a gramática desses textos de modo a constituir o (im)possível de ser dito nessas condições. Pensamos se tratar de uma língua de madeira (GADET e PÊCHEUX, 2004) que recortamos em específico como uma *língua política*, uma língua que *se divide e se agrupa* ao mesmo tempo, como uma *língua formulaica*, que instaura as fronteiras dos sentidos inscritos no AaCS, sob dadas formações ideológicas, ainda que suas bordas sejam o lugar da irrupção do sujeito como efeito do equívoco constitutivo.

Nesse sentido, pretendemos alinhar algumas relações possíveis com a noção de “fórmula discursiva” (cf. seção 3.2) a fim de avançar sobre a construção de um dispositivo necessário ao nosso gesto analítico.

Pensamos a língua formulaica em que o trabalho de leitura é tomado como uma técnica, um ofício, um artifício para a inscrição da forma textual no arquivo. Ou seja, a constituição do AaCS se dá pela organização da língua num modo específico de funcionamento. É preciso interditar determinadas leituras em função de outras. Para isso, o trabalho técnico formata uma língua pretensamente ahistórica. Tentam-se apagar as condições de produção do processo de

textualização do acontecimento. Restituir as coisas-a-saber sobre o fato: aconteceu desse jeito, não de outro.

Podemos dizer que um processo de “arquivização” da língua, de torná-la arquivável, um processo de conformação, de busca da coincidência dos sentidos por meio de uma língua “hermética”, totalizante, capaz de dar conta de apagar as determinações históricas e criar um objeto límpido, claro, translúcido, onde a memória se instala inequívoca no AaCS. Esse é justamente o efeito da ideologia: apagar seus rastros, como se não estivessem lá.

Gadet e Pêcheux (2004, p. 36) argumentam que a ascensão burguesa foi seguida de um trabalho de reapropriação dos “universais escolásticos, do direito romano e da gramática latina”, no intuito de absorver seus efeitos sobre a “difusão conjunta da técnica, da instrução e da democracia parlamentar”. A exemplo do que Pachukanis (2014) já havia demonstrado em relação ao fato de o direito ser uma forma capitalista, para Gadet e Pêcheux (2004), a língua toma forma jurídica, política e cultural na formação do Estado burguês. Trata-se, portanto, de uma forma ideológica que opera sob a lógica da reprodução dos modos de produção dominante. Constitui-se, a língua, como um projeto político, uma língua de Estado, uma língua política, como afirmam Gadet e Pêcheux (2004):

A política burguesa transforma a rigidez das ordens em terreno de confronto das diferenças. O que havia começado com as empresas de Cristianização da igreja medieval, e continuará com o início do colonialismo (particularmente, as gramáticas dos missionários), ganhou, com a constituição dos Estados nacionais, a forma de um projeto político, que colocava na ordem do dia das revoluções burguesas a “questão lingüística”: constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 37)

Ora, quando tratamos de língua em análise de discurso, estamos lidando com a forma material (histórica) específica dos processos discursivos. O mesmo pressuposto teórico que tematiza que não há um fora da história porque o homem é histórico. A ideologia coloca a todos dentro da língua, porque somos sujeitos ideológicos, portanto, condenados a produzir sentido (ORLANDI, 2007). Tal mecanismo de produção dos sentidos (a ideologia) se manifesta por meio do discurso. A língua não é outra coisa senão a forma material do discurso.

A noção de língua é, pois, uma manifestação do aparelho ideológico que visa a reproduzir as condições de produção próprias do Estado capitalista. Assim, as políticas públicas escolares, desde a alfabetização, passando pelo ensino médio e técnico, até o superior, funcionam produzindo sentidos de uma nacionalidade, de uma norma oficial que rege as relações linguísticas entre os sujeitos em formação. Mesmo a alfabetização de adultos pode ser tomada como “um movimento do Estado no intuito de trazer os sentidos para dentro do espaço

da legalidade a partir da noção (jurídica) de cidadania” (BARBOSA FILHO, 2013, p. 25-6). A língua oficial produz, portanto, efeitos de que há direitos (à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à liberdade etc.).

Em nossa pesquisa, tomamos a noção evocada por Gadet e Pêcheux (2004) quando estes dizem que a língua é uma questão de Estado, tem a ver “com invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 37).

Compreendemos que tais efeitos são produto da determinação intrínseca entre as instâncias do assujeitamento: ideologia, discurso e língua. Contudo, o caráter determinante desse processo é desestabilizado no próprio gesto de interpretação: os sujeitos deslocam a centralidade dos sujeitos e o real intervém atualizando os entrecruzamentos da memória. Estamos sempre dentro da história e dentro de nós mesmos. A ideologia nunca é capaz de produzir uma identificação plena consigo mesma. Ela é sempre contraditória. A língua, nessa relação, não é domesticável. Esquece-se de que não se controla os sentidos, que só se instalam na língua, porque há sempre injunção à interpretação. A língua é, enfim, ponto de (des)encontro que se atualiza no sujeito (como origem dos sentidos). Ela, a língua, é política.

As atas dos CS são o ponto nodal de uma relação contraditória de dominação ideológica. Não plena, mas falha. Esse é o pressuposto central para afirmar a possibilidade de rompimento com os sentidos determinados pela técnica da língua. A evidência do acontecimento textualizado é ilusão ideológica de uma língua política (forma da evidência de uma língua oficial).

Um dos efeitos centrais da língua política é de que há uma organização, uma regularidade entre textos, uma sequência logicamente definida entre os textos produzidos na institucionalidade. Essa é a evidência de que o texto “ata” assim o é porque outra forma textual não produz o mesmo sentido segundo as práticas do aparelho. Está óbvio (por causa da ideologia) que os memorandos, os ofícios, os *e-mails* e as atas são produções necessárias para organizar, na rotina administrativa, as relações entre os sujeitos institucionais (hierarquizados, funcionais, disciplinados). Nas palavras de Haroche (1992, p. 24), “a unidade política e administrativa necessita, com efeito, de uma unificação da língua”. Essa é uma ilusão necessária do aparelho ideológico: a relação burocrática construída historicamente. Não é uma relação natural, mas simbólica. É porque há ideologia que há sujeitos e que há institucionalização desse sujeito.

Em relação às atas, é preciso estabilizar a evidência de que há uma prática processo deliberativo e que todos os indivíduos inscritos na institucionalidade têm seus interesses representados. Os sujeitos são instados pela língua a serem sujeitos-de-direito, sujeitos deliberativos. A língua produz a evidência, porque é ideológica. Dentre as evidências que destacamos está a de que há posições-sujeito institucionais estáveis nas atas: aluno, professor, técnico, secretária, reitor etc.

A interpelação que se produz na/pela textualização da ata vai sempre restituir os sujeitos a esse lugar institucional. Esse movimento de posicionamento dos sujeitos não está alheio ao retorno do inconsciente e seu encontro com o real. À medida em que a regularidade se instala, e a língua política (re)diz o mesmo, (re)produz o acontecimento sob um “mesmo molde”, abre-se para o (des)encontro, o atravessamento, a atualização. Segundo Gadet e Pêcheux (2004), é na complexidade contraditória da língua que há possibilidade de nos encontrarmos com o real da história.

1.4.2 Da ordem linguístico-histórica

O gesto de leitura, segundo Orlandi (2020), pode se dar em dois regimes: da organização e da ordem. Para a autora, a organização está no domínio do imaginário, associa regra e sistematicidade, forma empírica e abstrata. É na instância da organização que se opera o que Orlandi (2007) chama de “conteudismo”. Conforme a autora:

O conteudismo, tal como venho definindo (Orlandi, 1992), resulta do fato de que há uma injunção à interpretação e de que exercemos essa injunção (tudo tem que receber um sentido) pelo hábito de definir os sentidos pelos seus conteúdos (como evidências): o que “x” quer dizer? Esse hábito, no entanto, é o resultado de uma construção, historicamente determinada, da nossa relação com a linguagem em que estão em causa o sujeito como intérprete (na sua relação com o “saber”) e o sentido (em sua relação com as coisas). (ORLANDI, 2007, p. 95).

A análise de discurso pressupõe uma superação desse regime de leitura tendo em vista uma compreensão de que a ideologia é um processo de produção de certo imaginário sobre o mundo em que se estabiliza uma determinada interpretação como sendo uma interpretação necessária e inequívoca (ORLANDI, 2007).

Por sua vez, a ordem (do discurso) corresponde à forma material em sua espessura linguística e histórica. Na ordem do discurso, “o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (ORLANDI, 2020, p. 49). Na ordem do discurso, abre-

se espaço para a equivocidade constitutiva dos processos de produção dos sentidos. Nessa instância os sentidos estão sujeitos a deslocamentos e rupturas.

O regime da ordem opera a noção de materialidade, configurada nas fronteiras da língua enquanto ordem simbólica (linguística e ideológica) (ORLANDI, 2020). Por isso que, para o campo da AD, a língua é a base material dos processos discursivos.

A língua funciona como um sistema relativamente autônomo de relações sígnicas e como uma instância histórica de produção de sentidos. O relativo funcionamento autônomo da língua se dá pelo princípio de ordenação (que também é histórico). As formulações linguísticas possuem uma ordem regular de arranjos dos signos de modo a permitir a decodificação textual. Contudo, é nessa ordenação que se encontra a possibilidade de rearranjo e de disrupção da língua. Os sentidos são, portanto, a condição de funcionamento da língua. Sua historicidade é que determina as formas de produção do discurso. A gramaticalização sistematiza a língua, mas não impossibilita a realização do novo. Sempre há um modo diferente de se dizer o mesmo, princípio da paráfrase.

Dizer da materialidade da língua é, também, considerar a emergência do fato linguístico nas condicionantes históricas em que este se realiza. Não se trata de considerar o contexto imediato de produção do discurso. Trata-se de uma abordagem mais ampla, que toma as condições sócio-históricas como uma exterioridade constitutiva da língua. Ou seja, a materialidade tem sua especificidade histórica, não como um acontecimento situado num marco temporal específico, mas como um fato sobredeterminado pelas relações de (re)produção dos sentidos numa formação social. É na e por meio da materialidade linguística que o analista de discurso busca desnaturalizar os efeitos da ideologia, buscando ultrapassar a organização imaginária e atingir a ordem do discurso (linguística e histórica).

Na conjunção da ordem linguística com a ordem histórica, a materialidade discursiva produz sentido. Nessa relação, a língua ganha efeito de estabilidade sistêmica ao mesmo tempo em que atualiza uma memória histórica. O mundo se dá a perceber como real, e a ideologia mantém-se intacta na manutenção dos sentidos.

Apesar de a regularidade aparentar uma ordem já dada do real, há outros processos operando a todo o momento mudanças nas condições de produção do discurso (língua e história) de modo que os dizeres (nos des-arranjos da língua) são sempre outros, porque a história é sempre outra. O atravessamento, portanto, é intrínseco ao processo de produção dos sentidos. Mesmo que se tente regulamentar os sentidos, não dá (ORLANDI, 2020), pois

[...] na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido, sua historicidade, **evitando o corpo das palavras** e o do sujeito (ORLANDI, 1987), regravando a relação com a interpretação, ao mesmo tempo em que faz o sujeito responsável, fonte de seus sentidos. (ORLANDI, 2020, p. 93)

Da relação língua e história, a ideologia movimenta os sentidos e sobredetermina novas formas de significar os espaços institucionais. Em consequência, criam-se arranjos para poder dizer o mesmo, só que diferentemente.

1.4.3 O objeto linguístico é material

Independentemente da forma institucional projetada sobre o AIE ou do cotidiano empírico que se (re)produz como efeito a partir dela, é a materialidade linguística textualizada como objeto que se põe como leitura possível para uma análise de discurso, se nosso propósito for compreender a textualização do político nos CS. Por essa razão, assumimos a imperiosa necessidade de construir um espaço de interpretação dos textos que não esteja dado *a priori*. Isso significa que, embora as injunções da estrutura da IU constituam, também, as condições de produção das formas textuais em questão, é preciso transpor o efeito ideológico e compreender que direcionamentos significantes a materialidade opera sobre a evidência do “já-lá”. Nesse sentido, destaca Orlandi (2007):

A análise de discurso mostra assim um seu aspecto paradoxal: ela é uma disciplina interpretativa mas reconhece os limites da interpretação e procura desmanchar o caráter linear dela. Isto é, a análise de discurso é um exercício permanente das bordas da interpretação. Por isso se propõe não a interpretar mas a compreender os processos de significação que sustentam a interpretação e que mostram seus contornos instáveis. (ORLANDI, 2007, 176)

Desse modo, constituímos nosso objeto no percurso teórico, buscando traços dos discursos que atravessam a prática deliberativa na IU. Não é porque a materialidade se apresenta para nós como “ata” que os efeitos dispersivos são controlados. Nossa proposta teórica (da AD) é justamente deslocar o gesto de interpretação do lugar ideológico por meio de dispositivos teóricos capazes de mostrar os efeitos da ideologia sobre a leitura. O que nos afasta da relação forma e conteúdo como perspectiva analítica. Alinhamo-nos com Orlandi (2007), quando a autora afirma que:

[...] a análise de discurso procura desfazer o falso dilema entre forma e conteúdo, criticando tanto o formalismo como o contedismo. Ela se propõe trabalhar a forma-sujeito, isto é, o sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade,

e a forma-do-sentido, considerando que os dois são determinados historicamente em seus processos de constituição e funcionamento. (ORLANDI, 2007, p. 97-8)

Numa abordagem discursiva, conforme a autora, considera-se a “forma material” do sujeito e do sentido. Isso significa que lidamos com a forma que é linguística e histórica, não abstrata. Para isso, é preciso não contornar a língua. É preciso expor sua materialidade significativa. É preciso compreender os processos de produção como efeitos do ideológico na leitura do texto. É preciso não ignorar a materialidade da língua. É preciso não fugir dela.

É nesse sentido que a AD se propõe a confrontar o efeito de univocidade institucional. Conforme Orlandi (2010):

[...] ela vai recusar o conteudismo (a separação forma/conteúdo) e, insistindo sobre o fato de que o sentido é produzido, vai restituir a opacidade, a espessura semântica, aos objetos simbólicos: a compreensão, na Análise de Discurso é *política*. (ORLANDI, 2010, p. 40)

Fazemos isso por meio do trabalho com o arquivo, num movimento em direção às atas produzidas no domínio dos CS, para compreender os efeitos da institucionalidade sobre os processos de produção dos sentidos, em especial, o modo como o político e a língua trabalham (n)essa relação.

1.5 Da noção de arquivo

1.5.1 Um objeto teórico de base material

Arquivo pode ser “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). Ou seja, dado conjunto de textos circunscritos a determinado domínio de memória em que é possível reconhecer certas regularidades discursivas.

Neste lugar, evocamos um duplo movimento que se realiza na intercambialidade entre uma noção metodológica, em que o arquivo é tomado como “conjunto de objetos a selecionar, recortar e articular visando à construção do *corpus*”; e uma noção teórica, que compreende o arquivo como “o que permite o surgimento de novos objetos” (MITTMANN, 2015, p. 351). Ou seja, nosso trabalho com arquivo se dá num gesto de interpretação no qual recortamos a materialidade linguística específica, organizada, distribuída e disponível institucionalmente, de modo a dar decorrência a questões interpostas nos processos de (re)produção dos discursos.

Para Mittmann (2014), é preciso considerar alguns aspectos acerca da noção de arquivo: (i) os arquivos estão sempre disponíveis; (ii) são manipuláveis; (iii) asseguram que a memória (história) não se perca; (iv) eles guardam tudo (possuem uma totalidade); (v) determinam o que “pode/deve entrar e o que pode/deve ficar de fora”; (vi) são divididos. A autora sustenta que um dos efeitos do arquivo é ser “banco de dados” para “novos discursos”, ou, inversamente, ancorar novos discursos a partir da constituição de discursos “previamente selecionados, autorizados, legitimados e organizados em arquivo” (MITTMANN, 2014, p. 33).

O arquivo constitui, assim, a memória institucional dos discursos, que, aos poucos, com o tempo, é sedimentado no interior de salas, gavetas e armários, quase inacessíveis. Lembra Aiub (2012) que os arquivos documentais dirigem os sentidos possíveis dentro de uma organização determinada, porque são parte de uma sequência de textos elaborados numa dinâmica que atribui anterioridade significativa ao que já está firmado institucionalmente, pois

se existem aqueles arquivos que são mais comumente acessados já na sua forma de documento e que produzem certas evidências de sentido, fazendo com que se estabeleça uma espécie de memória coletiva (todos sabem que...), é justamente porque existem aqueles outros arquivos, quase nunca acessados nem lidos, que são subjacentes e fundamentais para que estes sejam interpretados como tem sido ao longo dos anos. Trata-se aqui de uma espécie de apagamento de outras leituras possíveis. (AIUB, 2012, p. 64)

Ao se formularem determinados dizeres, identificando-os a determinadas posições-sujeito, os textos de arquivo funcionam institucionalmente definindo o que pode e o que não pode ser dito sobre determinados temas em discussão (determinadas condições de produção). Para Aiub (2012), o arquivo guarda e nos resguarda, organiza e ordena a possibilidade de existência.

Mittmann (2014) trata da noção numa perspectiva discursiva, a qual considera a linguagem como constitutiva do próprio arquivo, sedimentando certos sentidos e apagando outros. Numa visão lacaniana, de acordo com Romão, Galli e Patti (2010, p. 125), não se trata de “considerar o sentido *a priori*, como dado em estado de congelamento, mas na retroação, no fluxo de um permanente retorno a significantes já postos em discurso anteriormente”. Na mesma linha, os autores continuam: “pela linguagem, o arquivo é tecido e inscreve tessituras em seu corpo que necessita de um lugar para se construir (operação topográfica) e para se organizar (operação de linguagem)” (ROMÃO; GALLI; PATTI, 2010, p. 125).

O analista de discurso que se debruça sobre arquivo deve realizar um gesto distinto de leitura e “não só trabalhar com a leitura tradicional já instaurada e institucionalizada, mas

principalmente, verificar por que certas práticas foram apagadas em detrimento de outras” (AIUB, 2012, p. 68). Para Romão, Galli, Patti (2010):

O arquivo não com-porta tudo, tampouco está em sua ordem o fato de tudo nele poder guardar; há ainda uma condição estrutural de todo arquivamento que, como vimos anteriormente, precisa ser levada em consideração, a não-neutralidade do que é retido como efeito de verdade. (ROMÃO, GALLI, PATTI, 2010, p. 129)

No entanto, esse apagamento não encerra por completo outras possibilidades de leitura e nem o resgate dos dizeres aceitáveis quando da elaboração do arquivo. Os textos são organizados de modo a que os sentidos sejam limitados e formem um todo coeso, sem escapes. Isso, todavia, não é garantia nenhuma de que os deslocamentos deixem de existir, assim como lembra Romão, Galli, Patti (2010):

Discursivamente, entendemos que o arquivo tenta restituir um efeito de inteireza a partir da saturação de certos sentidos e, ao fazê-lo, põe em estado de exclusão uma série de e [sic] campos de dizer tidos como marginais, relegados ao esquecimento, à interdição ou a outros movimentos de inscrição. Diga-se de passagem que o que não pode ser dito de um modo o é de outro, ou melhor, o que não pôde ser guardado em um arquivo oficial, não deixou de existir ou de ser (bem)dito, apenas pulsa de outro modo. (ROMÃO, GALLI, PATTI, 2010, p. 131)

Desse modo, o arquivo não se caracteriza como um repositório que pode ser consultado sempre que se pretende comprovar algum sentido posto. Conforme Mittmann (2014), os arquivos não devem ser tomados como “elementos de comprovação de fatos”, mas, pelo contrário, é preciso compreendê-los em sua “opacidade”, situá-los num “jogo de tensão e deriva entre posições-sujeito de uma formação discursiva e entre formações discursivas, o que produz o movimento de sentidos, seja na forma de deslizamento, seja na de deslocamento” (MITTMANN, 2014, p. 39). O arquivo é, pois, obra de uma articulação teórico-metodológica que produz, invariavelmente, unidade e dispersão de sentidos.

O arquivo opera, portanto, no intervalo entre o controle e a deriva, as leituras (im)possíveis em dadas condições de produção. Para Orlandi (2020):

Refletindo-se sobre esta questão, na perspectiva do arquivo tal como o faz Pêcheux (1981), pode-se chegar ao fato de que há uma divisão social do trabalho da leitura, de tal modo que ela tem suas diferentes formas na história, embora, basicamente, se possam distinguir: a) o modo literário e b) o modo científico da relação com os sentidos, sendo essa relação sobredeterminada pela divisão entre o corpo social dos que tem direito à interpretação, distinto daqueles que fazem o trabalho cotidiano de sustentação da interpretação que deve ser a que se estabiliza. Distinção entre *intérpretes* e *escreventes*. Seria o que, no meu entender, se pode pensar como a administração sócio-histórica da apreensão dos sentidos, na produção (necessária?) inevitável da literalidade. (ORLANDI, 2020, p. 68)

Em sua reflexão acerca dos possíveis gestos de leitura para o arquivo, Pêcheux (2014a) aponta que, numa primeira perspectiva, trata-se de: “constituir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjuntura, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’” (PÊCHEUX, 2014a, p. 59). Uma segunda perspectiva diz respeito ao modo como “os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva” (PÊCHEUX, 2014a, p. 59). Assim, existem as castas autorizadas institucionalmente a interpretar os textos e impor sua leitura ao conjunto do povo. Esses sujeitos ocultam-se na institucionalidade, “apagando” suas marcas e ditando a verdade inscrita no arquivo. Para Barbosa Filho (2017):

No arquivismo, o documento parece ser puro epifenômeno do acontecimento, isto é, ele é apenas a transcrição, pura e simples forma textual do acontecido. Essa posição mobiliza uma espécie de empirismo do fato que ignora a compreensão de que o acontecimento também é materialmente equívoco. É nesse sentido que eu gostaria de pensar no arquivo como um intervalo entre textualização e acontecimento na medida em que dito e não-dito compõem a materialidade do arquivo. (BARBOSA FILHO, 2017, p. 2)

O olhar sobre o arquivo não pode ser ingênuo. É preciso compreender o efeito ideológico que, segundo uma ordem institucional,

os arquivos são o conjunto dos documentos recebidos ou constituídos por uma pessoa física ou moral, ou por um organismo público ou privado, resultante de sua atividade, organizado em consequência [sic] de tal atividade e conservado tendo em vista uma utilização eventual. (FAVIER, 2001, *apud* MARIANI, 2016, p. 12)

Nesse sentido, o arquivo seria associado a um objeto arqueológico. Para nós, ler o arquivo é compreender a materialidade significativa a partir dos processos sócio-históricos que o constituem. É na leitura do arquivo que a “memória coletiva” se revela como práticas nos aparelhos do poder (PÊCHEUX, 1997).

Na leitura do arquivo, o analista de discurso deve deslocar o efeito de evidência. O nó central desse trabalho está na “[...] relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 66). Em outras palavras, podemos dizer que a leitura do arquivo pressupõe uma relação com a memória histórica, o interdiscurso, textualizada no intradiscorso como memória de arquivo.

1.5.2 Atravessamentos do simbólico

Realizamos uma aproximação entre língua e arquivo no presente trabalho tendo em vista o enfoque teórico-metodológico que operamos, a partir do qual tratamos dos processos de textualização do político.

A língua, em sua relação com o arquivo, tem seus fundamentos na formação das sociedades burguesas. Está sustentada sob efeitos de cientificidade, que imprime suas marcas em todos os objetos que “investiga”. Nessa perspectiva, as chamadas “línguas naturais” são tomadas como se possuíssem uma ordem lógico-matemática intrínseca à sua estrutura. Gadet e Pêcheux (2004) confrontam essa posição apontando para a materialidade linguística. Para eles, se é possível haver política nas línguas naturais é porque as marcas sintáticas dessas línguas “são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p. 24).

Estamos nos referindo a uma língua institucionalizada, posta em funcionamento nos espaços administrativos. Uma língua de Estado.

Gadet & Pêcheux (2004) apontam a contribuição da ciência linguística para o estabelecimento dessa noção unívoca de língua, a qual serve muito bem aos propósitos das classes dominantes. Seguem os autores:

As finalidades últimas da lingüística, longe de visar a uma solução teórica, parecem manter uma relação estreita com o desejo político de terminar de uma vez por todas com os obstáculos que entram a “comunicação” entre os homens. Do esperanto às línguas lógicas, os lingüistas não param de procurar a nova língua universal capaz de reproduzir o milagre de uma Pentecostes científica: Babel reencontrada. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 21)

Em sua abordagem, os autores (idem) asseveram que “a linguística não poderia se reduzir a uma concepção de mundo. Ela comporta intrinsecamente uma prática teórica que toma a língua como objeto próprio, o que chamamos de ‘o real da língua’” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 20). Ou seja, para os autores, o trabalho com os objetos linguísticos deve levar em conta o que é próprio da materialidade linguística, como um fato de linguagem, não uma abstração. Ao se abandonar o objeto linguístico “real”, também se destitui seu sentido político, instaurando-se um regime de (re)produção ideológica a serviço das classes dominantes.

Essa língua construída sob os alicerces da ideologia burguesa dá forma ao *arquivo institucional* – junção histórica de texto que na sua própria conformação já sugere os regimes de constituição, com seus dispositivos de regulação do que deve circular em um dado momento

histórico. Ela (a língua) também institui os modos de dizer e de interpretar a materialidade. Essa língua aponta para uma abstração institucionalizada. Uma forma unívoca e transparente da história. Nessa relação com a língua, o arquivo institucional é tomado como:

[...] aquilo que não deixa esquecer, que não permite que o acontecimento se dissipe, se espalhe e circule de qualquer maneira, como um lugar onde se pode dizer o que o sujeito nunca disse, um espaço em que o sujeito é falado e significado justamente pelo que deixou de enunciar, um lugar onde o inscrito é ponto de inflexão entre o real da língua e o real da história no impasse ético e político entre a espetacularização e a morte do acontecimento. (BARBOSA FILHO, 2017, p. 4)

O arquivo é a forma institucional da memória. O lugar em que o político se marca pelo corte, pela extirpação de outros dizeres. Na confrontação com a atualidade, os sentidos se restituem ao “modo de significar” o arquivo. Ou seja, é preciso recorrer à técnica como uma chave para abrir os sentidos dos textos do arquivo.

A informatização dos tratamentos dos textos do arquivo é um dos fatores desse aparato técnico vinculado ao gesto de aproximação da língua à lógica cientificista. Afirma Pêcheux (2014a):

As necessidades da gestão administrativa dos documentos textuais de todos os tipos fizeram, assim, na primeira metade do século XX, sua junção histórica com os projetos científicos visando à construção de línguas artificiais (a herança leibniziana do Círculo de Viena). A primeira onda de desenvolvimento informático das décadas de 1950 a 1970 veio confirmar essa união. (PÊCHEUX, 2010, p. 60)

O arquivo, nessa perspectiva, constitui-se da própria prática ideológica de produção de uma língua administrável pelo domínio de uma sintaxe pretensamente inequívoca, cuja leitura se mantém sob o domínio da técnica. Nesse sentido, Pêcheux (2014a) coloca que:

A lógica das classificações autoriza o desvio da atividade matemática pela gestão administrativa, ou seja, pelo funcionamento de ‘máquinas’ cuja memória é constituída exclusivamente de lembranças, listas e quadros: a palavra ‘IBM’ está aí para nos lembrar que a informática tem, espontaneamente, parte ligada à burocracia administrativa. (PÊCHEUX, 2014a, p. 61)

Diante dessa constatação, Pêcheux (2014a) faz uma crítica à não exploração do “fato da língua”. Segundo o autor, há um prevalente movimento de quantificar a leitura do arquivo por meio de “quadros estatísticos de resultados, ou de microuniversos lógicos aptos a acolher os cenários conceituais purificados da inteligência artificial” (PÊCHEUX, 2010, p. 58).

A língua se institucionaliza não por ser lógica, mas porque recorta o político naquilo que direciona sentidos. Os textos do arquivo operam essa língua num movimento de articulação

entre a “marca linguística” (o político) e o “traço lógico” (formulaico). Conforme Gadet e Pêcheux (2004, p. 24), esta língua¹⁷ representa “a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para ‘bom entendedor’ meia palavra basta”.

A AD, em seu estatuto materialista, vem restituir a história aos processos discursivos, dando a entrever os processos de produção dos sentidos em sua materialidade histórica. Assim aponta Mariani (2016):

As condições históricas de produção, em seus momentos de maior ou menor democratização do Estado, marcam a constituição dos arquivos – com suas técnicas de marcar, identificar, classificar, comparar, ordenar, reunir e separar documentos –, estipulando a regulação administrativa, jurídica, econômica e política do que pode e deve circular na sociedade em termos de textos e produções de sentidos a eles vinculados. (MARIANI, 2016, p. 14)

Segundo Orlandi (2020), a AD torna complexa a relação com o *corpus* a partir da noção de arquivo, que irrompe de interrogações no campo das ciências sobre o problema da (não)transparência da leitura, atestada pelo processo de re-significação ocorrido em diversas disciplinas, como por exemplo, a releitura de S. Freud por J. Lacan e K. Marx por L. Althusser. A leitura, nesse movimento, constitui-se como um aparato teórico do qual a noção de interpretação depende intrinsecamente.

Situados nessa discussão, propomos um trabalho *com* arquivo, mas também um trabalho *de* arquivo. Ao mesmo tempo em que não foge à materialidade do objeto linguístico, nossa análise pressupõe a montagem de um arquivo específico. Estamos de acordo com Mariani (2016, p. 10): “não há arquivo em si, ou *a priori*, sem o gesto de leitura que o constituiu”. Os próprios dispositivos teóricos que mobilizamos já são parte do gesto de leitura do arquivo. O trabalho com arquivo é um trabalho de leitura interpretativa, em que, segundo Amaral (2014), busca-se extrapolar sua condição de “banco de dados”.

1.5.3 Organização do arquivo deliberativo

As representações da prática deliberativa têm a ver com a constituição de uma memória institucional, um arquivo. Destacamos que memória, aqui, não é o conteúdo dos pensamentos capitados na textualização ou o registro dos fatos empíricos que se deram na relação entre os indivíduos num dado tempo e lugar. Refere-se à rede de filiações discursivas (re)produzidas

¹⁷ Os autores referem-se à língua do direito. Por analogia, pensamos em língua formulaica.

historicamente. Trata-se de certas regiões do interdiscurso que operam pelo esquecimento na imbricação com a formulação do arquivo.

O arquivo é memória institucionalizada, “a que não esquece, a que provê a estabilização dos sentidos e sua permanência no discurso social como tal, determinada, por outro lado, pela memória discursiva (interdiscurso), a que se estrutura pelo esquecimento” (ORLANDI, 2016, p. 11). Ao mesmo tempo, o arquivo é lugar de segmentação dos sentidos, memória metálica (memória informatizada), a que, linearizando o interdiscurso, “redonda o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (ORLANDI, 2020, p. 15). O arquivo se quer o lugar da interpretação homogênea, do apagamento do político. Memória em rede que planifica os modos de leitura, fazendo crer que o político, o jurídico e o administrativo produzem os mesmos efeitos. Memória lógica, formulaica.

O arquivo se projeta também como memória histórica. De acordo com Nunes (2008, p. 90), “a memória institucionalizada tem uma história e [...] ela é sustentada por certas condições que, quando deixam de vigorar, abalam a estabilidade do arquivo”. O trabalho do analista de discurso é também mostrar o funcionamento dessa história (ideologia) produzindo sentido sobre o arquivo. Conforme Pêcheux (2014a):

Nesta medida, o risco é simplesmente o de um *policimento dos enunciados*, de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*: ‘quando se quer liquidar os povos’, escreve Milan Kundera, ‘se começa a lhes roubar a memória. (PÊCHEUX, 2014a, p. 63)

A leitura do arquivo é sempre uma retomada ao não-esquecido. O arquivo fragmenta o simbólico e lineariza a memória histórica, tornando-a memória institucional. Quando discorremos sobre fragmentação estamos apontando para o funcionamento irregular da memória. Estamos chamando a atenção para o político no arquivo, aquilo que provoca descontinuidade sob o efeito da progressão histórica. Diz respeito ao corte histórico que instaura a unidade textual e a regularidade do arquivo (no campo da ideologia) e divide seus efeitos simbólicos e a direção do político na instância deliberativa.

Diante das condições de produção das discursividades institucionais em foco e o apanhado das noções teóricas que vimos mobilizando, buscamos, agora, repousar sobre a materialidade histórica do arquivo.

Compreendemos que as práticas no interior dos AIE, em específico na IU em foco, são administradas pelo arquivo institucional, em seu modo de ordenar e organizar as discursividades possíveis e legitimadas a circular como memória institucional.

Dada a impossibilidade de se tomar o arquivo – tudo que se diz sobre a instituição – como objeto, faz-se necessário efetuar recortes. Considerando que o campo deliberativo é regido pelas determinações que operam dadas discursividades do domínio administrativo, numa dada época, numa dada instância, procuramos recortar o arquivo administrativo da instituição universitária, representado por inúmeras materialidades (regimentos, ofícios, leis, portarias, e-mails, relatórios, pareceres etc.) que organizam a entrada na memória institucional, sendo o objeto ata um desses instrumentos.

A ata é o objeto material que recortamos para a leitura do Arquivo Administrativo da Instituição Universitária pela circunscrição no campo deliberativo, que, por sua vez, ainda é recortado pelos Conselhos Superiores da Universidade. Nessas instâncias, produzimos uma representação do arquivo a que denominamos da seguinte maneira:

Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores da UFT (AaCS) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Arquivo de Atas do CONSUNI (AaCn)} \\ \text{Arquivo de Atas do CONSEPE (AaCp)} \end{array} \right.$

Como se pode depreender da representação anterior, o AaCS compreende o conjunto dos arquivos delimitados nas instâncias deliberativas da Universidade.

A organização da memória institucional é efeito do AaCS. O modo como se textualiza o marco temporal do acontecimento, a etiquetagem dos documentos, a possibilidade de formular certos dizeres em detrimento de outros, são formas de inscrever esse arquivo na história pelo encontro do simbólico e do imaginário (ideológico). Em todos esses gestos, o AaCS mobiliza a memória discursiva que, frente ao AAIU, funciona reestabelecendo os implícitos que a leitura do texto do arquivo necessita (MARIANI, 2016, p. 22). Assim, as textualidades constituintes do arquivo institucional, onde situamos o AaCS, dão forma material às práticas deliberativas pelo efeito do não esquecimento. Isso se traduz numa divisão entre o esquecimento e o não esquecimento.

Em outras palavras, estamos dizendo que o AaCS é um dispositivo político, onde os conselhos são projeções da memória tomada pelo não esquecimento; são lugares de encontro, de convergência. Os CS, assim, projetam-se como instâncias de decisões produzidas por meio de processos discursivos que incidem sobre as formas do AaCS. Essas formas (políticas, divididas) produzem efeito de unidade como, dentre outras possíveis, atas de reuniões (extra)ordinárias, sessões solenes, indicação de lista tríplice etc.

Essas configurações de divisão do AaCS são modos de classificar a materialidade que integram, como um contínuo, a memória institucional (não esquecimento) e o fragmento do

simbólico (história fragmentada, particionada, contada em partes). O AaCS permite que se recorte o acontecimento como uma unidade divisível do todo da memória. Permite que, nesse gesto, operem outras determinações, o que implica outras relações de sentidos em outras condições de produção.

Lancemos luz sob modos estabilizados de funcionamento do ideológico sob a forma política dos CS, que se dá por meio da constituição fragmentada do AaCS como arquivo político.

2 MATERIALIDADE UNIVERSITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA DELIBERATIVA

2.1 Da instituição universitária: efeitos de memória sobre as representações da UFT

“... a construção de uma bela memória de uma grande Universidade”¹⁸

Segundo Mascaro (2013), os entes do Estado tornam-se formas identificáveis concretamente no tecido social, com relativa autonomia em face da forma política da ideologia burguesa. O “objeto” discretizado do mundo é ideológico. Pode ser discursivizado, em distintas condições de produção, como *espaço público, estado, território, ente federativo, jurisdição, Tocantins* etc. Cada mecanismo do sistema capitalista produz uma forma específica de operacionalização da ideologia. A forma política Tocantins é, portanto, uma separação, assim como as formas institucionais que reproduzão da vida em sociedade.

É pensando nessa questão que introduzimos o acontecimento político-jurídico (SAES, 2012) de criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), assentando nosso olhar sobre textos legais, jornalísticos, acadêmicos etc. Ancorados nessas materialidades, a IU estabiliza-se como memória e produz seus efeitos na forma como se representam os sujeitos tocantinenses, os quais se regularizam no dizer sobre a relação ideológica entre a criação do Tocantins e da UFT: um processo “natural”, “uma conquista”, “um sonho” no qual participaram “líderes”, “a juventude”, “estudantes”, “professores”, “comunidade tocantinense”. Essas são as palavras de Pereira (2009):

[...] com o advento do estado de Goiás a ideia de desmembrar o então norte goiano, visando a [sic] criação do estado do Tocantins, tornou-se uma bandeira de muitos líderes, destacando aqui a efetiva participação da juventude. Ao mesmo tempo que a discussão foi se consolidando é natural que tenha surgido também a tese de criação e implantação da UFT. A conquista mencionada, [sic] tornou-se realidade através da Lei n. 10.032 de 23 de outubro de 2000, que viabilizou a sua respectiva regulamentação. A consolidação deste sonho só foi possível graças às ações de forma articulada de governo a nível federal, estadual, professores, estudantes e da comunidade tocantinense. (PEREIRA, 2009, p.77)

Como marco desse acontecimento – embora não se possa falar propriamente em criação da UFT, mas de instauração de um regime jurídico-político de institucionalidade –, a Lei nº 10.032/2000 significou a colocação do Tocantins no circuito das instituições federais de ensino

¹⁸ Recorte da ata de instalação do CONSUNI, abril de 2004.

superior (IFES) brasileiras. Sob o ponto de vista político isso representa a participação de certo “sujeito tocaninense” em importantes fóruns nacionais de discussão como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). De uma perspectiva científica, a IU legitima certas correntes de pensamento e promove a difusão do conhecimento estruturado por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Sob o aspecto social, a UFT significa a possibilidade de ascensão da classe trabalhadora por meio do ensino público, gratuito e de qualidade. Além disso, pelo lado econômico, a IFES está associada à formação de quadros profissionais disponíveis para a reprodução do sistema de produção capitalista.

Se consideramos o cruzamento dessas discursividades – o jurídico, o político, o científico, o social e o econômico – sobre a constituição de certo imaginário tocaninense estamos pondo em relevo um movimento discursivo importante a ser problematizado como efeito da relação do “sujeito tocaninense” com determinadas representações de dada conjuntura histórica sobre a relação política-universidade.

Podemos levantar, ainda, a questão de certo imaginário tocaninense considerando a discussão de Santos (2010) sobre a representação de uma “identidade” no entrecruzamento dos dizeres oficiais, políticos, literários, culturais e artísticos. Sintetiza a autora:

Promessas de progresso e fartura, realidade de sofrimento e exploração, a identidade do Tocantins vai se constituindo como necessária ao modo de subjetivação dos sujeitos, mas nas tramas polêmicas entre diferentes olhares e vozes, que explicam o que é ser tocaninense, o que é viver nesse lugar. (SANTOS, 2010, p. 8)

Esse movimento regulariza certo imaginário sobre a UFT fazendo operar a hegemonia ideológica ao estabilizar certas práticas e manifestações sobre a nova condição institucional que se forma no cenário do ensino superior no estado. A UFT passa a ocupar uma posição privilegiada na formação social, projetando-se sobre diversos campos do saber, nos quais incluímos o jurídico, o político, o social, o cultural, o científico, o econômico etc., como se textualiza em seu Estatuto (2015, p.3), de onde destacamos a formação de “diplomados nas diferentes áreas do conhecimento aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento a sociedade brasileira”; o estímulo ao “conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais”; a difusão de “conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”. Nessa perspectiva, Rodrigues (2012) assevera que:

[...] a UFT [...] contribuiu significativamente para a construção de um espaço político (no sentido amplo) de liberdade e democracia, onde a circulação de ideias transborda

para a sociedade em seus diversos mecanismos de governança (como os Conselhos Sociais) e até mesmo nos meios de comunicação de massa (com a maior presença de especialista discutindo vários temas). Também, a Universidade contribui para a melhoria dos quadros técnicos e políticos que futuramente implantarão mudanças e práticas inovadoras em várias estruturas de poder político e econômico. (RODRIGUES, 2012, p. 81)

Podemos dizer que estas materialidades (lei, estatuto, artigos etc.), ao constituírem um domínio das discursividades sobre a UFT, atualizam a memória sobre o ensino superior do Tocantins instaurando uma novidade, uma nova posição derivada de uma nova formação discursiva (novos sentidos), processo que, em AD, chamamos de *acontecimento discursivo* (GALLO, 2001).

Sendo o acontecimento discursivo “apreendido na consistência dos enunciados que formam uma rede em um momento dado” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2016, p. 118), tomamos que o efeito de unidade representado na “criação” da UFT atualiza todo um campo de memória, circunstanciando-o como um arquivo da “nova” IU. Portanto, nos limites de nosso objeto, consideramos que as discursividades aqui implicadas estão associadas a processos discursivos de organização de um arquivo sobre a primeira IU, de âmbito federal, no Tocantins. Com efeito, isso produz uma história específica para a instituição e para os sujeitos.

Tratamos aqui das representações que se reproduz sobre o imaginário da UFT. Ou seja, procuramos restituir certa memória na busca pela delimitação de um objeto discursivo.

2.1.1 A UFT tem uma história

“...um trem que já estava em movimento, mudando seu rumo”¹⁹

Situando a questão no campo da novidade, do acontecimento, destaquemos que a ausência de uma universidade federal produzia contrastes entre o cenário político tocantinense em contraponto com o dos outros estados brasileiros. Conforme Pereira (2009), antes da implantação da UFT, havia uma expectativa de que o governo estadual, passados três mandatos, pudesse reorientar suas ações no sentido de federalizar a Universidade do Tocantins (Unitins), entidade estadual, considerando a urgência de um estado “pobre e periférico”, mas “com muitas potencialidades” não “abrir mão de um privilégio do qual outras unidades da federação usufruem” (PEREIRA, 2009, p. 96).

¹⁹ Recorte da ata de instalação do CONSUNI, abril de 2004.

A ausência, nesse caso, produz diferença, o que afeta o modo como se historiciza a institucionalização da UFT. Busca-se superar essa distinção pela via da horizontalidade das condições de produção das unidades federativas. Ao mesmo tempo, inscreve-se certa relação de anterioridade histórica no interior do próprio estado, representada pela emergência do significativo “federalização”.

Por um lado, associa-se a UFT a uma continuidade da Unitins, produzindo uma espécie de metamorfose institucional – uma federalização. Por outro lado, a relação de derivação entre a forma jurídica estadual para a federal implica outros efeitos para além da permuta político-jurídica. Tomemos a afirmação de que “a Unitins não foi federalizada, mas sim, foi o ponto de partida para a criação da UFT” (SOUZA, 2007, p. 92). Nesse caso, haveria um fio unindo ambas as universidades, mas que é rompido. A Unitins seria um marco para a inscrição histórica da UFT na memória do Tocantins, mas seria outra.

O acontecimento discursivo, ao produzir efeito de novidade dos sentidos, estabelece a disputa. No entrecruzamento entre os dispositivos jurídicos e os movimentos políticos, a relação Unitins-UFT se constitui como ponto de tensão. O procedimento orientado pela técnica jurídica, no encontro com os interesses políticos que disputam espaço no cenário estadual acentuam certos desconfortos na relação entre os sujeitos implicados no processo. Como efeito dessa tensão está a representação da causa tocantinense: a luta pela implantação de uma universidade federal. Esse é o ponto que levantamos a partir da reprodução do enunciado associado a um dos participantes do processo de implantação da UFT, quando este discorre sobre os atritos envolvendo a atuação do reitor pro tempore designado para coordenar o processo, recorte também de Souza (2007):

Pelo que sabemos, esse reitor logo teve atrito com o reitor da UNITINS e com o governo estadual e, por esta razão, foi afastado da função. O afastamento, ao que tudo indica, foi encaminhado pelo reitor acima citado diretamente ao Ministro da Educação. Imagino que o reitor em questão não se submeteu às regras políticas na gestão pública prevaletentes no Estado do Tocantins naquela época, além também, ao que parece, ser uma pessoa de difícil relacionamento e totalmente divorciado da causa tocantinense. (SOUZA, 2007, p.102)

A institucionalidade se constitui por meio de uma inscrição histórica necessária, pela tensão entre o jurídico e o político construção de uma identificação com a “causa tocantinense”. Talvez, conduzir um processo pelo signo da “federalização”, que opera uma transferência, tenha a ver com a busca dessa representação tocantinense. Como efeito de continuidade histórica, reproduz-se uma série de condições “residuais” da própria Unitins – que foram “incorporadas” na transição para a UFT, como alunos matriculados, cursos em andamento, recursos materiais

e instalações físicas – e da Universidade de Brasília (UnB) – responsável pela tutoria do processo de implantação da nova universidade.

Busca-se distinguir a “nova” IU, mas, ao mesmo tempo, estabelecer certas filiações de memória com as outras IFES, seja para superar as contradições, seja para alinhar-se à tradição. O novo, o emergente, o tocantinense, ocupa um espaço que, em certo sentido, é anterior, institucional, histórico.

2.1.2 A UFT ocupa um espaço

“ou a gente ocupa o espaço, ou a gente perde o trem”²⁰

Como uma rede, as representações dessa institucionalidade vão se enlaçando na memória de modo a constituir uma intrincada teia de reconhecimentos. Assim, uma outra dimensão a ser tocada, além da jurídica e da política, é a econômico-social, ponto em que se entrelaçam os dizeres acerca do cenário de precariedade projetado como efeito sobre a região norte do Brasil.

O nosso olhar privilegia a constituição da IU como institucionalidade própria de um processo ideológico de reconhecimento, tomando a ideologia como mecanismo de produção dos sentidos. À vista disso, a UFT, no contexto do estado do Tocantins, instaura uma ruptura com a regularidade. A institucionalidade irrompe como um novo espaço de constituição dos sentidos, de transformação dos sujeitos, de ocupação social e política.

Ao irromper, a nova IU sobrepõe-se ao protagonismo social, vigorando como provedora e atenta aos fatores de desigualdade, principalmente econômicas. Dizer da UFT responsável na gestão dos recursos públicos é um modo de fazer funcionar certos discursos economicistas e justificar a atuação da IU como uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades (econômicas e sociais) vivenciadas pela população (mais carente) do estado. Isso se inscreve, ainda, pelo estabelecimento de um *lugar comum* onde as disputas (ideológicas) são neutralizadas, uma vez que o interesse de todos se encontra no “atendimento à demanda” pelo ensino superior.

Conforme destaca Souza (2007), a ausência de uma “instituição de ensino superior de caráter público e federal” também localiza a discussão numa tomada de posição da “juventude e dos estudantes” tocantinenses. A criação da UFT teria, então, o propósito de preencher uma

²⁰ Recorte da ata de instalação do CONSUNI, abril de 2004.

lacuna sintomática dos “anseios” da sociedade tocantinense pela implantação de uma universidade federal no estado.

Essa questão estaria assentada nas formas de representação da memória da UFT pela via da luta dos movimentos de contrarreforma liderados por estudantes, especialmente alunos da então Unitins, que resistiram às tentativas de privatização do ensino superior estadual no final da década de 1990 (SOUZA, 2007) ou mesmo à possibilidade de fechamento de unidades localizadas no interior do estado, como o movimento de “luta pela permanência”, deflagrado no Câmpus de Tocantinópolis da Unitins, em 1999, como uma reação à política regional de “sucateamento” daquela universidade (SOUSA, SANTOS, PINHO, 2016, p. 185).

Souza e Pereira (2009, p. 105) consideram a “implantação de uma universidade federal, pública e gratuita para o Tocantins” é uma conquista fruto de uma “contudente batalha” travada nas manifestações e nos movimentos diversos de encabeçados por “alunos, professores, funcionários e parte da sociedade civil”.

O imaginário da conquista do direito ao ensino superior gratuito (público) e de qualidade (federal) contrastam com o crescimento no número de instituições privadas de ensino superior no estado. Dentre as 23 instituições de ensino superior existentes no Tocantins entre 1991 e 2004, somente a UFT era pública e gratuita²¹, segundo o Instituto Anísio Teixeira (INEP)²². Em 2021, a discrepância é de 24 IES privadas e 4 públicas²³. Esse cenário reproduz as condições da educação superior no país como um todo, evidenciando as contradições políticas nacionais nas quais se insere a UFT.

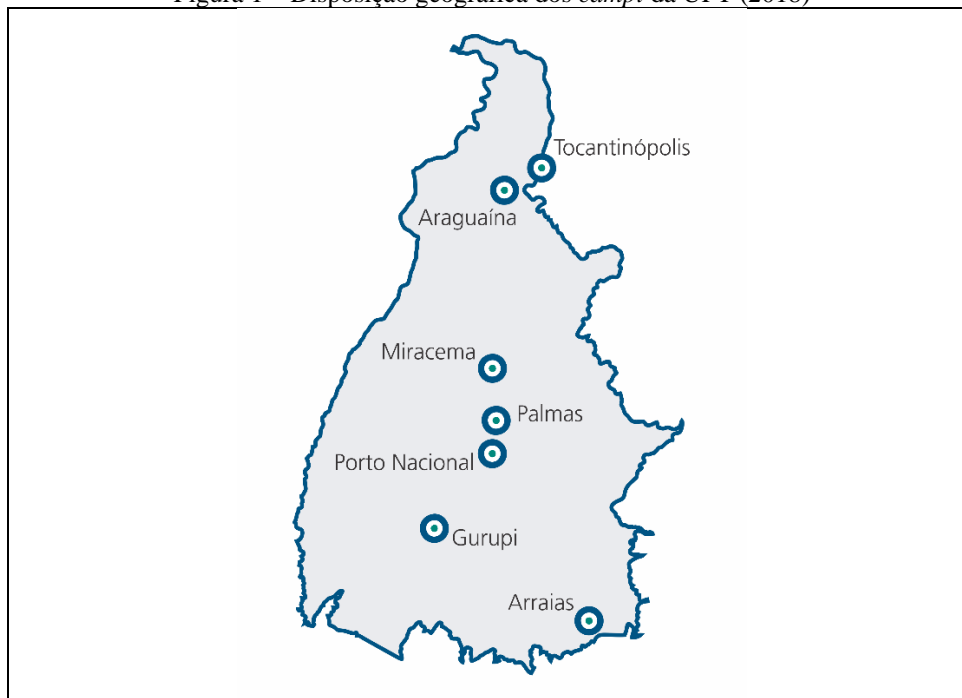
Atentemos para essa contradição incontornável assumindo-a como constitutiva, inclusiva, da memória institucional da UFT. Por um lado, projeta-se sobre a IU o protagonismo da superação contra as mazelas sociais do estado, significando o acesso ao ensino superior, representado pela distribuição de sete *campi* ao longo do território estadual, conforme ilustra a figura seguinte:

²¹ Outras duas que também são públicas, segundo a publicação, possuem fins lucrativos.

²² INEP (2006)

²³ Dados do sistema e-mec (<https://emec.mec.gov.br/>).

Figura 1 – Disposição geográfica dos *campi* da UFT (2018)



Fonte: Site da UFT. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/atYH8Na4KxUHnbFKA>.

Por outro, os signos do desenvolvimento econômico atinentes à globalização se consolidam na estrutura de um sistema educacional voltado mais para a sobrevivência institucional (via da concorrência numa economia de mercado) e menos para a pesquisa e ciência.

Nesse aspecto, o “papel” da UFT, como AIE, é contraditório uma vez que se associa certa “demanda” por quadros profissionais para uma economia de mercado a possibilidade de emancipação social. Como se, inequivocamente, uma coisa tivesse como efeito sobre a outra. A IU atende a uma função político-ideológica sobredeterminada pela luta de classes. Segundo Sobrinho (2011):

É inegável que a sociedade se tornou mais complexa, no entanto, os interesses e lutas de classes continuam existindo mesmo como *espectro*, pois este “fantasma” não se desmanchou no ar, como afirmaram os teóricos da modernidade/pós-modernidade, uma vez que continuam exigindo concretamente diferentes posições-sujeito ante a divisão dos meios de produção (propriedade privada), da divisão social do trabalho (manual e intelectual), da exploração da força de trabalho e da apropriação da mais-valia. Ou seja, a luta continua inexoravelmente concreta/sólida e sustenta e faz mover o discurso, cujo efeito de retorno sobre o real efetiva sentidos capazes de orientar a reprodução/transformação das relações sociais de produção. (SOBRINHO, 2011, p. 115)

O propósito da UFT no domínio dos AIE tem a ver com a reprodução dos interesses programáticos do Estado burguês. Interesses que dependem de recursos materiais e oportunidade política.

Ainda assim, as IFES representam certo protagonismo no contexto social. No caso em foco, a UFT situa-se em praticamente toda extensão vertical do estado, instalada em cidades polo, conforme disposto na Figura 1, anterior. Isso aponta para a interiorização do ensino superior, fato que implica a aproximação da IU aos lugares mais periféricos do Tocantins. Ao mesmo tempo, também produz efeito sobre certa memória histórica que situa a UFT como espaço de emancipação e justiça social, num cenário de precarização, carência e pobreza.

A disputa é permanente. Conforme aponta Souza (2007), inscrevem-se outros percalços, como a gestão patrimonialista herdada dos grupos políticos dominantes no cenário universitário, sobretudo na Unitins. Não obstante, segundo Souza e Pereira (2009) as condições políticas, sociais e ideológicas para se resistir e romper com o patrimonialismo institucional já estão dadas no contexto da UFT passados seus 4 primeiros anos.

Nesse sentido, podemos considerar a constituição de certo imaginário que projeta a existência da UFT como possibilidade de ascensão social pela via acadêmica e pela luta democrática, sobretudo em contraposição a um “projeto conservador” em vias de se tornar hegemônico na gestão e na política da UFT (RODRIGUES, 2012).

2.1.3 Das contradições institucionais

“... a Universidade Federal do Tocantins deve demonstrar sua aptidão pelo novo, por aquilo que é real”²⁴

O ponto em que os sujeitos se constituem a partir de um mundo já dado, cujos sentidos já estão estabilizados num discurso comum, é crucial para a determinação da luta ideológica no interior dos AIE. Conforme Orlandi (1998):

É um discurso cuja posição-sujeito se situa nas relações políticas do capitalismo tais quais e se nutre, entre outros, do "desaparecimento" da *ex-União Soviética*, produzindo efeitos de sentidos que se sustentam no apagamento da distância entre Governo, Estado e Teoria Política. Esse discurso procede por amálgama: tudo em um. É um discurso cujo argumento principal, sabe-se, é econômico (empresarial). Que os argumentos sejam a bio-diversidade, a relação norte-sul, etc. pouco importa. Não nos afastamos nem um milímetro da ordem discursiva do capitalismo. (ORLANDI, 1998, p. 79; grifos da autora.)

²⁴ Recorte da ata da 04ª reunião extraordinária do CONSUNI, novembro de 2004.

A autora discute a possibilidade de a AD tomar o mecanismo discursivo da argumentação como observatório do político. Para isso, Orlandi (1998) sustenta que, como o mundo já funciona sob uma ordem discursiva capitalista, assim opera os campos do saber e da organização administrativa do Estado. Afirma a autora:

[...] estes discursos estão em aliança com o discurso (científico) neo-positivista (beneficiando-se do prestígio atribuído à cognição, à pragmática, à noção de "mind" - espírito? cérebro? mente? psique?) e com um instrumento potente, a informática. É por estas construções do saber que se institucionaliza a ideologia do "global" produzindo tecnologias e formas administrativas. (ORLANDI, 1998, p. 79)

Podemos atestar a presença dessas discursividades pelo que salienta Rodrigues (2008) quando este menciona à relação da UFT com a produção de conhecimento:

O Estado do Tocantins, se comparado com outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, ainda não dispõe de um vasto conjunto de obras e produções científicas, sobretudo no campo da Geografia, que possam ser utilizadas como objetos de leituras e reflexões acadêmicas que melhor contribuam com sua interpretação. Diversos esforços têm sido feitos por pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e de outras IES, em diversas áreas do saber, sobretudo em História, Letras e na própria Geografia, para construir esse referencial. Mas ainda são insuficientes. Algumas argumentações para justificar essa ausência remetem ao fato de o estado ter apenas 20 anos e, portanto, ainda estar em processo de construção e interpretação. (RODRIGUES, 2008, p. 13)

A comparação feita por Rodrigues (2008) se sustenta imaginariamente na necessidade de se compor um vasto conjunto de obras e produções científicas, para que seja possível assentar certa representação do Tocantins. Ignora, contudo, outras formas de saber, ao assumir determinadas práticas – *esforços acadêmicos* – como condicionantes do percurso institucional cujo objetivo é galgar os mesmos patamares políticos e econômicos de outras IFES e, assim, passar a compor o círculo das “universidades de excelência” as quais reproduzem critérios meritocráticos de distribuição de recursos, aprovação de programas, projetos, bolsas etc. Essas seriam algumas das condições de produção desse discurso.

O funcionamento desse imaginário levanta a questão da “falta”, daquilo que está “ausente”, que deveria estar lá, mas não está. Num estado jovem²⁵ (“20 anos”), cumpriria à UFT dar cabo dessa “falta”, dessa “ausência”. Efeito do apagamento de outros saberes

²⁵ Inscrevendo o Tocantins numa noção que podemos situar no campo da juventude (“apenas 20 anos”), o autor produz implicações sobre a escassez de material acadêmico aproximando a instituição Estado ao desenvolvimento biológico humano, fazendo operar a narratividade de que, em geral, jovens de 20 anos, em geral, ainda não atingiram todo o potencial produtivo.

produzidos fora do domínio das ciências hegemônicas no espaço universitário. Conhecimentos que não entram no arquivo institucional. Em última instância, é como se não houvesse história antes da UFT.

Estamos destacando a regularidade com que se discursiviza uma disputa, uma luta, no campo da ausência (da falta), e da presença (da resistência) quando se projeta o lugar da UFT no Tocantins. Pensamos que este seja um olhar interessante para tocar o funcionamento ideológico na constituição dos sentidos. Referimo-nos aos dizeres sobre a *ausência* e a *presença*.

Com esse gesto, pretendemos nos alinhar ao que propõe Orlandi (1998) sobre a tarefa do analista de discurso frente à hegemonia do discurso capitalista:

A meu ver seria necessário fazer significar o que este discurso silencia: a relação complexa entre universalização e historicização em seu movimento contínuo na busca de uma relação regrada entre Unidade e Diversidade. Porque o efeito mais importante do discurso da globalização é o de se substituir o universal e reduzir as diferenças (ao nível da constituição, da historicidade) a variedades locais (do nível da formulação). Isto apaga o que é da ordem do jurídico, da forma do político, e, conseqüentemente, aquilo que poderia provocar uma "mexida" no sentido e no sujeito. (ORLANDI, 1998, p. 79)

O discurso é efeito ideológico. É na ideologia que os sujeitos se constituem em relação com o mundo material. Nesse sentido, o mundo significado é uma ilusão necessária produzida pelo mecanismo ideológico. A própria noção de UFT é uma projeção, um produto da representação de certo imaginário, sem o qual seria impossível significar as práticas a ela associadas. É essa projeção que pode ser desestabilizada pelo dispositivo teórico da AD.

Portanto, tomamos a UFT como forma material de manifestação do Estado, como AIE em que interesses antagônicos de classes (re)produzem determinadas condições sócio-históricas. Estão no centro de nossa abordagem os processos ideológicos de assujeitamento, em que sujeitos são sobredeterminados ideologicamente. Isso implica considerar a contradição nas formações ideológicas constitutivas da IU em sua existência material, onde práticas concretas operam a reprodução dos meios de produção que mantém a hegemonia ideológica da classe dominante.

A tensão será sempre inerente ao projeto ideológico de dominação. O espaço universitário se configura como esse aparelho contraditório: ao passo que democratiza o acesso e a participação, também circunscreve a ideologia no campo do controle. Por isso, é preciso “deixar espaço para o respiro” da classe dominada. Esse é um dos efeitos da institucionalidade. Uma transitoriedade que inscreve a IU nos movimentos da história.

Nesse aspecto, entendemos que, como função de reprodução das relações de produção, a UFT ocupa um lugar determinado na história, sobretudo na relação com outros AIE.

Desse modo, produz-se a ilusão de que a UFT, sendo federal, deva se tornar referência em gestão universitária em contraponto com a Unitins, gestão estadual. Assim aponta Rodrigues (2009):

Oportuno também dizer [que] no estado do Tocantins é necessária a melhor estruturação do Sistema Estadual de Ensino Superior. Primeiro, promovendo a consolidação da Universidade Estadual, com cursos de qualidade (sejam presenciais ou à [sic] distância), mas principalmente implantando um projeto consistente de autonomia universitária, começando com a realização de Concurso Público para Docentes (preferivelmente em regime estatutário) e a implantação de mecanismos sólidos de gestão democrática. Também, é relevante a análise de estratégias para o realinhamento das Instituições municipais de Ensino Superior, buscando sua viabilidade institucional a partir de uma maior integração no conjunto do Sistema Estadual de Ensino Superior. (RODRIGUES, 2009, p. 154)

A noção de Rodrigues (2009) exemplifica o caráter ideológico que afeta a tomada de posição por certa inscrição histórica, em que se faz necessária a construção de uma nova estrutura universitária ancorada em certas práticas de gestão associadas ao signo da atualidade, sendo que, conforme destaca Souza (2007), os efeitos de ser “uma nova universidade” contribuem para essa representação imaginária:

Uma nova estrutura, mais flexível, mais ágil e que permita a adoção de novas tecnologias de gestão é uma exigência do tempo presente e do futuro imediato. A nova estrutura, na era informacional, utilizando as novas tecnologias administrativas, abre espaço para os novos modelos de gestão, nos quais há possibilidades concretas de libertação das três grandes patologias das organizações: **o normatismo, o burocratismo e o corporativismo**. Essas patologias organizacionais, tão presentes na vida universitária, cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UFT, 2001, p. 7, *apud*, SOUZA, 2007, p. 94, grifos nossos)

Busca-se substituir certas práticas organizacionais – o normatismo, o burocratismo e o corporativismo – por outras idealizadas (não patológicas?) no campo da “atualidade”, da “novidade”, da “informática”. Essas noções operam um apagamento do efeito ideológico das questões de luta de classes, fazendo parecer que é possível extirpar a subjetividade pela inserção de formas pretensamente *apolíticas*. Não havendo mais política, segundo Mazière (2011), a *gestão* se torna a dominante: “passa-se do governo à governança, do coletivo à competição, das lutas às negociações” (MAZIÈRE, 2011, p. 19).

Essa conjuntura afeta, sobretudo, as formas linguísticas que fazem circular as ideologias hegemônicas. Na aparente contradição entre política e gestão, surgem os campos das línguas administrativa – o *burocratês* – e jurídica – o *juridiquês*.

Nossa observação sobre essas questões tem a ver com a problematização acerca de que efeitos de sentido se projetam em dadas condições de produção. Esse é um dos enfoques de nosso trabalho, em que produzimos um deslocamento conceitual para tratar não de um estilo burocrático, normativo ou jurídico, mas de um dispositivo formulaico (cf. seção 3.2). Estamos aqui interpretando o modo como se constitui certo referente, considerando que as condições materiais em que a institucionalidade opera suas estruturas são bem distintas.

2.1.4 Da incompletude nas representações

A organização das regiões onde estão instalados os *campi*, as formações sociais que constituem os grupos de interesse nesses lugares, enfim, as relações materiais dos agrupamentos humanos com a UFT (em suas unidades) estabelecem modos diferentes de funcionamento da IU. Essa é uma tomada de posição necessária para o analista: perceber como funciona a ideologia na configuração do aparelho.

Mascaro (2013) nos ajuda a pensar essa questão lembrando que

[...] a necessidade de se dar aos julgamentos uma maior previsibilidade aparta o poder de julgar dos demais poderes estatais – as instituições do próprio Estado, assim, se apresentam como poderes múltiplos e divididos. (MASCARO, 2013, p. 30)

É justamente a divisão que aponta para a incompletude. Assim como julgar seria uma função específica da forma do Estado, o ensino e a pesquisa também o seriam. Essa constatação seria inequívoca se sempre fosse assim, desde o início dos tempos. Contudo, trata-se da historicidade que implica as formações sociais, basta lembrar que a função da Igreja Europeia na Idade Média adentrava muito às questões *jurídicas* e *científicas*²⁶. A separação entre o que é devido ao sistema judiciário e à academia sustenta-se no aspecto imaginário das formações ideológicas, sócio-historicamente situadas.

Enfatizamos que não é dos *campi* universitários (formas empíricas) que estamos tratando, mas de formas materiais das práticas ideológicas como as que projetam o “direito democrático” à educação. Estruturas postas em relação às demais pela sua configuração

²⁶ Empregamos essas palavras a fim de estabelecer um paralelo com o que estamos mobilizando. Não ignoramos o anacronismo que se produz a partir desse dito.

normativa abstrata, cujos efeitos se dão nas práticas que subjetivam cada *campus*. Essa heterogeneidade material (em sua unidade institucional) converge para a centralidade da estrutura da IU, sua reitoria, situada também na centralidade política do Estado tocaninense, sua capital Palmas.

Nesse lugar, instaura-se certo imaginário de integração das “partes” como um todo (universidade) em que se inscreve a prática deliberativa. Dentre as estruturas institucionais dessa prática, os colegiados configuram-se como reflexo do Estado democrático ao abrir para o campo da diferença. Desse modo, a IU é atravessada por ideologias contraditórias, produzindo um movimento de disputa que se atualiza nos fóruns colegiados. Ou seja, assume-se o caráter heterogêneo da comunidade acadêmica²⁷ associando-a aos “espaços de representação”, como destacam Sousa, Pinho e Leite (2019):

Nesse processo de normalização, na universidade, os espaços de representação são organizados por categorias (aluno, professor e técnico-administrativo) e obedecem às diferentes instâncias em uma escala de instância micro para instância macro. O mecanismo deliberativo dessas instâncias é que se discuta e se decida nas bases para, na sequência, proceder-se ao referendo da decisão nas outras instâncias. Esse mecanismo está caucionado em diferentes gêneros discursivos escritos (Ata, Resolução, Memorando, Parecer, *E-mail*, etc.) no registro das responsabilidades, dos direitos e dos deveres institucionais. (SOUSA, PINHO e LEITE, 2019, p. 90)

A construção discursiva dos sujeitos que podem tomar parte nos colegiados é uma forma de controlar a representação. A depender dos grupos sociais e institucionais que são permitidos nesses espaços, as ideologias são mais ou menos tensionadas, encontram maior ou menor resistência. Nesse sentido, faz-se necessário um olhar para as filiações discursivas desses sujeitos a fim de expor suas contradições, sobretudo em se tratando de processos ideológicos de tomadas de posição.

Diante dessa problemática, tomamos a *representação* no âmbito do pré-construído segundo o processo ideológico que produz evidência de unidade. Por esse efeito, os sujeitos se reconhecem como membros de um grupo determinado, associando certas regularidades que os individualizam e os projetam com partes de um todo coeso.

A evidência da unidade é uma manifestação ideológica que decorre de processos discursivos de individualização, segundo os quais “um grupo adquire um certo número de particularidades de discurso que podem permitir reconhecer, exceto por dissimulação ou simulação, um membro desse grupo” (GARIN & MARCELLESI, 1974, p. 231, *apud* COURTINE, 2014, p. 64).

²⁷ Expressão que designa o conjunto dos sujeitos institucionais representados nas práticas acadêmicas.

Os sujeitos são separados por processos de individuação que operam, na IU, pela necessária unidade político-administrativa. Desse modo, há uma divisão institucional dos sujeitos que estabelece limites e condições de participação no espaço deliberativo, por um movimento que separa a administração universitária e a representação política de classes²⁸. Aí se constitui uma contradição determinante, pois os sujeitos não se representam (ou se representam nos limites das determinações legais) e, ao mesmo tempo, identificam-se inconscientemente à forma-sujeito dominante. O sujeito se esquece que não domina o pensamento do outro, logo não pode representar o que ele pensa; e que não controla os sentidos do que diz, logo inscreve-se no dizer do Outro (pré-construídos) como se fossem dele (do sujeito). Segundo Courtine (2014, p. 75), “se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade se apaga (ou se esquece) no movimento da identificação”²⁹. Ou seja, é na tomada de posição que se apaga o já-dito (para poder dizer) e se apaga o pré-construído (para poder tomar posição).

A individuação possibilita a projeção de um sistema de representação (sujeitos individuados) em que se toma como inequívoco o antagonismo dos grupos de interesses que se formam na IU. Contudo, essa relação antagônica se faz a partir da tomada de posição dos sujeitos no gesto de inscrição na memória institucional (no arquivo). Daí, projeta-se certo imaginário de que a forma-sujeito “ \mathfrak{S} ”, uma vez representante do “segmento \mathfrak{S} ”, inscrevem-se na posição-sujeito “ \mathfrak{S} ”, e não “ \mathfrak{L} ”.

Essa relação imaginária opera um efeito de diversidade que assume as diferenças institucionais como baliza para distinguir os sujeitos. Desse modo, produz-se um efeito específico de espaço democrático. De acordo com Ribeiro (2017),

[...] a diversidade na gestão democrática conflui para uma estrutura de representatividade dos segmentos docente, discente e técnico administrativo, assim como para as diferentes unidades, configurando-se no caráter descentralizador que traduz a gestão colegiada. (RIBEIRO, 2017, p. 162)

Como efeito ideológico, cada um desses “seguimentos”³⁰ possui interesses distintos e que encontram, no espaço institucional dos colegiados (no caso dos CS), uma equivalência de condições para a negociação de suas demandas, inclusive assumindo o pressuposto da

²⁸ Referimo-nos a classe no sentido dos grupos sindicais que representam os seguimentos docente, técnico e a agremiação estudantil.

²⁹ Nesta tese, tomaremos a noção de *identificação* análoga à de *tomada de posição*.

³⁰ Que podem ser tomados como posições-sujeito de uma dada formação discursiva universitária (aluno, professor e técnico-universitários), ou formas-sujeitos de formações discursivas distintas (militantes de movimentos estudantis, professores gestores, técnicos sindicalistas etc.).

racionalidade dos argumentos como baliza para a resolução dos conflitos. Uma racionalidade que pressupõe haver um conteúdo no dizer que direciona logicamente a argumentação num espaço de discussão estabilizado e simétrico (princípio da gestão democrática). Para Souza (2009), o caráter democrático da gestão tem sido um elemento fundamental na representação de certa *identidade* da UFT. Leia-se, *unidade*.

2.2 Da prática deliberativa: formas do político na configuração do simbólico

2.2.1 Dos Conselhos Superiores

Quando nos referimos aos CS – “órgãos consultivos e deliberativos” pertencentes à administração superior da universidade – estamos assumindo (projetando) certa unidade no que tange a duas estruturas complementares, que regimentalmente deliberam sobre questões distintas, são compostas por arranjos diferentes de membros e, embora sejam “independentes”, estão numa relação de verticalidade em termos de instância recursal. Do ponto de vista ideológico, essas injunções normativas podem ser lidas como modos de estabilizar a estrutura da IU em seu objetivo, ao mesmo tempo em que a torna indivisível. Contudo, os procedimentos orientados pela organização normativa relativa a esses órgãos não esgotam suas práticas possíveis (e necessárias). Há condições sócio-histórico-políticas que mobilizam outros funcionamentos. Mesmo em se tomando os conselhos como órgãos meramente reativos, como se poderia supor pelas adjetivações “consultivo” e “deliberativo”, não há garantias no discurso de que a reação seja unívoca no sentido de obedecer às direções já determinadas pela norma, como “deferimento” ou “indeferimento” de matérias. Basta considerar as “ressalvas” que acompanham pareceres aprovados em plenário, os recursos ou as judicializações, para ficar nesses três. Ainda assim, esses órgãos também funcionam por outras vias que, embora se mantenham sob o efeito do aparato jurídico, inscrevem-se no campo da política e da economia, situando, ainda, certas noções associadas a questões sociais postas no entorno da infraestrutura universitária.

É nesse sentido que pretendemos deslocar a noção abstrata atinente aos CS para a materialidade histórica, para outros campos da institucionalidade que se apresentam na forma do político, entendido aqui como divisão e direcionamento dos sentidos. Podemos caracterizar essas estruturas em sua forma política, e interrogar que direcionamentos produzem tensões e rupturas no funcionamento do aparelho ideológico. Isso significa que a noção de forma política não exclui as determinações jurídicas dos conselhos, uma vez que esses órgãos não existem

fora da instância do direito, e nem administrativas, tendo em vista que seus efeitos se dão nos limites da instituição. Portanto, a forma política tratada aqui se refere à forma que possibilita a irrupção das disjunções do discurso e a exposição das contradições históricas que atravessam a evidência do encontro, a “unidade institucional”.

É nos CS que se assentam, imaginariamente, os efeitos da unidade, do consenso, fazendo-se crer na possibilidade de uma discursividade geral, unívoca do ponto de vista institucional e abrangente sob o aspecto do controle. Isso se dá porque os CS projetam um espaço de alargamento das tensões produzidas nas instâncias deliberativas de base, como os colegiados de curso. Ou seja, por estar numa posição hierarquicamente superior na organização universitária, os CS “observariam” as problemáticas da universidade, também de um modo mais “completo”.

CONSUNI

Do ponto de vista normativo, simbólico, o Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Tocantins (CONSUNI) representa a instância máxima da UFT, a quem se atribui a responsabilidade por “traçar a política geral” da IU – em que podemos incluir, segundo o regimento do CONSUNI, a criação de cursos, autorização de convênios com outras instituições públicas ou entidades privadas, modificações no Estatuto e regimento da Universidade, aprovação do orçamento anual etc. –, além de funcionar como “instância máxima de recurso”. Por essa definição se determina certa verticalização da relação institucional com a gestão universitária e com as demais instâncias deliberativas.

Nesse sentido, a composição do CONSUNI reproduz essa relação verticalizada, embora, regimentalmente, não seja feita uma distinção dos seus membros no que se refere ao exercício da função de conselheiro(a). A verticalização se mostra no próprio recorte dos 19³¹ a 24³² membros, os quais se distinguem pelas funções que ocupam na gestão superior (reitoria e pró-reitorias) e pelos cargos e associações de classes (representantes discentes, docentes e técnicos-administrativos). Além disso, o regimento ainda divide a gestão superior das representações de categorias, destacando um limite temporal de dois anos para o exercício do mandato de conselheiro(a).

³¹ Conforme ata de instalação do CONSUNI (2004).

³² Composição do CONSUNI. Disponível em: < <http://download.uft.edu.br/?d=497632f1-42c6-47ce-93c6-c8ed52baafce;1.0:Conselheiros%20do%20Consuni.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2021.

No exercício da prática deliberativa, os(as) conselheiros(as) também se sujeitam a certa assimetria, a depender da função designada. Isso se dá pela organização dessa prática no interior do CONSUNI que, segundo a normativa, funciona por meio de duas formas singulares: as Comissões Técnicas (CoT) e o Plenário. As CoT encaminham a formalização dos assuntos postos em discussão pelo CONSUNI, dando fundamentação técnica e orientando as decisões do Conselho. São quatro CoT, distintas tematicamente: (i) Comissão de Legislação e Normas; (ii) Comissão de Assuntos Estudantis; (iii) Comissão de Integração Comunitária; e (iv) Comissão de Administração e Finanças. Essas CoT são relativamente simétricas, no sentido que a Comissão de Legislação e Normas atravessa as outras três sempre que acionada. A norma determina que as CoT sejam compostas por três conselheiros(as), de modo que ocupem as funções de presidente, relator e “vogal”, aos quais se prevê a prerrogativa de convocação de qualquer quadro técnico da IU para esclarecer questões.

CONSEPE

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é, segundo seu regimento, a segunda instância deliberativa que compõe os CS da UFT, de caráter “consultivo e deliberativo em matéria didático-científica e cultural”, situando-se organizacionalmente abaixo do CONSUNI no que se refere à poder de recurso.

A organização do CONSEPE é mais abrangente, em se comparando com a do CONSUNI, do ponto de vista das distintas perspectivas. Enquanto o CONSUNI concentra a gestão universitária (reitoria, pró-reitorias e direções de campi), mais os representantes discentes, docentes e técnicos; o CONSEPE é composto pela gestão superior (reitoria e pró-reitorias), pelos representantes da comunidade acadêmica e, ainda, pelas coordenações de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da Universidade, fazendo com que este conselho opere com um total de membros que vai de 44, conforme a primeira ata de 2004, até 109³³ membros, considerando o aumento no número de cursos e a proporcionalidade dos representantes.

Dentre as atribuições do CONSEPE, estão deliberar sobre a criação de novos cursos; aprovar mudanças de currículos e programas dos cursos; definir as políticas institucionais de ingresso nos cursos da Universidade; elaborar as diretrizes para concessão de bolsas e auxílios diversos; etc.

³³ Composição do CONSEPE. Disponível em: < <http://download.uft.edu.br/?d=e9627128-41f3-4dd3-a6fe-04b890cf98f9;1.2:Conselheiros%20do%20Consepe.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2021.

O exercício da prática deliberativa no âmbito do CONSEPE é organizado, também, em duas formas distintas: Câmaras Temáticas (CaT) e Plenário. A esse conselho, vincula-se cinco CaT: (i) Planejamento; (ii) Graduação; (iii) Pesquisa e Pós-Graduação; (iv) Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários; (v) Assuntos Estudantis. Estas, conforme o regimento do CONSEPE (2011), devem ser compostas pelos respectivos pró-reitores, na função de presidentes, contabilizando, ainda, um número limite de oito membros na condição de titulares e três, na de suplentes. O Plenário do CONSEPE funciona, em termos normativos, do mesmo modo que o do CONSUNI, razão pela qual nos limitamos ao que já foi mencionado no tópico anterior.

2.2.2 Do Plenário e suas representações (simbólicas)

O Plenário é a forma própria para o exercício de representação dos interesses dos segmentos que constituem a comunidade acadêmica; o evento periodicamente convocado em articulação com uma pauta de assuntos previamente definidos e adequadamente instruídos. Assim como as CoT e CaT, a forma Plenário organiza a participação dos(as) conselheiros(as) em funções determinadas: presidência, relatoria(s) e vogal(is). A presidência é sempre exercida pelo(a) Reitor(a) da IU, sendo que, em casos específicos definidos regimentalmente, também poderá ser ocupada por outros membros dos CS, desde que cumpridas certas prerrogativas. A relatoria é a função designada para elaborar um parecer técnico sobre assuntos submetidos aos CS, o qual subsidiará as discussões e a tomada de decisão dos(as) conselheiros(as). A vogal corresponde ao conjunto de atribuições dos membros no regular exercício da função de conselheiro(a), em que é assegurado o direito à voz e voto, bem como outros mecanismos de participação como o pedido de vistas, procedimento em que o assunto é retirado das discussões para que o solicitante disponha de mais tempo para decidir seu voto.

Não ignoramos que, além dessas três posições necessárias para o funcionamento do Plenário, pelo menos outras duas se constituem na realização das sessões: a de secretaria e a de “ouvinte”. A posição de secretaria é indispensável visto que corresponde à execução das atividades inerentes ao fluxo dos processos deliberativos, desde a recepção dos assuntos a serem submetidos à análise dos CS, passando pelas CoT, CaT e Plenário, até a repercussão das decisões por meio da produção de documentos. Chamamos de “ouvinte” a posição referente aos sujeitos que, sem gozar das mesmas prerrogativas de conselheiros(as), participam das reuniões, de regra, quando os CS deliberam sobre matéria de seu interesse. Nesse sentido, também operam como grupos de pressão.

A forma de Plenário organiza a prática deliberativa de modo a dar decorrência a certa estrutura ritualística. Antes, porém, precisamos esclarecer que chamamos de ritual a ordem simbólica dos acontecimentos na forma da prática deliberativa Plenário. Não nos referimos, portanto, aos procedimentos anteriores nem posteriores à reunião, tais como despachos à reitoria, distribuição dos processos às CoT e CaT, elaboração de pareceres, organização de pauta, produção de resoluções ou certidões etc., mas, àquilo que está circunscrito, performaticamente, à *abertura* e ao *fechamento* das sessões plenárias, sobretudo a partir do que se produz como efeito nas atas.

Nos limites desta tese, o ritual deliberativo obedece, mais ou menos, à ordem disposta no quadro seguinte:

Quadro 1 - Ritual deliberativo da forma Plenário dos CS

<p>1º) Abertura da sessão: - O Presidente da sessão inicia os trabalhos lendo o texto de convocação com a respectiva pauta, abrindo espaço, ou não, para sua alteração.</p> <p>2º) Conferência de Quórum: - São registrados os nomes dos(as) conselheiros(as) presentes e ausentes, constando, ou não, as justificativas e/ou os(as) substitutos(as) indicados(as).</p> <p>3º) Ordem do dia: - Os(as) conselheiros(as) aprovam a ordem das matérias a serem deliberadas, incluindo, ou não, novos assuntos.</p> <p>4º) Deliberações: - Leitura e votação da(s) ata(s) da(s) última(s) reunião(ões); - Apresentação dos eventuais informes; - Discussão e votação dos assuntos em pauta; - Discussão de outros assuntos inseridos na ordem do dia.</p> <p>5º) Fechamento da sessão: - O Presidente da sessão declara encerrada a reunião.</p>

Fonte: autoria própria.

Outras orientações normativas podem ser lidas nos regimentos, dos quais destacamos o que segue:

Quadro 2 - Ritual deliberativo inscrito nos regimentos dos CS

CONSUNI	CONSEPE
<p>Art. 25 – Na hora regimental, verificada a presença dos conselheiros em número legal, o Reitor declarará abertos os trabalhos da sessão.</p> <p>Art. 26 – A seguir, determinará ao Secretário da Sessão a leitura da ordem do dia.</p> <p>Art. 27 – A seqüência dos trabalhos será a seguinte:</p> <p>I - apreciação e aprovação da ata da sessão anterior; II - comunicação do expediente; III - discussão e votação da matéria constante da ordem do dia; IV - apreciação de moções, propostas ou requerimentos supervenientes; V - explicações pessoais.</p> <p>Art. 28 – A ata da sessão será elaborada pelo Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores, que a assinará em conjunto com o Reitor, este como Presidente do Conselho Universitário, e conselheiros presentes à sessão que a aprovar, inclusive no caso de falta de quórum, dela constando os nomes dos membros que compareceram.</p> <p>Art. 29 – Qualquer manifestação despertada pelo conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou mediante requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a ordem do dia.</p> <p>Art. 30 – A ordem do dia será discutida e votada item por item, sucessivamente.</p> <p>Art. 31 – O Conselho Universitário poderá decidir a inversão da ordem do dia ou a alteração da escala dos seus itens, conforme as necessidades do momento.</p>	<p>Art. 30. Na hora regimental, verificada a presença dos conselheiros em número legal, o Reitor declarará abertos os trabalhos da sessão.</p> <p>Art. 31. A seguir, o Presidente fará a leitura da pauta, sendo a seqüência dos trabalhos a seguinte:</p> <p>I - apreciação e aprovação da ata da sessão anterior; II – informes específicos e gerais da Universidade; III - discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, na seguinte ordem:</p> <p>a) Matérias Ordinárias – Decisões das Câmaras baseadas em Resoluções e Normativas que possuam um rito definido.</p> <p>b) Matérias Extraordinárias – Assuntos relacionados a temas que não possuam ritos definidos por normativa.</p> <p>Art. 32. Declarada aberta a reunião, proceder-se-á à discussão e à aprovação da Ata, previamente distribuída. Em seguida, passar-se-á aos informes de natureza específica da Universidade, que deverão ser repassados previamente pelos Conselheiros à SOCS para controle, em seguida serão repassados os informes de natureza geral pelo Reitor, e por fim à ordem do dia.</p> <p>Parágrafo único. Entende-se por natureza específica os informes repassados pelos Conselheiros Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representantes de categoria.</p>

Fonte: Elaborado a partir dos Regimentos do CONSUNI (2004) e do CONSEPE (2011).

Os quadros anteriores ajudam a construir uma noção sobre o ritual da prática deliberativa em sua forma Plenária. Contudo, trata-se de uma organização simbólica formulada para produzir efeitos de institucionalidade. Não implica dizer, portanto, que se reproduzem empiricamente essas orientações. Como já pontuamos, o real intervém atualizando o simbólico.

No gesto de produzir efeito de controle sobre o real, determinam-se certas configurações do simbólico, das quais destacamos as formas: reunião ordinária; reunião extraordinária; indicação de lista tríplice para Reitor(a); e sessão solene.

(i) Reuniões ordinárias e extraordinárias: o que é possível

O caráter de continuidade da prática deliberativa, sua narratividade, é efeito da noção de ordenação do simbólico. Essa noção indica que as reuniões funcionam como encontros relacionáveis. Esse aspecto aponta para o mecanismo da antecipação, da previsão, do controle, constitutivo do funcionamento do imaginário. Logo, tanto o caráter *ordinário* quanto o *extraordinário* produzem efeitos no campo da regularidade da prática deliberativa. O fato empírico de que determinadas pessoas se encontram num dado tempo e lugar não nos interessa. No nível do simbólico, e de seus efeitos, importa o modo como se classifica o acontecimento, como se inscreve no arquivo, na memória institucional. O político ganha materialidade na própria noção de que a continuidade histórica (ordem da história), onde as reuniões plenárias ordinárias irrompem como regularidade, possui pontos de ruptura, os quais são incontornáveis e, portanto, constitutivos da própria ordem imaginária do encontro. Com essas formas, cria-se o efeito de administração do possível previsível (ordinário) e do *possível também previsível* (extraordinário), mas que precisa se projetar como imprevisível para que funcione como administrável e não escape para o campo do impossível. Esse espaço criado para o extraordinário só pode ser ocupado pelo que possui filiação na memória. O que mais mobiliza os CS exceto o que é possível de ser dito nas condições da forma simbólica?

(ii) Indicação de lista tríplice para Reitor(a): o que é necessário

O ritual de indicação de lista tríplice para Reitor(a) da UFT é outro modo de se projetar o simbólico pela memória deliberativa. Trata-se também de uma regularidade filiada à noção de encontro, da tomada de decisão instaurada pela forma do político no arquivo. Funciona como uma subcategorização da regularidade (extra)ordinária. Sobretudo, diz respeito a uma injunção da norma, uma leitura possível, coincidente, que assim inscreve:

o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, **instituído especificamente para este fim**, sendo a votação uninominal.
(inciso I, artigo 16 da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, grifo nosso)

As atas das indicações de lista tríplice para reitor e vice-reitor da UFT são, portanto, formas simbólicas determinadas pela instância do direito. É desse modo que se inscreve na

prática deliberativa, sobretudo considerando sua inscrição na regularidade das reuniões (extra)ordinárias. Em certas condições de produção, o simbólico se faz assim porque não pode ser de outro modo.

(iii) Sessão solene: o que não se contorna (não se escapa)

O que escapa não se inscreve no simbólico. A inscrição se dá quando se extirpa o impossível na emergência do realizável. A forma simbólica constituinte das práticas deliberativas se submete ao funcionamento da memória determinada pelas condições de produção do discurso e cria modos de significar o acontecimento. A materialidade se encontra instituída na possibilidade mesma da forma do político no arquivo. A irrupção das determinações históricas estabelece as condições para que a prática deliberativa se constitua de uma forma simbólica regular, mesmo inscrevendo aquilo que está fora do campo da norma. Isso é possível justamente porque não é a norma em si que determina o que pode ou não ser dito, significado, mas o próprio funcionamento ideológico. A possibilidade de se textualizar, na forma de ata, a homenagem a determinados sujeitos deve-se mesmo às condições históricas em que a memória (não esquecimento) encontra lugar para constituir-se em arquivo. É sob esses pressupostos que assentamos a forma *sessão solene*.

Essas formas não têm a ver com projeções do político que rompem a regularidade e inscrevem-se no simbólico como discretizações históricas. Elas são formas das práticas ideológicas que operam sobre uma memória institucional, permitindo sua existência enquanto tal. Outros modos de funcionamento do campo deliberativo são impraticáveis, dadas as condições de produção.

É preciso pensar sobre os limites do simbólico. Nos espaços de individuação, como aquilo que tem a ver com o que, na materialidade linguística, se diz dos sujeitos “para que eles não signifiquem fora de certos sentidos necessários para a construção” (ORLANDI, 2020, p. 58) de certo imaginário institucional. O lugar onde a memória institucional, o arquivo, determina o possível de se dizer.

2.2.3 Da Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS)

A Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS) é um órgão responsável pela coordenação do conjunto das atividades necessárias para a realização da prática deliberativa, compreendendo as formas CoT, CaT e Plenário.

Trata-se de uma estrutura permanente a qual compete, dentre outras funções: organizar o fluxo dos **processos administrativos** submetidos à apreciação das CoT e do Plenário; expedir comunicações tais como **convocações**, ofícios, memorando etc.; assessorar a entrada dos **assuntos** nas pautas das reuniões, bem como orientar sua adequada instrução, conforme as normativas internas e legislação pertinente; formatar e pôr em circulação, especialmente nos canais oficiais de divulgação institucional, as **resoluções** e demais documentos produzidos no âmbito dos CS; dar decorrência às deliberações, em seus efeitos práticos, por meio da produção de textos como certidões, notas, e, principalmente, **atas**.

No que se refere ao Plenário, a SOCS se faz representar por um(a) secretário(a) o qual auxilia a presidência dos CS na condução das reuniões, controlando a frequência dos conselheiros por meio da coleta das assinaturas dos presentes e registro dos ausentes, constando, ou não, as respectivas justificativas; tomando nota dos fatos avaliados como relevantes para demonstrar as posições do Plenário; esclarecendo questões levantadas a respeito da ordem normativa; etc.

2.2.4 Dos(as) Conselheiros(as)

A identificação em relação à forma-sujeito histórica passa, pois, pelos rituais de interpelação praticados em estruturas específicas do AIE, no caso desta pesquisa, na estrutura da prática deliberativa da IU. Recorremos ao que esclarece Orlandi (2017b) a respeito:

O funcionamento, a falha (da língua), o equívoco e a interpretação (da exterioridade constitutiva, historicidade discursiva) é que nos permitem trabalhar tanto com o processo de identificação do sujeito, sua posição, como com o processo de significação e seus efeitos, o não exato. Necessidade história, capaz de equívoco, de deslize, de falha, que se abre às práticas significantes, na abertura do simbólico. Historicidade: matéria da contradição e do equívoco. Ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito, em sua forma-sujeito histórica, que resulta na sua ilusão como origem e na do sentido como evidente. Ilusão de transparência e equivocidade que se cotejam, na relação entre pensamento, linguagem e mundo. Esquecimento como estruturante e saber que fala por si. Trabalho da ideologia em sua matéria específica: o discurso. (ORLANDI, 2017b, p. 27)

O equívoco (a falha) constitutivo do ritual de interpelação produz deslocamentos dos sujeitos em relação à forma-histórica sobredeterminada pela relação com o Estado burguês. Esse funcionamento que permite ao sujeito se movimentar por diferentes espaços e regiões de sentidos provoca ruptura com a determinação ideológica e instaura diferentes tomadas de posição pelo discurso. É justamente nesse ponto que o trabalho com o político acontece.

É desse modo que o político irrompe sobre as formas imaginárias que definem quem são os sujeitos próprios do jogo institucional. Como efeito, a norma divide os sentidos e direciona-os a partir da configuração de sujeitos históricos específicos.

Partindo da posição de Orlandi (2017a, p. 72), para quem o político é “divisão entre sujeitos e divisão do sujeito”, façamos um arriscado exercício de mobilização de pré-construídos a fim de tentar caracterizar algumas possibilidades de evidência na regularidade das práticas deliberativas dos CS. Para isso, apontemos pelo menos três formações imaginárias – *regimental*, *institucional* e *ritualística* – entrecruzadas na prática deliberativa.

Tomamos a noção de “pré-construído”, para pensar a estabilização do imaginário sobre os sujeitos deliberativos e suas tomadas de posição. Assim como Pêcheux (2014b) consideramos:

[...] o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é “sempre-já sujeito”, destacando que essa discrepância (*entre* a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona “por contradição”, quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de “espírito”: um grande número de brincadeiras, anedotas etc., são, de fato, regidas pela contradição inerente a essa discrepância; elas constituem como que sintomas dessa apreensão e tem como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a “estupidez”) à contradição apreendida e exibida (isto é, a “ironia”), como o leitor poderá se convencer com base neste ou naquele exemplo que seja particularmente “eloquente”. (PÊCHEUX, 2014b, p. 142)

É pelo efeito de pré-construído, portanto, que se considera o sujeito como um processo em que se produz “como resultado uma causa de si” (PÊCHEUX, 2014b, p. 143). O sujeito é uma representação do outro, mas é, também uma projeção de si.

Começemos pelas posições-sujeito circunscritas aos regimentos dos CS.

Quadro 3 - Inscrição dos sujeitos deliberativos nos regimentos dos CS

CONSUNI	CONSEPE (2011)
Art. 3º - O Conselho Universitário compõe-se: I - do Reitor, como seu Presidente; II - do Vice-Reitor; III - dos Pró-Reitores; IV - dos Diretores de <i>Campus</i> ; V - de dois representantes da Categoria Docente, eleitos na forma indicada pelo Parágrafo 3º do Art. 12 do Estatuto da UFT; VI - de dois representantes da Categoria dos Servidores Técnico-Administrativos, eleitos na forma indicada pelo parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto da UFT;	Art. 3º - O CONSEPE tem a seguinte composição: I - Reitor, seu Presidente; II - Vice-Reitor, seu Vice-Presidente III - Pró-Reitores; IV - Todos os Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação <i>strictu sensu</i> ; V - Um representante do corpo docente; VI - 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente, referente aos demais membros do Conselho; VII - Um representante do corpo técnico-administrativo.

VII - de dois representantes da Categoria Discente, eleitos na forma indicada pelo parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto da UFT.	
--	--

Fonte: Elaborado a partir dos regimentos do CONSUNI (www.uft.edu.br/consuni) e do CONSEPE (www.uft.edu.br/consepe).

Pelos regimentos, podemos considerar os CS como colegiados formados por *representantes* – sujeitos deliberativos – dispostos numa condição de verticalidade³⁴ em relação àqueles aos *representados* – a comunidade acadêmica (alunos, professores e técnicos) por assim dizer. Diremos que esta verticalidade conduz à evidência de que a forma-sujeito dominante – *representante* – está associada aos interesses dos seus representados. Nesses termos, projetam-se, ideologicamente, sentidos de democracia representativa sobre a prática deliberativa institucional. Considera-se a participação de toda comunidade universitária nas formas institucionais de representação (discente/docente/técnico).

Ao que nos interessa, a textualização é o lugar em que se marca o encontro da forma institucional com a atualidade da língua, produzindo evidência dos sentidos. Pelo recorte dos regimentos podemos considerar o efeito da evidência no próprio efeito de deslizamento operado, por exemplo, pela substituição *categoria/corpo*. Vejamos o esquema seguinte organizado pelo recorte dos regimentos acerca da representação nos CS:

CONSUNI { V - de dois representantes da **Categoria** Docente [...]
VI - de dois representantes da **Categoria** dos Servidores Técnico-Administrativos [...]
VII - de dois representantes da **Categoria** Discente [...]

CONSEPE { V - Um representante do **corpo** docente [...]
VI - 1/5 (um quinto) de representação do **corpo** discente [...]
VII - Um representante do **corpo** técnico-administrativo.

O fato de se constar uma palavra ou outra acarreta implicações no modo como se reproduzem certos pré-construídos. Funciona, aí, um dispositivo ideológico de interpretação em que os sujeitos se filiam a uma memória que se nega ao afirmar que o sentido surge nela mesma, a palavra (ORLANDI, 2020). De acordo com Pêcheux (2014b):

apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso. (PÊCHEUX, 2014b, p. 277)

³⁴ Empregamos “verticalidade” para indicar uma relação de responsabilidade entre sujeitos deliberativos. Não, necessariamente, tal relação se traduz numa relação de mando.

Essas diferentes palavras apontam para espaços de significação distintos, embora as condições de produção desses textos produzam formações imaginárias que constituem os sujeitos no campo da unidade institucional. *Categoria e corpo* passam a operar como sinônimos no processo de reconhecimento dos sujeitos deliberativos.

Contudo, os efeitos do pré-construído não podem ser ignorados. Tanto esse deslocamento quanto outros movimentam os sentidos dos *representantes* entre distintas regiões do interdiscurso, projetando posições do imaginário por vezes antagônicas. Assim, inscrevem-se os modos do político construir as distinções pelo efeito de semelhanças próprio da unidade textual.

Podemos considerar, também, que há posições-sujeito circunscritas ao campo institucional atravessando a prática deliberativa. Haveria implicações acerca do sujeito-universal de uma formação discursiva universitária – para nós, a noção de formação discursiva corresponde à “projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (ORLANDI, 2006, p. 17) –, a qual também possibilita dispersões para o campo escolar, onde aluno e professor constituem uma relação basilar do aparelho de Estado.

Nesse sentido, não é somente o deslizamento produzido pelas palavras, mas pelo próprio efeito ideológico que relaciona *Escola e Universidade*. Considerando a estabilização de certo imaginário, a relação entre as posições-sujeito *aluno e professor* instaura a completude dos efeitos produzidos em sala de aula sob uma formação discursiva escolar/universitária.

Na prática deliberativa institucional, a posição-sujeito técnico-administrativo em educação vem romper o par aluno/professor, instaurando um terceiro elemento a produzir efeitos na relação significante. Os CS, portanto, estabilizam outros modos de significar professor, aluno e TAE. Instauram-se novas relações de sentido, não mais aquelas da sala de aula.

Joga-se com certo imaginário de representação dessas posições-sujeito ao lugar de *categoria/corpo*, como estão inscritos nos regimentos. A instituição cria a horizontalidade da relação entre as três formas-sujeito. Ela projeta a administração dos sentidos para efeitos de distinção da representação democrática, de gestão democrática da prática deliberativa.

A posição-sujeito TAE entra nessa relação identificada à forma-sujeito “universitária” quando os sentidos postos para as posições-sujeito em questão são tomados como categorias/corpo que constituem a comunidade universitária. Também poderíamos nomear esse sujeito-universal como forma-sujeito “do saber”, uma vez que os sentidos são desiguais, especialmente considerando que a relação aluno e professor é atravessada por condições sócio-históricas diferentes daquelas que filiam o TAE. O “sujeito do saber” criaria certa unidade na

constituição do sujeito universitário. Contudo, para compreendermos a memória institucional que permite pôr em relação essas posições-sujeito faz-se necessária uma noção mais abrangente. Não ignoramos nessa noção, os efeitos do “saber” no processo de identificação desses sujeitos.

Um dos efeitos possíveis da entrada em cena do TAE, que dissolve o par aluno/professor, é afastar esses sujeitos da relação de complementaridade própria de uma formação discursiva “escolar” quando se textualiza esses sujeitos em espaços específicos, como a sala de aula, por exemplo. O que caracterizaria uma posição institucional que chama para o apagamento das diferenças subjetivas e aponta para um nivelamento das relações no espaço deliberativo.

O TAE opera uma cisão, um corte sobre o fio que liga professor e aluno, filiando-os a discursividades distintas da relação, agora, um lugar institucional marcado pela participação desse outro, que “não existe” em sala de aula. Na prática deliberativa, há outras filiações. Nesse lugar não se concebe a participação do professor e do aluno sem o técnico-administrativo. São outros sentidos. São outros alunos e são outros professores, agora, atravessados, nos sentidos na prática deliberativa, pelo TAE.

Um gesto de leitura possível apontaria que o lugar institucional dos alunos nos CS (como membros, conselheiros) é silenciado para subjetivá-lo como sujeito do “não saber”. O sujeito é identificado com “a posição-sujeito filiada a uma determinada memória” (BOCCHI, 2016, p. 316), qual seja, a memória de sala de aula. O sujeito é aluno, é estudante, é acadêmico. Seu lugar é o de aprendiz. As filiações discursivas o deslocam pelos sentidos da aprendizagem. Há efeito de evidência aí. Há pré-construído. Há dominância.

O professor, num certo imaginário hegemônico, projeta o sujeito que sabe, que inspira a saber, especialmente em contraposição ao aluno. Ocupa todos os espaços da instituição. É projetado em sua homogeneidade, como um sujeito que domina o saber institucional e tem legitimidade para se manifestar.

O TAE é a forma-sujeito identificada como especialista na parte. Ele cuida do específico, daquilo que é peça que faz funcionar o mecanismo que movimenta o todo. Mas esse sujeito não detém conhecimento do todo. Ele é limitado. Não ocupa espaços específicos na instituição, nem tem legitimidade para se manifestar fora do seu campo.

Possíveis marcas da resistência da instauração de novas relações de sentido provocadas pela tríade é a marca regular no IU que distingue Professor e TAE pelos qualificadores

*servidor*³⁵ e *funcionário*. Isso porque, institucionalmente, ambas as formas linguísticas têm a ver com a noção de *cargos públicos* que, por sua vez, investem o sujeito da institucionalidade pública. O que importa notar aqui é que *funcionário* cola em TAE e não em professor.

Do mesmo modo, tem-se a substituição de *estudante* por *pesquisador*. No espaço universitário, os sentidos para *estudante* projetam o sujeito aluno; o professor estaria filiado ao *pesquisador*. É interessante perceber como esses significantes e seus deslizamentos (categoria-corpo / servidor-funcionário / estudante-pesquisador) acabam colando numa ou noutra formação imaginária e funcionando como distintor, separador, resistente ao gesto de tornar igual os sujeitos dessa relação. Dá forma do político ao sujeito universal da relação deliberativa: o sujeito deliberativo.

Isso é técnica (ideológica) de administração dos sentidos, por meio da qual se projeta outra dimensão para os sujeitos deliberativos institucionais, pela inscrição destes à forma *conselheiros*, ponto de estabilização do consenso, da unidade, apagamento da diferença e do conflito. O signo *conselheiro* é, de acordo com os regimentos do CONSUNI e do CONSEPE a forma de tratamento a que os membros devem dispensar mutuamente, à distinção daquele que preside a sessão, a quem deve-se dirigir como *presidente*, e do Reitor, que será designado como *Magnífico Reitor*.

De acordo com Pachukanis (2014, p. 92-3), “a regulamentação das relações sociais, em maior ou menor medida, assume um caráter jurídico, ou seja, em maior ou menor medida, pinta-se com as mesmas cores que fundamentam e especificam a relação jurídica”. O jurídico dá forma à técnica. No campo da textualização, ao qual nos dedicamos neste estudo, podemos dizer que os manuais de redação técnica se inscrevem nos pré-construídos determinados pelas formas constitutivas na ordem normativa, uma variação do jurídico. Ou seja, o Estatuto e os regimentos internos da IU e, em última instância, as leis e a Constituição Federal. Os modos de formatação do texto, a terminologia “adequada”, o contorno e a disposição dos elementos gráficos sobre o papel, o tipo de papel, isso tudo faz parte da técnica que responde a uma forma administrativa determinada pela ideologia burguesa. Assim, estabiliza-se o dizer, negando a política pela própria política, como postulam Gadet e Pêcheux (2004).

Pela técnica, projetam-se imaginários de organização da prática deliberativa, constituindo-o como uma forma regular: a *reunião de conselho*. Tal forma se materializa

³⁵ Silva (2018) lança seu olhar, enquanto pesquisadora e servidora da UFT, sobre a relação estabelecida entre a palavra e o determinado grupo institucional, afirmando que “[...] na UFT, o termo servidor público se tornou sinônimo de cargo técnico” (SILVA, 2018, p. 46). Prossegue a autora: “[...] não há documentos oficiais nem plataformas que reforçam essas práticas. No entanto, elas estão nos discursos, nas falas proferidas em cerimônias e reuniões [...]” (Idem).

simbolicamente segundo um ritual ordenado de acontecimentos em que os sujeitos tomam posição num relato cronologicamente situado.

Na reunião de conselho, é possível apontar atravessamentos de discursos corporativos, políticos, sindicais etc. em que uma determinada posição-sujeito (a *secretária*) textualiza o ritual, articulando as tomadas de posição de modo a produzir o efeito de regularidade histórica da prática, vinculando-a ao pré-construído sobre os rituais institucionais estabilizados.

Quando essa projeção se dá no movimento da formulação do dizer, inscrevem-se atravessamentos dessas posições-sujeito entre elas e entre outras postas nas condições históricas do acontecimento. Por isso, as relações desiguais criam formações imaginárias que posicionam esses sujeitos em outras regiões do interdiscurso, fazendo escapar os sentidos e criando dispersão. Ou seja, pode acontecer o atravessamento do sujeito universitário *professor* pelo sujeito *representante de classe*, derivando uma possível tensão com o sujeito *da gestão*, identificado ao sujeito *institucional*. Com esses atravessamentos, inscrevem-se coincidências orientadas por projeções imaginárias. Coincidências essas criadas pelo fato linguístico e, não necessariamente, pela relação entre os indivíduos empíricos.

Em suma, pelo menos essas três formações imaginárias (regimental, institucional e ritualística) entrecruzam-se, individuando os sujeitos textualizados na tomada de posição na materialidade das atas. É nessa relação que se dão os deslocamentos possíveis, como reitor/presidente/professor; TAE/servidor/funcionário; corpo/categoria/classe; estudante/aluno/acadêmico etc.

Essa questão está no campo da regularidade simbólica e se dá por meio da homogeneidade dessas posições-sujeito conforme aventamos. Ademais, esses sujeitos que mobilizamos servem tão somente para apresentarmos, à luz dos pressupostos teóricos de nossa pesquisa, aspectos constitutivos da heterogeneidade do nosso objeto de análise.

Nas formações levantadas, o ideológico baliza a relação entre os sujeitos e afeta todas as formações imaginárias que atravessam a prática deliberativa. Desse modo, administra o político sob a forma de sujeitos deliberativos (conselheiros). Sujeitos do político. Posições-sujeito.

2.2.5 Da ata

O texto para o analista de discurso, destaca Orlandi (2020, p. 61), é “o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço significante”. Em nosso percurso, essa

materialidade bruta, significa pelas regularidades que apontam seu funcionamento simbólico, efeito da *institucionalidade* produzida pela superestrutura ideológica constituinte do aparelho estatal. Na especificidade do texto, o Estado se presentifica em certo imaginário de uma técnica de “redação oficial”: um modo de reproduzir a língua por meio de uma pretensa *oficialidade*, na qual a administração pública realizaria seus atos formais. Trata-se de uma política da língua que opera por meio de métodos de textualização capazes de higienizar a língua “vulgar” e instrumentalizá-la para o que se considera essencial de ser dito. Daí, podemos notar os indícios da “língua de madeira” a que se referia Pêcheux (1990) ao mobilizar citação de R. Debray (s.d) sobre o papel do latim na divisão da sociedade feudal:

As necessidades da administração reestabelecem o uso da escrita. O latim é restaurado como instrumento de comunicação “internacional”, comum à Igreja e à chancelaria. Os reis e os príncipes serão os únicos com os clérigos, que poderão aprendê-lo. As falas vernaculares se convertem em “línguas vulgares” que, abandonadas ao povo, demarcam dirigentes e dirigidos. O latim seria assim a “língua de madeira” da ideologia feudal, realizando ao mesmo tempo a comunicação e a não-comunicação. (DEBRAY, s.d., p. 23-24, *apud* PÊCHEUX, 1990, p. 21)

Pêcheux (1990) sustenta que a burguesia, em seu projeto de destruição da monarquia, estabelece uma aliança popular cuja efeito fundamental é “organizar uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no direito” (PÊCHEUX, 1990, p. 11). Ato contínuo, unifica-se a ideologia jurídica por meio de uma “língua nacional” a ser ensinada nas escolas e reproduzida como uma “barreira política invisível” a qual, segundo Pêcheux (1990):

[...] atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culminaria no discurso do Direito, que constitui assim *a nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política. (PÊCHEUX, 1990, p. 11, grifos do autor)

O Estado, forma da ideologia burguesa, assim estabelece seus meios de dominação ideológica também mediante uma língua pretensamente uniforme – *clara, precisa, objetiva, concisa, coesa, coerente, impessoal, formal, padronizada e vernácula*, conforme os atributos prescritos pelo Manual de Redação Oficial da Presidência da República, 3ª edição (BRASIL, 2018). Em materialidades específicas da institucionalidade universitária em foco, também se projeta um texto plenamente interpretável, como uma realização própria do “Estado de Direito”, em que se pensa ser inconcebível “que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de

forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão”³⁶, bem como “inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos”. Do mesmo modo, avança-se sobre certo imaginário da cientificidade que toma a língua como objeto que “evolui”, sendo possível captar sua pureza linguística específica, em condição análoga a “espécies” ou a “gêneros”. Assim aponta o Guia de Redação Oficial da UFT:

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc. (UFT, 2016, p. 7)

A forma simbólica por meio da qual se materializa essa “língua de madeira”, a forma “genérica”, é tomada como ata. Podemos pensar, a partir de Melo (2006), na imbricação de pelo menos três instâncias pelas quais se orienta a produção da ata:

a da reunião em si, que gera o registro; as situações extra-reuniões, que são temas de discussão, portanto, atualizadas ou recuperadas em função daquela situação de comunicação verbal específica, e as situações de registro simultâneas e/ou posteriores à situação de comunicação que gerou a ata. São, portanto, várias situações discursivas engendradas pela/na ata. São todas as situações de interação que implicam: discurso e projeto discursivo, sujeitos, esferas, condições de produção, circulação, recepção. (MELO, 2006, p. 13)

Compreendemos que, da perspectiva (bakhtiniana) abordada pela autora, a ata é produto de uma necessidade, segundo Melo (2006), histórica, em que o contexto de comunicação justificaria (ou não) a sua elaboração. Nesse ponto, afastamo-nos da autora, pois consideramos que o funcionamento do texto como objeto simbólico se deve sobretudo ao modo de reprodução das condições de produção da superestrutura de dominação de classes. A ata, a partir de nossa perspectiva, será tomada como objeto simbólico que estabiliza o arquivo como espaço constitutivo da memória institucional (cf. ORLANDI, 2016). Ou seja, para nós, a ata não responde a injunções contextuais, porque é um texto necessário, mas porque é meio de operacionalização do aparelho estatal. Ela não é algo de fora que entra na relação, mas um dispositivo que está lá, reproduzindo o ritual ideológico pela língua “perfeita”, ilusão de ser instrumento de comunicação “infalível”.

A ata, portanto, é um objeto simbólico e discursivo que tem sua espessura material determinada pelas condições de sua produção. No entanto, não pode ser tomada como mero

³⁶ Recortes do Guia de redação da UFT (2016, p. 6) parafraseados do Manual de Redação da Presidência da República (2002, p. 4).

produto de condições materiais “externas”. As atas constituem sua própria materialidade. Ela não se descola das condições materiais. Mas ela discursiviza rituais (práticas) ideológicos, não a partir de uma empiria, mas segundo determinadas coerções institucionais, o que, no campo da AD, associamos à memória discursiva.

Assim, para Medeiros e Hernandes (2010, p. 304), “a ata é um resumo escrito do que se disse ou se fez na reunião. É um relatório”. E, ainda, é “documento em que se registram, resumidamente, mas com clareza, as ocorrências de uma reunião de pessoas para determinado fim” (BELTRÃO, 1980, p. 124, *apud* MEDEIROS e HERNANDES, 2010, p. 304). O simbólico, então, projeta efeitos em diferentes regiões do discurso. Conforme observações de Melo (2006, p. 10), podemos pensar que é possível apontar a evidência do *histórico* operando a ata como o registro de um “fato socialmente importante para determinado grupo”; do *textual*, em que a materialidade irrompe como o “relato estruturado das ocorrências de uma reunião”; e também do *jurídico*, pelo efeito do direito que determina a obediência a determinadas regras de composição como critério de reconhecimento de “valor oficial” e legitimidade dos fatos de uma reunião. Nesse sentido, o Guia de Redação da UFT define ata como:

um registro de reunião ou sessão em que são deliberados assuntos coletivamente, indicado tanto para preservar a memória institucional quanto para resguardar os participantes das deliberações, tornar públicas suas manifestações e posições nos atos decisórios e subsidiar encaminhamentos práticos (UFT, 2016, p. 30).

Especificamente, conforme Melo (2006), a filiação de certos eventos sociais, em que se pressupõe uma “coletividade organizada” (“constituição de sociedade anônima, defesa de tese, julgamentos etc.”) à oficialidade (a qual compreendemos como efeito ideológico da forma do Estado) justifica o caráter distinto da ata. Isso tem a ver com o fato de a ata circular, no âmbito da institucionalidade, como “documento em que se registram, de forma exata e metódica, as ocorrências, resoluções e decisões das assembleias, reuniões ou sessões realizadas por comissões, conselhos, congregações, corporações ou outras entidades semelhantes” (KASPARY, 2017, p. 72). Esses efeitos posicionam o texto como produto da institucionalidade operando sob a lógica do Estado. Permanecer nessa forma é assumir a evidência de que as coisas são assim, porque não podem ser de outra forma.

3 GESTOS DE ELABORAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal. (ORLANDI, 2020, p. 28)

O presente capítulo se destina a apresentar um gesto de elaboração do nosso dispositivo de análise. Dividimos o capítulo em três seções.

Na primeira, discorremos sobre dados mecanismos discursivos que organizam a materialidade. Tratamos de processos institucionais que apontam para certa regularidade do funcionamento simbólico do objeto ata no campo deliberativo no que se refere à textualização do político. Nesse sentido, discutimos certos efeitos formulaicos os quais reconhecemos pela repetição e pela presença da fórmula.

Na segunda seção, focalizamos a construção do dispositivo e seu funcionamento. Para isso, abordamos a noção de fórmula discursiva em A. Krieg-Planque (2010; 2018) com vistas a progredir em nossa elaboração. Em seguida, circunscrevemos a noção de *formulaico* no âmbito deste trabalho, assim como procuramos distender as possibilidades de compreensão do termo ao considerarmos a dispersão fórmula-formulário como constitutiva do dispositivo.

Na terceira seção, realizamos uma síntese teórica com a finalidade de retomar os apontamentos fundamentais de nossa reflexão.

3.1 O que organiza a materialidade

3.1.1 Processos institucionais

Os textos do AaCS são unidades de sentido que produzem efeito de regularidade simbólica. Isso implica dizer que há um funcionamento discursivo projetando um já dito (pré-construído) por meio da memória. No âmbito institucional, esse processo de (re)produção dos sentidos mobiliza o interdiscurso de modo a construir uma ordem de discursos institucionais, identificáveis segundo os efeitos de “estabilização dos enunciados” e “apagamento da conflitualidade” (KRIEG-PLANQUE, 2018). Partimos daqui para tratar do estatuto simbólico do AaCS.

Tomemos o enquadramento *instituição > organização > arquivo > ata* como possível espaço de interpretação do objeto simbólico. Considerando o nosso percurso, esse enfoque

aponta para algumas implicitudes³⁷: (i) há certas regularidades do processamento textual responsáveis pela inscrição da ata na esfera de um funcionamento formulaico (o qual buscaremos deslocar para uma abordagem materialista); (ii) há ancoragem institucional a partir da qual a ata produz efeito de estabilização sobre o campo deliberativo; (iii) há textualização de processos de tomada de posição institucional cujos desdobramentos se dão na ordem do político. Daremos alguns encaminhamentos para cada um desses pontos, sobretudo visando a discorrer sobre o que nos interessa considerar acerca do funcionamento da ata como um dispositivo do arquivo institucional.

(i) há certas regularidades do processamento textual responsáveis pela inscrição da ata na esfera de um funcionamento formulaico (língua)

Acerca da primeira implicação podemos afirmar a posição que correntes pragmáticas de análise de discurso assumem ao levar em conta uma abordagem genérica dos textos. Tomemos o que propõe Krieg-Planque (2018) sobre a análise de discursos institucionais:

Quando procedemos à análise de discursos institucionais, os “gêneros” interessam em três aspectos principais. Em primeiro lugar, pode-se realizar uma identificação dos diferentes gêneros presentes no caso em estudo. Neste caso, põe-se em evidência a instituição como comunidade discursiva, privilegiando-se a entrada genérica (ou seja, o gênero). Em cada caso estudado, é importante estabelecer uma relação entre gêneros e situações [...] e entre gêneros e uma história das práticas [...]. Em segundo lugar, pode-se questionar como os atores sociais nomeiam e avaliam os gêneros que eles imaginam produzir ou dos quais são destinatários. Enfim, é interessante identificar as regularidades internas dos gêneros considerados. Essas regularidades podem ser observadas, por um lado, no nível da estrutura do texto: plano textual, divisão dos parágrafos, organização de sequências... Por outro, elas podem ser observadas no nível sintático – ponto sobre o qual nos debruçaremos. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 125-6)

Não é difícil nos afastarmos dessa abordagem, sobretudo se pretendemos nos inscrever numa análise de discurso materialista. Certas noções teóricas como “comunidade discursiva³⁸”, “história das práticas” e “atores sociais” apontam para uma estabilidade simbólica muito comum às ciências sociais. Contudo, nossa posição não implica ignorar as regularidades que regulam certa estabilidade da dinâmica social e dos sentidos em circulação. Nesse sentido,

³⁷ “Pelo estudo do silêncio tal como o encaminhamos, podemos dizer que, assim como o efeito de sentidos institui uma sobra que é o sentido ‘literal’, há um efeito produzido pela relação do silêncio com o não-dito cuja sobra é o ‘implícito’. Sentido literal e implícito são, em nossa perspectiva, efeitos.” (ORLANDI, 2007, p. 169)

³⁸ Noção já bastante problematizada por J. Swalles, cuja pesquisa foca um modelo de análise de gêneros.

pensamos não ser produtivo um afastamento precipitado desse tipo de produção, considerando que tal abordagem pode contribuir para o surgimento de novas perspectivas de análise.

Para não perder de vista nossa inscrição teórica, destacamos que, para nós, a ata é um objeto simbólico da relação interdiscursiva com a materialidade histórica. Aderimos, assim, ao que salienta Orlandi (2020, p. 31): “Trabalhamos a forma material (em que o conteúdo se inscreve) e não a forma abstrata, a que perpetuava a divisão: forma (linguística) e conteúdo (ciências sociais)”. Ou seja, não partimos de uma noção de ata como gênero. Mesmo que os efeitos de estabilização possam sugerir tal abordagem, o que nos interessa é pensar o modo como determinados acontecimentos se inscrevem na memória material da instituição.

A princípio, por razões epistemológicas, Krieg-Planque (2018) parece não pôr em questão o caráter histórico da noção de gênero. Contudo, a autora advoga por uma heterogeneidade do *corpus* e centra suas análises em sequências formadas por processos linguísticos associados a materiais concretos. As configurações genéricas ajudam a autora a construir um quadro analítico útil para analisar discursos, sem que sejam determinantes para os resultados, como, por exemplo, panfletos, cartazes, programas, debates, reportagens e propagandas são gêneros que podem compor um *corpus* de análise do discurso político. Nesse sentido, talvez seja possível tangenciar o princípio de organização das textualidades que constituem o AaCS sem, contudo, cair na “armadilha” da abstração. Para isso, estamos considerando que o efeito de estabilidade que torna possível a produção do objeto simbólico ata pode ser apreendido como uma urgência do próprio arquivo institucional na sua relação com a historicidade que, pela suposta regularidade, impõe interdição à interpretação. São as formas de controle desse arquivo em relação à interpretação.

Ainda sobre esse ponto, sublinhemos a noção de que, para o contexto dessa pesquisa, ata é um recorte necessário em razão dos efeitos que produz sobre o modo como se lê o arquivo institucional, o AAIU. Trata-se de um objeto simbólico que funciona na relação com a materialidade dos textos da instituição universitária. Portanto, afastamos a noção de um funcionamento intrínseco agindo coercitivamente sobre a formulação do texto. Consideramos, contudo, que o processo de elaboração reproduz projeções de certo imaginário que, afetado pelas condições materiais de produção, inscreve a materialidade textual nas relações de significação determinadas pela regularidade institucional. Tais projeções podem muito bem serem descritas como uma abstração de gênero, como fez Melo (2006):

Se partimos do pressuposto de que ata é um gênero, podemos, concluir que surgida de uma necessidade de se registrarem fatos como resgate de memória, essa necessidade primeira de armazenamento do passado provocou uma necessidade nova

que foi de estabelecer uma forma sistemática e padronizada de fixar esses registros. A tradição criou a estabilidade dos enunciados no que ficou denominado ata: (relato/registro de) coisas feitas. (MELO, 2006, p. 20)

Como consequência, também se consigna uma certa regularidade dos “arranjos textuais” da ata, conforme a mesma autora descreve:

Pela depreensão advinda da legislação escolar, a ata é/deve ser estruturada da seguinte forma: identificação da reunião, dia mês, ano e hora da reunião – Introdução; local da reunião – Introdução; nome de todos os participantes presentes – Introdução; justificativa dos membros ausentes (opcional) – Introdução; abertura da sessão pelo presidente e apresentação da ordem do dia ou da pauta – Introdução; relato das discussões – desenvolvimento; encerramento – Conclusão; assinaturas. (MELO, 2006, p. 32-3)

Mais uma vez, a relativa estabilidade desses processos resulta de certas determinações institucionais. Não partimos de uma abordagem que toma como absolutas as configurações textuais da ata, seus arranjos textuais regulares, inclusive porque não nos interessa como objeto de pesquisa. O intuito em destacar esse aspecto da textualização é situar o efeito de regularidade que orienta a construção institucional do AaCS. Assim, o recorte que tratamos nesta pesquisa está circunscrito à ata como uma forma material que sustenta a produção histórica da administração institucional. Por isso, é importante para nós compreender os efeitos de certos imaginários sobre a leitura das atas, dado que esse dispositivo, assim como os regimentos, as resoluções, as instruções normativas etc. são enunciados que, constituindo o arquivo institucional de uma época, atravessam-se, repelem-se, modificam-se, desaparecem.

(ii) há ancoragem institucional a partir da qual a ata produz efeito de estabilização sobre o campo deliberativo

A segunda implicação, a de que há efeito de unidade e de fechamento do que é fundamentalmente heterogêneo – o campo deliberativo –, parece-nos relevante, porque um dos modos por meio dos quais a ata circula institucionalmente³⁹ é como registro de acontecimentos deliberativos em que participam representações da “comunidade acadêmica”⁴⁰. Trata-se de um efeito de contenção de sentidos sob a ilusão do estancamento da heterogeneidade.

³⁹ Também é possível que, dentre outros modos, a ata circule institucionalmente como atestado de valor jurídico, prova material, documento histórico, elemento integrante de processos administrativos etc.

⁴⁰ Expressão comum que tem como efeito identificar, a nível formal (regimental), os sujeitos prototípicos da estrutura universitária, a saber: alunos, professores e técnicos-administrativos (em educação).

O funcionamento regimental da Instituição Universitária possibilita a estabilização de tal efeito, uma vez que os estratos organizacionais (reitoria, campi, cursos) são postos numa relação dialógica a partir dos conselhos. Nesse espaço, opera certo imaginário de uma democracia institucional representativa, em que a proporcionalidade dos membros que compõem o conselho se dá a depender do tipo de inscrição dos sujeitos nos instrumentos linguísticos legais⁴¹: professor (70%), aluno (15%), ou técnico-administrativo (15%)⁴².

Essa noção é determinante para situarmos a materialidade linguística nas práticas discursivas institucionais e para compreendemos alguma dimensão de seus efeitos simbólicos. A partir da construção desse espaço de análise, desnuda-se um olhar sobre os pré-construídos projetados em diferentes processos de formulação do dizer. Aqui, o democrático funciona como elemento do aparato ideológico, historicizando o objeto e apontando para dispersões constitutivas da memória institucional, em sua contradição. Resulta dessa abordagem modos de interpretar a materialidade calcados na relação discursiva que o objeto linguístico mantém com as formações ideológicas postas.

Sublinhamos que a regularidade não é tomada como uma propriedade a ser ressaltada na configuração dos textos do AaCS, mas um efeito de certo imaginário que cria pontos de dispersão onde o dizer escapa às coerções. Ou seja, o espaço institucional opera relações contraditórias entre o possível e o impossível de circular por meio do objeto, mesmo este produzindo efeitos sob uma ordem deliberativa de funcionamento do discurso.

É impossível negar que, ao destacarmos esse efeito, privilegiamos uma leitura do AaCS na qual os processos discursivos se dão em termos de uma “legitimidade democrática”. Com isso procuramos dar centralidade a formulações distintivas dos sujeitos balizados pelo signo da representatividade. Isso não quer dizer que emularemos uma análise a partir de orientações normativas. Pelo contrário, buscamos antever a entrada de outros modos de textualização dos sujeitos “legítimos” na rede de filiação da memória. Ou seja, os sentidos da democracia exercida por sujeitos legitimados pelo direito possuem pontos de dispersão, espaços de abertura produzidos pelo simbólico, que deixam entrever como outros sujeitos, inscritos noutra lugar das coerções regimentais, irrompem deslocando as determinações do simbólico para fora dos domínios da regularidade institucional. Em outras palavras, põem-se em funcionamento o

⁴¹ Referimo-nos a aspectos legais genéricos que vão desde o aparato constitucional até os regimentos acadêmicos da universidade. Por exemplo, enquanto servidores possuem um vínculo de empregabilidade com o poder público (obtido especialmente por meio de concurso), os alunos se submetem a uma relação de beneficiário do serviço público e ingressam num regime de submissão a regimentos institucionais.

⁴² Essa informação está imprecisa, uma vez que os regimentos do CONSUNI e do CONSEPE possuem peculiaridade. Exploramos melhor essa relação no capítulo metodológico. Por ora, isso será suficiente para nossa análise.

geográfico (cidade, estado, país, norte, região norte ...), o social (surge o negro, o índio, a mulher, o homossexual, o pobre, o nortista ...), o territorial (quilombo, aldeia, ribeira...) etc.

(iii) há textualização de processos de tomada de posição institucional cujos desdobramentos se dão na ordem do político (sujeito/ideologia)

Postas essas duas implicações, a terceira se converte por uma relação mesma de determinação. Tomemos o que postula Krieg-Planque (2018):

A existência de regularidades sintáticas de gênero deve-se, por vezes, aos dispositivos técnicos de racionalização das tarefas que acompanham a produção dos discursos. (...) Pode-se falar, nesses casos, de escritas normatizadas, ou ainda de escrita “formulaica”: a sintaxe e o essencial do vocabulário são restringidos pelo gênero em que os enunciados se inscrevem, e o próprio gênero é padronizado pela organização. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 126-7)

Se tomamos por um efeito de transferência a noção de gênero para a de funcionamento simbólico, compreendemos que a autora defende o caráter injuntivo do aparelho institucional sobre as produções textuais, sendo bem direta ao afirmar que “(...) o pertencimento a um gênero sobredetermina a sintaxe” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 127). Para nós, esse processo de sobredeterminação opera como direcionamento de sentido, ou seja, na ordem do político.

Nesse ponto, a textualização de processos de tomada de posição institucional tem a ver com uma memória deliberativa funcionando no campo democrático. Isso produz desdobramentos na ordem do político, uma vez que há direcionamento e divisão dos sentidos. Em termos materiais, o modo como se textualiza o posicionamento institucional, mesmo se resultante da polêmica construída por processos de assujeitamento, guarda relações com a implementação de certas políticas públicas e não outras. Produz-se cisão com outros sentidos para que seja possível significar-se a partir de determinada posição. Esse é o movimento de (des)continuidade provocado pelo político em funcionamento por meio da ata. Tomemos o trecho seguinte:

Conforme o livro de presenças, os Conselheiros [...] **não compareceram a esta reunião, mas justificaram-se**. Os Conselheiros [...] **não compareceram, porém justificaram-se e encaminharam seus representantes**, os Conselheiros [...], respectivamente. Os Conselheiros [...] **não compareceram e não enviaram justificativas**. Ainda conforme o livro de presenças, todos os demais Conselheiros **se encontram nesta reunião**. (Ata da 32ª Reunião Ordinária do CONSEPE, grifos nossos)

Esse recorte trata de uma das regularidades dos textos do AaCS que poderia ser tomada como “justificativa dos membros ausentes”, como descrito por Melo (2006) em citação já realizada. Chamamos a atenção para as formulações em negrito em que se marcam certas condições que individualizam os sujeitos ausentes à reunião. A textualização se dá de modos distintos:

“... não compareceram a esta reunião, **mas** justificaram-se.”

“... não compareceram, **porém** justificaram-se e encaminharam seus representantes, ...”

“... não compareceram **e** não enviaram justificativas.”

“... se encontram nesta reunião.”

Os sujeitos se inscrevem na memória institucional a partir de certo critério avaliativo, como um grau das responsabilidades imaginárias, em que se tem uma ausência/presença mais legitimada do que outra. Notemos somente como o político se dá em termos de direcionamento desigual de sentidos na relação disjuntiva estabelecida entre as conjunções adversativas “mas” e “porém” (funcionando parafrasticamente) e a conjunção aditiva “e”. Por um lado, essas formulações apontam para efeitos distintos de posicionamento dos sujeitos, onde o “justificaram-se” produz efeito de atenuante em relação ao “não compareceram” quando conjugado com as adversativas. Por outro lado, ao se relacionar os sentidos de “não comparecimento” com “a justificativa” por meio da aditiva, o efeito que se produz é diverso. Enquanto a adversativa subverte o caráter depreciativo de “não compareceram”, a aditiva estabiliza a sequência, identificando-a à forma-sujeito da formação discursiva. Compreendemos nesse recorte que certo imaginário sobre o “não comparecimento” se dá com efeitos distintos sobre o modo como os sujeitos são posicionados institucionalmente.

Procuramos pôr em relevo esse processo ao longo de nossa análise ao operar uma noção que focaliza o funcionamento discursivo do simbólico em sua contradição constitutiva estrutura-acontecimento. Ou seja, o efeito de estabilização que se produz sobre a (a partir da) ata circula em certo imaginário como uma estrutura, mas a materialização do texto só é possível, porque há interpelação ideológica do sujeito, há condições materiais de produção, em última instância, há acontecimento. Em outras palavras, a depender do como se dá texto, de qual partícula conjuntiva vinculam-se os elementos discursivos, tem-se uma posição-sujeito, por assim dizer, “responsável” ou “irresponsável”, no que tange ao cumprimento de seu “dever institucional”. Nisso reside o político textualizado na tomada de posição a que fazemos menção e a qual nos interessa como objeto de análise, pois, como explica Orlandi (2020):

Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à variedade (organização), mas como referida à posição do sujeito (descentramento). (ORLANDI, 2020, p. 47)

O equivoco, aí, é constitutivo do processo. A ata, para nós, não corresponde a estabilidades na ordem da forma, do conteúdo e do estilo. A ata, que circunscrevemos no campo da AD, produz seus efeitos simbólicos como acontecimento discursivo afetado pela estrutura da língua (ou, de outro ponto de vista, a estrutura da língua afetada pelo acontecimento sócio-histórico). Os deslizos se inscrevem na memória por meio de um sujeito que formula a materialidade textual a partir dessas coerções. Trata-se, portanto, de uma noção que situamos no campo de uma formulaicidade.

O que vem sendo dito corrobora a noção de que há um funcionamento simbólico atrelado às condições de produção das quais depende a interpretação do objeto. Isso tem implicações sobre o modo de existência institucional, que precisa se fazer na condição de discursividades operando os efeitos simbólicos em certo imaginário. É nesse sentido que o caráter simbólico das atas produz acontecimento, ou seja, textualiza posições institucionais de ordem política.

Mesmo tendo em mente que essas três implicitudes não esgotam (e nem pretendem esgotar) as possibilidades de projeções do simbólico no âmbito institucional, pensamos serem suficientes para situar discursivamente o enfoque da nossa pesquisa. Em suma, ressaltamos certos efeitos de regularidade textual a partir da formulação das atas, sua ancoragem simbólica no campo deliberativo e a textualização da ordem política nos processos de tomada de posição.

Tratamos aqui dos efeitos simbólicos do AaCS, sobretudo com vistas a justificar uma aproximação epistemológica com a noção de fórmula discursiva. Entendemos o aspecto da regularidade como ponto de intersecção possível para mobilizar tal abordagem. É a partir daí que passaremos a relacionar o funcionamento de certas formulações como processos formulaicos.

Isso se dará por meio da inscrição desse funcionamento à estabilização da língua na condição de *língua formulaica*.

3.1.2 Dos efeitos do formulaico

Diante das considerações postas anteriormente, avançamos em nossa leitura fazendo atravessar sob nossa perspectiva a proposta teórica trabalhada por A. Krieg-Planque (2010;

2018) sobre a noção de *fórmula discursiva*. Evocamos aqui a noção de que, segundo Lagazzi-Rodrigues (2003, p. 68), “instrumentalizar uma teoria é dar-lhe mobilidade frente a seus conceitos”. Nesse sentido, associamos a noção de fórmula ao conjunto epistemológico da AD de modo a construir uma categoria analítica que estamos chamando de *formulaica*.

(i) Do efeito de repetição

A regularidade tem a ver com a repetição, com os movimentos parafrásticos das formulações. É, portanto, na relação com o já dito que consideramos o processo discursivo do objeto em questão. Os dizeres que se repetem, formando uma dada estrutura de configuração de um determinado objeto simbólico apontam para a regularidade parafrástica, formulaica, da repetição da(s) fórmula(s).

Dois pontos a serem destacados nisso que estamos levantando sobre a regularidade parafrástica: ela tem a ver (i) com a repetição das sequências linguísticas e (ii) com a reprodução dos sentidos. Não nos propomos a tratar separadamente esses pontos, uma vez que são constitutivos dos processos discursivos. Propomo-nos, isso sim, a tecer algumas considerações a respeito. Tomemos a seguinte distinção feita por Orlandi (2015):

- a. a repetição empírica (mnemônica) que é a do efeito papagaio, só repete;
- b. a repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo;
- c. a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido. (ORLANDI, 2015, p. 52)

Esses diferentes processos apresentados pela autora têm a ver com o gesto interpretativo, com o modo de inscrição do discurso na história. Para a autora, o dizer que só repete, ou seja, somente reproduz uma atividade mnemônica, não estabelece espaço de interpretação, porque não se inscreve na história. É o repetir com as mesmas palavras. Do mesmo modo, as formulações que retomam os dizeres, mas modificam as sequências, ou seja, diz com outras palavras, também não historiciza. Segundo Orlandi (2020), a modalidade de repetição histórica é aquela em que o dito se inscreve na memória, fazendo funcionar o discurso na relação da língua com a história.

Para a autora, a própria condição de existência dos sentidos do dizer é a possibilidade da repetição. “Não porque é o mesmo, mas é o que é passível de interpretação: o que é passível

de ser repetido, efeito do pré-construído (já dito) na relação com o interdiscurso” (ORLANDI, 2020, p. 72). É pelo fato de ser repetível que o dizer se historiciza e se torna interpretável.

Assim, há um movimento que direciona sentidos por meio da repetição histórica (interdiscurso). Aquilo que se repete já é efeito do que foi historicizado. A paráfrase, nessa perspectiva, configura-se como um efeito de domesticação dos sentidos.

Nos limites do nosso gesto de leitura, quando nos referimos à paráfrase, estamos, antes de tudo, filiando-nos aos dizeres de Orlandi (2020, p. 58), segundo a qual “não se pode falar em anterioridade de sentido, seja na estrutura, seja no acontecimento. O sentido se dá no encontro dos dois, na sua relação”. O que nos parece possível é considerar uma anterioridade do simbólico e a introdução da noção de fórmula.

Neste ponto, chegamos a Krieg-Planque (2018, p. 132) para quem “uma fórmula não existe por si mesma, mas em relação com atores que a mobilizam e os acontecimentos que a favorecem”. Ou seja, tomando em termos de sujeitos (não atores) que mobilizam a memória, diríamos que a fórmula pode ser pensada como um processo parafrástico, cujo efeito é de resistência à polissemia. Repetições que constroem os sentidos.

Estamos dizendo que isso tem a ver com uma compreensão da fórmula como recorte da paráfrase funcionando em seu efeito de deslizamento de sentidos. Tal noção nos ajuda a direcionar o olhar sobre o AaCS, sobretudo tendo em vista as relações interdiscursivas que afetam a textualização do acontecimento. Não se trata de operar recortes sobre sequências ou sobre unidades lexicais e alçá-las à categoria formulaica, mas de pôr em questão os efeitos discursivos que atravessam o simbólico (material, linguístico) e projetam um imaginário institucional (ideológico) a partir do que se repete. Com isso, estamos atentos à distinção operada por Orlandi (2020) entre o que pertence à ordem do linguístico e à ordem do discursivo. Para a autora, “o repetível na linguística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer)” (ORLANDI, 1994, p. 297). Por isso, entendemos que tanto a ata, em sua materialidade simbólica, quanto determinadas unidades linguísticas que dão substância significativa ao texto, podem funcionar como fórmula discursiva.

A ata, em seu funcionamento discursivo, possibilita o encaixe de outras formas textuais simbólicas (resoluções, ofícios, *e-mails*, pareceres, notas etc.) possíveis de circular no processo de reprodução interna do aparelho ideológico universitário. Desse modo, em seu estatuto de objeto simbólico, a ata (não outro objeto) estabiliza os efeitos hegemônicos⁴³ de dadas

⁴³ Dentre eles, está o sentido da democracia institucional representativa que apresentamos no tópico anterior.

formações discursivas estabelecendo referências com acontecimentos que circulam na comunidade universitária pelo efeito de fórmula discursiva circunscrita a um arquivo específico.

As unidades linguísticas regulares no AaCS também possibilitam relações interdiscursivas, mobilizando dadas formações imaginárias no processo de projeção dos dizeres nas atas. Ou seja, instaura-se o efeito de correspondência das fórmulas ao acontecimento. Mesmo sendo repetições, operam ideologicamente estabilizando os sentidos no campo da evidência.

Contudo, não há coincidência dos sentidos. Essa retomada tem sempre como consequência o equívoco, a falha, o que rompe o irrealizado no já estabelecido (ORLANDI, 2015). Algo escapa, fazendo com que os sentidos de antes se percam. Não sendo possível recuperar o que foi dito em sua plenitude, restando apenas fragmentos cujos efeitos são tomados como obviedades. Passa a circular um efeito de apagamento do equívoco pela regularidade, pela repetição.

Em outras palavras, a recorrência de determinados fragmentos estabiliza o simbólico em determinadas condições de produção, mas não garante uma “fidelidade” dos sentidos. É desse modo que tomamos dadas discursividades como produzindo efeitos no campo jurídico, escolar, médico, científico, administrativo etc. É nesse sentido, também, que determinadas formulações são reproduzidas em espaços discursivos específicos, cujo efeito de retomada do já dito opera no nível de filiações com dadas formações ideológicas.

(ii) Do efeito de fórmula

Tomando a regularidade formulaica, a ata é um objeto cujo funcionamento em termos discursivos, mobiliza questões afeitas ao que Krieg-Planque (2018) relaciona aos discursos institucionais. Embora não se preocupe em apresentar propriamente uma definição, a autora propõe que “[...] os discursos institucionais podem ser identificados na medida em que são guiados por um duplo princípio de formação, conjugando estabilização de enunciados e apagamento da conflitualidade” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 27). Estamos diante de uma noção que, entendemos, aponta para um princípio formulaico de organização.

Desse modo, compreendemos a noção de fórmula discursiva como um dispositivo que atua sobre os regimes de estabilização de sentidos no campo do institucional, da disciplina, da obediência, da organização, ainda que outras forças movidas pela contradição esgarcem essa determinação ideológica institucional.

Nesse sentido, podemos partir de uma lente que focaliza efeitos de sentido como a regularidade, a estabilidade (“estabilização de enunciados”), o apagamento e o silenciamento (“e apagamento da conflitualidade”), considerando que tais efeitos subjazem um funcionamento discursivo institucional, por vezes designado como discurso técnico, administrativo, jurídico, político, universitário etc., e tornam possível o reconhecimento de unidades de significação recorrentes nessas regiões da memória discursiva, cuja noção de político é constitutiva. Unidades como as atas.

A “estabilização dos enunciados” tem a ver com a regularidade e frequência (KRIEG-PLANQUE, 2018). É comum enxergar a estabilização a partir da frequência da circulação da fórmula, especialmente em função do seu alcance social. A sequência “educação a distância” (OLIVEIRA, 2013) é um bom exemplo de como as fórmulas constituídas em eventos e espaços institucionais ganham circulação e instam a tomada de posição dos sujeitos implicados no debate público. Muitas vezes, a extensa reprodução midiática dos discursos institucionais cumpre bem o requisito da estabilização dos dizeres formulaicos. Ilustremos citando o estudo da fórmula “golpe” (FONSECA e CAMPOS, 2017) que foi significado numa série de eventos jurídicos, políticos e midiáticos ocorridos em 2016, cujo ápice se deu na consolidação do processo de *impeachment* sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff.

O “apagamento da conflitualidade”, segundo aspecto dos discursos institucionais apontados por Krieg-Planque (2018), não implica ausência de contradição. Por exemplo, a fórmula “desenvolvimento sustentável” se configura sobre o apagamento da aparente contradição entre crescimento econômico e preservação de recursos naturais (KRIEG-PLANQUE, 2018). Ou seja, a autora toma possíveis efeitos contraditórios da junção de duas formas significantes. Para nós, essa noção seria problemática, principalmente, porque partimos do pressuposto teórico de que a palavra não é repositório de sentido, mas signos linguísticos cujos efeitos de sentido se dão na sua relação com a estrutura da língua posta em funcionamento pelas condições sócio-históricas mobilizadas a partir de um sujeito interpelado ideologicamente. “O discurso é assim palavra em movimento (...)” (ORLANDI, 2015, p. 13).

Por esse motivo, o aspecto em questão, referente aos discursos institucionais, interessamos em termos de textualização do político. Ou seja, a partir da nossa perspectiva teórica, a mobilização de determinados processos linguísticos que se supõem conformados à regularidade discursiva institucional, produz um necessário apagamento de outras formas de significar. Em outras palavras, o direcionamento de sentido por meio do aparato discursivo próprio à institucionalidade opera numa ordem que se pensa fora da história, silenciando outros dizeres, como se o que é dito só pudesse sê-lo de uma maneira e não de outra. O sentido da

conflitualidade aí se dá especialmente como efeito ideológico, mas nunca se realiza. É uma impossibilidade em virtude mesmo do político.

No âmbito institucional, na conformação empírica da materialidade institucional, os efeitos de estabilidade/regularidade e de apagamento/silenciamento se dão a partir de determinadas restrições, que podem ser tomadas em termos de **circulação** e de **produção**.

Situamos os aspectos relativos à **circulação** numa perspectiva materialista afeita à noção de espaço cuja definição é proposta por Orlandi (2017a):

[...] o espaço é, de um lado, “enquadramento de todos os fenômenos” (P. Henry, e-mail pessoal) e, de outro, ele não é nem um vazio, nem apenas uma função, ele é espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político. (ORLANDI, 2017a, p. 200).

Nesse texto, a autora está pensando sobre a relação casa/rua a partir da noção de cidade como materialidade significativa. Sobre sua definição de espaço, podemos entrever uma discussão acerca da mútua implicação entre espaço público⁴⁴ e espaço privado. Nessa dupla constituição circulam sentidos diversos, os quais também podemos assumir como efeitos pertinentes à institucionalidade.

Ainda acerca da citação de Orlandi (2017a), e progredindo agora sobre o aspecto da **produção** de discursividades institucionais, pensamos a seguinte questão sobre o nosso objeto: como as relações no espaço discursivo institucional criam dispersão entre o que é de ordem pública e o que se insere na ordem privada? Não há uma resposta a essa questão fora do simbólico e do político. Nesse sentido, pensamos ser possível abordar a produção de sentidos a partir do dispositivo formulaico em termos de constrição do simbólico pelo aparato técnico institucional. Isso implica compreender o modo como as fórmulas (no sentido esgarçado que estamos propondo) operam sobre o processo de interpelação ideológica, criando atravessamentos do simbólico pelo político e opacificando o que é da ordem do público e do privado, do dentro e do fora, do (não) pertencimento, da ausência e da presença.

Diante dessa problemática, privilegiamos o aspecto da formulação dos processos, ou seja, da produção. Interessa-nos, pois, debruçarmo-nos sobre o funcionamento discursivo de recortes de textos institucionais. Especificamente, importa-nos o objeto simbólico cuja materialidade encontra-se circunscrita a um espaço institucional. Ou seja, um arquivo.

⁴⁴ Espaço público aqui é tomado em termos de “livre” circulação, lugar de encontro com o Outro, o coletivo estabilizado pela moral e pelo direito. Também é espaço de contradição, de desencontro, de irrupção do real. É, portanto, uma noção problematizadora dos efeitos (re)produzidos nas relações entre sujeitos.

Esse espaço onde se agrupam discursividades funciona como um lugar de significação, no qual se entrecruzam diferentes modos de conformação da materialidade significativa: textos impressos em papel branco, textos impressos em papel reciclado, textos digitais (e digitalizados) disponíveis para acesso via internet. Essas formas materiais dispersam sentidos nos mais variados campos, sobretudo, porque se relacionam com discursividades distintas em funcionamento como efeito, seja de memória institucional, seja de conformação ao direito⁴⁵, seja de prática institucional, seja de prova material jurídica, seja de investigação jornalística, seja de ritual discursivo etc. A esse respeito, Orlandi (2017a) afirma que:

a materialidade nos coloca em meio a unidades de análise que são diferentes formas materiais existindo ao mesmo tempo. Novas tecnologias de linguagem. Complexidade sígnica. Simultaneidade sêmica. Que diz respeito aos objetos de análise constituídos a partir das condições verbais de existência da discursividade. (ORLANDI, 2017a, p. 50)

Desse modo, o AaCS produz tais efeitos por se constituir como objeto simbólico, notadamente em função da sua própria constituição material tornada possível nas condições históricas de sua produção. Por essa razão é que a noção de discurso institucional ressoa sobre a materialidade em questão, embora não como efeitos absolutos, mas reproduzindo a conformação de determinadas hegemonias na constituição heteróclita das formações ideológicas que operam os sentidos no espaço institucional.

Num âmbito mais geral, pretendemos realizar um deslocamento da noção de fórmula, que irrompe de uma definição pragmática de uso, na qual o discurso é tido como “conjunto de práticas languageiras situadas” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 132), para uma abordagem materialista que compreende o discurso como “efeito de sentidos”. De fato, não consideramos haver uma contradição específica nessas compreensões sobre o discurso. O que destacamos como distinção é o ponto de dispersão que a noção pecheutiana produz, ao situar o discurso como um processo de reconhecimento em que os sujeitos tomam posição. Por outro lado, Krieg-Planque (2018) associa o discurso a uma exterioridade, de certa forma, apartada dos sujeitos que, intencionalmente, se percebem reproduzindo este ou aquele efeito. Dessa distinção, entendemos que o processo de textualização é discursivo e aponta para um tipo de funcionamento formulaico que tem a ver com discursividades institucionais, no modo como estamos discorrendo.

⁴⁵ A lei nº 12527/2011, conhecida como Lei de acesso à informação, impõe aos órgãos e às entidades vinculadas ao poder estatal a obrigatoriedade de disponibilizarem determinadas informações documentais nas suas plataformas digitais oficiais para acesso público via internet.

3.2 Do dispositivo e seu funcionamento

Cabe aqui delimitar uma questão conceitual importante sobre a noção de *dispositivo* assumida nesta tese. Partimos das considerações de Neckel e Süssenbach (2019) para quem a AD pensa dispositivo a partir de um gesto movente de interpretação situado no “entre-lugar” do acontecimento discursivo, ponto de encontro do interdiscurso (constituição) com o intradiscurso (formulação), lugar de atualização de uma memória. Segundo as autoras, é nesse espaço transitório que é possível pôr em circulação determinados sentidos. É aí, sobretudo, que operam as formas de assujeitamento ideológico. Desse modo, a AD toma o dispositivo como um produto material (teórico e analítico) das condições de produção dos discursos.

Destacamos quatro modos de instrumentalização da noção de dispositivo no âmbito deste trabalho: 1. dispositivo *teórico* – compreende as noções teóricas que fundamentam o estudo; 2. dispositivo *analítico* – diz respeito ao constructo teórico-metodológico mobilizado para desautomatizar a leitura do corpus; 3. dispositivo de *arquivo* – instrumento linguístico material (histórico), que pode ser um suporte de texto (como um livro de assinaturas ou uma ata) ou uma sequência discursiva, o qual orienta o olhar do analista sobre a materialidade linguística de modo a possibilitar a construção do *corpus*; 4. dispositivo *formulaico* – princípio de organização que regula o campo das discursividades institucionais, sendo um dos modos possíveis de gestão do que pode ou não ser dito na esfera administrativa da instituição universitária. O significante formulaico, assumido aqui, tem dupla inspiração: (1) consideramos sua ocorrência em Nascimento (2012a) quando este circunscreve, numa perspectiva bakhtiniana dos gêneros discursivos, os textos administrativos produzidos no âmbito das organizações públicas e privadas; e (2) buscamos associá-lo à noção de fórmula discursiva em Krieg-Planque (2010; 2018) como aporte teórico para fundamentar nosso gesto de delimitar conceitualmente o dispositivo formulaico (aprofundaremos esta noção central na seção 3.2.2).

Em última instância, esses quatro dispositivos são teóricos, uma vez que não se separa as ferramentas da prática científica de seus fundamentos. Ou seja, aquilo que o analista toma como instrumento (técnico) para sua análise, sua prática, é produto da transformação teórica e do ajustamento que se promove no campo da ciência que pratica. Assumimos, portanto, o pressuposto pecheutiano de que não se deve conceber um instrumento independentemente de uma teoria que o inclua ou que possa conduzir à teoria desse mesmo instrumento (HENRY, 2014). Por essa razão, a noção de dispositivo levantada aqui diz respeito a uma tomada de posição por uma prática científica capaz de dar conta de problematizar o objeto discursivo sem que, para isso, recorra-se a postulados de outros campos das ciências da linguagem. Por óbvio,

isso não quer dizer que estejamos realizando uma análise fechada em si mesma, mas se trata de um esforço para manter a coerência teórico-metodológico-analítica do processo.

3.2.1 Da noção de fórmula discursiva em A. Krieg-Planque (2010; 2018)

Determinados acontecimentos históricos, ou questões sociais (ou políticas) circulam nos mais variados meios de projeção dos discursos, regulando o debate público e promovendo a disjunção dos sentidos. Tais acontecimentos se inscrevem no intradiscorso por meio de certas ocorrências lexicais e/ou sintáticas que ganham regularidade em dadas condições de produção. Essa regularidade intradiscursiva acerca de um dado evento discursivo é o que se pode chamar de fórmula discursiva. Trataremos brevemente acerca dessa proposta teórico-metodológica sustentada por Krieg-Planque (2010; 2018).

Podemos entender as fórmulas como unidades de texto⁴⁶ que fazem circular determinados efeitos de retomada da memória para uma dada comunidade e cujo funcionamento se dá pela regularidade de sua ocorrência em condições históricas e sociais específicas. Trata-se de “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9). Em outras palavras, as fórmulas podem ser consideradas como significantes que operam relações entre a regularidade linguística material e um dado referente discursivo (político, histórico, social...), pré-construído.

As fórmulas discursivas funcionam pondo em relação determinadas unidades linguísticas e questões sócio-históricas. Trata-se de fazer circular os sentidos de um dado evento discursivo a partir de estruturas simbólicas estabilizadas no debate público. Para isso, é necessário que as fórmulas sejam notadas em variadas mídias, sob diferentes suportes materiais, tanto sob a modalidade oral quanto escrita e por meio de gêneros diversos. O referente em questão deve ser mobilizado sempre que a fórmula for reproduzida. Por exemplo, em Benites (2011), a forma lexical “flexibilidade” é tomada em sua relação com o direcionamento de sentidos em textos oficiais definidores de políticas públicas educacionais. Já, em Bochi (2015), o sintagma “cultura de paz” foi analisado em seu efeito de apagamento da conflitualidade produzido a partir de diversos materiais de circulação no mercado editorial. Em ambos os estudos, a fórmula opera um efeito de estabilização sobre o evento discursivizado.

⁴⁶ Considerando texto como “unidade de sentido em relação à situação discursiva” (ORLANDI, 2012, p. 73).

Contudo, isso não implica regularidade das interpretações. Pelo contrário, para Krieg-Planque (2010), a fórmula é instauradora do debate público. Ela é objeto de contradição entre os sujeitos. O caráter regular aqui evocado tem a ver com a retomada do referente social⁴⁷, sendo que a interpretação da fórmula guarda relações mais próximas ao modo de inscrição dos sujeitos no discurso.

O efeito modulador da fórmula na relação entre unidade e dispersão do discurso aponta para um funcionamento tensionado socialmente. Tanto os sujeitos quanto as instituições participam desse jogo constringendo o dispositivo formulaico a produzir variações da fórmula. Nesse sentido, Krieg-Planque (2010) pensou delimitações para o alcance da noção. Segundo a autora, em seu funcionamento, as fórmulas apresentam quatro “restrições” observáveis e que se dão simultaneamente, mas, de modo relativo, umas mais e outras menos estáveis, a depender das condições em que são produzidas e postas em circulação. Assim, uma fórmula pode ser reconhecida (i) pela sua relativa cristalização; (ii) pela sua inscrição numa dimensão discursiva; (iii) pelo apontamento de um referente social; e (iv) pela instauração da polêmica. Explicamos brevemente cada uma dessas “restrições”.

(i) Relativa cristalização da fórmula

Segundo Krieg-Planque (2010), a cristalização é o processo discursivo em que há relativa estabilização de uma forma significante. Nas palavras da autora, “deve ser possível seguir uma fórmula pelos rastros de sua forma [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61). Isso ocorre quando certas regularidades se dão a perceber na superfície da língua de modo que o estatuto formulaico seja formalmente identificável e contextualmente reproduzível. Nesse sentido, o caráter cristalizado da sequência tem a ver com aquilo que lhe dá sustentação material, que mobiliza os já ditos por meio da repetição.

A pesquisadora desenvolve essa noção assinalando pelo menos quatro arranjos possíveis. Para Krieg-Planque (2010), a fórmula pode ocorrer como uma unidade lexical simples, uma unidade lexical complexa, uma sequência autônoma (frase) ou uma unidade léxico-sintática. Entende-se por unidade lexical simples formas linguísticas como o sintagma “flexibilidade”, citado há pouco, cujo efeito “tautológico” produz certa estabilidade discursiva em determinados contextos. Unidades lexicais complexas correspondem a estruturas sintagmáticas rastreáveis em diferentes textos e espaços de circulação como “cultura de paz”,

⁴⁷ Tal noção para nós se aproximaria das formações imaginárias que definem as condições de produção do discurso.

também abordado anteriormente, em que se projetam dadas discursividades acerca das decisões institucionais. São sequências autônomas as estruturas morfossintáticas que funcionam como *slogans* (“Brasil, pátria educadora”⁴⁸), pequenas frases (“*one child, one teacher, one book and one pen can change the world*”⁴⁹) ou ainda registros fraseológicos pertinentes a uma “memória coletiva” (“Corinthians, jogai por nós”)⁵⁰. Outros modos de cristalização são possíveis de serem detectados e operam subsidiariamente às configurações que acabamos de mencionar.

Conforme Krieg-Planque (2010), se relacionada a sua natureza, a cristalização pode ser de ordem estrutural (formal) ou memorial. A primeira é associada à regularidade estrutural da forma em termos linguísticos e categorias gramaticais – por exemplo, “nunca roubei nem matei ninguém”. A segunda ordem diz respeito a fragmentos que funcionam em conjunto com outras formulações retomando dizeres cuja origem pode estar perdida ou não no imaginário popular – por exemplo, a formulação “diga-me com quem andas e eu te direi quem és” ganha circulação também como “diga-me com quem bebes que eu te direi se vou junto” e ainda “diga-me do que te gabas e te direi o que te falta”⁵¹. Segundo Krieg-Planque (2010), a distinção não é tão evidente, embora seja adequada. Ela justifica que “existe um *continuum* entre as duas ordens de cristalização e que ele está ligado ao engendramento mútuo da língua e do discurso” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 64). A autora explica que, por um lado, a ordem estrutural leva em conta “a palavra”, por outro, a ordem memorial tem a ver com as “frases feitas” da experiência comum.

Um outro modo de cristalização diz respeito ao grau de correspondência da sequência cristalizada às propriedades que lhes caracterizam como tal. Ou seja, uma fórmula pode ser mais ou menos cristalizada em função das condições materiais de sua produção. Isso implica que, a depender do modo como se inscreve, a cristalização produz efeitos de fórmula ou não, como no caso da sequência em francês “*produit actif*”, que, impressa em rótulos ou bulas de remédio, dispersa sentidos entre especialistas em farmacêutica, produzindo a fórmula “princípio ativo”, e leigos da área, como “produto ativo” (KRIEG-PLANQUE, 2010). A cristalização (da fórmula) funcionará para uns e para outros não.

Nesse sentido, Krieg-Planque (2010) parte da superação de uma postura formalista sobre o objeto linguístico, justificando que a cristalização não dispensa nem a possibilidade de

⁴⁸ Governo Dilma Rousseff (2014-2016).

⁴⁹ Recorte do discurso proferido pela ativista paquistanesa Malala Yousafzai em 2013 na Organização das Nações Unidas (uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3rNhZu3ttIU>>.

⁵⁰ Formulação possível em virtude do caráter cristalizado da ladainha católica “Estrela da Manhã, rogai por nós; Arca da Aliança, rogai por nós...” (POSSENTI, 2011).

⁵¹ Formulações reproduzidas em *memes* na internet.

paráfrase da fórmula – podemos citar como exemplo as sequências “reforma ortográfica” e “acordo ortográfico” (BARONAS e GIBIN, 2011) – nem a de formulações variantes – por exemplo, ocorrências como “lava-jato”, “lavajatismo”, “lavajatista”, “operação lava-jato”, “caso da lava-jato”⁵². Além disso, o caráter cristalizado da sequência não prescinde da relação direta com as condições de textualização, pois, segundo Krieg-Planque (2018):

[...] o recurso à cristalização, assim como a interpretação de um dado segmento como sendo cristalizado, são fenômenos contextuais e situacionais, associados a gêneros, lugares de inscrição, temáticas, posições sociais ou registros linguísticos. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 118).

Em outras palavras, a cristalização de uma sequência é fator primordial para sua existência como fórmula, assim como seu funcionamento como “lugar-comum” em circulação.

(ii) Inscrição numa dimensão discursiva

Na perspectiva teórica sobre a qual discorreremos, não há fórmula sem uso, diríamos, sem a realização material da língua, sem tomada de posição, sem irrupção do sujeito⁵³. Isso significa que “a noção de *fórmula* não é uma noção linguística. Ela é, e antes de mais nada, uma noção discursiva” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Logo, a análise não se esgota na forma significante cristalizada. Para nós, isso implica um deslocamento da percepção material das repetições formais para o campo de um funcionamento do discurso.

Antes de avançar, esclarecemos que a pesquisadora toma o discurso “como conjunto de produções languageiras situadas” (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.132). Ao considerarmos a dimensão discursiva da fórmula, buscamos compreender os processos que afetam os gestos materiais de interpretação de certas formas cristalizadas em determinadas condições de produção. Isso corrobora a postura não formalista orientada por Krieg-Planque (2010), a qual afirma que, em sua maioria, certas formulações já ocorrem regularmente na língua bem antes de serem mobilizadas na condição de fórmula. Afirma a autora:

Não é, então, uma forma nova que o analista deve buscar, mas um uso particular, ou uma série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82)

⁵² Em referência à conhecida operação de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal.

⁵³ A irrupção do sujeito discursivo na prática de reprodução da fórmula, como processo de repetição empírica, aponta para o trabalho alienante, cujos efeitos se lançam sobre a ilusão de apagamento do sujeito e da história.

Se tomarmos a formulação “o 11 de setembro” podemos considerá-la, em seu estatuto não formulaico, como uma sequência possível em diversas situações; ou, então, como uma fórmula que retoma os acontecimentos do famoso atentado terrorista ocorrido em 2011 nos Estados Unidos⁵⁴.

Nesse sentido, há implicações metodológicas importantes no que se refere à abordagem teórica proposta por Krieg-Planque (2010). Segundo a pesquisadora, é preciso que a análise esteja apoiada em um *corpus* saturado constituído por numerosos fragmentos de texto. Com isso, a autora orienta que a análise seja consideravelmente metódica e abarque uma série de tipos de textos diferentes (gêneros, suportes, instituições, modalidades etc.) capazes de explicitar o caráter discursivo da fórmula. Nesse processo, as incongruências serão descartadas até que reste somente as sequências possíveis de serem destacadas como constructos formulaicos.

A noção de saturação não se aplica a AD da mesma forma. Nosso procedimento metodológico não requer exaustivas representações formais da língua, em diferentes materialidades, para se proceder a uma análise. Nosso arquivo é de natureza discursiva. Nosso gesto analítico é verticalizado. Ou seja, buscamos um aprofundamento sobre o objeto simbólico. Ao invés de buscarmos “o que” está em funcionamento (saturação), buscamos “o como” está funcionando.

Para nós, as operações lexicais e morfossintáticas tomadas como cristalização podem ajudar a conduzir o olhar sobre a superfície material analisada. Contudo, em um dado momento, é preciso “virar a chave” para que se dê a perceber os processos discursivos no encontro entre língua, sujeito e história. Ou seja, o signo formulaico inscrevendo a língua no fio da memória, sob determinadas restrições ideológicas.

⁵⁴ A questão que não se discute na perspectiva pragmática de análise de discurso é saber sobre quais condições históricas (hegemonia ideológica) esse tipo de enunciado ganha inscrição na memória e passa a orientar a produção de outros eventos, como por exemplo, “o 11 de setembro” latino, em referência ao golpe de militar de 1973 no Chile liderado pelo general Augusto Pinochet, que culminou no assassinato do presidente Salvador Allende e a instalação de uma ditadura que durou 17 anos com o apoio dos Estados Unidos.

(iii) Apontamento de um referente social

Além da relativa estabilização da superfície linguística e da sua dimensão discursiva, a fórmula ainda deve mobilizar o conhecimento sobre algo em comum para a totalidade dos membros de uma comunidade num dado momento. Para que, por exemplo, a formulação “o 11 de setembro” seja caracterizada como fórmula, esta precisa significar os acontecimentos discursivos que instauram a irrupção de novos sentidos sobre o atentado de 2001 – não outro, dado que as condições materiais produzem esse tipo de leitura como possibilidade. É preciso que determinada comunidade passe a reproduzir e dar circulação a certas cristalizações acerca de alguma questão social. Nisso reside o caráter de referente social da fórmula. Ou seja, seu efeito de remeter a algo “notoriamente” sabido por todos.

Algumas distinções são necessárias para se entender essa propriedade da fórmula. Começamos por dizer que o caráter “notório” de uma fórmula não é algo facilmente detectável. Para sua determinação, é preciso que se recorra a diferentes índices de verificação. Krieg-Planque (2010) afirma que a análise pode levar em conta a “frequência” do signo, sua “produtividade lexicológica” e a condição de que seja “atestado em tipos variados de discurso”, embora nenhum desses índices resolva, por si só, o problema da notoriedade do signo. A autora ressalta que não se trata de um estudo estatístico, em que a aplicação de um instrumento de medida por amostragem resolveria o problema. O procedimento analítico proposto aqui é o de identificar os distintos modos de configuração da fórmula, em diferentes situações de uso. Expliquemos melhor a seguir.

Um movimento inicial pode se observar se um determinado signo é recorrente num dado *corpus* estável ao longo do tempo⁵⁵ (KRIEG-PLANQUE, 2010). A constatação da frequência constitui, assim, um índice importante para se determinar o caráter notório da fórmula, embora não seja suficiente. Complementarmente, pode-se verificar se a sequência significativa possui certa “produtividade lexicológica”. Em outras palavras, identifica-se a descristalização de um dado “signo de base” pelo seu desdobramento em diversas formulações linguísticas. Esse signo deve ser suficientemente conhecido de modo que o leitor-interlocutor seja capaz de reconhecê-lo mesmo se este aparece “maquiado ou mascarado” (KRIEG-PLANQUE, 2010). Além desses indicativos do caráter notório da fórmula, para a autora, ainda é possível acrescentar à análise se tal signo é atestado em tipos variados de discurso, em diferentes modalidades (orais, escritos, especializados, leigos). A possibilidade do rastreamento da sequência, em diferentes textos,

⁵⁵ Sob a perspectiva da AD, tal movimento é insuficiente para apreender o caráter histórico da língua, do sujeito e do discurso.

gêneros, suportes e modalidades, é um forte índice de seu funcionamento formulaico. Esse procedimento evita que determinadas ocorrências sejam tomadas como fórmulas apenas pela sua frequência e variedade lexicológica. É o caso já citado da sequência “*produit actif*” (KRIEG-PLANQUE, 2010), em que a fórmula acontece no domínio especializado, mas não se mantém quando submetido a leitores de fora.

Nesse sentido, o apontamento de um referente social torna-se uma tarefa por vezes penosa para os analistas, mas não apenas isso. A distinção dessa propriedade também pode exigir o reconhecimento de muitos outros índices, dentre eles, as diversas marcas de remissão da fórmula, que caracterizam o seu valor “*de re*”⁵⁶, a propriedade de que a fórmula “remete ao mundo” (KRIEG-PLANQUE, 2010). Tais marcas podem ser detectadas nas diversas formas da pressuposição. A autora cita duas: o determinante que opera deslocando o sintagma no campo do pré-construído – “*la mondialisation*”, “*les sans-papiers*”, “*l’exclusion*” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 98); e a estrutura “X:Y”, muito utilizada como recurso nas manchetes jornalísticas, em que “X” funciona como o referente social, um pressuposto de “Y”, que, por sua vez, produz efeito de novidade, caracterizando-se como “o posto do enunciado”, situando “X” no espaço público. Prossegue a autora:

Manchetes como “Periferia: a febre do sábado à tarde”; “Periferia: a prevenção pelo esporte”; “Periferia: a política do talão de cheque”; “Periferia: amanhã uma Los Angeles?” e “Periferia: a constação do fracasso” são, assim, o índice de que “periferia” funciona como referente social num dado momento no espaço público francês. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 99)

Além da problemática sobre a verificação da notoriedade do “signo de base” e da determinação do valor “*de re*” que caracterizam a fórmula como referente social, no contexto da nossa pesquisa, podemos arrolar algumas outras considerações que, aparentemente, não são tidas como problemáticas para a abordagem teórica a que se filia Krieg-Planque (2010). Referimo-nos a implícitos que podemos retomar a partir da própria definição apresentada pela autora: “A fórmula, enquanto referente social, é um signo que evoca alguma coisa para todos em um dado momento” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 98). Questões possíveis a se levantar sobre essa definição são: (1) o que se entende por “alguma coisa”? (2) o que se entende por “todos”? e (3) o que se entende por “num dado momento”?

⁵⁶ Comporta a distinção entre valor *de re* (remeter à coisa no mundo) e valor *de dicto* (dizer sobre a coisa) mobilizados por Marianne Ebel e Pierre Fiala, em obra citada por Krieg-Planque (2010), em que a pesquisadora esclarece tratar-se de noções medievais que buscavam dar conta da transparência e da opacidade dos enunciados.

Essas questões são fundamentais para nossa investigação, visto que estamos construindo um espaço de interpretação sobre o qual buscamos tomar o formulaico como princípio de organização do discurso institucional. Pensamos estar próximos dos limites teóricos que permitem uma aproximação segura da abordagem pragmática de Krieg-Planque (2010). O perigo é nos conservarmos na instância do simbólico e considerar as respostas às questões levantadas como “já lá”, efeito do “já sabido”. Contudo, se desejamos costurar os pontos em que a noção de fórmula discursiva toca nosso trabalho, é preciso assumir o risco. Uma saída, de início, pode ser abrir o dizer para a dispersão.

Assim, os fragmentos do enunciado que problematizamos surgem como paráfrases de constructos teóricos pertinentes a determinada corrente teórica de análise de discurso. Na AD, podemos deslocar essas noções e pensar em termos de recortes e de montagem de arquivo: “alguma coisa” (Qualquer coisa? Importa a abrangência? Importa a relevância?...), “todos” (Sendo impossível a totalidade, qual recorte privilegiar? Políticos? Jornalistas? Indígenas? Tocantinenses? Franceses? Europeus?...) e “dado momento” (por quanto tempo é preciso deixar circular a fórmula?...). Compreendemos que o propósito não é fechar essas questões, mas deixar flutuar as possibilidades, segundo a problemática analisada pelo analista.

(iv) Instauração da polêmica

Segundo Krieg-Planque (2010, p. 108), o estudo de fórmulas discursivas pode ser mais efetivo se o analista investigar “as diferentes operações metadiscursivas opacificantes que incidem sobre a fórmula”. As “práticas languageiras” que reproduzem a fórmula, juntamente com os processos morfossintáticos e lexicais que a constituem, são determinantes para o seu funcionamento polêmico. Dito de outro modo, determinadas formulações produzem efeitos de sentido distintos sobre os sujeitos, que tomam posição diante da questão posta em circulação no debate público. Como consequência, segundo Krieg-Planque (2010, p. 105), “o caráter polêmico da fórmula se manifesta particularmente nos tropeços dos enunciadores durante a própria sequência, tropeços que são reveladores de algumas das questões que a fórmula oculta”. Para nós, é possível dizer que há um mecanismo constitutivo por meio do qual opera a contradição, o equívoco, a falha na (re)produção da fórmula. Em outras palavras, dizer que a fórmula instaura a polêmica é considerar que há divisão de sentidos.

Conforme Krieg-Planque (2010), o ponto de partida da polêmica é o referente social: “é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica” (KRIGE-PLANQUE, 2010, p. 100). Podemos dizer, então, que o caráter polêmico da fórmula tem a ver

com o modo como os sujeitos são interpelados a tomar posição diante de uma questão social posta em circulação num dado momento histórico. Em outras palavras, um dado objeto simbólico, um referente social, ao se inscreve no processo de significação, produz dispersão.

Isso significa que a fórmula está sujeita aos antagonismos das formações ideológicas que operam mecanismos de dispersão por meio dos quais é possível tratar da “mesma questão” de maneiras distintas. Decorre daí a possibilidade de (i) se dizer do “mesmo” de maneiras diferentes e (ii) de compreender diferentemente acerca do “mesmo”. Ambas as possibilidades são afetadas pelo caráter histórico da polêmica. Krieg-Planque (2010) pondera que, embora seja preciso distinguir as posições ideológicas, não se trata de conduzir a análise pelo viés da separação, mas de compreender em que condições heterogêneas a produção e a circulação de fórmulas torna possível o contato dessas posições.

Um exemplo apropriado dessa questão é a própria mobilização do significante fórmula, que funciona de modo distinto em diversos domínios discursivos. Citamos somente que, em uma acepção jurídica, pode ser tomada como “um modelo de enunciado cuja validade só pode ser garantida pelo respeito formal (a repetição textual das sequências)” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 109). No âmbito jornalístico, significa “um enunciado conciso, supostamente gerador de efeitos, frequentemente pronunciado com fins provocativos ou polêmicos, talvez demagógicos, e fácil de ser memorizado, portanto, reproduzido, citado” (Idem, p. 110). A despeito dessas dispersões, a noção teórica, cuja polêmica é uma das propriedades, aponta justamente para a condição heterogênea da fórmula discursiva.

3.2.2 Do formulaico

Já discorremos anteriormente sobre a forma do político dos sujeitos (e suas posições) projetados no imaginário institucional sobre a prática deliberativa. Nesta seção, delineamos algumas questões acerca da estabilização do simbólico em determinadas formulações linguísticas produzidas no campo deliberativo. Para tanto, pressupomos a noção de língua política (GADET e PÊCHEUX, 2004) para pensar o modo de funcionamento ideológico que atravessa a textualização do AaCS. Representamos a materialidade dessa formulação como *língua formulaica*.

Nesse sentido, trazemos argumentos em favor da construção de um dispositivo de arquivo baseado numa compreensão do objeto simbólico como discursividade formulaica. Assim, mobilizaremos os fundamentos teórico-metodológicos propostos por A. Krieg-Planque (2010; 2018) acerca da noção de fórmula discursiva, especialmente quando tomada em

investigações que pensam produção e circulação dos discursos institucionais. Com esse gesto circunscrevemos o alcance teórico-analítico de nossa investigação, esforçando-nos em manter certo distanciamento daquilo que deslocaria nosso objeto para fora do campo da AD, ao mesmo tempo em que não perdemos de vista outras noções de interesse para o contexto desta pesquisa.

Para nós, a noção de língua da qual estamos tratando se apresenta como um modo de funcionamento formulaico específico de determinados textos-documentos, especialmente em se tratando da forma material que recortamos nesta tese. Essa língua filia-se aos “métodos de tratamento em massa do arquivo textual”, tematizados por Pêcheux (2014a) e, segundo os quais, promovia-se um ajuste da língua sobre a suposição de que, assim, haveria de se facilitar a comunicação, transmissão e reprodução desses textos. Conforme Pêcheux (2014a):

[...] as virtudes de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter, relaxados desde o século XIX pela democratização do ensino (no nível “primário” e “primário-superior”) encontraram aí um de seus empregos: a questão da “objetividade” dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à “ciência” (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como “ciência dos grandes números” e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas) se impor progressivamente como uma evidência. (PÊCHEUX, 2014a, p. 60)

A língua formulaica (supostamente bem escrita, lógica, limpa, técnica, objetiva, evidente) inscreve (filia) sujeitos ao modo institucional de significar. Por isso, produz efeitos no âmbito de certo imaginário que forma as posições-sujeito na relação de sobredeterminação ideológica nas práticas da IU. Nesse processo, que é material, a língua textualiza pelo atravessamento de formações imaginárias (ideológicas) e pelo processo de interpelação da forma de organização textual dos objetos linguísticos simbólicos no batimento entre a “materialidade da língua” e a “materialidade do documento” (BARBOSA FILHO, 2016).

Propomos pensar essa relação pelo viés da formulaicidade discursiva, ou da fórmula discursiva proposta por A. Krieg-Planque (2018), cujos apontamentos são interessantes para nosso trabalho por pelo menos três razões: (1) O caráter de novidade com que a noção de fórmula discursiva é pensada em análise de discurso de tradição francesa (mesmo com viés pragmático), o que pode contribuir com novas possibilidades de leitura dos discursos institucionalizados (cf. KRIEG-PLANQUE, 2018); (2) a forma lexical “fórmula” já circula em estudos sobre textos dessa natureza (cf. NASCIMENTO, 2012a; 2012b), o que contribui para a estabilização do termo no espaço simbólico abordado, a IU; e (3) a noção produz seus efeitos a partir de uma relação com a historicidade, o que permite um gesto de aproximação epistemológica. Partimos, pois, de um olhar sobre as relações parafrásticas que apontam para o

repetível no nível formal (cf. ORLANDI, 2020), ou seja, a reprodução da superfície linguística que cria regularidade e afeta os modos de dizer o mesmo.

Partindo desse entendimento, buscamos uma aproximação com a noção de fórmula discursiva, sobretudo assumindo a repetição como o indício organizador de sua materialidade. Contudo, se tomamos a proposta de Krieg-Planque (2010) como parâmetro para a construção de um dispositivo de análise, é porque consideramos ser possível localizar nosso objeto metodologicamente como uma fórmula discursiva. Lançamos um olhar (agora deslocando a noção) sobre os indícios materiais apontados pela autora como características fundantes da fórmula: o *caráter cristalizado*, o *estatuto polêmico*, o *funcionamento discursivo* e o *referente social*.

No gesto de elaboração dos nossos argumentos a respeito do porquê de tais restrições serem produtivas no contexto desta pesquisa, abraçamos certo efeito dispersivo da forma lexical “formulaico”. Na verdade, trata-se de atestar duas distintas formas de manifestação da língua formulaica: a) formulaico produz **fórmula**; e b) formulaico produz **formulário**. Ambas possuem implicações sobre a formulação do texto e são determinantes para a construção do dispositivo de análise que aplicamos nos procedimentos de leitura do AaCS. É, portanto, pela via da dispersão que pretendemos abordar o dispositivo formulaico do processo discursivo em nossa análise.

3.2.3 Da noção de arranjo formulaico

Diante das propriedades da fórmula elaboradas por Krieg-Planque (2010), pretendemos apresentar um gesto preliminar de leitura sobre a noção que instrumentalizamos como dispositivo de arquivo: o *arranjo formulaico* (Af). Retomaremos cada uma dessas propriedades, mas o faremos procurando “deslocar”, ou no mínimo “dispersar”, algumas das noções discutidas para o campo teórico a que estamos afeitos.

Entendemos que, sobre a noção de fórmula, parece-nos pertinente destacar a *cristalização* e a *polêmica*. Essas “propriedades” são fundamentais para delimitarmos metodologicamente nosso procedimento analítico.

Em primeiro lugar, tomamos a fórmula como a cristalização, ou seja, a sequência linguística que se repete de modo a mobilizar uma memória na ordem da prática institucional. Configurações textuais como atas, certidões, declarações, procurações, escrituras etc., representam possibilidades de cristalização formulaica. Contudo, compreendemos o caráter cristalizado de determinado modo de textualização não como abstrato, algo intrínseco à

elaboração do objeto linguístico, mas como gesto de antecipação, de projeção do já sabido, efeito do imaginário que estabiliza o simbólico para que haja sentido. Em razão das significações em funcionamento no campo administrativo institucional, filiado à ordem da burocracia capitalista, opera sobre esses textos certo imaginário associado às condições históricas que se reproduzem na divisão social do trabalho, mesmo no interior de uma instituição onde o pensamento crítico é imaginariamente representado como centralidade. Efeitos da contradição. Mas, coerente com uma formação social em que a produção aligeirada, materializada na fórmula, atende aos interesses hegemônicos de uma classe social produtivista e instrumentalizante.

As implicações dessa relação incidem sobre as formas materiais de produção do trabalho, como a reprodução de técnicas de redação (língua formulaica). Não quaisquer técnicas, mas aquelas em que a forma-sujeito hegemônica projeta seus efeitos. É nesse sentido que pensamos a fórmula em seu aspecto cristalizado: repetição que é efeito da reprodução ideológica.

Em segundo lugar, a fórmula é polêmica. Isso quer dizer que ela é eminentemente política. Tal noção para nós distingue-se daquela proposta por Krieg-Planque (2010) em termos de produção da polêmica, quando a autora postula que:

A fórmula é portadora de questões sociopolíticas. Entendemos com isso que ela põe em jogo algo de grave. “Grave” não necessariamente num sentido dramático, mas no sentido de que ela põe em jogo a existência das pessoas: a fórmula põe em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.100).

Além disso, para a autora, o caráter político da fórmula se manifesta nos “tropeços” do dizer, nas diferentes formas de textualizar a fórmula. Ou, ainda, no jogo de interesses que movem os “atores” sociais. Tal noção considera uma estabilização do referente, seu valor “*de re*”. Em nossa abordagem, esse referente se perde, uma vez que ele é objeto já significado pelo discurso. Isso diz respeito à noção de que o real é inacessível. Sua apreensão é sempre um processo de “pôr-se algo no lugar”. Logo, as referências que se constroem sobre o real são materialidades históricas, não representações do real. Descarta-se o impossível de se conhecer, que está na ordem do insuportável, e cria-se um signo capaz de produzir a ilusão de que o real é acessível, projeta-se um imaginário. Por isso, que o referente não está mais lá, ele se perde, inscreve-se no plano do discurso. A polêmica é, portanto, noção constitutiva da fórmula, que

não é construída da mesma forma por todos os sujeitos. A polêmica direciona e divide os sentidos. A polêmica é política.

Essas duas noções (cristalização e polêmica), tomadas como propriedades da fórmula por Krieg-Planque (2010), são mobilizadas por nós como dispositivo de arquivo para as textualizações formulaicas do nosso objeto de análise. As outras propriedades tratadas pela autora, o caráter discursivo e o referente social são considerados de modos diferentes em nossa abordagem.

Se estamos inscritos na Análise de Discurso, nosso objeto será sempre discursivo. Não lidamos com outros tipos de análise, embora seja possível mobilizar outras disciplinas para compor nosso gesto analítico. Isso não quer dizer que estas são complementares ao trabalho de investigação, mas que se fundem ao nosso dispositivo de análise de modo a compor o traçado metodológico da pesquisa. Portanto, dizer que a fórmula funciona numa dimensão discursiva é, para nós, redundante. Do mesmo modo, o referente social, tal como discorremos anteriormente, é um efeito produzido a partir de objetos simbólicos. Logo, não se pode considerar uma retomada completa do mesmo pela fórmula, apenas paráfrases cuja ilusão é reproduzir os sentidos que se projetam sobre o sujeito acerca daquele referente. Ou seja, é um gesto do sujeito que produz o discurso, e não um acontecimento que vincula uma espécie de coletividade que compartilha os sentidos sobre uma dada questão. Nesse sentido, a dimensão discursiva da fórmula é constitutiva em nosso dispositivo, ao passo que o referente social é uma noção deslocada a qual situaremos na ordem dos objetos simbólicos cujos sentidos são projeções de formações imaginárias, efeitos da ideologia.

Pretendemos demonstrar que nos interessa o enfoque sobre os processos discursivos que textualizam o formulaico. Tais processos ocorrem em formações linguísticas complexas, ou seja, não limitadas a sintagmatizações.

Tomemos em princípio que, de acordo com Krieg-Planque (2018, p. 117), “a noção de cristalização permite dar conta dessa intuição de que as palavras podem funcionar ‘em bloco’ e construir conjuntos ‘prontos’”. Conforme já expusemos, podemos pensar em termos de estrutura do objeto simbólico. Formulações que operam mnemonicamente (ORLANDI, 2015), “cristalizando” modos tão distintos de significar na materialidade textual que funcionam como “blocos” significantes: nas “bordas” do texto (cabeçalho, rodapé, linhas numeradas, assinaturas...) e no “interior” do texto (abertura, quórum, pauta, discussão dos assuntos, fechamento...). Isso significa que, do ponto de vista estritamente textual, a elaboração da ata se dá por meio da repetição de certos arranjos linguísticos. Trata-se de um processo de cristalização, ou melhor, um modo de estabilização do simbólico, um processo formulaico.

Com efeito, essa abordagem nos permite mobilizar uma compreensão em torno da cristalização da fórmula a partir de “unidades léxico-sintáticas”, conforme define Krieg-Planque (2010):

Por unidade léxico-sintática, devemos entender a copresença de um elemento lexical (ou vários) e de uma operação sintática particular como, por exemplo, a coordenação (em “du pain et X” [pão e X], estudado por Guilhemou e Malidier), a complementação (em “ajouter la guerre à la guerre” [acrescentar mais guerra à guerra]) ou, ainda, a negação (duplamente presente em “ne pas pouvoir dire que ne pas savoir” [não poder dizer que não se sabe] tal como materializada em “nous ne pourrions pas dire que nous ne savions pas” [não poderemos dizer que não sabíamos]). (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 62)

É esse modo de cristalização que podemos observar em funcionamento no AaCS. Ou seja, uma sequência cristalizada léxico-sintaticamente, conforme Krieg-Planque (2010), a partir da copresença de unidades lexicais e da ordenação sintática. Por si só, esse modo de cristalização não quer dizer que dada formulação linguística sempre mobilize sentidos semelhantes, uma vez que, para Krieg-Planque (2018), o caráter cristalizado não é tomado com uma condição absoluta da fórmula, mas como um princípio geral de análise. Ou seja, quando a autora propõe que a cristalização opera sobre uma relativa estabilização da forma significativa, conforme já dissemos anteriormente, é porque se faz necessário considerar, além das condições de sua produção, os múltiplos processos linguísticos de reelaboração da fórmula. Nesse sentido, Krieg-Planque (2010) abandona uma postura formalista para se ater ao funcionamento discursivo.

Embora a autora procure se distanciar dos aspectos formais do estudo da linguagem, ainda há pontos que são conflituosos com nossa abordagem. Desse modo, a fim de destacar nossa posição teórica, e por entender que não lidamos com unidades segmentadas ou fragmentos de texto, mas com recortes de materialidades constituídas por processos parafrásticos, ou seja, pela repetição do já dito, nomeamos esse modo de cristalização de *Af*, em vez de “unidade léxico-sintática”.

Tomada em seu funcionamento formulaico, sobretudo a partir da noção de cristalização de Krieg-Planque (2010), a paráfrase é compreendida num movimento aglutinador de diversos efeitos discursivos. Na perspectiva da autora:

[...] a análise do discurso não se preocupa com os efeitos do discurso no sentido de uma influência efetiva sobre os ânimos (“manipulação da opinião”, etc.), mas, sim, como se vê aqui, com a maneira pela qual um enunciado participa da imposição de um enquadramento da reflexão, e com a forma como um discurso, produzindo efeitos de evidência, dissuade a contestação. (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 151)

Por isso, tem a ver com a noção de pré-construído. Ou seja, as repetições se dão num funcionamento de retomada do já tido, de memória. Criam espaço de interpretação. É o que inferimos a partir do que diz Zoppi-Fontana (2002):

Trabalhando a memória discursiva como “espaço de estruturação, de regularização, de materialidade discursiva complexa”, Pêcheux afirma que ela funciona como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ (em termos técnicos, os pré-construídos, os elementos citados e referidos, os discursos transversos) de que a leitura necessita”. (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 180)

Ao mesmo tempo, essas formulações apontam o campo das formações ideológicas. Isso quer dizer que, em nossa leitura, pretendemos sobretudo apontar para as dispersões provocadas pela repetição técnica, ou efeito formal, que diz o mesmo de modos diferentes. As dispersões, nessa abordagem, apontam para o objeto formulaico como elemento discursivo atravessado por outros dizeres. Enfim, o *Af* instaura a polêmica.

As cristalizações são, antes de tudo, efeitos coercitivos da institucionalidade. Elas produzem identificação no interior de uma dada formação discursiva, projetando um imaginário de organicidade do aparelho estatal. Disso resulta que o caráter cristalizado tem a ver com a estabilização da memória, apagamento da contradição, cujo efeito é a irrupção de um “estilo formulaico”, uma voz coerente, como aponta Boschi (2015):

[...] o “falar neutro” ocupa um espaço expressivo no “estilo formulaico”: encontramos aqui as cristalizações que tornam as produções institucionais também amplamente previsíveis. As duas dinâmicas de formação dos discursos autorizados, estabilização dos enunciados e apagamentos da conflitualidade, aparecem como complementares. Pelo efeito de evidência e de reconhecimento do pré-construído, a fórmula convida à aceitação, incita à adesão e desencoraja a contradição. Desse modo, ela inibe os contradiscursos possíveis e tende a escamotear as ocasiões de enfrentamento. Simetricamente, a minoração dos desacordos e dos conflitos, a valorização do consenso, se realizam com mais facilidade por intermédio de formulações estereotipadas, de contornos convenientes. (KRIEG-PLANQUE E OGER, 2010, p. 94, *apud* BOSCHI, 2015, p. 1078)

Por meio de um *Af*, as regularidades linguísticas dos textos do AaCS regulam os ditos e não ditos. A neutralidade a que se refere Krieg-Planque e Oger (2010), em citação de Boschi (2015), dá-se num processo ideologicamente mediado. Situamos essa problemática a partir de Mittmann (2010) quando a autora lembra que o sujeito leitor é interpelado por processos discursivos os quais criam “efeitos de evidência” sobre a materialidade textual ao passo que disfarçam os efeitos dispersivos do texto. Krieg-Planque (2010, p. 66) vai em sentido semelhante ao considerar “que a cristalização não é só um fenômeno intrínseco, mas que resulta

de um julgamento atribuído pelos locutores⁵⁷, a certas sequências discursivas”. Se, num deslocamento epistemológico, tomarmos a noção de “julgamento atribuído pelos locutores”⁵⁸ por efeito leitor poderemos considerar a cristalização como equívoca em termos de efeitos de sentido. Ainda assim, a noção de Krieg-Planque (2010) é pertinente. Segundo Mittmann (2010, p. 87), “a dispersão do discurso (bem como a do sujeito e a do sentido que nele se constituem juntos) é disfarçada duplamente: pelo efeito de que há bordas de separação entre discurso e história e pelo efeito de que é possível ao sujeito controlar a língua”. Ou seja, essas unidades textuais que se repetem estabilizam um modo de reproduzir certo imaginário sobre os efeitos simbólicos da ata, cujos dizeres projetam outras discursividades (jurídicas, econômicas, administrativas, retóricas etc.), ao mesmo tempo em que criam “bordas” para o texto, na ilusão de separá-lo da história.

Portanto, o gesto aqui não é o de tomar a regularidade da superfície da língua como objeto, mas o de verticalizar a leitura de modo que se dê a perceber o atravessamento ideológico operando sobre a constituição histórica do acontecimento linguístico (ORLANDI, 2020). É nesse sentido que Orlandi (2020) afirma que é preciso tomar a noção de materialidade para se percorrer as fronteiras da língua e expor a ordem simbólica (histórica e ideológica) dos processos discursivos. Para a autora, “o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (ORLANDI, 2020, p. 49). Ou seja, como analista de discurso, conforme Orlandi (2020), interessa-nos pensar sob a ordem do simbólico, ordem do discurso, o que é diferente de uma investigação pautada puramente nos aspectos da estruturais da língua. Assim afirma Orlandi (2020):

Na análise, não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (linguístico-históricos) que aí estão em funcionamento em termos da ordem significante. (ORLANDI, 2020, p. 46)

Pretendemos tomar os *Af* não como uma estrutura *a priori*, como início de análise, mas como processo em que funcionam pré-construídos de posições-sujeito distintas. O que faz operar modos de significação longe das noções de neutralidade do que se pensa ser um discurso institucional.

⁵⁷ O locutor em Krieg-Planque (2010) remete ao “eu” do discurso. Utilizamos tal terminologia em referência a autora, contudo, essa noção não se constitui uma categoria de análise nesta tese. Propomos o deslocamento para pensar sob a perspectiva da posição-sujeito, efeito ideológico. Deixamos essa passagem mais clara no item 1.3.4.4.

⁵⁸ Procedemos um deslizamento semelhante em relação à noção de “ator” numa das citações de Krieg-Planque (2010).

Desse modo, pensar a cristalização formulaica no contexto dessa pesquisa é partir do pressuposto teórico de que a constituição dos discursos (interdiscurso) é anterior a sua formulação (intradiscurso). Sendo a primeira o território das possibilidades de construir sentido e a segunda o lugar da contradição, da falha, do equívoco, dos sentidos outros. Nesse sentido, Krieg-Planque (2010, p. 79) afirma que “a polissemia, de modo geral, facilita o regime ‘formulaico’ do léxico, na medida em que ela faz crescerem as faculdades de circular e de se tornar polêmica”. Ou seja, a fórmula é também dispersão.

3.2.4 Da relação formulaico-formulário

Como já dissemos, o dispositivo formulaico que funciona operando efeitos de sentido no AaCS é constituído por dispersões conceituais as quais sintetizamos como formulaico-*fórmula*, conforme discutimos na seção anterior, e formulaico-*formulário*, sobre a qual passamos a discorrer.

Uma demarcação se faz necessária a fim de situarmos a noção mobilizada por nós quando empregamos o significante “formulário”. Ao fazermos isso, propomos o acesso a uma ordem institucional na qual o formulário pode ser tomado como “o veículo de comunicação escrita que tem por finalidade transmitir e/ou arquivar dados, em determinados sistemas de informações, dentro ou fora da empresa” (PEDROSO; TEIXEIRA; GASPAS, 1983, p. 29). A essa perspectiva, associa-se a noção empiricista que inscreve uma variedade tipológica de textos formulários, conforme aponta Paes (2004) quando a autora discorre sobre os textos que compõem um arquivo (para ela, um repositório), destacando, para isso, que tais objetos são instrumentalizados institucionalmente.:

A documentação escrita ou textual apresenta inúmeros tipos físicos ou espécies documentais criados para produzir determinada ação específica, tais como: contratos, folhas de pagamento, livros de contas, requisições diversas, atas, relatórios, regimentos, regulamentos, editais, certidões, tabelas, questionários, correspondência e outros. (PAES, 2004, p. 29)

Nosso intuito é produzir um movimento de circunstanciação do termo (formulário), atualizando-o no contexto da presente investigação. Desse modo, pretendemos não perder de vista que o trabalho com arquivo não se reduz ao objeto empírico, mas possibilita a construção de um espaço amplo de interpretação constituído por materialidades diversas (textuais, imagéticas, sonoras etc.).

Para tratar acerca da noção de *formulário*, tomamos a arriscada posição de costurar uma definição que pudesse deslocar tal noção do campo da evidência. Queremos dizer que o entendimento acerca de formulário não como um gênero de texto/discurso, mas como dispositivo da burocracia institucional numa pesquisa em AD, parece ser uma empreitada possível em nossa pesquisa.

Propomo-nos a pensar no funcionamento formulário segundo processos indissociáveis, mas que abordaremos separadamente por uma questão didática, exigência do formato acadêmico da tese. Denominamos tais processos como: (i) incompletude constitutiva; e (ii) reprodução ideológica.

(i) Incompletude constitutiva

De início, ancoramos a noção de formulaico-formulário nos termos conceptuais de incompletude da linguagem. Aquilo que falta no processo de significação do acontecimento. Um buraco que não pode ser tapado. Algo que não se fecha (ORLANDI, 2020). A incompletude é constitutiva tanto do sujeito quanto do sentido, uma vez que são constituídos ao mesmo tempo. Ao dizer, o sujeito se divide, pois o faz pelos dizeres do Outro (esquecimento nº 1, PÊCHEUX, 2017d [1975]). Algo sempre falta porque o ritual de interpelação pelo dizer (assujeitamento) é falho.

O formulário, nessa perspectiva, é a estrutura reclamando história. Ele se abre para o simbólico (ORLANDI, 2020), sendo que “é a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia” (ORLANDI, 2007, p. 47).

Lidamos com duas possibilidades de textualização do formulário a partir das quais pretendemos estruturar nosso entendimento acerca da incompletude: (i) a textualização que é repetição, cópia empírica; e (ii) a textualização que é paráfrase, reprodução interdiscursiva. No primeiro caso, tem-se a formulação pré-elaborada que circula com o propósito de controlar os dizeres, de separar aquilo que é “o dito” daquilo que é “o por dizer”, o repetido e a novidade. Estão nesse grupo conceitual textos como as fichas de cadastro (por exemplo: nome, endereço, profissão etc.), questionários de pesquisa (por exemplo: idade, sexo, raça etc.), correios eletrônicos (destinatário, assunto, mensagem, anexos etc.), documentos de identificação profissional, entre outros. No segundo caso, o texto é produzido a partir das injunções do interdiscurso. Não há uma pré-elaboração que se reproduz mnemonicamente. Mas há uma retomada dos dizeres por meio de paráfrases. Tende-se a se dizer o mesmo, mas com outras palavras. O dizer aqui se refere aos arranjos textuais que caracterizam o formulário. Ou seja, a

divisão entre “o dito” e o “por dizer” existe, mas como efeito do processo formulaico. Podemos citar como exemplo documentos institucionais como atas, ofícios, declarações, procurações, entre outros. Esses textos reproduzem um modo de textualização que se historiciza enquanto acontecimento. Essas duas “modalidades” de se textualizar o formulário remetem ao que Orlandi (2015) chama de repetição mnemônica (efeito papagaio) e de repetição técnica (formal). Ilustramos isso no quadro seguinte.

Quadro 4 - Modalidades de textualização do formulário

Repetição Mnemônica	Paráfrase Formal
<p>Ficha de cadastro “A”</p>	<p>Ata “A”</p>
<p>Nome: _____.</p>	<p>Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e</p>
<p>Endereço: _____.</p>	<p>cinco, às quatorze e trinta, no auditório do bloco H</p>
<p>Profissão: _____.</p>	<p>Faculdade de Letras da (...)</p>
<p>.....</p>	<p>.....</p>
<p>Ficha de cadastro “B”</p>	<p>Ata “B”</p>
<p>Nome: _____.</p>	<p>Às treze horas do dia vinte e oito de março de dois mil</p>
<p>Endereço: _____.</p>	<p>e doze, no anfiteatro desta universidade estadual (...)</p>
<p>Profissão: _____.</p>	<p></p>

Fonte: Autoria própria.

Nomeamos a textualização da esquerda como Repetição Mnemônica porque entendemos seu funcionamento simbólico como reprodução do formulário (fórmula). A textualização ilustrada na coluna da direita é chamada de Paráfrase Formal justamente porque há processos de substituição que se mantêm por um princípio de ordenamento do formulário (formulaico). Embora essas duas modalidades de se textualizar as práticas discursivas da esfera institucional tenham o caráter formulário, as condições enunciativas são distintas e por isso as condições para o jogo imaginário de posições, são mais amplas, mais elásticas. A injunção ao jogo de forças históricas produz tensionamentos desiguais.

Na reflexão sobre o dispositivo formulaico, mobilizamos o entendimento de Orlandi (2007) acerca da dissimetria entre a incisa e a elipse, partindo do fato de que “a incisa aparece, na história da reflexão gramatical, como acréscimo contingente, e a elipse, como falta necessária” (ORLANDI, 2007, p. 47).

Enxergamos o formulário como uma subversão. A falta (o “branco”) é constitutiva do processo de significação, sendo a elipse e a incisa, objetos fundidos nessa relação não linear de “preenchimento” do formulário.

Embora se possa defender que, no exercício da técnica administrativa, se tenha “modelos” de redação oficial disponíveis para atualização sempre que preciso, os textos

formulados em Paráfrase Formal, em específico o nosso objeto simbólico (ata), não funcionam como algo “anterior”, no sentido de que está lá, empiricamente. Não é como uma ficha ou um questionário. Não tem esse efeito. Contudo, em ambas as “modalidades”, o novo distintivo da repetição não é um complemento ao que falta dado a impossibilidade de fechar os sentidos. O “espaço a ser preenchido” não é “vazio”, porque significa. Não é “nada”, porque interpela. É lugar do social. É ausência a se presentificar. O sentido já está lá. Basta notar que a linha horizontal desenhada após o dito “Nome:” implica injunção cujo efeito é de transparência da linguagem e do sujeito que assume a posição de um “eu” ao escrever um antropônimo. Além disso, tal informação será grafada sobre a referida linha, não abaixo, transversalmente, verticalmente ou em qualquer outra posição em relação à mesma. Há uma impossibilidade sistêmica de se mudar. Por isso é repetição. De outro modo, a paráfrase permite a variação. Nesse sentido é que entendemos o caráter simbólico do espaço “branco” como já significando, seja no formulário (texto) repetido ou parafraseado.

Dizer sobre a incompletude é também entender que o sentido não tem direção certa, pois “A significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável” (ORLANDI, 2007, p. 46). O formulaico, sendo material significante do silêncio como política (língua política), não permanece, ele se desloca. Desse modo, é possível tomar a materialidade significante como um relevo textual, compreendendo que o sentido não se dá na relação de um antes e um depois na superfície do texto, como uma progressão (ORLANDI, 2020). Assim, o formulário faz funcionar algo já lá, um *a priori* como efeito ilusório de que se está no

[...] nível da língua como sistema (absolutamente) autônomo [cujo] o funcionamento só nos permitiria atingir o repetível formal, ou seja, nesse nível só poderíamos explicitar as regularidades que comandam formalmente o funcionamento da linguagem: as sistematicidades sintáticas, morfológicas. (ORLANDI, 2020, p. 28)

Esse funcionamento aponta a existência de um lugar, uma geografia com um mapa específico que direciona os efeitos do simbólico no campo da institucionalidade. Esse terreno é, antes de tudo, um texto. Uma proposta de sentido que encontra diferentes versões de si e reclama outras textualidades, uma vez que é sempre incompleto. Como “bólide de sentidos, sintoma de um sítio significante” (ORLANDI, 2020, p. 14), assim é o formulário para nós. Ele já é matéria significante na memória no encontro com outras formulações possíveis.

Desse modo, compreendemos que o formulário produz incompletude porque (a) não há linearidade na textualização do acontecimento, uma vez que este possui relevo; e (b) há o encontro da atualidade com a anterioridade: textos formulários ↔ textos formulados.

A incompletude é o insuportável reclamando sentido. É injunção do simbólico e dispersão do interdiscurso. O formulário determina a materialização do acontecimento diante da possibilidade de textualização, de domesticação dos sentidos. É a repetição que tenta conformar o histórico aos moldes do simbólico na retomada do Outro. Inscreve o dizer numa dada rede de filiações que põe em funcionamento uma memória sobre a materialidade histórica. Nessa relação, o formulário irrompe como uma configuração do simbólico cuja função é administrar a novidade. Mantê-la sob controle. Porém, conforme Orlandi (2007), a incompletude é condição da pluralidade.

(ii) Reprodução ideológica

A noção de formulário ilustra a questão da ideologia no processo de reprodução de certo imaginário sobre o sujeito. Também, o movimento dos sujeitos que tomam posição nas atas é a evidência do ideológico irrompendo os espaços do silêncio, a ilusão do preenchimento. Por essa razão, o dispositivo formulaico (formulário) que arranja a textualidade nas atas tem como um dos mecanismos de formulação da polifonia de locutores (NASCIMENTO, 2012b, 2015; NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2011; FONSECA e SANTOS, 2019).

Contudo, em nosso gesto de análise, privilegamos a relação do dito com determinadas posições-sujeito projetadas como efeito do imaginário de dada formação ideológica. Assim, a multiplicidade de locutores será tomada pela via da projeção dos sujeitos, como entidades discursivas e não enunciativas.

Nesta seção, perpassamos a questão enunciativa com o intuito de discutir o funcionamento do dispositivo formulaico pela via do formulário. Para iniciar nossa abordagem, tomemos a seguinte situação mobilizada por Ducrot (1987):

Suponha que meu filho me traga uma circular da escola, em que está escrito: “Eu, abaixo-assinado, ... autorizo meu filho a [...]. Assinado...” Só terei pessoalmente que escrever meu nome no branco que segue a expressão *abaixo-assinado* (a menos que meu filho tenha tido a cortesia de fazê-lo por mim) e assinar (a menos que meu filho tenha tido a imprudência de fazê-lo ele mesmo). (DUCROT, 1987, p. 182)

Interessa-nos acerca do excerto acima, no qual o autor ilustra a questão da autoria, depreender alguns efeitos de sentido possíveis do funcionamento formulaico (formulário). O objeto simbólico que ilustra o pensamento de Ducrot (1987), a “circular da escola”, é caracterizado por um aspecto de incompletude: há um “branco”. Mais adiante, o autor faz algumas considerações sobre o papel da assinatura no mencionado documento, asseverando que

a indicação do locutor se dá “desde que a fórmula ‘abaixo-assinado ...’ tenha sido preenchida” (DUCROT, 1987, p. 183). A distinção aqui é posta entre as funções de locutor e autor do texto, os quais se constituirão quando as lacunas do documento forem preenchidas com determinadas formulações linguísticas.

Locutor, enunciador, autor e sujeito são funções distintas do processo de significação. O locutor é caracterizado como o “eu” da enunciação. Aquele que tem a palavra. O enunciador, o ponto de vista construído pelo locutor. É comum que vários enunciadores sejam mobilizados por um único locutor. Por autor entende-se a função social que assume a responsabilidade pelo texto produzido. O sujeito é a realização discursiva da função autor. É produto da interpelação ideológica. Essas funções operam em diferentes instâncias do processo de significação: do linguístico (locutor) ao enunciativo (enunciador) e do social (autor) ao discursivo (sujeito).

Em certas palavras ditas no tópico anterior, já apontamos para o processo de interpelação que se dá a partir do mecanismo formulaico-formulário (por exemplo, no caráter injuntivo que determina antropônimo sobre a linha horizontal após o signo “Nome:”). Em termos linguísticos, essas “linhas” (empíricas ou imaginárias), no arranjo específico do formulário, estabelecem uma relação de identificação com a exterioridade. Com as condições de produção do discurso. Com a ideologia.

Embora tratemos do caráter aberto do formulário, aquilo que poderia ser levantado como materialidade dêitica (em referência a), a interpelação ideológica coloca o formulaico (formulário) em relação a uma memória discursiva. No gesto de leitura do texto, estabelece-se a filiação com determinados dizeres de dada formação discursiva, o que implica a irrupção de uma forma-sujeito. Assim, a ideologia interpela os sujeitos a construírem certos sentidos em detrimento de outros. Em outras palavras, o texto abre para outras possibilidades, porém o faz dentro do que é permitido pelo dispositivo ideológico.

Retomando o excerto, o “branco” a que se refere Ducrot (1987) é significado ao produzir injunção da forma-sujeito, uma vez que o elemento linguístico se faz transitivo e, no encontro com a ideologia, interpela o “branco” ao assujeitamento. Já há uma forma-sujeito histórica sendo projetada ali. Há sentido. O formulário é, então, um texto que possui sentidos abertos, mas isso não quer dizer que possam ser quaisquer sentidos. Há restrição. Há efeito ideológico operando sobre a incompletude constitutiva do formulário.

O efeito performático de preencher o “branco” na “circular da escola” inscreve o sujeito, em lugar social de pai, no lugar discursivo de pai-responsável legal. Esse gesto de se colocar textualmente, por meio de antropônimo, produz assujeitamento à forma-sujeito-do-direito que, na posição de responsável legal pelo aluno, assume uma posição determinada em relação à

instituição escolar. A filiação discursiva constituída na relação com os dizeres no papel é ideológica e produz efeitos distintos sobre filho/aluno, pai/responsável, e escola/Estado, para os quais os sentidos da “autorização” funcionarão, também, diferentemente.

Aqui se marca a distinção entre as noções de autor e sujeito para a Análise de Discurso. Conforme Orlandi (2007):

O autor é o sujeito que ‘sabe’ que há um interlocutor; um sujeito que deve seguir injunções da racionalidade social, disposições do uso social da linguagem. Se o sujeito abriga, em princípio, opacidades e contradições, o autor, ao contrário, tem um compromisso com a clareza e a coerência: ele tem de ser visível pela sociedade, sendo responsável pelos sentidos que sustenta. (ORLANDI, 2007, p. 103)

Desse modo, a relação entre a tomada de posição do sujeito que assume o dizer e o seu reconhecimento enquanto responsável pelo dito (se é o pai ou o filho quem assina a circular da escola) está para a unidade e dispersão dos sentidos, uma vez que os efeitos serão diferentes a depender de quem firma o documento.

Portanto, é na relação com a exterioridade que o formulaico toma novos contornos de sentido. Embora a repetição mobilize os mesmos arranjos, a historicidade a atravessa num processo de atualização em que os sentidos podem ser sempre outros. O formulaico está, assim, numa ordem significativa que não se confunde com a organização do texto. É justamente nessa ordem que encontramos os efeitos da memória institucional sobre os sujeitos. É aí, também, que atestamos o funcionamento da ideologia. Conforme Orlandi (2007):

O processo ideológico não se liga à falta mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “natural”. (ORLANDI, 2007, p. 96-7)

Os dispositivos formulaicos estão sempre em relação com os dispositivos ideológicos. Por essa razão, o nosso objeto de análise não requer a saturação nem a reunião de um *corpus* numeroso. Basta que mostremos, em determinados recortes, como esse encontro é materializado em dadas condições de produção. Por isso, nos colocamos ao lado de Orlandi (2020) quando esta afirma que:

Em nossa perspectiva, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória). (ORLANDI, 2020, p. 14)

A reprodução ideológica do formulário também diz sobre a univocidade e a multiplicidade de vozes nas atas, mais ainda, sobre o silêncio e o dialógico, pensados sob uma relação limítrofe por Orlandi (2007). Estamos lidando em nossa investigação com o dialógico enquanto relação com o Outro, uma relação contraditória (ORLANDI, 2007). O formulário determina-se na superfície linguística como dialógico, uma vez que estabelece essa relação do sujeito com o Outro, com a multiplicidade dos sentidos. Materializa-se nesse processo a própria relação contraditória sobre a qual lançamos foco: ausência/presença. Os sujeitos postos em relação pelo formulário (injunção à completude do sujeito) reproduzem um processo assimétrico de determinação. Ou seja, o silêncio (que é o Outro enquanto possibilidades no plural) estabelece a ambiguidade: “O Outro está presente mas *no* discurso, de modo ambíguo (presente e ausente). E os modos de existência (presença) das personagens do discurso são significativos” (ORLANDI, 2007, p. 48). É, pois, nessa relação dialógica entre o sujeito e o silêncio (presença/ausência) que o formulário produz seu efeito de ideológico.

3.3 À guisa de uma (possível) síntese teórica

Nesta seção procuramos apresentar uma síntese acerca do que foi desenvolvido até aqui em termos de fundamentação teórica. O propósito é pontuar os principais dispositivos teóricos que sustentam a nossa pesquisa.

Nossa fundamentação teórica tem suas bases na noção de interpelação ideológica produzida na interface do pensamento de L. Althusser (1980) e M. Pêcheux (2014b). Trata-se, para nós, da questão central que conduz nossa relação como objeto, uma vez que é na Ideologia, não a partir dela, que o Sujeito se dá como possibilidade de sentido. Em outras palavras, é no processo de assujeitamento (mútua implicação Ideologia-Sujeito) que o mundo se projeta como realidade apreensível.

O real, nessa perspectiva, é produto das condições de produção sobredeterminadas pelas relações de produção historicamente hegemônicas. Essa hegemonia acontece como resultado da contradição própria do processo de assujeitamento. Daí que no interior da AD faz-se um deslocamento para se situar as condições de produção (do discurso) como efeito de certo imaginário (mecanismo ideológico de antecipação do outro construído pela estabilização da memória discursiva, ou interdiscurso).

O sujeito afetado pelo imaginário é o sujeito do discurso, aquele que toma posição no processo de produção do dizer. Dada a inspiração na psicanálise, esse sujeito é cindido. Por isso, o assujeitamento não se dá da mesma forma para todos os sujeitos. Produz-se equívoco, o

que, em numa instância superior, tem que ver com a própria divisão do mecanismo Ideológico em distintas ideologias (ou formações ideológicas). Por sua vez, o imaginário também se conforma em regiões interdiscursivas de estabilização dos sujeitos. Desse modo, as formações imaginárias dão conta das condições de produção, como efeito de projeção do real. Ou seja, a dominação ideológica existe, mas não é absoluta, uma vez que os sujeitos não são afetados do mesmo modo pela ideologia e nem estabelecem as mesmas relações com o mundo (imaginário).

Diante do mundo (e sua história) já dado, faz-se necessário se questionar sobre e que processos materiais sustentam a(s) formação(ões) ideológica(s) hegemônicas, considerando que o ritual de interpelação é falho? Um caminho para se pensar essa questão tem sua gênese na leitura althusseriana acerca do materialismo histórico: os Aparelhos Ideológicos de Estado. Em nossa tese, essa noção é determinante porquanto focalizamos os discursos constituídos no interior de um aparelho universitário.

A universidade reproduz a(s) ideologia(s) dominante(s) por meio de suas práticas hegemônicas. Lançamos nosso olhar para um objeto linguístico produzido injuntivamente como resultado dessa prática institucional: a ata. Entendidas as relações entre ideologias, sujeitos, imaginários, condições de produção e AIE, chamamos a atenção para o modo como se operam os efeitos de sentido a partir da ata, considerando, contudo, que não trataremos do objeto abstrato, genérico, mas da sua relação com a própria IU, constituindo um arquivo. Assim, delimitamos nosso objeto de investigação ao AaCS.

Para trabalhar esse objeto, mobilizamos a noção de arquivo em AD. Desse modo, consideramos o arquivo como memória institucional, o que não deixa esquecer. É, também, o lugar de inscrição histórica do discurso, da disputa ideológica. Nesse sentido, o arquivo também é espaço de disjunções, espaço do político (divisão e direção dos sentidos).

Arquivo e ata funcionam como produto ideológico, instância de reprodução das condições de produção das relações de produção hegemônicas. Para mostrar esse efeito, mobilizamos a noção de língua política (de madeira, de Estado, Oficial, ideológica) e circunscrevemos como língua formulaica (estabilizada pelo imaginário). Com esse movimento, deixamos em suspenso duas perspectivas, as quais servirão de base para nosso gesto elaboração de um dispositivo teórico: uma pragmática (KRIEG-PLANQUE, 2010; 2018) que desenvolve a noção de fórmula discursiva; e outra genérica, acolhida por pesquisadores como Nascimento (2012a, b), Melo (2006) e Esquinsani (2007). Ou seja, delimitamos uma noção que joga com a dispersão ao levar em conta a dupla implicação do dispositivo formulaico: fórmula e formulário.

Esse é o apanhado teórico que orienta nossa pesquisa no gesto de compreensão da relação entre memória e arquivo, com enfoque no imaginário sobre os sujeitos no discurso institucional a partir do AaCS.

4 PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE: MONTAGEM E TRATAMENTO DO *CORPUS*

No âmbito desta pesquisa, definimos a estrutura subjacente à IU representada na forma ideológica de CS como espaço de certo imaginário em que se configuram determinadas projeções dos sujeitos que tomam posição na prática deliberativa. Processo esse discursivizado por meio do dispositivo formulaico de organização da memória.

Procuramos lançar um olhar interpretativo sobre os efeitos de sentido produzidos por textos que constituem o Arquivo Administrativo da Instituição Universitária, em que enfocamos o campo deliberativo, representado pelos CS, e elegemos o objeto simbólico ata, dentro da diversidade de outras formas textuais que organizam o arquivo. Em nosso gesto de leitura, propomo-nos, ainda, a trabalhar noutros possíveis espaços de interpretação, montando um arquivo específico.

No procedimento de delimitação, seleção e montagem de arquivo, operamos uma distinção necessária dos CS, considerando que o CONSUNI e o CONSEPE não são instâncias *iguais*, seja em relação à composição de membros, seja no que se refere ao funcionamento no contexto da institucionalidade. Por esse motivo, quando for necessário no contexto de nossa análise referirmo-nos às atas associadas a uma ou a outra instância, utilizaremos as representações já mencionadas, a saber: AaCn (Arquivo de Atas do CONSUNI) e AaCp (Arquivo de Atas do CONSEPE).

Operamos por meio desses arranjos a circunscrição do objeto de investigação como discursividade a ser descrita, interpretada, compreendida. De um modo geral, esses dois arquivos constituem um único o qual denominamos de Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores, ou AaCS. Este é, ainda, recortado em unidades discursivas, não segmentos de texto.

Orlandi (1984) distingue os procedimentos de recorte e segmentação afirmando que, diferente do recorte, o segmento mantém uma relação de linearidade com a proposta textual, configurando-se como uma unidade (do sintagma, da frase etc.). Segundo a autora, a segmentação é um procedimento mecânico, o que não é o caso do recorte, em que o material recortado não está submetido a princípios estruturais fixos. Nas palavras de Orlandi (1984, p. 14), “[...] o princípio segundo o qual se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise”.

Considerando essa perspectiva teórica, elaboramos a noção de *Af* com a finalidade de rastrear as regularidades que orientam a leitura nos textos do AaCS. Desse modo, lançamos luz sobre um dos aspectos do dispositivo ideológico que afeta essa materialidade. A partir dessa regularidade, operamos os recortes.

Ao colocar esses pontos, procuramos interromper o funcionamento de certo imaginário que poderia colocar o gênero como ponto de partida para nossa investigação. Neste trabalho a ata é tomada em sua relação constitutiva com o arquivo, portanto, não propomos uma extrapolação abstrata. Também, é a partir dessa noção que os processos discursivos são analisados à luz de uma teoria materialista da língua enquanto estrutura-acontecimento.

Pontuamos, assim, a relação contraditória do objeto em seu funcionamento consigo mesmo, em que se opera pelo movimento de repetição e de novidade que pode ser expresso em termos de paráfrase e polissemia. Orlandi (1984, p. 11) aponta que por um lado “temos a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, em que se mantém a linguagem como produto e se mantém o dizível no espaço do que está instituído: a paráfrase”. Prossegue a autora, situando que por outro lado, a polissemia “é a atestação da relação entre o homem e o mundo. A tensão entre esses processos instala o conflito entre o legítimo (produto institucionalizado) e o que tem de se legitimar” (ORLANDI, 1984, p. 11).

Desse modo, a ata circula como produto de um acontecimento, mas também, de uma estrutura, um ritual institucional (a reunião) a partir da qual se configura, ideologicamente, o dispositivo formulaico. É na paráfrase que a polissemia revela o lugar de contradição do sujeito, o lugar de inscrição do real no simbólico, o lugar onde o analista encontra seu canteiro de obras. Buscar a repetição (o formulaico), portanto, é um modo de entrar no texto, de iniciar a análise.

Na relação entre o institucional, em seu estatuto simbólico, e o histórico, em seu estatuto material, compreendemos o movimento do AAIU pelo dispositivo formulaico. Empreendemos uma leitura dos textos, buscando as regularidades que nos provocassem à problematização do político, em que a língua deixa escapar o “real”. A montagem do *corpus* foi orientada, portanto, pela repetição formulaica.

Tomando o formulaico como evidência ideológica em funcionamento nos textos do AaCS, passamos a recortar determinados fragmentos de memória. Para Orlandi (2017b):

A memória, como sabemos, é estruturada pelo esquecimento. Acrescentamos a esta sua característica, a do seu funcionamento pela narratividade. O que nos leva a dizer que a narratividade *carrega* as “marcas” *do inconsciente e da ideologia* na formulação produzida pelo sujeito. Por isso, é fundamental, para o *analista de discurso*, relacionar a *narratividade* com os *gestos de interpretação* que, ao trabalhar com seu dispositivo analítico, o analista detecta no texto (textualidade) produzido. (ORLANDI, 2017b, p. 310, grifos da autora)

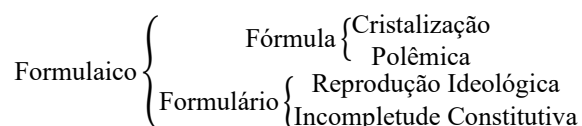
Tal procedimento compreende que os sujeitos inscritos na instância deliberativa se constituem discursivamente por meio de mecanismos de estabilização da memória no âmbito da institucionalidade.

Diante do AaCS nos deparamos com o fato de que é possível ler as atas tanto como fio de uma narrativa, uma memória institucional, quanto como rede de memória, narratividades dispersas que individualizam os sujeitos e apontam para outros espaços de interpretação. Assim, a leitura do AaCS aponta para outros dizeres, mobilizando uma rede imaginária de textos *necessários* ao gesto de interpretação. Do mesmo modo, outras sequências do AaCS orientam uma leitura contextualizada, uma memória, sobretudo assumindo uma identificação com o efeito de “verdade” dessas projeções. Nesse sentido, o AaCS se apresenta para nós como um nó de uma rede, um ponto de encontro dos dizeres.

4.1 Dos arranjos formulaicos aos recortes discursivos

Ancorados no que já foi exposto em termos de fundamentação teórica, pretendemos avançar sobre os dispositivos teóricos intrínsecos à seleção preliminar do material de análise. Sem prejuízo da tomada de posição teórica que orienta nosso olhar, focalizamos mais detidamente o dispositivo formulaico. Tal dispositivo foi propositalmente alinhado às noções de fórmula e de formulário, conforme sintetizamos na figura 3, seguinte:

Figura 2 - Dispositivo formulaico



Fonte: Autoria própria

Discorremos acerca dos critérios do dispositivo referido na Figura 2 nas seções que compõem o capítulo teórico, precisamente nas subseções 3.2.3 (Da noção de arranjo formulaico) e 3.2.4 (Da relação formulaico-formulário), em que observamos os aspectos “interpretativos” que estabilizam a leitura do objeto simbólico no campo da regularidade, tendo em vista os critérios da “fórmula” (cristalização e polêmica) e do “formulário” (reprodução ideológica e incompletude constitutiva).

Em síntese, tomamos por *cristalização*, a repetição que é efeito da reprodução ideológica. A *polêmica*, para nós, diz respeito a um aspecto da noção de política para a AD, ou seja, a divisão dos sentidos. A *reprodução ideológica* orienta o dizer naquilo que é possível de circular em dadas condições de produção. A *incompletude constitutiva* aponta para a condição intrínseca da linguagem de nunca dar conta de fechar os sentidos. No enfoque formulaico, a

incompletude é o caráter necessário da formulação, ou seja, há injunção para que o social signifique no espaço “branco”.

Os *Af* dão as pistas para a localização dos discursos que estamos analisando. Por isso, faremos os recortes devidos a partir do que se impõe nos *Af* e, a partir deles, desenvolvemos as sequências discursivas, decupando-as em redes de memória (pré-construídos, paráfrases etc.).

Desse modo, o primeiro olhar para o material corresponde ao critério formulaico, ou seja, observamos os fragmentos significantes de texto construídos sob o fulcro da regularidade formulaica.

Trataremos desse ajustamento no discurso levantando o modo como o dispositivo formulaico produz encaixes. Pelo dispositivo, podemos reconhecer alguns *Af* na superfície textual. No presente gesto de leitura, gostaríamos de deixar explícito o movimento de enfoque e seleção dos arranjos. A depender dos objetivos da análise e de sua abrangência, poderíamos delimitar outras formulações. Para nós, o que interessa como dispositivo de arquivo pode estar circunscrito nos *Af* descritos no momento da nossa análise.

Não importa para nós fechar a análise no limite do formulaico. Em última instância, o que dá sustentação aos *Af* é o regime dos pré-construídos possíveis em dadas condições de produção. Consideremos que sob a perspectiva dos manuais técnicos constroem-se alguns pré-construídos acerca da formulação das atas. Assim podemos, por exemplo, dizer que sobre a configuração textual de ata:

Af1: é preciso dizer quando, em que intervalo de tempo, e onde aconteceu a reunião.

Af2: é preciso dizer quem esteve presente e quem esteve ausente à reunião.

Af3: é preciso dizer o que foi pautado e decidido.

Dada a atualização histórica da memória, esses arranjos, no AaCS, mobilizariam outros pré-construídos, como os seguintes:

Af1: é preciso dizer quando, em que intervalo de tempo, e onde aconteceu a reunião.

Af2: é preciso dizer quem esteve ausente.⁵⁹

Af3: é preciso dizer o que foi pautado e decidido.

Isso posto, aventamos que alguns pré-construídos se estruturam em *Af*, outros não. Contudo, todo *Af* é sustentado por pré-construídos.

⁵⁹ No arquivo institucional de atas dos Conselhos, o dispositivo formulaico regulariza a nomeação dos ausentes e o apagamento dos presentes.

Cabe, ainda, dizer que há um movimento de circunscrição do formulaico que produz ilusão de fechamento. Ou seja, nem a pontuação, nem certos arranjos, cortes, antropônimos, tópicos, subtópicos etc., nenhum elemento formal presente na superfície linguística limita os fragmentos do texto. O formulaico é gesto de leitura, é ideológico.

Diante dessas considerações, colocamos o recorte discursivo como a operação realizada no contexto desta pesquisa para destacar a materialidade discursiva da superfície textual e deslocar os efeitos ideológicos do dispositivo formulaico.

Uma vez que o tal dispositivo produz efeito de “fora da história”, é preciso que o analista restitua as relações entre a língua e a história. Ao recortar o texto, evidenciamos as condições de produção dos dizeres, sua inscrição histórica. É nesse sentido que entendemos Orlandi (1984, p. 14), quando esta define o procedimento: “O *recorte* é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

Levando em conta que o dispositivo formulaico produz regularidade nas atas e, ainda, que há um regime do pré-construído orientando sua formulação, as materialidades sobre as quais efetuamos os recortes não constituem nosso *corpus* de análise propriamente dito. Para Léon e Pêcheux (2015):

Um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou justaposição de homogeneidades contrastadas. Em suma, um corpus de arquivo textual não é um banco de dados. (LÉON; PÊCHEUX, 2015, p. 165)

Consideramos os recortes discursivos como pontos de ancoragem para nosso gesto analítico, o qual será focado na análise de sequências discursivas. Em nosso percurso, a diferença entre recorte discursivo e sequência discursiva é o papel que lhes atribuímos nesta pesquisa: os recortes discursivos orientam os destaques em sequências discursivas sobre as quais lançamos o foco de análise. Os textos constituintes do AaCS configuram-se como materialidade a ser recortada.

4.2 Montagem do arquivo

A Análise de Discurso não possui um método de pesquisa dado *a priori*. Esse é construído pelo analista diante do objeto de problematização. Isso não significa ausência de critério. Conforme Orlandi (2015), três procedimentos precisam estar em evidência no gesto do

analista: a *descrição* da materialidade em foco, considerando as relações significantes que permitem a identificação do texto como uma proposta de sentido e sem que se perca de vista a historicidade constituinte do objeto; a *interpretação* dessa materialidade a partir dos movimentos de implicação entre o linguístico e o histórico evidenciados durante o procedimento descritivo; e a *compreensão* acerca do funcionamento discursivo do objeto, tendo em conta o emprego de um dispositivo analítico delineado pelo analista segundo os fundamentos teóricos que sustentam os procedimentos anteriores. Esses procedimentos estão considerados na composição do nosso gesto analítico.

4.2.1 Procedimentos operacionais: dos recortes

O objeto linguístico tomado como a materialidade específica da nossa pesquisa foi obtido por meio de *download* no portal oficial da UFT na internet (www.uft.edu.br). Nesse espaço de significação, a lógica informática organiza os lugares gráficos (digitais) onde situamos uma ordem “hierarquizada” de “telas”. As figuras seguintes ilustram esses espaços:

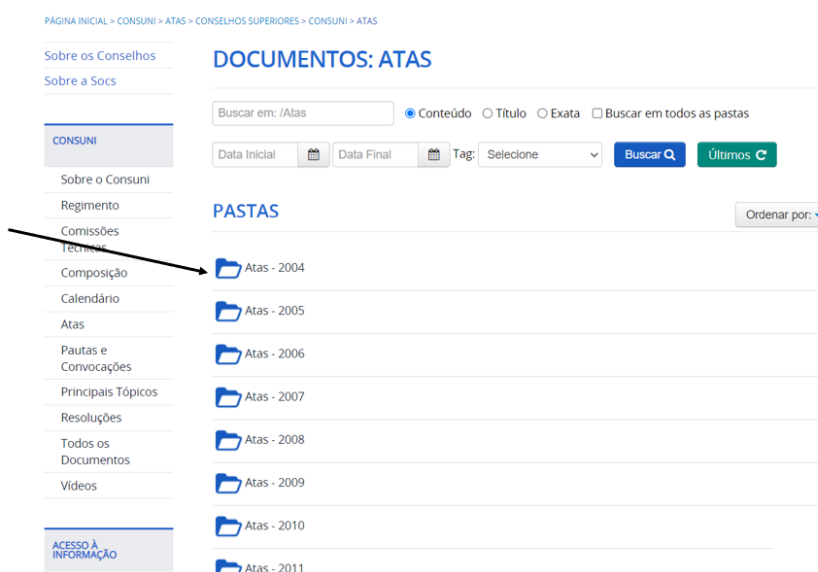
Figura 3 - Página do CONSUNI no site da UFT



Fonte: Site da UFT (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consuni>).

A página inicial do CONSUNI, em sua organização simbólica, não se diferencia da página inicial do CONSEPE. Demais páginas apresentadas nas figuras 4 e 5, também guardam a mesma forma em relação ao CONSEPE. Na Figura 3, situamos a localização do termo que serve de *link* para o “lugar” de arquivo das atas.

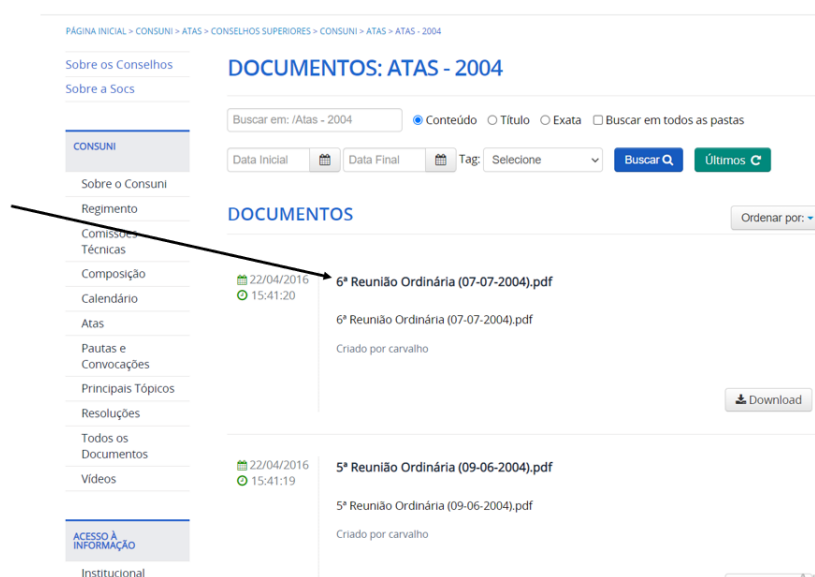
Figura 4 – Subpágina do CONSUNI: pastas das atas



Fonte: Site da UFT (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consuni>).

A Figura 4 ilustra a organização do arquivo em pastas separadas por anos. Em nosso exemplo, abrimos a pasta representada no *link* “Atas-2004”, conforme aponta a seta. A Figura 5, seguinte, configura-se como o “interior” da pasta “Atas-2004”, na qual estão dispostos distintos “objetos digitais” representando atas de reuniões.

Figura 5 – Subpágina do CONSUNI: pasta das atas de 2004



Fonte: Site da UFT (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/consuni>).

Apontamos com uma seta na Figura 5, o objeto “6ª Reunião Ordinária (7-07-2004).pdf”, por meio do qual é possível abrir um texto em formato .PDF e baixá-lo em qualquer dispositivo eletrônico como computador ou celular. Cada um desses textos se refere a uma ata específica.

Nessas condições, a materialidade linguística é atravessada pelo digital, constituindo-se como informação algorítmica arranjada de modo a produzir efeito de linearidade, situando os textos num dentro e fora das “pastas”, as quais são organizadas em temporalidades distintas. Assim, criam-se arranjos cronológicos que orientam o deslocamento pelo repositório institucional de documentos. Funciona, portanto, uma técnica arquivística que compartimentaliza os textos no espaço digital. Assim, a internet entra na organização e circulação do arquivo como outro dispositivo de fazer ver e dizer na e sobre a instituição universitária. O arquivo se volta sobre si mesmo por meio de outros dispositivos de controle de circulação de discurso.

O deslocamento pelas telas, operacionalizado por meio de *links* (gráficos ou linguísticos), estabelece uma relação de ida e vinda na infraestrutura do espaço digital, semelhante ao que se apresenta fora dele. Sobre isso, Gallo (2011) afirma que:

[...] os espaços discursivos da internet simulam discursos fora dela, têm uma textualidade própria, porém sua discursividade é determinada fora da rede, e transportada para dentro dela (p. ex. sites institucionais), o que explica a permanência da memória institucional. (GALLO, 2011, p. 269)

Na lógica digital, essa relação que pode ser atravessada pela mediação de “ferramentas” de busca no próprio portal ou em *sites* especializados como o *Google*. Independente desses e de modos possíveis de acessar os documentos, importa saber que os endereços www.uft.edu.br/consuni e www.uft.edu.br/consepe conduzem diretamente às páginas que nos interessam.

As atas estão dispostas cronologicamente em “pastas” que iniciam em 2004 e seguem a ordem dos anos. Os textos foram baixados até a pasta do ano de 2017. Em cada pasta estão inseridos textos (atas), nomeados segundo uma ordenação tipológica e cronológica. A tipologia especifica se a ata corresponde a sessões *ordinárias* ou *extraordinárias*. Reunimos, entre abril e maio de 2019, 265 (duzentos e sessenta e cinco) textos que constituem o conjunto do arquivo a que denominamos de AaCS. Desses, 153 representam a totalidade de atas do CONSUNI e 112, a totalidade de atas do CONSEPE. O quadro seguinte ilustra a distribuição das atas nas pastas (representadas por anos) e separadas por conselho:

Quadro 5 – Distribuição das atas nas páginas dos Conselhos Superiores por ano

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CONSUNI	13	12	14	12	13	10	10	9	11	11	11	9	9	9
CONSEPE	9	11	12	9	12	12	10	7	5	7	6	5	3	4

Fonte: autoria própria.

Esse conjunto de textos não constitui o nosso *corpus*, mas representa o AaCS mobilizado “como campo de documentos disponíveis sobre uma dada questão” sobre a qual nos debruçamos em processo inicial de leitura e de interpretação.

É preciso dizer que, no âmbito do arquivo em alusão, o efeito de evidência institucional se reproduz como “completude” do AaCS, constituindo-o como lugar de *todas* as atas. Nesse caso, estabelece-se um efeito de “linha do tempo” em que as atas são posicionadas no recorte temporal que vai das 14 horas e 55 minutos do dia 09 de junho de 2004 até as 08 horas e 53 minutos do dia 06 de dezembro de 2017.

No trabalho com o arquivo, conforme Mariani (2016), é preciso lembrar que a completude se configura como ilusão, na medida em que “nenhum arquivo institucionalizado esgota uma temática, nunca é completo” (MARIANI, 2016, p. 19). Portanto, o aspecto documental dos textos no AAIU é uma construção do aparelho ideológico operando uma memória “completa” dos acontecimentos em sua dimensão cronológica. Por outro lado, na dispersão, novos arranjos discursivos projetam novos sentidos no e sobre o AaCS.

Ordenadas no espaço digital, as atas se constituem como fragmentos históricos das decisões dos CS. Operam como flechas de memória situados no tempo e no espaço institucionais. Evidência de que se podem recuperar quaisquer acontecimentos “significativos” para a manutenção da IU como discurso. Ou seja, fatos “arquiváveis”. Daí a reprodução das condições de produção se firmarem como processo autônomo, independente. Processo sem sujeito. Ideologia.

4.2.2 Constituição do objeto analítico

A memória histórica é o interdiscurso. O arquivo é memória *institucional*, ou memória metálica. Ambas constituem redes de filiações (ORLANDI, 2020) que dão espessura material aos sentidos. Criam efeito de evidência, uma vez que o texto arquivado circula como história documentada produzindo efeito de retomada do real.

A evidência histórica é, portanto, efeito do arquivo. No sentido em que trabalhamos, a história não tem a ver com uma sucessão progressiva de acontecimentos. É lugar de produção

dos sentidos: memória discursiva (interdiscurso). O arquivo dá espessura histórica à materialidade, dando a entender que é representação do passado e estabilização do futuro (previsível). Para nós, trata-se de um modo de perceber o presente como história (AMARAL, 2014)

Por isso, procuramos compreender a história como ideologia em movimento. O documento histórico é produto ideológico, construído sobretudo a partir de uma noção hegemônica do pensamento científico (também o político, o econômico, o filosófico etc.), o qual se apresenta como um modo já dado de representação do mundo. Compreender esse processo é assumir a importância do olhar crítico sobre as práticas documentais; é questionar “como a ciência é documentada, arquivada, institucionalizada, como ela é significada nos textos documentais e na história” (NUNES, 2008, p. 82).

Nesse sentido, o trabalho com o arquivo requer um movimento para além das “evidências”. Para Guilhaumou e Maldidier (2016):

O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. Todo arquivo, sobretudo manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de um selo de uma instituição etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Para nós, essa identificação, essencialmente institucional, é insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso. (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2016, p. 116)

É preciso compreender que o documento constitutivo do AAIU não representa uma realidade institucional, mas um arranjo discursivo operacionalizado por certos dispositivos de interpretação possíveis, dadas as condições de produção. Nosso trabalho se dá a partir desses dispositivos que orientam a leitura dos objetos simbólicos.

Fizemos isso realizando alguns gestos de aproximação e de afastamento dos textos. Nesse movimento, operamos uma varredura do material, interpretando suas regularidades. Esse gesto apontou para a inscrição histórica dos dispositivos de interpretação, em que pudemos assinalar a injunção situacional que orienta o gerenciamento dos atos administrativos, direcionando sentidos de responsabilidade sobre determinados sujeitos legitimados a praticá-los.

Nesse gesto, deparamo-nos com uma organização temática do AaCS, conforme nos explica Nunes (2008):

No percurso temático de arquivo, o texto documental é uma unidade de análise, na medida em que ele produz um discurso sobre os objetos de arquivo. Esse discurso é construído por formas textuais e mecanismos lingüísticos que participam da construção dos percursos temáticos. Consideramos aqui não um ou outro tema, mas

as montagens temáticas constituídas nos gestos de documentação, montagens estabelecidas por meio de nomeações, descrições, palavras-chave, classificações etc. Um conjunto de palavras-chave, por exemplo, não corresponde a um único tema mas a uma montagem de vários temas que constituem um enunciado de arquivo. Está contemplada aí a possibilidade da polissemia de arquivo, como modo de agenciar a multiplicidade de discursos. (NUNES, 2008, p. 91)

Democracia, direito, cidadania, participação coletiva etc. são temas possíveis de entrarem nos trajetos temáticos da IU, por exemplo. No entanto, é no trabalho de leitura do arquivo que se pode apreender “os trajetos temáticos” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1994) que atravessam diferentes materialidades do arquivo por meio de diferentes enunciados.

A montagem do *corpus* foi orientada, assim, pelo trajeto temático da *ausência/presença*, tomadas não como o sentido empírico, do corpo que ocupa ou não um espaço, mas como posição-sujeito individualizada no processo de textualização do político. Assim, atentamos para os processos de filiação dos sujeitos a determinados aspectos da memória. Isso se deu em três movimentos de aproximação.

Primeiro movimento de aproximação

O AaCS significa a unidade da memória sobre a prática deliberativa da IU. Para nós, essa unidade é um efeito ideológico operando no campo do pré-construído sobre os sujeitos deliberativos e suas posições. Nesse aspecto, o AaCS aponta para certa estabilização produzida pelo formulaico. Referimo-nos especificamente às formulações que historicizam o objeto simbólico pelo viés da semelhança, da repetição, do mesmo. O nosso primeiro movimento foi, então, varrer o AaCS em busca de uma regularidade discursiva. Isso se deu por meio do rastreamento de algumas estabilizações, dentre as quais recortamos como dispositivo de arquivo a relação “ausência/presença”. Delimitamos tal dispositivo em função de uma inquietação marcada, especialmente, pela presença regular (no texto) da nomeação dos sujeitos *ausentes*⁶⁰ e pela ausência regular (no texto) da nomeação dos sujeitos *presentes*⁶¹. Em outras palavras, inquietou-nos o modo como o AaCS inscreve o político concernente à especificação de quem estava *presente* e de quem estava *ausente*: ausentes (na reunião) estão presentes (no texto) e os presentes (na reunião) estão ausentes (no texto). Sobre essa marcação linguística, merece destaque a organização discursiva das atas, em que se dividem os sujeitos inscritos na conferência de *quórum* nas tomadas de posição no processo de discursivo de deliberação. É na

⁶⁰ Como estamos chamando os nomes listados nas atas como ausentes nas reuniões.

⁶¹ Como estamos chamando os nomes listados nas atas como presentes nas reuniões.

inscrição do *quórum* que se apontam os ausentes e se apagam os presentes. Tomamos os efeitos das posições marcadas por esse dispositivo como referência para nossa varredura.

Segundo movimento de aproximação

Delimitado o dispositivo de arquivo, pudemos recortar os textos do AaCS naquilo que nosso gesto de interpretação apontou como fios discursivos. Ou seja, os modos de se inscrever a *ausência/presença* nas atas vão tecendo relações com outros dizeres, a depender dos sujeitos que tomam posição no discurso e das condições em que essa tomada de posição se dá. Nesse momento, chamou-nos a atenção os processos de individuação produzidos pela *presença da ausência*: as redes de formulações que discursivizam a tomada de posição dos sujeitos.

Terceiro movimento de aproximação

Foi assim que, interpelados pelo dispositivo da *presença da ausência*, a questão linguística nos levou à questão discursiva. Reunimos, então, recortes que pudessem restituir certas relações de sentidos operando a unidade e dispersão nas tomadas de posição dos sujeitos deliberativos. A organização do *corpus* de arquivo montado e mobilizado em nossa análise encontra-se nos anexos desta tese.

É preciso destacar que o trabalho com arquivo não busca a estabilidade. A montagem de um arquivo analítico é um processo aberto que se dá num movimento teórico de montagem de um *arquivo* discursivo a partir da mobilização de um *arquivo* Institucional. Tratamos aqui em termos de um arquivo montado com fragmentos de um arquivo dado.

O arquivo disponível é da ordem do dado, uma vez que sua existência como tal produz efeito de evidência. A condição de dado opera no nível ideológico como uma verdade, situando o arquivo como lugar de memória institucional, unívoca, distribuída, direcionada.

A montagem de um *corpus* de arquivo é um procedimento teórico-analítico no qual o analista de discurso, munido de determinados dispositivos teóricos, organiza certos recortes de texto a fim de apontar a linearidade ilusória produzida na superfície textual e de mostrar como o discurso funciona no encaixe da memória e da história. Em outras palavras, monta-se um arquivo para se expor os processos históricos que atualizam a língua como uma materialidade possível numa dada formação ideológica.

4.3 Tratamento do *corpus* e análise

Os procedimentos de descrição, interpretação e compreensão não são fases ou etapas da análise, uma vez que devem atravessar o gesto analítico como um todo. Portanto, o método não tem a ver com uma progressão, mas diz respeito ao ir e vir sobre o objeto.

Tais procedimentos, em nossa pesquisa, estão integrados coesivamente a partir do dispositivo analítico construído, o qual, para fins didáticos, consubstancia-se dos seguintes ferramentais teórico-analíticos:

Repetição (técnica/formal)

A regularidade é constituinte do gesto de leitura do AaCS e, conseqüentemente, também destaque em nossa análise. É, na repetição, entendemos, que se dá o processo de textualização do político na prática deliberativa, ou seja, é no campo do já-dito que determinados espaços de interpretação do AaCS são mobilizados. Para isso, elaboramos a noção de *Af* como princípio de organização do discurso, o qual orienta nossa busca pelo estranhamento (a falha, o equívoco), o lugar em que certo imaginário escapa à ideologia dominante na ordem superficial da língua. Em nossa abordagem, o *Af* administra os modos de ler o AaCS.

Em alguns gestos de descrição dos *Af* recorreremos ao procedimento de segmentação, buscando mostrar as articulações entre as formulações que se repetem como fórmulas. Chamamos esses segmentos de *segmentos de arranjos formulaicos (Saf)*.

A repetição também é o lugar contraditório em que opera a disputa ideológica. Por isso, estará entreposto em nosso método a relação paráfrase-polissemia, intervalo entre o possível e o impossível de se dizer em dadas condições de produção. A paráfrase, como aquilo que diz o mesmo de um modo diferente, é um poderoso instrumento de análise por meio do qual o efeito de unidade dos sentidos é posto em funcionamento sobre a materialidade. A polissemia, como aquilo que dispersa os sentidos, está sempre apontando para outras leituras e deslocando o dizer para onde há incompletude constitutiva da língua. É na relação paráfrase-polissemia que procuramos dar espaço para o Outro irromper como possibilidade, o que servirá para levantarmos possibilidades de pré-construídos a partir da memória de arquivo.

Trataremos as paráfrases, em suas possibilidades de dispersão dos sentidos, por meio da notação $\left\{ \begin{matrix} x \\ y \end{matrix} \right\}$. Mobilizamos a notação $\left\{ \begin{matrix} x \\ -y \end{matrix} \right\}$ para identificar o equívoco no processo parafrástico, mobilizaremos a seguinte notação:

Redes de memória

A partir do princípio de organização denominado por nós de *Af* desdobraremos várias séries parafrásticas reunidas como efeito de arquivo. Essas séries integram nosso *corpus* de análise e constituem o que chamamos de *rede de memória*. Representamos essas redes por meio da seguinte notação: $x \begin{cases} x' \\ x'' \end{cases}$. O movimento que propomos aqui é o de desestabilizar o AaCS como fio discursivo inequívoco, mostrando que outros dizeres se entrecruzam no processo de produção de sentidos de modo a deixar marcas sobre o texto, que podem ser rastreadas e reconstituídas no gesto de análise.

Esse instrumento opera sobretudo consubstanciado ao nosso gesto interpretativo. Assumimos, portanto, a impossibilidade de se montar um arquivo sem que este passe pelo crivo das subjetividades constitutivas do analista (nós) – é nesse sentido, principalmente, que a Análise de Discurso toma seu lugar como disciplina interpretativa; como espaço de experimentação do Outro; como movimento da história. Nossa tarefa, pois, é a de expor o modo como os sentidos são construídos pelos sujeitos, e, assim, também deixar a mostra os dispositivos de dominação que nos constitui na relação com a institucionalidade.

Recortes discursivos

A decupagem da nossa análise compreende um conjunto de recortes discursivos (Rd) dos AaCn e do AaCp. Esses recortes constituem o nosso esforço de restituição do fio das discursividades que atravessam a instância deliberativa (como discurso). Ou seja, é a partir dos apontamentos feitos no/pelo conjunto dos recortes que buscamos construir as estruturas sobre as quais tecemos as redes de memória.

Na montagem do *corpus*, concentramo-nos em produzir um gesto de interpretação focado nos movimentos dos sujeitos no interior de dadas formações discursivas, ou seja, no modo como os sujeitos (individuados) se inscrevem na memória institucional, quando instados a tomar posição na prática deliberativa. Para tanto, realizamos a deslinearização do AaCS, ou seja, decupamos os recortes de modo a mostrar o fio do discurso que opera a historicidade dos dizeres no domínio da memória. Ao mesmo tempo, esse procedimento permitiu a sincronização dos textos do AaCS, o que expôs a materialidade equívoca da língua em sua relação com a ideologia, justamente onde esta falha: no efeito de unidade dos sujeitos.

Sobre essa materialidade recortada e submetida à análise, efetuamos algumas intervenções no sentido de instrumentalizar nosso procedimento sem que, para isso, fosse necessário remeter os sujeitos discursivos aos possíveis indivíduos empíricos designados nas atas. Desse modo, procedemos com dois modos de substituição dos antropônimos: (i) os antropônimos que individualizam sujeitos a partir dos quais se projetam uma tomada de posição pelo efeito de dito – “para o Conselheiro Álvaro, isto não é um texto”⁶² – dão lugar à partícula “**n**”, em negrito, seguida de uma numeração crescente e circunscrita ao recorte ou sequência específica – “para o Conselheiro **n1**, isto não é um texto”. Logo, a depender do recorte em que determinado antropônimo aconteça, a notação referente poderá ser outra (**n1**, **n2**, **n3**...). Desse modo, afastamos a possibilidade de se tomar como certo o efeito de correspondência entre os antropônimos e os indivíduos empíricos; (ii) para os antropônimos dispostos em sequência, encadeados, como uma lista, sem que o efeito de projeção do dizer esteja posto como referência a um ou mais nomes em específico, utilizamos a notação “[***]”.

Isso implica que não estamos lidando com a noção de correspondência dos sujeitos, nem estamos preocupados em estabelecer uma coincidência desses sujeitos discursivos com os indivíduos empíricos, conforme explica Orlandi (2020):

Nesse domínio discursivo, não se está no sujeito psicológico empiricamente coincidente consigo mesmo. O sujeito é uma ‘posição’ entre outras. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo pelo qual ele se constitui enquanto posição não lhe é acessível. Esse é o efeito ideológico elementar. Correlatamente, a linguagem também não é transparente, nem o sentido evidente. (ORLANDI, 2020, p. 48)

Portanto, focalizamos as posições-sujeito em seu funcionamento político, dividido.

Ainda acerca da nossa intervenção sobre o material, quando texto recortado estiver suprimido por nós, notaremos essa falta como “[...]”.

⁶² Texto formulado a título de exemplo.

5 TOMADAS DE POSIÇÃO DOS SUJEITOS DELIBERATIVOS: GESTOS DE LEITURA DO ARQUIVO

No presente capítulo, mobilizamos os procedimentos metodológicos pontuados no capítulo precedente que constituem nosso dispositivo de análise. Por meio desse aparato instrumental, montamos um conjunto de recortes discursivos do AaCS, produzindo um gesto de articulação com uma série de sequências discursivas. Com isso, buscamos reconstituir, sobre os processos de textualização do político, os movimentos dos sujeitos individuados na tomada de posição.

5.1 Língua e arquivo: tensionamentos e rupturas da memória de arquivo.

O formulaico é o dispositivo de controle institucional que produz efeitos sobre a materialidade linguística a que damos foco, a saber, as atas associadas aos conselhos superiores da universidade, textualidade produzida no campo deliberativo do domínio discursivo administrativo. Esse dispositivo é o que se põe no lugar de alguma coisa que poderia estar lá, mas não está. É o formulaico que organiza ao simbólico, efeito de estabilidade dos discursos institucionais.

Na tessitura do AaCS, os muitos fios vão se entrecruzando pelas demandas de uma problemática que se transforma em pauta de reunião. A ata, em seus desdobramentos enunciativos (presentes e ausentes, informes, pautas, deliberações, resumo de deliberações, livro de presenças, enfoques regimentais etc.), produz muitos efeitos, dentre eles o de sedimentação da memória.

5.1.1 Do arquivo em circulação: (des)encaixes sintáticos e organização dos dizeres

Como um gesto de entrada em nossa análise, lançamos um olhar sobre os modos de textualização dos discursos acerca do que se põe em circulação no AaCS, especificamente, *o que, quem e como*. Para tanto, introduzimos o recorte (Rd1), onde se reproduz uma sequência de dizeres inscritos no ritual que organiza a prática deliberativa como “informes”.

A partir desse recorte, atentamos para o modo como o equívoco pode situar um problema temático e apontar o nosso enfoque de análise. Segue o recorte:

(Rd1)

Item 2) Informes - 2.1 - Conselheiro **n1** faz os seguintes comunicados: a) a SOCS lembra que, após as reuniões dos Conselhos, um resumo das deliberações, intitulado Principais Tópicos abordados na Reunião, está disponibilizado na página do site da UFT, no link "Conselhos", área onde estão, também, todas as resoluções aprovadas nas reuniões anteriores; atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas, que não devem ser utilizadas em documentos oficiais; o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; b) Os seguintes nomes foram indicados pelo DCE como representantes estudantis neste Conselho: [***], (*Campus* de Gurupi), [***] (*Campus* de Palmas) e [***] (*Campus* de Porto Nacional); c) Conselheiro [***] assumiu a Coordenação do Curso de Ciências da Computação em substituição ao Professor [***]; Conselheiro [***] assumiu a Coordenação do Curso de Administração em substituição ao Professor [***]. Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião.

Esse recorte situa-se num intervalo de uma forma regular simbólica de reprodução de ata em que se projeta o atravessamento da posição-sujeito “Vice-Reitor” pela posição-sujeito “presidente”, as quais alternam implicações, sendo prevalente a segunda, sobre a qual se manifesta, como discursividade normativa, a legitimidade institucional para conduzir a sessão plenária.

Nos limites da regularidade simbólica as tomadas de posição do presidente são formuladas pelos dizeres “dá início à quinquagésima terceira reunião ordinária do CONSEPE” e “dá por encerrada a presente reunião”. Esses dizeres performativos criam o intervalo entre um antes e um depois. Ou seja, estabelecem uma linearidade em que se inscrevem os acontecimentos da reunião *ordinária*, portanto, *regular*. Desse modo, projetam-se sobre a materialidade linguística efeitos de relato do que se deu no intervalo cronológico, no recorte temporal, na história.

Essas bordas dão o limite da prática deliberativa, inscrevendo-a no tempo e no espaço histórico. Contudo, outras marcações também circunscrevem os sentidos na superfície da língua, articulando *tópicos* e *subtópicos* de modo a produzir um movimento de progressão dos dizeres. Essa *estrutura tópica* é apontada pelos manuais de redação técnica como requisitos genéricos, os quais tornam o texto, uma ata. De olho nessa orientação, que é formulaica, recortamos o *subtópico* identificado como “**Item 2)** Informes – 2.1”. Esse *subtópico* é ainda organizado textualmente como “a)”, “b)” e “c)”, os quais projetam efeito de administração do dito, separando diferentes “comunicados” de um mesmo sujeito identificado por antropônimo (**n1**), situado na posição-sujeito “Conselheiro”. Os dizeres são, portanto, encerrados no texto

em compartimentos específicos, restritos. Os dizeres são divididos e seus fragmentos rearranjados, remendados.

Nesse processo de se rearranjar o dito, formulam-se outros, na ilusão de se estar dizendo o mesmo. As divisões que impõem limites aos textos (*tópicos* e *subtópicos*) no âmbito do texto (ata) expõem o funcionamento ideológico projetando a língua lógica e racional, materializada na memória de que: *no âmbito do assunto informes, um determinado conselheiro comunicou a), b) e c)*. Isso representa o político produzindo suas divisões. Sob essas condições, o que poderíamos interpretar acerca do que está circunscrito nesses *subitens*? É possível se tomar três ou mais comunicados? Como esses comunicados se articulam linguisticamente de modo a produzir, cada um, uma unidade? Que processos sintáticos possibilitam a interpretação de que há comunicados distintos sendo projetados?

Estamos diante do efeito da organização administrativa, sem falhas, sem bordas, embora esse movimento mesmo instaure a diferença, os limites, as fronteiras ilusoriamente vigiadas pela sistematicidade lógica. Nota-se a presença de certa discursividade do campo empresarial capitalista em que a individuação do sujeito é escamoteada pelo efeito de universalidade.

Observamos a questão da pontuação colocada a partir do Rd1.

De acordo com os manuais de redação técnica, referência para a reprodução formulaica, a pontuação deve ser observada conforme disposto pela gramática. Segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República:

Os sinais de pontuação, ligados à estrutura sintática, têm as seguintes finalidades: a) assinalar as pausas e as inflexões da voz (a entoação) na leitura; b) separar palavras, expressões e orações que, segundo o autor, devem merecer destaque; e c) esclarecer o sentido da frase, eliminando ambiguidades. (BRASIL, 2018, p. 78)

Precisamos destacar o efeito ideológico que se produz sobre essas noções. Embora não se diga que essa orientação intervenha sobre o recorte que estamos descrevendo, a questão é que se trata de um modo de compreender a linguagem como instrumento de comunicação, cujas falhas (os ruídos) precisam ser minimizadas por meio da técnica racional. Portanto, situamos a produção textual institucional como ideológica especialmente, porque é afetada pela estabilidade da língua jurídica, científica, de Estado, que não se manifesta somente no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, mas também em outras produções. Basta levantarmos que o que dizem Medeiros e Hernandez (2010) acerca da pontuação mantém as mesmas relações de sentido, inclusive sendo especificada como “pontuação funcional”:

2 Pontuação funcional

A pontuação deve restringir-se ao mínimo necessário.

Tríplice é o destino da pontuação:

Assinalar a pausa e a inflexão de voz;

Separar palavras, expressões e orações;

Tornar claro o sentido da frase. (MEDEIROS e HERNANDES, 2010, p. 154)

Abordamos essas questões tomando a pontuação como elemento discursivo de articulação dos dizeres. Dessa perspectiva, segundo Orlandi (2012, p. 112), “[...] a pontuação atesta um duplo trabalho do simbólico: se, de um lado, ela é marca – traços empíricos, signos diacríticos – de outro, ela indica a textualização do discurso, sendo assim índice de sua materialidade, ligando o real ao imaginário”.

No caso do ponto e vírgula, salienta-se que “[...] em princípio, separa estruturas coordenadas já portadoras de vírgulas internas. É também usado em lugar da vírgula para dar ênfase ao que se quer dizer” (BRASIL, 2018, p. 80). Na mesma linha, Medeiros e Hernandes (2010, p. 156) acrescentam que “o ponto e vírgula denota uma pausa maior que a vírgula” e que deve ser empregada “para separar orações coordenadas de certa extensão [...] para separar os considerandos de uma lei, decreto [...] para separar as partes principais de uma frase cujas ideias já apresentam clareza”.

No Rd1 o ponto e vírgula (;) separa os dizeres projetados em “a)”, “b)” e “c)”. Mas esse mesmo sinal gráfico também organiza o texto no intervalo de cada um desses “subitens”.

Reordenando, em específico, o “subitem a)”, dando ênfase às articulações marcadas pelos ponto e vírgulas (;), podemos apreender melhor a divisão marcada por essa pontuação. Assim, é possível destacar que o ponto e vírgula (;) funciona, sintaticamente, organizando os dizeres, como no seguinte rearranjo do Rd1 orientado por essa pontuação:

<p>“a) a SOCS lembra que</p>	}	<p>após as reuniões dos Conselhos, um resumo das deliberações [...]; atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões [...]; o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de [...]; todo representante de Conselho assina o Livro de Presenças [...]; caso o afastamento [...] o representante possuirá prerrogativa [...]; o não comparecimento do Conselheiro [...] seu mandato.”</p>
------------------------------	---	--

(Rd1₁)

[...] a) a SOCS lembra que, após as reuniões dos Conselhos, um resumo das deliberações, intitulado Principais Tópicos abordados na Reunião, está disponibilizado na página do site da UFT, no link "Conselhos", área onde estão, também, todas as resoluções aprovadas nas reuniões anteriores; atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas, que não devem ser utilizadas em documentos oficiais; o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...]

O encadeamento dado pelo *subitem a)* produz a ilusão do dizer associado à posição-sujeito “Conselheiro”, identificado como “**n1**” (formulado como “Conselheiro **n1**”). Esse dizer mobiliza uma memória do já dito por outra posição-sujeito inscrita no Rd1 como “SOCS”⁶³. Portanto, é plausível circunscrever tematicamente o *comunicado* do referido *subitem a)* a dizeres pertinentes à “SOCS”.

Segundo Orlandi (2012, p. 120), “a pontuação não apaga a diferença, ela é o indício do equívoco. Presença da memória, aí a relação com a alteridade está indicada”. Ou seja, no movimento de recortar a memória para dizer o que o outro disse, os sujeitos implicados⁶⁴ no gesto de formulação da ata produzem uma atualização dessa memória, um atravessamento do histórico que faz escorregar o efeito de linearidade estabelecido pelo ponto e vírgula (;), dando a acontecer o novo. Desse modo, lemos o estranhamento provocado em parte na formulação do *subitem a)* como indício do equívoco em que irrompe a memória acerca da tomada de posição dos sujeitos. Tal estranhamento se marca especificamente na colocação verbal (bordeada no arranjo a seguir) a qual produz quebra do paralelismo que deveria manter o efeito de correspondência, de coesão, entre as formulações separadas pelo ponto e vírgula (;).

“a SOCS lembra que { após as reuniões dos Conselhos, um resumo das deliberações [...];
atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas [...];
 o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças [...];
 todo representante de Conselho assina o Livro de Presenças [...];
 caso o afastamento [...] o representante possuirá prerrogativa [...];
 o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias [...].”

⁶³ Sigla para Secretaria do Órgãos Colegiados Superiores.

⁶⁴ Consideramos aqui a função de autoria vinculada ao sujeito na posição de secretária da reunião, e ao sujeito que é projetado como responsável pelo dito (“SOCS”) e ao que retomou esse dito (“Conselheiro **n1**”).

A irregularidade salta na relação (falha) de encaixe entre “a SOCS lembra que” e “atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas, que não devem ser utilizadas em documentos oficiais”. É virtualmente possível se remendar essa relação falha de muitos modos – (i) pela colocação de “é preciso”, formulando “a SOCS lembra que ... *é preciso* atentar para o fato de...”, caso em que a relação de subordinação objetiva direta se daria gramaticalmente colocada, ainda que o paralelismo não se resolvesse; (ii) pela supressão da formulação “atentar para o fato de que” e mantendo-se o dito a partir de “as atas distribuídas...”, tanto o efeito gramatical do paralelismo quanto da subordinação estariam postos; etc. Interpretamos a interrupção do paralelismo como uma marca do equívoco por onde irrompe o real (aquilo que falha). Assim, o ponto e vírgula (;) funciona como indício dessa falha, operando não uma separação entre dizeres da “SOCS”, mas articulando algo latente acerca do que foi dito anteriormente sobre os documentos (“resumos das deliberações” e “resoluções”).

Diante dessa leitura, aventamos o enunciado possível de que *em algum momento, as minutas foram utilizadas em documentos oficiais* e que isso precisaria ser repreendido. Essa formulação produz sentido (dadas as condições de produção do discurso) quando posta em relação ao que *(não) pode* e *(não) deve* circular como memória institucional, aquilo que é (im)possível de se dizer.

Assim como a incidência do ponto e vírgula (;) mostra a irregularidade do dizer, o ponto (.) colocado “em seu lugar”, também, funciona disruptivamente. As posições-sujeito articulados pelo ponto (.), e não pelo ponto e vírgula (;), na seguinte sequência, também fragmento do Rd1, mobilizam já ditos em torno do que se projeta como norma e prática institucional:

(Rd1₂)

Item 2) Informes - 2.1 - Conselheiro **n1** faz os seguintes comunicados: a) a SOCS lembra que [...] o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; b) Os seguintes nomes foram indicados pelo DCE como representantes estudantis neste Conselho: [...].

O ponto (.), bordado em Rd1₂, interdita os dizeres da “SOCS” para que a posição-sujeito “Conselheiro **n1**” inscreva-se na tomada de posição. Num gesto de reformulação do que é dito pela “SOCS”, como *norma*, uma outra posição-sujeito (Conselheiro **n1**) diz acerca do que pode ser tomado como *prática* por parte de alguns conselheiros: “número excessivo de faltas”.

A questão do ponto (.) pela via discursiva, segundo Orlandi (2012), pode ser tomada como um gesto de exclusão do que “não está lá (mas em outro lugar)” (ORLANDI, 2012, p. 121). É uma marca de incompletude na superfície do texto, a qual torna o dizer segmentável, separável. Dessa forma, abre espaço para o não dito, aquilo que pode vir a ser. É nesse espaço que se projeta como dizer da posição-sujeito “Conselheiro n1”, o que faltou no dizer da “SOCS”. O que é da ordem da historicidade, conforme Orlandi (2012):

A pontuação aparece onde a continuidade falta. O acréscimo é um efeito da injunção à progressão textual, posta a trabalhar pela função autor, submetida à exigência da unidade: não-continuidade (ordem, constituição) na continuidade (organização, formulação), textualização do discurso, extensão normatizada. (ORLANDI, 2012, p. 121)

Nesses movimentos da língua em que o equívoco se materializa, podemos notar aquilo que é mobilizado em termos de pré-construído, e que vai autorizar a produção de paráfrases e de sinonímias articuladas a dizeres possíveis de constituírem certa memória. Nos fragmentos destacados anteriormente, procuramos apontar como a superfície da língua nos dá pistas de que algo opera nesses processos discursivos. Algo que diz respeito à nossa questão de pesquisa.

Essas “falhas” na língua mostram, para nós, inserções pela via da memória historicizada, em que se manifesta a tensão entre a norma e a prática institucional. Desse modo, a partir do que nos inquieta, podemos levantar algumas questões sobre as inserções marcadas pelo funcionamento do ponto e vírgula (;) e do ponto (.).

Chamamos a atenção aqui para a problemática de se tomar o “subitem a)”, tematicamente, como lembretes ou comunicados da “SOCS”, uma vez que, pelo mínimo que pontuamos, acontece a quebra de paralelismo marcado pelo ponto e vírgula (;) e a separação de sujeitos pelo ponto (.). Não nos interessa se esse é ou não um problema linguístico, mas, se essas irregularidades fazem a memória dispersar pelo movimento de atualização da história.

Sob o aspecto do equívoco marcado pela pontuação, a *norma* circunscreve os sentidos da oficialidade e seus mecanismos de injunção como uma unidade institucional coesa sobre *o que é legitimado* (o documento oficial) e *o que pode vir a ser legitimado* (a minuta). A *certeza* imposta pelo *dizer oficial* produz representação acerca do pode ou não ser dito nos/pelos textos oficiais (os documentos legítimos). Por outro lado, a *prática* desloca os sentidos para outro espaço do simbólico, mobilizando outras relações de legitimação dos dizeres dadas as condições de produção dos discursos no campo deliberativo. Desse modo, materializa-se a dispersão no gesto de monitoramento das faltas pelos mecanismos institucionais, que são muitos, mas nunca suficientes para extirpar a falha. Por isso, a contradição constitui relação

entre os dizeres “controle de faltas” (e seus mecanismos) e “excesso de faltas” (a indeterminação).

Retomar essas condições nos ajuda a notar a ilusão da estabilidade que afeta o modo como se formulam os dizeres nas atas. Contudo, esse efeito se regulariza pela representação ideológica dos processos simbólicos. Em outras palavras, a organização afeta o olhar leitor produzindo certas restrições interpretativas, sobretudo “apagando” inconsistências sintáticas. O que importa, numa leitura naturalizada, é o funcionamento formulaico, a visibilidade dos arranjos, a delimitação dos dizeres hermeticamente organizados no corpo textual.

Ao notarmos esse efeito ideológico sobre a interpretação, também levantamos a contradição representada na presença de dois domínios de memória (o da norma e o da prática). Ou seja, procuramos produzir um deslocamento do olhar leitor – efeito da organização (do empírico, da unidade imaginária, da transparência dos sentidos) – para o olhar do analista – produto da ordem linguística e histórica (do discursivo, do equívoco, da opacidade).

Se o que produz inquietude está para uma tensão (de ordem injuntiva) entre norma e prática institucional, podemos nos colocar diante de questões que envolvem articulações de diferentes *formações imaginárias*, as *memórias* que as constituem e os *pré-construídos* autorizados. Sendo assim, por onde adentrar no AaCS para levantar alguns gestos interpretativos capazes de nos conduzir a essas formações imaginárias e, conseqüentemente, aos *sujeitos* e suas *posições*? Pensamos que o recorte em tela já apresenta muitos caminhos, especialmente se destacarmos o ponto em que se textualiza o equívoco que apontamos na relação entre o ponto e vírgula (;) – encaixe da memória – e o ponto (.) – divisão dos dizeres projetados pelas posições-sujeito “SOCS” e “Conselheiro n1”.

Nessa linha, se retomarmos certo efeito temático, podemos considerar, ainda, dois temas que organizam o ritual de legitimação do discurso institucional (entre a norma e a prática) textualizado no *subitem a)* do Rd1: *o que (não) pode/deve circular*⁽ⁱ⁾ e *quem e como (não) pode/deve circular*⁽ⁱⁱ⁾. Reordenando a materialidade, temos o seguinte:

<p>“a) a SOCS lembra que $\left\{ \begin{array}{l} \text{após as reuniões dos Conselhos [...] documentos oficiais;}^{(i)} \\ \text{o controle de faltas dos conselheiros [...] em outra reunião;}^{(ii)} \end{array} \right.$</p>
<p>(Rd1₃)</p> <p>[...] a) a SOCS lembra que, ⁽ⁱ⁾ após as reuniões dos Conselhos, um resumo das deliberações, intitulado Principais Tópicos abordados na Reunião, está disponibilizado na página do site da UFT, no link "Conselhos", área onde estão, também, todas as resoluções aprovadas nas reuniões anteriores; atentar</p>

para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas, que não devem ser utilizadas em documentos oficiais; ⁽ⁱⁱⁱ⁾ o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...]

Perseguimos as marcas deixadas na língua com o intuito de interpretá-las sob a luz dos dispositivos teóricos da análise de discurso. Nesse sentido, a sintaxe que organiza a linearização do texto funciona abrindo buracos por onde atravessam outros dizes possíveis (necessários?). Daremos decorrência a essa interpretação mexendo no AaCS e levantando algumas possíveis leituras.

(i) O que (não) pode/deve circular

Os sentidos em torno da legitimidade institucional constroem-se na relação entre *o igual* e *o diferente*. Tal relação estabelece os espaços comuns de reconhecimento da unidade por meio da qual opera a ideologia dominante: é preciso separar o que está dentro e o que está fora, mas também, é preciso dividir e controlar os espaços de constituição da memória. Em função do efeito de unidade, não é qualquer texto que pode/deve circular. As atas constituem-se por meio de um rito de legitimação no qual os Conselhos deliberam sobre o que pode/deve estar escrito. Assim, é preciso que se textualize esse rito, que se regularize a memória.

Nessas condições, a sequência em destaque (recorte de Rd1) faz retornar algo que se historiciza fora do rito deliberativo como um modo de estabilizar o caráter injuntivo da norma, sempre em tensão com a prática. Segue a sequência:

(Rd1₄)

[...]; atentar para o fato de que as atas distribuídas nas reuniões são minutas, que não devem ser utilizadas em documentos oficiais; [...]

A partir desse enunciado, aventamos a possibilidade de se dizer que a instituição divide atas em duas categorias: *atas que são minutas* e *atas que não são minutas*. Nesse sentido, dizemos que as atas (minutas) se abrem às interpretações testemunhais, processo no qual sua matéria linguística pode ser posta em questão, recortada, suprimida, acrescentada. Por outro

lado, as atas (arquivadas) restringem sua leitura uma vez que textualizam certo efeito de *real das reuniões*. Desse modo, são instrumentos da prática deliberativa, constituinte do AaCS, referência para se dizer a história da universidade.

Essa relação se constrói como fio discursivo que atravessa o AaCS e regulariza a memória institucional. Atentamos para o seguinte recorte:

(Rd2)

Item 3) Leitura da ata do Consuni de quatorze de fevereiro de dois mil e sete, que, ao seu final, provoca vários comentários. Conselheiro n1 contesta os dados emitidos pela professora n2, expostos na ata, acerca dos resultados da consulta prévia ocorrida no Campus de Porto Nacional, na medida em que não correspondem à realidade. No documento a professora declara que o reduzido número de votos que o elegeu como Diretor do Campus não representaria os anseios da comunidade acadêmica de um todo, ao que o conselheiro rebate esta afirmação fazendo uma leitura diferente desses resultados: informa que, dos trezentos e trinta e dois eleitores acadêmicos que compareceram para a votação, trezentos votaram em seu nome; o mesmo ocorrendo com os trinta e sete docentes dos trinta e oito que compareceram e igualmente com os trinta e oito técnicos dos quarenta que compareceram; portanto, ainda segundo o professor, esses números conferem expressividade a eleição de seu nome. Questiona também a participação da professora, como conselheira desse Conselho naquela data, tendo em vista que, segundo atestado médico por ela apresentado aquela Unidade Universitária, ela estaria afastada de suas funções a partir de quatorze de fevereiro, ou seja, a data da realização da reunião em questão. Conclui sugerindo que a fala da professora, por apresentar conclusões não condizentes com a realidade verificada na consulta daquele campus e por estar legalmente impedida de participar da reunião em questão, deve ser retirada da ata recém-lida. O Magnífico Reitor primeiramente deixa claro seu desconhecimento acerca desse afastamento e se compromete a averiguá-lo melhor. Esclarece, porém, que, ainda que os dados apresentados pela professora n2 sejam, conforme a afirmação do conselheiro n1, incorretos, os mesmos não podem ser suprimidos da ata porque nesse documento deve constar exatamente o que é dito pelos conselheiros. Esclarece também que, na ata que está sendo agora elaborada, constará sua manifestação contrária as palavras da professora n2. Quanto a atuação da professora no Conselho, em período que se encontraria legalmente afastada, o Magnífico Reitor esclarece que, mesmo assim, e Segundo o Regimento do Conselho, a mesma pode se manifestar, porém, sem direito a voto. Conselheiro n3 constata que vários questionamentos, por ele efetuados na reunião anterior acerca da consulta eleitoral, não constam da ata. Solicita a secretária que, dada a importância dos mesmos, sejam incluídos nesse documento. O Magnífico Reitor esclarece as dúvidas constantes na ata e que também são dos conselheiros a respeito do procedimento a ser observado no processo eleitoral. O fato de que o Conselho Diretor da unidade deverá compor a lista tríplice provoca reações no Conselho. Conselheira n3 salienta que esta interpretação é a do Regimento do Consuni, sendo que esta questão não é abordada na lei. Conselheiro n4 também deixa clara sua divergência quanto a não necessidade de realização de consulta para a formação dessa lista, na medida em que, segundo sua visão, sendo o Conselho Diretor o responsável pela mesma, este fato dará margem a possíveis arranjos. O Magnífico Reitor lê o artigo primeiro da lei número 9192 de 1995 e, ao final, argumenta com o conselheiro n4 que sua preocupação pode ser possível, mas pouco provável que ocorra. Colocada em votação, a ata em questão é aprovada com oito votos favoráveis, apresentando três abstenções.

Destacamos as seguintes sequências:

(Rd2₁)

Conselheiro n1 contesta os dados emitidos pela professora n2, expostos na ata, acerca dos resultados da consulta prévia ocorrida no Campus de Porto Nacional, na medida em que não correspondem à realidade.

(Rd2₂)

Conclui sugerindo que a fala da professora, por apresentar conclusões não condizentes com a realidade verificada na consulta daquele campus e por estar legalmente impedida de participar da reunião em questão, deve ser retirada da ata recém-lida.

(Rd2₃)

Esclarece, porém, que, ainda que os dados apresentados pela professora n2 sejam, conforme a afirmação do conselheiro **n1**, incorretos, os mesmos não podem ser suprimidos da ata porque nesse documento deve constar exatamente o que é dito pelos conselheiros. Esclarece também que, na ata que está sendo agora elaborada, constará sua manifestação contrária às palavras da professora **n2**.

A partir das sequências do recorte Rd2, pomos em questão a relação entre *ata*, *minuta* e *realidade*. Consideramos os sentidos em torno da relação de que, por um processo de legitimação institucional (deliberativa/decisório), as *minutas* são convertidas em *atas* as quais reproduzem certo efeito de correspondência com dada *realidade*. Assim, um modo de se discursivizar o *real* nas sequências acima é colocá-lo em termos de *ditos*, produzindo movimentos parafrásticos que inscrevem os enunciados

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{"dados emitidos pela professora"} \\ \text{"fala da professora"} \\ \text{"dados apresentados pela professora n2"} \\ \text{"sua manifestação"} \end{array} \right\} \text{ num campo discursivo comum de interpretação.}$$

Como efeito, essas formulações reproduzem o *real* do que foi dito, ainda que esse dito não faça circular aquilo que pode ser tomado como *a realidade dos fatos empíricos* (ilusão do conteúdo). O *real* aí ganha representação como aquilo que acontece na reunião, reverberando discursividades acerca do instrumento ata (*registro da reunião*).

A ata em si não é a determinante para o que pode/deve ser textualizado, mas, sim a leitura que dado CS produz como efeito. Contudo, tornada legítima, a ata passa a organizar os dizeres no âmbito institucional.

Levantemos uma outra sequência em que se contradizem distintas leituras sobre a *ata-minuta*:

(Rd3)

Item 1) Leitura da ata da reunião de vinte e seis de abril de dois mil e seis. Antes da votação da mesma, a conselheira **n1**, Coordenadora do Campus de Porto Nacional, solicita que se corrija, no documento, a expressão "professora flexibilizada" aplicada à professora **n2**, envolvida em caso acadêmico ocorrido na Congregação do Curso de Letras daquele Campus, pois ela não estaria em regime de flexibilização. Fazendo comentários acerca desse assunto relatado na ata, a conselheira fornece maiores esclarecimentos sobre o ocorrido, ao que o Magnífico Reitor a esclarece que não se pode acrescentar dados novos a ata lida, que deve conter, exclusivamente, declarações proferidas na reunião por ela retratada. Ao final, a ata é aprovada em votação que apresentou duas abstenções.

Problematizamos esse recorte pela via da equivocidade em função da relação que estamos discutindo sobre a projeção de certo imaginário (*em seu efeito de real*). Mais uma vez, inscreve-se o dizer na ordem do acontecimento. Paralelamente, podemos reproduzir como dizeres parafrásticos as seguintes sequências:

(Rd2)

O Magnífico Reitor primeiramente deixa claro seu desconhecimento acerca desse afastamento e se compromete a averiguá-lo melhor. Esclarece, porém, que, ainda que os dados apresentados pela professora n2 sejam, conforme a afirmação do conselheiro n1, incorretos, os mesmos não podem ser suprimidos da ata porque nesse documento deve constar exatamente o que é dito pelos conselheiros.

(Rd3)

Fazendo comentários acerca desse assunto relatado na ata, a conselheira fornece maiores esclarecimentos sobre o ocorrido, ao que o Magnífico Reitor a esclarece que não se pode acrescentar dados novos a ata lida, que deve conter, exclusivamente, declarações proferidas na reunião por ela retratada.

A ata { [...] deve constar **exatamente** o que é dito pelos conselheiros. (Rd2) }
 { [...] deve conter, **exclusivamente**, declarações proferidas na reunião por ela retratada. (Rd3) }

As adverbializações “exatamente” e “exclusivamente” apontam para certa regularidade no regime do imaginário. Algo está silenciado nessas colocações de modo a produzir a ilusão de que se reproduzem, { "exatamente" }, os dizeres dos presentes às reuniões. O equívoco aí se mostra justamente no caráter ilusório de se considerar possível a apreensão do dizer do outro em sua totalidade. Contraditoriamente, sendo essa possibilidade inequívoca, não se teria espaço para interpretar “o não dito” nem se poderia inscrever essa contestação.

Nesse sentido, o modo como se textualiza o acontecimento, como num fio discursivo que alinhava a história, produz uma tomada de posição em que os sujeitos estão convencidos, por uma leitura hegemônica, representada pela tomada de posição do “Magnífico Reitor”, de que a materialidade do texto funciona como uma espécie de janela do tempo, na qual basta olhar para acessar o passado inscrito nas linhas da memória documentada.

Os efeitos de minuta que se projetam sobre a ata em Rd2 e Rd3 podem ser significados pela inscrição de determinadas posições. Tomando Rd2, assinalamos que a ata é posta em questão (“... provoca vários comentários...”), abrindo-se para a possibilidade de exclusões (“... que a fala da professora ... deve ser retirada da ata recém-lida...”) e inserções (“... que vários questionamentos... não constam da ata. Solicita a secretária que... sejam incluídos nesse

documento...”). As reformulações, que provocariam um outro tipo de mexida no já dito, inscreve-se nessa materialidade (Rd2) não pela reescrita da minuta, mas por meio de uma ancoragem na interpretação dada pela posição-sujeito “Magnífico Reitor”, a qual “... esclarece as dúvidas constantes na ata...”, assentando sua leitura como a dominante (“... argumenta com o conselheiro **n4** que sua preocupação pode ser possível, mas pouco provável...”). Em Rd3, da mesma forma, a reformulação é balizada pela leitura dada pelo “Magnífico Reitor” (“... não se pode acrescentar dados novos a ata lida...”) na relação com o enunciado por “conselheira **n1**” (“... que se corrija, no documento...”).

A distinção que apontamos entre esses dois recortes é o modo como se toma posição para justificar o texto como *dado*, sustentando-se uma interpretação unívoca diante de outras possibilidades apresentadas. Em Rd2 não se permite a exclusão (“... os mesmos não podem ser suprimidos da ata...”); em Rd3, a inclusão (“... não se pode acrescentar dados novos a ata lida...”).

O que não corresponde à realidade pode/deve ser retirado da ata. Portanto, as minutas podem ser reinterpretadas e modificadas em função da organização da memória. A atas (documento oficial) como registro fiel do acontecimento, é um dispositivo das discursividades na prática deliberativa que legitima certos dizeres. O que entra, o que saí, o que é reformulado, o que é silenciado etc. passa a circular em seu estatuto histórico e, sobretudo, jurídico. Histórico, do ponto de vista de uma memória oficial, que reproduz certa unidade institucional; jurídico sob o aspecto da *infraestrutura* sobredeterminada pela *superestrutura*, num movimento de reprodução/transformação das condições de produção da ideologia dominante.

Essa ilusão do documento que é reprodução inequívoca da história é contraditória: ao mesmo tempo em que se “transcreve” o dito, faz-se necessário estabelecer uma leitura unívoca, que irrompe como necessária (?), autorizada (?).

São essas condições que possibilitam a repetição histórica de certos dizeres no processo de textualização das atas. A esse respeito, focalizemos mais duas sequências discursivas:

(Rd4)

O Acadêmico **n1** alerta que conforme preceitua o Regimento Interno do Diretório Central dos Estudantes, a indicação dos representantes da categoria para os Conselhos Superiores é atribuição única e exclusiva dos Conselho de Entidade de Base (CEB) da UFT e questiona a atual composição dos Conselheiros Discente no Consuni, em especial à indicação dos representantes dos Conselheiros efeitados ausentes nesta sessão, ocorrida via e-mail. Ressalta ser absurda a proposta apresentada pela Conselheira **n2**, que pede que as categorias não organizem a pesquisa eleitoral com a Comunidade Acadêmica. Solicita aos Conselheiros do Consuni que não reconheçam a representatividade dos acadêmicos **n3** e **n4**, por este não terem sido eleitos pelo CEB. Afirma que os responsáveis por tal indicação irão responder perante o judiciário pela falsificação de assinaturas em documentos da Universidade. Neste momento a Conselheira **n2** afirma que são acusações inverídicas e solicita que a fala do acadêmico **n1** seja registrada em ata, pois tomará as providências jurídicas cabíveis. Ao que o Vice-Reitor alerta

que a Gestão não poderá intervir de forma alguma na organização estudantil e esclarece que a Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores se baseia sempre nos documentos oficiais enviados pelas entidades. No caso em questão, apresenta o MEMORANDO/DCE-UFT/N.º 002/2016 e e-mails enviados pelo endereço dce@uft.edu.br à Secretaria, informando a substituição dos Conselheiros.

(Rd5)

Conselheira **n1** esclarece que o fato da aluna estar *sub judice* garantir o direito de ser matriculada e cursar a disciplina PAV assim como o TFG. De acordo com o posicionamento do Procurador, a acadêmica possui o adquirido acerca destes dois itens, contudo, o colegiado não seguiu a orientação e a impediu de defender seu trabalho perante a banca. a) manter a reprovação por frequência da acadêmica na disciplina Projeto de Arquitetura IV. Antes de colocar em votação, o Magnífico Reitor questiona a Conselheira **n1** quais as implicações deste Conselho aprovar a aluna por frequência e quais seriam os encaminhamentos desta decisão, considerando que no Diário de Classe a aluna está reprovada por falta. Ao que é esclarecido pela Conselheira que, caso haja esta decisão do Consepe, restaria a Prograd talvez a partir da ata desta reunião ou baseado em consulta a Procuradoria, efetuar a alteração na frequência pois as decisões do Conselho são soberana Ao que a Conselheira **n2** aponta que se forem utilizados os dados da planilha de faltas emitida no parecer do Conselheiro **n3**, a aluna estaria matematicamente aprovada, havendo a possibilidade de retificação do diário sem grandes implicações. Conselheiro **n4** entende que não há necessidade de alterar o Diário, devendo o Conselho produzir um documento com a decisão que dará o encaminhamento jurídico necessário. A seguir, é colocada em votação a aprovação da acadêmica **n5** por frequência, que obteve 14 votos a favor, 07 contra e 08 abstenções. O Magnífico Reitor então solicita à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores que notifique os interessados da decisão agora tomada.

Nos dois últimos recortes destacados (Rd4 e Rd5), apontamos dois efeitos de sentidos em sua regularidade discursiva: o registro histórico do acontecimento e a instrumentalização da ata no campo jurídico. A regularidade aí expõe-se no movimento parafrástico da relação:

(Rd4)

Neste momento a Conselheira **n2** afirma que são acusações inverídicas e solicita que a fala do acadêmico **n1** seja registrada em ata, pois tomará as providências jurídicas cabíveis.

(Rd5)

Conselheiro **n4** entende que não há necessidade de alterar o Diário, devendo o Conselho produzir um documento com a decisão que dará o encaminhamento jurídico necessário.

Essa relação, porém, é equívoca se levamos em conta a distinção dos processos que constituem tais enunciados, parafrasticamente situados. Em outras palavras, afirmamos a necessidade de olhar para as dispersões constitutivas desses enunciados, memos que o efeito “provável” seja de que se trata da mesma referência discursiva. Dizer de uma forma ou de outra, implica associar-se em não a outros espaços de interpretação.

Em Rd4, a ata inscreve o real (do dito) e produz implicações no campo jurídico. Ao se formular o arranjo “seja registrada em ata”, diz-se que não se registre noutra objeto? Afirma-se que a ata é, definitivamente, o objeto primordial que deriva das sessões plenárias? Em Rd5, trata-se de que documento com a decisão do Conselho? Ata, Certidão, Parecer? A ata situa-se

como objeto simbólico que determina o que (não) pode/deve circular a partir da reunião dos CS?

Sobre a última interrogação, pensamos que a articulação dessas regularidades se reproduz no interior de uma formação ideológica dominante, que denominamos de *formação ideológica deliberativa* (FiD), a qual funciona estabilizando o objeto de deliberação, pondo-o para circular e produzir efeitos jurídico-administrativos na esfera de atuação da IU. Retoma-se, com isso, certos efeitos jurídicos da ata, o que, dadas as condições, podem ser considerados, também, em termos de efeitos históricos.

Dessa forma, o gesto de se inscrever materialmente no AaCS, por meio do dizer formulaico *que seja registrada em ata* é uma tomada de posição indiciária do processo de assujeitamento do sujeito à FiD. Tal formulação seria o movimento inequívoco que apontaria para a estabilização. Contudo, esse arranjo também opera uma contradição constitutiva da FiD: ao mesmo tempo em que se inscreve o *real* dito (que se evoca como uma contingência histórica), também se filia a uma rede parafrástica cujo funcionamento se dá pela regularização de discursividades jurídicas. Consideramos isso como contraditório porque não se diz tudo na ata, mas o que *pode/deve circular*. Logo, cria-se algo como uma contingência tautológica, ou seja, o possível, mas não necessário, que reproduz efeitos de “sempre foi assim”.

Para que se formule uma sequência como *que seja registrada em ata* é preciso tomar posição pelo necessário apagamento do que *não foi registrado em ata*. O que é deixado de fora e não existe no AaCS. Apagado por efeito da FiD.

Como não se pode dizer tudo, é sempre possível que algo retorne, num outro momento, num outro lugar, de modo a significar aquilo que foi apagado da história para que o jurídico pudesse funcionar. Estamos sustentando que esse lugar contraditório, onde se impõe o formulaico, apresenta marcas acerca do que *não pode/deve circular*. Vejamos os recortes seguintes:

(Rd6)

Ao final, a Conselheira **n1** solicita que conste em ata a necessidade deste Conselho elaborar uma normativa que discipline a participação de professores em dedicação exclusiva em projetos, conforme orientação da CGU.

(Rd7)

Pede que se registre em ata a necessidade deste Conselho analisar a normativa que está sendo elaborada pela Diretoria de Desenvolvimento Humano, que dispõe sobre o trabalho voluntário na instituição.

(Rd8)

Item 18) Outros assuntos - Conselheira **n1** solicita que conste em ata seu pedido de desculpas ao Conselheiro **n2** pelo mal entendido ocorrido entre ambos na última reunião.

(Rd9)

Solicita, ainda, que conste em ata a maneira agressiva com que foi mandado calar-se neste Conselho, pois nunca tinha ouvido isso por parte de nenhum Conselheiro.

Nas sequências Rd6 e Rd7 impõe-se como *necessidade* algo não textualizado como acontecimento, mas que ganha inscrição por meio do arranjo “que $\left\{ \begin{array}{c} \text{conste} \\ \text{se registre} \end{array} \right\}$ em ata”. De algum modo, já circula em outros espaços de significação os sentidos acerca das normativas em questão. Contudo, ainda não havia se materializado como memória no AaCS. O mesmo se dá nas sequências Rd8 e Rd9 em que se apagam os embates, mas se deixam entrever o conflito no fio da regularidade jurídico-administrativa. O arranjo “que conste em ata” põe em circulação e dá destaque ao que seria posto de fora do arquivo, significando que nem sempre (ou quase nunca) o espaço deliberativo é consensual.

Pelo que levantamos aqui em termos de possíveis gestos de interpretação, podemos apontar para uma relação situada como efeito de “controle” e “deriva” (MITTMANN, 2015) no sentido em de que se assenta a ilusão da ata como um objeto capaz de reproduzir um dado da realidade. Assim, a ata regula o que (não) pode/deve circular no campo deliberativo, controlando e que entra e sai, e derivando os deslocamentos autorizados.

(ii) Quem e como (não) pode/deve circular

Na textualização dos dizeres em que se projetam as posições-sujeito “SOCS” e “Conselheiro **n1**” há uma dispersão contingente. Uma falha que deixa entrever o equívoco que pode significar o mesmo, mas também o diferente. Notamos essa falha na ocorrência do ponto (.) na sequência Rd1₂. Para nós, esse signo gráfico marca um movimento de permuta das posições-sujeito. Além de interromper um processo de enumeração dos mecanismos normativos para o “controle das faltas”, o ponto (.) faz encaixar um enunciado o qual retoma à posição-sujeito que relata o dizer de outra. Essa formulação é equívoca e afeta a linearidade (progressão) textual construída pela ordenação dos *itens a)* e *b)* dos dizeres da “SOCS” relatados pelo “Conselheiro **n1**”. Vejamos, novamente, o enunciado (bordeado) que emerge de uma fenda aberta nos dizeres da “SOCS”:

(Rd1₂)

Item 2) Informes - 2.1 - Conselheiro **n1** faz os seguintes comunicados: a) a SOCS lembra que [...] o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro n1 comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; b) Os seguintes nomes foram indicados pelo DCE como representantes estudantis neste Conselho: [...].

Esse espaço aberto na linha do texto é efeito do equívoco na memória e pretendemos olhar com mais atenção para ele (cf. subseção 5.2.2). Antes, porém, lancemos um enfoque sobre o conjunto dos dizeres afetados por essa abertura, os quais se inscrevem no campo da normatividade institucional. Além disso, discursivizam a legitimidade no âmbito dos sujeitos em posição de “conselheiros” e apontam *quem e como (não) pode/deve circular* institucionalmente. Para isso, entram em cena processos discursivos de individuação dos sujeitos.

Chamamos a atenção para certa formulação interdita no dizer, mas que sustenta a individuação dos sujeitos na relação *do/no/ao* arquivo: *conselheiros faltam às reuniões*. Essa possibilidade (de conselheiros faltarem) inscrita na memória se dá não por uma constatação do *real* (o empírico), mas por um movimento de atualização do discurso regimental que tematiza a *obrigatoriedade de comparecer (não faltar)*. Tal enunciado é levado a cabo por uma relação específica com a história, determinada por questões que não estão no alcance da análise, uma vez que dizem respeito ao interdiscurso, ao irrecuperável, à historicidade dos dizeres. Como analista do discurso, podemos, isso sim, interpretar os vestígios deixados na língua.

Nesse sentido, retomemos o recorte de referência, em específico a Rd1₅, para mostrar esse modo de inscrição dos sujeitos:

(Rd1₅)

[...] o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...]

A textualização da Rd1₅ vai costurando as retomadas e organizando uma memória sobre os sentidos da *falta dos conselheiros* e sobre os sujeitos inscritos nela, como podemos observar na seleção sinonímica que propomos ao destacar as formulações bordeadas:

o controle de faltas dos conselheiros
 um esquecimento de assinatura no mesmo (Livro de Presenças)
 o afastamento do Conselheiro
 o não comparecimento do Conselheiro
 o número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros
 o assunto “faltas”

Essas formulações funcionam como substituições ao produzirem pontos de ancoragem para a reformulação dos dizeres de modo a deslocar os sujeitos por espaços distintos de significação. Isso se marca, sobretudo, pelo funcionamento da construção “um esquecimento de assinatura no mesmo [uma falta] só não será considerado [uma falta] caso o conselheiro tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata”, que estabelece uma condição que faz deslizar os sentidos pelas paráfrases, apontando possibilidades para se inscrever os sujeitos em distintos dispositivos de controle, os quais regulam *quem e como (não) podem/devem circular*: o Livro de Presenças e a ata. O primeiro funciona pelo silenciamento necessário (uma vez que não está disponível) de algo que é constitutivo da textualização da ata: os dizeres dos *presentes*. O segundo escancara a tomada de posição dos *ausentes*, fazendo circular seus nomes, denunciando-os, monitorando-os, controlando-os. A conjunção de ambos os dispositivos revela o político ao localizar os sujeitos em espaços de memória distintos, sobretudo, em se tratando de sujeitos que funcionam na relação entre *norma e prática* deliberativa institucional.

Notemos que o encadeamento dos mecanismos normativos é, ainda, acentuado por uma atenção às formas que organizam a memória da “falta” no campo do “esquecimento”, do “não comparecimento”, do “afastamento”. Isso implica em deriva do dispositivo de controle dos sentidos, que horizontaliza a memória de modo a fazer crer que falta, esquecimento, não comparecimento e afastamento são a mesma coisa. Esse efeito de horizontalidade está ancorado em pré-construídos associados a uma determinada formação imaginária, a FiD.

Nosso percurso analítico é montado de modo a expor os movimentos do político no AaCS naquilo que nos interessa: a tomada de posição na prática deliberativa. Tomando as posições que individualizam os sujeitos no campo do “controle de faltas” destacamos os seguintes *pré-construídos (Pc)*:

(Pc1)

Não falta o conselheiro $\left\{ \begin{array}{l} \text{que não esquece de assinar o Livro de Presenças} \\ \text{cujo representante assina o Livro de Presenças em seu lugar} \end{array} \right\}$.

(Pc2)

Não falta o conselheiro que tenha se manifestado na reunião e sua fala conste em ata.

É possível considerar que ambos os *Pc* mobilizam memórias distintas sobre a relação do sujeito “conselheiro” com a posição de *não falta*. O *Pc1* inscreve o sujeito a outro dispositivo de controle, *externo*, cuja presença na ata evoca a construção de outro arquivo – “Conforme o Livro de Presença...”⁶⁵. O *Pc2* enfoca a inscrição da tomada de posição dos sujeitos na ata. Embora apontem para distintos lugares de memória, ambas os *Pc1* e *Pc2* coincidem em inscrever os sujeitos numa posição-sujeito em comum: o conselheiro que *não falta*.

Continuando o gesto interpretativo, agora enfocando a *falta*, elaboramos os seguintes *Pc*:

(*Pc3*)

Falta o conselheiro $\left\{ \begin{array}{c} \text{que esquece de assinar o Livro de Presenças} \\ \text{cujo representante não assina o Livro de Presenças em seu lugar} \end{array} \right\}$.

(*Pc4*)

Falta o conselheiro que [caso não tenha assinado o Livro de Presenças] tenha se manifestado na reunião e sua fala não conste em ata.

(*Pc5*)

Falta o conselheiro que [caso não tenha assinado o livro de presenças] não tenha se manifestado na reunião.

Parece-nos que as formulações destacadas em *Pc3* (tais quais em *Pc1*) estabelecem um vínculo discursivo com a construção “o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças”, na qual o “Livro de Presenças” é posto como referência para subjetivar a posição do “conselheiro” como *falta*, qual seja, aquela que “ $\left\{ \begin{array}{c} \text{não assina} \\ \text{esquece de assinar} \end{array} \right\}$ o Livro de presenças”.

A diferença que se marca na distinção desses dois *Pc* está justamente na divisão $\left\{ \begin{array}{c} \text{não assina} \\ \text{esquece de assinar} \end{array} \right\}$. No AaCS, as formulações inscrevem-se num pré-construído de que *é preciso assinar o Livro de Presenças* – “todos devem assinar o Livro de Presenças”; “só não assina quem esquece de assinar”. O injuntivo desse pré-construído deriva justamente da relação com a forma verbal no indicativo (“devem”) a qual estabiliza o sujeito no campo do controle, podemos dizer, do sujeito-de-direito: *todos são iguais perante a lei*. Desse modo, a deriva é justificada pela alternativa do “esquecimento”, uma contingência necessária para a manutenção da posição-sujeito dominante. Se há dispersão é por efeito do equívoco *produzido* em condições de produção que não sustentam a diferença. Esta, irrompe na memória e abre um furo nos

⁶⁵ Formulação regular no AaCS.

sentidos de modo a deixar passar o elemento dispersivo focado no indivíduo (o empírico): o *esquecimento seria uma justificativa possível?*

Já as *Pc4* e *Pc5* funcionam como espaços de individuação dos sujeitos, um campo de tolerância que projeta uma necessária “manifestação” dos sujeitos pela “fala”. Desse modo, constrói-se o sentido de referenciação introduzido pela formulação em *Rd1*: “[...] só não será considerado caso [...]”. Mais uma vez, o indicativo verbal (“não será”) produz certo efeito de estabilização da memória e horizontalização das tomadas de posição, fazendo repousar os dizeres no dispositivo formulaico mobilizado nos derivados do arranjo “conste em ata”⁶⁶.

Ao se mobilizar esses pré-construído, vão-se regularizando espaços de interpretação dos sujeitos, lugares no discurso em que se constituem certos imaginários acerca das posições dos sujeitos na memória institucional. Dessarte, a relação entre *sujeitos* e *arquivo* se constitui por um atravessamento inscrito nas malhas do dispositivo formulaico. Embora o efeito de regularidade permaneça, os pré-construídos que sustentam os *Af* não são estanques. Os dizeres se repetem, mas de modos diferentes, produzindo tomadas de posição distintas.

Mesmo pontuando certa referência sinonímica, as referidas formulações dispersam pré-construídos outros que, por vezes, produzem desencaixes na relação dividida entre *Conselheiros que faltam* e *Conselheiros que não faltam*. Assim, no processo de textualização do político, passa a importar menos a *falta em si* e mais *quem e como falta*.

Isso posto, consideramos que os pré-construídos *Pc1*, *Pc2*, *Pc3*, *Pc4* e *Pc5*, ao produzirem individuações distintas da posição-sujeito conselheiro *que (não) falta*, associam o arranjo “o controle de faltas” ao enunciado interdiscursivo *é preciso não deixar faltar* que, por sua vez, é uma *reação* ao enunciado já levantado anteriormente: *conselheiros faltam às reuniões*. Ao mesmo tempo, abrem-se furos na memória de modo a dar lugar à negação necessária desse pré-construído – *pode-se deixar faltar* –, impossível de se dizer, dadas as formações discursivas (Fd) que operam a textualização das atas: a que inscreve os dizeres sobre a prática deliberativa no campo da norma institucional – formação discursiva normativa institucional (FdN) – e a que inscreve os dizeres no campo da prática institucional – formação discursiva da prática institucional (FdP). A tensão entre essas Fd produz contradição e desencaixe da memória *discursiva institucional*, fazendo deslocar os sentidos no interior da formação ideológica dominante na estrutura deliberativa da IU, a FiD.

As observações que fizemos acerca de (i) *o que (não) pode/deve circular* e (ii) *quem e como (não) pode/deve circular* é um primeiro gesto de interpretação por onde adentramos no

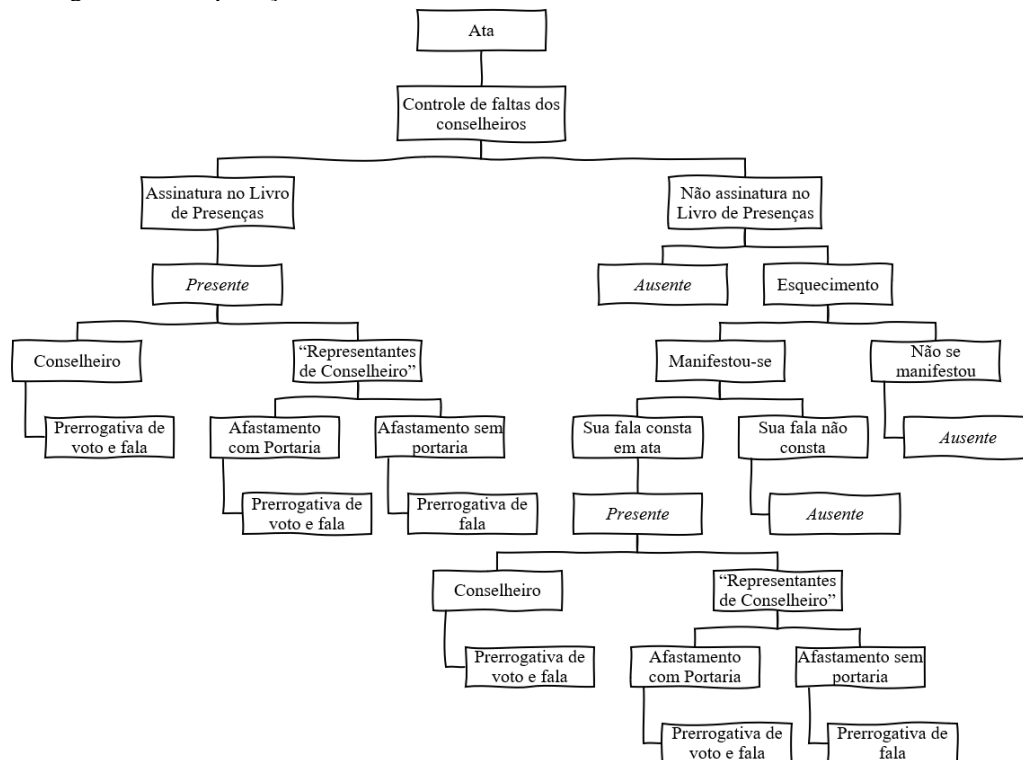
⁶⁶ Trataremos melhor desse arranjo mais à frente.

AaCS a fim de compreender o funcionamento da memória. Pelo que já pontuamos, opera-se uma contradição constitutiva no processo de inscrição dos sujeitos no/do/ao arquivo de modo a situá-los em, pelo menos, duas distintas formações ideológicas (FdN e FdP) as quais dispersão o efeito de coincidência quando da projeção de certo pré-construído reproduzido nos recortes que mobilizamos para análise. Pretendemos, agora, prosseguir com nossa investigação lançando um foco mais atento sobre os dispositivos que operam, em dadas condições de produção, as distinções entre a FdN e a FdP.

5.1.2 Paráfrases e pré-construídos: sentidos da norma e da prática institucional

Nossa análise continua ancorada na Rd1 em que focalizamos a discursivização acerca das *faltas* a partir dos efeitos em torno da inquietante formulação “o controle de faltas dos conselheiros”. Como demonstramos pelos *Pc* dispostos anteriormente, entendemos a textualização de Rd1 por um processo de referenciação dos dizeres em que podemos apontar como nó central o sintagma nominal “o controle”. A figura seguinte ilustra um gesto interpretativo acerca de possível desdobramento dos mecanismos de *controle* das faltas dos conselheiros em Rd1, por meio do qual desenvolvemos algumas considerações:

Figura 6 – Interpretação dos mecanismos de controle das faltas dos conselheiros em Rd1



Fonte: Autoria própria.

Ao produzir esse esquema simplificado de implicações, tivemos de construir algumas regularidades como o apagamento das diferenças entre “faltas”, “esquecimento de assinatura”, “afastamento”, “não comparecimento”, por meio das inscrições *Presente* e *Ausente*. Também deixamos de fora outros mecanismos como a *perda do mandato*. É certo que não importa o quanto tentemos justificar a Figura 6, sempre haverá algo que *sairá* ou *entrará* para que se estabilizasse o trabalho esquemático. O que nos interessa de fato é a apontar o funcionamento de certas discursividades no *campo normativo*, que tomamos aqui como FdN. Ou seja, aqueles sentidos construídos sob a forma regimental, pautada pelos dispositivos legais, de onde deriva a legitimidade da instituição universitária. Por outro lado, a mesma Figura 6 nos ajuda a compreender os furos dessas discursividades, os quais fazem irromper outros dizeres que funcionam na relação com o *real*. Não o real empírico, mas o real da língua, *em que não se pode dizer tudo* (FEDATTO, 2015). Assim adverte Milner (2012):

Sustentar que o real da língua é representável é fatalmente o passo inicial de toda gramática: consiste em reconhecer o impossível próprio da língua naquilo que ele tem de repetível e, além do mais, em construí-lo em rede – é o que chamamos de *regular*. A partir daí, o real pode ser objeto de regras e de tabelas que delineiem seus contornos. (MILNER, 1978, p. 30)

A FdN produz efeito de regularidade, uma vez que inscreve uma aparente coesão institucional em que se apagam as diferenças: *na condição de conselheiros, todos são iguais*. Desse modo, sustentamos que as falhas deixadas pela FdN é produto do equívoco que a constitui, ao mesmo tempo em que deixa à mostra outros lugares de interpretação, que põem em funcionamento outras redes de sentidos. Para nós, esses são espaços privilegiados para situarmos a FdP: conjunto heterogêneo de dizeres circunscritos à prática institucional, que por sua vez podemos identificar nas contradições das projeções imaginárias que põe em suspensão os sentidos da FdN. Esse movimento contraditório é indício da falha no ritual de interpelação, atestando o processo de reprodução/transformação no interior da FiD.

Pensando essas relações, propomos distender algumas redes parafrásticas mobilizadas por distintos pré-construídos localizados no batimento FdN-FdP. Para tanto, elaboramos algumas questões orientadoras acerca do que a materialidade pode nos dar como indícios dessa tensão:

-
- O que se entende por “o controle de faltas”?
 - O que se entende por “controle”?
 - O que se entende por “faltas”?
-

Como desdobramentos possíveis, construímos:

-
- O que se entende por “o controle de faltas”?
 - O que se pretende controlar? Monitorar? Repreender? Gerir?
 - Pretende-se controlar os sujeitos? Alguns sujeitos? Quais sujeitos?
 - Que efeitos, dadas as condições de produção, podem ser produzidos sobre o controle?
 - O que se entende por “controle”?
 - Monitoramento? Repressão? Gestão?
 - O que se entende por “faltas”?
 - Trata-se de uma relação empírica? Trata-se de uma relação normativa?
-

Essas questões nos conduzem ao AaCS para um gesto interpretativo em que delineamos uma série de elementos referenciais que apontam para a construção “o controle de faltas”.

Iniciamos assumindo uma relação de atravessamento que evidencia um movimento parafrástico entre Rd1 e os seguintes fragmentos das principais⁶⁷ normativas institucionais:

Quadro 6 -Fragmentos parafrásticos das principais normativas institucionais

Estatuto da UFT (atualizado em 2015)
<p>Art. 14 - O comparecimento às reuniões do Conselho Universitário é obrigatório. Parágrafo único: Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem motivo justo, a critério do Conselho Universitário, a três reuniões consecutivas.</p>
Regimento Geral da UFT (2003)
<p>Art. 129 - Aplicar-se-á a advertência ao docente que, sem motivo aceito como justo, deixar de comparecer a atividade para a qual tenha sido expressamente convocado ou descumprir qualquer determinação do Estatuto, deste Regimento, dos Órgãos Colegiados Superiores ou da Reitoria.</p> <p>§1º - É competente para aceitar a justificação: I - o Colegiado do Órgão a cuja reunião o faltoso não tenha comparecido;</p> <p>Art. 136 - É direito do aluno: [...] VII - ter registro de presença às atividades letivas, a que não compareceu por estar exercendo função de representante em Órgão Colegiado Superior, mediante comprovação;</p> <p>Art. 162 - O não comparecimento a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, anualmente, sem motivo justificado, por parte de qualquer integrante de Conselho, será comunicado, pelo dirigente do órgão, ao Setor de Pessoal ou Registro Acadêmico da Universidade, para a correspondente anotação em ficha.</p>
Regimento do CONSUNI (2004)
<p>Art. 21 – As deliberações do Conselho Universitário dar-se-ão por maioria simples dos votos dos membros presentes segundo o livro de presenças, excetuando-se a hipótese prevista no Parágrafo Único do artigo 4º do Regimento Geral, bem como do Parágrafo Único do artigo 4º deste Regimento. [...]</p> <p>Art. 24 – Será obrigatório, tendo prioridade em relação a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento à reunião do Conselho Universitário. [...]</p>

⁶⁷ Principais no sentido de que são textos fundantes da estrutura e do funcionamento da institucionalidade.

Art. 28 – A ata da sessão será elaborada pelo Secretário dos Órgãos Colegiados Superiores, que a assinará em conjunto com o Reitor, este como Presidente do Conselho Universitário, e conselheiros presentes à sessão que a aprovar, inclusive no caso de falta de quórum, dela constando os nomes dos membros que compareceram.

Regimento do CONSEPE (2011)

Art. 28. Será obrigatório, tendo prioridade em relação a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento à reunião do CONSEPE.

[...]

Art. 29. O não comparecimento do Conselheiro a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) intercaladas no ano, sem justificativa por escrito implicará na perda da função no CONSEPE, na notificação do fato ao Conselho Diretor e ao Colegiado, tendo este último a responsabilidade de promover novas eleições para Coordenador.

Parágrafo único. As justificativas de faltas deverão ser encaminhadas às SOCS.

[...]

Art. 33. A ata da sessão será elaborada pela Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a assinará em conjunto com o Reitor, este como Presidente do CONSEPE, dela constando os nomes dos membros que compareceram.

Parágrafo único. Todos os Conselheiros deverão assinar o livro de presenças do CONSEPE.

Fonte: Recortes de normativas institucionais

Diante das materialidades recortadas no Quadro 6, podemos elaborar uma sequência de enunciados que constituem possíveis pré-construídos que dão sustentação aos dizeres da Formação discursiva Normativa, inclusive aqueles legitimados como normas institucionais.

É preciso não deixar faltar

↙

É preciso controlar as faltas

↙

É preciso assinar o Livro de Presenças

↙

É preciso que se conste em ata

↙

É preciso justificar as faltas

Destacamos o caráter de relativa implicação (representada pela seta) desses enunciados. Tal encadeamento tem a função de mostrar o movimento de atualização do dizer na ilusão de se extirpar o equívoco. Algo sempre se sobrepõe de modo a produzir certo efeito de interdição de outras leituras, fechando os espaços por onde os sentidos possam escapar. Esse conjunto de pré-construídos revela, ainda, a natureza falha do esquema que elaboramos na Figura 6 em que tentamos fechar os circuitos fundamentais do *controle de faltas*.

É preciso avançar sobre a interpretação dos enunciados supra, situando-os nas condições de produção dos discursos que atravessam o Arquivo Administrativo da Instituição Universitária. Determinadas injunções históricas operam sobre o funcionamento discursivo desses pré-construídos, autorizando que se elaborem paráfrases dentro de uma mesma relação de sentidos com a exterioridade interdiscursiva. Fundamentalmente, esses pré-construídos

remetem a determinações do poder Estatal, enquanto agente e gestor social, fazendo intervir sobre a leitura, certa suposição acerca do tipo de conduta responsável que se deseja reproduzir sobre um ideal de conselheiro: *o que não falta, ou que justifica se precisar faltar*. Além disso, assenta-se certo imaginário de que é possível limitar o número de procedimentos administrativos de modo a permitir a distribuição dos conselheiros nas diversas categorias de controle. Assim, essa classificação “necessária” (efeito do dispositivo formulaico) ajuda apressar a produção de decisões das instâncias deliberativas, na medida em que se admite um reduzido número de posições possíveis. Com efeito, essas injunções são históricas e inscrevem os processos do AAIU num contexto de produtividade acelerada.

Pelo que dissemos, as paráfrases do Quadro 6 são indícios do funcionamento dos pré-construídos a partir do quais estamos orientando nosso procedimento analítico. É certo que não podemos tomar cada uma daquelas formulações como retomada dos sentidos. O que produz essa interpretação é a inscrição do leitor como sujeito de uma dada formação imaginária, orientada por uma formação ideológica que produz, circula e conserva práticas discursivas de uma racionalidade técnica que trabalha o mérito, a produtividade, a obediência como efeito de uma dada ordem histórica que interpela o indivíduo em sujeito da eficiência, da competência, da pureza técnica baseada na competitividade, na meritocracia. A partir daí as substituições passam a projetar um efeito de regularidade, embora não seja.

A linearidade, no caso da FdN, falha no que se refere à organização da memória institucional normativa. Não é propriamente o texto regimental que se pretende repetir, mas os efeitos de sentidos produzidos a partir de certa interpretação dessa materialidade. Tomando a posição-sujeito “representante [de Conselheiro]”, inscrita em Rd1 – “[...] todo **representante de Conselheiro** assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o **representante** possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala [...]” –, notamos um ponto de atravessamento, uma abertura na memória por onde se mostra a tomada de posição em outra formação, a Formação discursiva da Prática. Considerando que, no domínio da FdN, a posição “representante [de Conselheiro]” não é textualizada, aventamos o funcionamento contraditório da memória, na irrupção da FdP. Dessa forma, ocorre a deriva dos pré-construídos anteriormente elencados, conforme podemos sugerir nas seguintes formulações:

Quadro 7 - Deriva de pré-construídos (FdN e FdP)

FdN	FdP
É preciso não deixar faltar	É preciso deixar faltar
↙	↙
É preciso controlar as faltas	É preciso não controlar as faltas
↙	↙
É preciso assinar o Livro de Presenças	É preciso não assinar o Livro de Presenças
↙	↙
É preciso que se conste em ata	É preciso que não se conste em ata
↙	↙
É preciso justificar as faltas	É preciso não justificar as faltas

Fonte: Autoria própria

Pondo em relação esses pré-construídos do Quadro 7, certos dizeres derivados das normativas dispostas no Quadro 6 (fora das chaves na representação seguinte), e alguns fragmentos da Rd1 (dentro das chaves na representação seguinte), podemos evidenciar a configuração dispersiva de algumas redes parafrásticas. Para fins de delimitação da análise, pontuemos somente o(s) pré-construído(s) contraditório(s) que nos ajuda(m) a expor o funcionamento discursivo: *é preciso (não) deixar faltar*. Vejamos:

FdN: É preciso **não** deixar faltar { "O não comparecimento do conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito implicará na perda de seu mandato."

FdP: É preciso deixar faltar { "Todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala"

A oposição que se marca na presença e na ausência da partícula negativa *não* implica a inscrição de posições contraditórias no funcionamento da discursividade deliberativa que estamos analisando. Em FdN, ao se textualizar mecanismos regimentais de repressão dos Conselheiros, interdita-se a reiteração da falta. Produz-se um rito institucional fundado na norma. Por outro lado, em FdP, estabiliza-se como o possível, a irrupção de outra posição-sujeito “representante [de Conselheiro]”, como já destacamos anteriormente. Consideramos essa uma contradição porque a materialidade regimental, como mostramos no Quadro 6, não sustenta tal posição. Logo, constitui-se numa deriva própria da dispersão FdN → FdP: é possível faltar, desde que se inscreva uma outra forma do sujeito deliberativo: o “representante”.

FdN: É preciso controlar as faltas { "o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças" (Rd1)

FdP: É preciso **não** controlar as faltas { "sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata" (Rd1)

As formulações recortadas de Rd1 constituem um mesmo enunciado, porém, conjugam uma contradição existente no (*não*) *controle das faltas*. Para nós, textualizar que o Livro de Presenças baseia o controle de faltas reproduz o dizer regimental e inscreve o discurso na FdN. Contudo, os sentidos se movem ao se abrir a (uma) possibilidade do esquecimento como justificativa (aceitável) para a falta. Nesse caso, inscreve-se o *só não será considerado* como uma entrada para o dizer outro. Espaço de significação que é ocupado pelos sentidos da manifestação da fala e da sua textualização. Cumpre ao sujeito, nesse jogo condicional, a atitude de dizer estar presente, e ainda, certificar-se de que sua fala foi registrada na ata.

A FdP se dá no movimento de reformulação da FdN. Ou seja, o que não encontra lugar na norma, retorna e atualiza-se como uma prática institucional, uma lei subjetiva, aquilo que *todos sabem que todos concordam que pode ser*.

Procuramos mostrar com esse paralelo que as formulações implicam umas às outras no que pode ser compreendido numa relação parafrástica. Contudo, não se trata de retomada do dizer somente, mas de deslocamentos, de interdiscurso. Ou seja, a paráfrase equilibra-se entre a unidade e a dispersão – dizer o mesmo de modo diferente e dizer diferente do mesmo modo. Não estamos considerando a existência de uma implicação automática. Propomos aqui pensar que as formulações dispostas no Quadro 6 circulam na memória da Formação discursiva Normativa como uma possibilidade de repetição do dizer.

5.2 Ideologia e arquivo: equivocidade e repertório

5.2.1 Equívoco e dispersão

Retomamos aqui a distinção acerca das noções de ordem e organização feita por Orlandi (2020), para quem o equívoco é produto da ordem discursiva (linguística e histórica) e o inequívoco efeito da organização. Desse modo, o domínio discursivo da norma é afetado sobretudo pelo que suscita a unidade institucional, estabilizada, transparente, organizada. A prática, por sua vez, circula no campo da movência, da falha, da dispersão.

Tal relação entre certas ordens normativa e prática é uma injunção histórica sobredeterminada pelos processos ideológicos de reprodução/transformação das relações de produção da sociedade capitalista contemporânea. A UFT não é qualquer instituição, mas uma universidade que opera na periferia do Estado capitalista e é constituída pelas contradições que atravessam a formação social tocantinense.

Projetando um cenário de carência (social, econômica, científica etc.), essa IU é tomada por certo senso de urgência, efeito do produtivismo do sistema educacional do país, atento às demandas profissionais das instituições burguesas. Assentar a estrutura de ensino superior federal nessa região significa também acelerar os processos de exploração das riquezas locais, o que não é, necessariamente, o mesmo que reduzir desigualdades da região, mas capacitar uma massa trabalhadora de modo a permitir um mínimo de condições para a expansão do capital. Isso implica o surgimento de novas classes consumidoras de bens e serviços mais especializados, refletindo no fato de que, em certa medida, podemos dizer, os planos de ascensão social das classes exploradas passam, então, pela ostentação de um diploma universitário.

Parte desse projeto de “desenvolvimento” constitui a universidade de um tempo: rápida, urgente, produtivista. Uma universidade sem tempo a perder com a criatividade nos mecanismos burocráticos, os quais precisam estar sempre prontos, padronizados, pré-formatados, pré-formulados. Sem tempo para pensar. Nesse sentido, as fórmulas são necessárias. Por ela, os processos (aparentemente) deslancham com maior rapidez.

O arquivo institucional é efeito dessa injunção histórica. Rapidamente, constroem-se espaços administrativos, pastas funcionais, elaboram-se normativas, regimentos, comunicações etc. O AAIU torna-se uma construção do aparato estatal que legitima uma história, uma memória institucional. Pelo formulaico, administra-se essa memória. As atas são um dispositivo dessa operação, uma vez que o formulaico limita as possibilidades de criação por meio da formatação prévia, copiada, repetida, normatizada.

O *real* acerca do *que*, e de *quem* e *como* (não) pode/deve circular (que discutimos na subseção 5.1.1) ganha estabilidade por meio do dispositivo formulaico. Cria-se repertório sobre o real como um já-lá, um dado histórico, incontestável. Esse repertório formulaico é (re)produzido por meio de repetições de *Af* (cf. subseção 3.2.3).

Voltando o nosso olhar para o AaCS, acionando a chave “o controle de faltas”, deparamo-nos com construções que, mais uma vez, atestam a dispersão, fazendo deslizar os sentidos entre o *igual* e o *diferente*. Seguem os recortes:

(Rd1₆)

[...] o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro n1 comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...]

(Rd10)

Às nove horas e três minutos do dia sete de dezembro de dois mil e doze, no Auditório da Reitoria, Bloco IV, *Campus* de Palmas, o Magnífico Reitor, Professor n1, dá início a septuagésima quarta reunião ordinária do CONSEPE fazendo a leitura do controle de frequência dos conselheiros e dando a boas vindas aos novos conselheiros discentes indicados pelo DCE, quais sejam: [...]. Conforme o livro de presenças, os Conselheiros [***] estão ausentes, mas encaminharam justificativas. Os Conselheiros [***] não estão presentes, mas justificaram e encaminharam, como representantes os professores [***], respectivamente. Os Conselheiros [***] não estão presentes e nem justificaram. Todos os demais conselheiros encontram-se presentes à reunião: [...]

(Rd11)

O Magnífico Reitor faz a leitura do controle de presenças desta reunião. Os seguintes Conselheiros tiveram suas faltas justificadas: [***]. Os conselheiros [***] não compareceram, mas encaminharam justificativas e os representantes [***], respectivamente. Os Conselheiros [***] não estão presentes, por estarem em período de férias, e estão sendo substituídos, respectivamente, pelos Professores [***], devidamente nomeados por Portaria do Reitor e com direito a voz e voto neste Conselho. Os Conselheiros [***] não compareceram e não encaminharam justificativas. Conforme o Livro de Presenças, todos os demais Conselheiros estão presentes à reunião.

(Rd12)

O Vice-Reitor, Conselheiro n1, faz a leitura do controle das ausências a esta reunião. Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião.

Destaquemos o modo como distintas formulações produzem a ilusão *do mesmo*. Nos recortes anteriores, os possíveis complementos do nome “controle” (de faltas/de frequência/de presenças/das ausências) textualizam o político naquilo que escapa à ideologia dominante: a historicidade.

Pensando nas dispersões que jogam com a ausência/presença, pretendemos apontar o funcionamento do político na materialidade simbólica, uma vez que essas sequências filiam o texto a uma memória de arquivo tensionada entre o que organiza a norma – Formação discursiva Normativa - e o que organiza a prática institucional – Formação discursiva da Prática. Em outras palavras, é porque há real intervindo no AaCS que os dizeres, mesmo por sinonímias, abrem-

se à possibilidade do atravessamento de outros sentidos possíveis e a reprodução de outras redes parafrásticas.

Estamos desenvolvendo o argumento de que o arranjo “o controle de faltas” se associa à institucionalidade normativa, circunscrevendo os sujeitos no campo deliberativo. Com isso, é possível tomar a textualização dos diferentes modos de inscrever os sujeitos como processos de administração do arquivo (memória) pela via do “controle”, como modo de irrupção da língua formulaica. Ou seja, há um movimento de (re)inscrição do AaCS na ilusão do *já lá*, do *dado*, do *incontestável*. Assim, o formulaico opera pela estabilização da leitura ideológica, como efeito de *todo mundo concorda que seja assim*. Esse é o trabalho fundamental da ideologia: jogar com o campo deliberativo, de modo que a norma passe caucionada pelo efeito imaginário de gestão democrática. O procedimento se instaura como evidência e se estrutura como uma fórmula, um formulário.

Isso vai produzindo repertório e entra na memória como dado. Embora o formulaico afete o simbólico na ordem do dado, há movimentos parafrásticos distintos no AaCS que escapam à repetição mnemônica e instaura a repetição formal (técnica). De um ponto de vista linguístico, é possível tomar o funcionamento de estruturas semelhantes (por isso é parafrástico-formulaico). Como os efeitos não se esgotam na superfície, destacamos as substituições que diferenciam a paráfrase em Rd17:

(Rd17)

[...] Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião. [...]

A Rd17 está inscrita como *subitem c*) dos comunicados da posição-sujeito “Conselheiro **n1**” (Rd1). O que se dá a perceber na superfície do texto são movimentos de encaixe da posição-sujeito “Conselheiros” como efeito no campo da ausência/presença. A partir do que estamos discutindo, podemos tomar esses movimentos como projeções do dispositivo de “controle”, especialmente considerando que as subjetivações formuladas retomam ditos da memória, como *ausentes que justificaram*.

Assim, o texto do AaCS se movimenta para constituir sua linearidade, subvertendo a regularidade ritualística que inscreve a ausência/presença pelo dispositivo formulaico deslocado para o espaço dos “informes”. Interessa-nos notar esse funcionamento a fim de que possamos destacar o que toca a institucionalidade ao inscrever os sujeitos como

$\left\{ \begin{array}{l} \text{"estão ausentes"} \\ \text{"não estão presentes"} \end{array} \right\}$ ou “encontram-se na reunião”. Tomando a Rd14, seguinte, notamos o funcionamento parafrástico regularizando a textualidade formulaica:

(Rd14)

Conforme o livro de presenças, os Conselheiros [***] não compareceram a esta reunião, mas justificaram-se. O Conselheiro [***] não compareceu, porém justificou-se e encaminhou seu representante, Conselheiro [***]. Os Conselheiros [***] não compareceram e não enviaram justificativa. É comunicado que os Conselheiros [***], representantes estudantis, estão sendo excluídos deste Conselho, tendo em vista o número excessivo de faltas consecutivas dos mesmos. Ainda conforme o livro de presenças, todos os demais Conselheiros se encontram nesta reunião.

Tanto em Rd14, acima, quanto Rd17, anterior, funcionam como *Af*, ou seja, “blocos” genéricos (como uma parte da ata⁶⁸) que operam posicionando os sujeitos conselheiros na memória institucional pelo controle da ausência/presença, efeito do pré-construído.

O *Af* que recortamos como Rd14 é encaixado segundo um mecanismo coesivo de progressão textual que resulta na sobreposição de elementos predicativos dos *sujeitos gramaticais* identificados à posição-sujeito “Conselheiros”, como demonstramos no rearranjo a seguir:

<p>"[...]os Conselheiros $\left\{ \begin{array}{l} [...] \text{não compareceram [...], mas justificaram-se [...]} \\ [...] \text{não compareceu, porém justificou-se [...]} \\ [...] \text{não compareceram e não enviaram justificativa [...]} \end{array} \right\}$"</p>
<p>(Rd14)</p> <p>Conforme o livro de presenças, os Conselheiros [***] <u>não compareceram a esta reunião, mas justificaram-se</u>. O Conselheiro [***] <u>não compareceu, porém justificou-se e encaminhou seu representante</u>, Conselheiro [***]. Os Conselheiros [***] <u>não compareceram e não enviaram justificativa</u>. É comunicado que os Conselheiros [***], representantes estudantis, estão sendo excluídos deste Conselho, tendo em vista o número excessivo de faltas consecutivas dos mesmos. Ainda conforme o livro de presenças, todos os demais Conselheiros <u>se encontram nesta reunião</u>.</p>

Produz-se, com esse movimento de inscrição dos sujeitos, certa hierarquização, “valorização” que, gradativamente, posiciona-os entre aqueles que “não compareceram, mas justificaram”, “não compareceram, porém justificaram e encaminharam representantes”, não compareceram e não justificaram” e “se encontram na reunião”. Daí, supomos o

⁶⁸ “Lista de participantes”, conforme manuais de redação técnica.

funcionamento de processos discursivos que afetam a representação desses sujeitos em graus segundo a conduta institucional, em que se legitima mais uma ausência do que outra.

Notamos que esse mecanismo coesivo se marca pelo paralelismo sintático das estruturas verbais que distinguem os sujeitos em diferentes posições de identificação ao discurso deliberativo institucional (tensionado entre a norma e a prática).

Pelo mecanismo de projeção do imaginário, o que se diz nesse *Af* é que essas posições operam um efeito de esgotamento dos dizeres, dando a entender que somente é possível se dizer *isso* (e dessa forma) acerca da ausência/presença dos “Conselheiros”.

Podemos aventar, pelo pressuposto teórico do funcionamento do imaginário na constituição das condições de produção do discurso, que esse *Af* se repete no AaCS, como encaixe necessário e sua localização no espaço textual não é ao acaso.

Na ilusão de se estar reproduzindo o *mesmo*, vai-se remendando os dizeres, conforme o dado (o real efeito do imaginário) se projeta como uma evidência. Assim, distintamente, os sujeitos são inscritos no AaCS.

O repertório que se constrói circula nos limites da memória, fazendo crer que os modos de dizer são sempre modos interpretáveis numa mesma rede de sentidos.

Retornemos à Rd1₇ e observemos como a materialidade dispersa as posições-sujeito a depender do que se põe no lugar em termos parafrásticos. Destaquemos as formulações que dividem os sujeitos *ausentes*:

(1) “Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***].”

(2) “Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente.”

(3) “Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***].”

(Rd1₇)

[...] Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião. [...]

Em (1), a ausência é posta no plano focal do fragmento, mas abre a possibilidade do encaminhamento da justificativa, identificando os sujeitos no campo da norma⁶⁹. Em (2), o plano focal dispersa a “ausência em si” (formulada como “não presença”), mas ainda é possível considerar o efeito atenuante produzido pela relação contraditória com a justificativa, acrescida

⁶⁹ Memória do Regimento do CONSEPE

da ocorrência do representante, que apaga a ausência. Por fim, em (3), a articulação de dois dizeres distintos produzida pela partícula “e” estabelece-se como adição de uma dupla narratividade, projetando os conselheiros como (i) aqueles que estão ausentes quando deveriam estar presentes e (ii) que não justificaram quando deveriam justificar.

Desses processos de textualização do político, podemos delinear algumas questões que orientam a construção dos pré-construídos que mobilizam os dizeres desse modo:

-
- O que se entende por ausência/falta/não presença ...?
 - O que se entende por justificativa?
 - O que se entende por representante?
 - Como o *mas* e o *e* se articulam para produzir determinados efeitos de individuação?
-

Por efeito dessas questões, interrogamos acerca de:

-
- Quem está ausente?
 - Por que está ausente?
 - Por que (não) justificou?
 - O que é uma justificativa?
 - Por que não se discute a justificativa?
-

Continuando nossa análise, retomemos as seguintes sequências:

(Rd11)

O Magnífico Reitor faz a leitura do controle de presenças desta reunião. Os seguintes Conselheiros tiveram suas faltas justificadas: [***]. Os conselheiros [***] não compareceram, mas encaminharam justificativas e os representantes [***], respectivamente. Os Conselheiros [***] não estão presentes, por estarem em período de férias, e estão sendo substituídos, respectivamente, pelos Professores [***], devidamente nomeados por Portaria do Reitor e com direito a voz e voto neste Conselho. Os Conselheiros [***] não compareceram e não encaminharam justificativas. Conforme o Livro de Presenças, todos os demais Conselheiros estão presentes à reunião. (Grifos nossos)

(Rd12)

O Vice-Reitor, Conselheiro **n1**, faz a leitura do controle das ausências a esta reunião. Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião. (Grifos nossos)

Se assumirmos a ocorrência da designação “controle das ausências” (Rd12) como projeção antagônica do “controle de presenças” (Rd11) pensamos estar circulando nos limites do equívoco da memória que afeta a produção dos sentidos no AaCS em estudo. O que essa

mudança produz em termos de deslocamento de sentido? Buscamos expor esse deslocamento lançando um olhar sobre o que se projeta a partir das formulações $\left\{ \begin{array}{l} \text{"controle das ausências a esta reunião"} \\ \text{"controle de presenças desta reunião"} \end{array} \right\}$, ou seja, a inscrição do sujeito no encontro da *norma* com a *prática institucional*.

-
- (1) ...não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes...
...não compareceram, mas encaminharam justificativas e os representantes...
- (2) ...estão ausentes, mas encaminharam justificativas...
...tiveram suas faltas justificadas...
- (3) ...não estão presentes e não encaminharam justificativas...
...não compareceram e não encaminharam justificativas...
- (4) ...encontram-se na reunião...
...estão presentes à reunião...
-

Entendemos que, a partir dessa regularidade, constroem-se discursividades formulaicas, ou melhor, opera-se um dispositivo formulaico orientado pela repetição formal (técnica) dos dizeres do AaCS. Contudo, como é possível considerar, não é apenas o movimento parafrástico que funciona na reprodução dessas estruturas. Mas a ideologia interpela o sujeito a inscrever-se na posição de que é preciso ter repertório para não repetir os dizeres da mesma forma. Essa não repetição, ainda que se marque nos fragmentos que recortamos, não admite qualquer formulação. A própria marcação do *e* e do *mas* nas articulações dos *Af* destacados a seguir indicam haver uma memória interditando outras leituras.

(Rd11₁)

[...] Os conselheiros [***] não compareceram, mas encaminharam justificativas e os representantes [***], respectivamente. [...] Os Conselheiros [***] não compareceram e não encaminharam justificativas. [...].

(Rd12₁)

[...] Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***], não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [...].

Dessas formulações podemos depreender a constituição de posições-sujeito atreladas à prática institucional textualizada no AaCS. Ou seja, há uma tomada de posição em que podemos destacar pontos de inflexão no processo de textualização da *ausência* dos “Conselheiros”. Isso

se dá na articulação entre os dizeres da *ausência* (X), da *justificativa* (Y), e da *representação* (Z), produzindo uma estrutura: X, *mas* Y; X, *mas* Y e Z; X e *não* Y. Tal estrutura se regulariza pela repetição, pelo apagamento da história, efeito papagaio (ORLANDI, 2015).

Pelo que mostramos, o processo parafrástico atualiza os dizeres, divide e direciona os sentidos sobre a falta (ausência/presença) dos sujeitos conselheiros, sempre na relação política entre norma e prática institucional. Isso implica a sedimentação de um repertório contraditório acerca dos modos de se dizer sobre o *controle*, pondo em perspectiva os pré-construídos no jogo entre língua e arquivo. O dispositivo formulaico vai produzindo sua regularidade à medida que se inscreve como real na memória de arquivo (não deixa esquecer).

Compreendemos, ainda, que a determinação histórica entre as atas e as normativas no funcionamento do Arquivo Administrativo da Instituição Universitária produz efeito de reforço de legitimidade. As normativas exercem sobre as atas certo efeito de “verdade mais verdadeira” e, por esse funcionamento, as escalas hierárquicas impõem e legitimam a ordem vigente. Contornam-se por esse movimento discursivo as fronteiras e a tensão entre posições imaginárias distintas, e mesmo opostas. Lugar do equívoco.

5.2.2 Efeitos do controle

Feitos os apontamentos iniciais acerca do modo que privilegiamos para a entrada no AaCS de nossa pesquisa, avançamos sobre os processos de construção de uma subjetividade dividida: *os Conselheiros*.

Já pontuamos que o efeito do dado (*de que só pode ser assim*), produzido pela criação de um repertório formulaico, é puro efeito ideológico que inscreve os sujeitos na evidência do dizer. Como fórmula, repetição, o *Af* se abre para ser preenchido.

Contudo, não cabem quaisquer dizeres nos espaços *em branco* do formulário. A injunção da materialidade opera autorizando e interditando a língua naquilo que funciona como lugar de significação. Em outras palavras, há injunção ideológica, materializada na norma e na prática institucional.

A partir dos recortes já mobilizados até aqui, levantamos o modo como o novo se encaixa no formulaico. O recorte Rd1₆, já presente em nossa análise, é indício desse funcionamento:

(Rd1₆)

[...] o controle de faltas dos conselheiros é baseado no Livro de Presenças, sendo que um esquecimento de assinatura no mesmo só não será considerado caso o Conselheiro em questão tenha se manifestado na reunião e sua fala conste da ata; todo representante de Conselheiro assina o Livro de Presenças no lugar deste; caso o afastamento do Conselheiro tenha originado uma portaria, o representante possuirá a prerrogativa de voto, caso contrário, somente de fala; o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro n1 comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...].

Como já apontamos, é possível se tomar uma circularidade temática nesse recorte delineada pela relação de referencialidade com o arranjo “o controle de faltas” e os modos de caracterizá-lo que vão se formando pela relação imaginária do texto com a institucionalidade: falta/esquecimento de assinatura; falta/não comparecimento; falta/afastamento; falta/justificativas por escrito; falta/perda de seu mandato. Também já afirmamos que o ponto (.) interrompe a arrumação criada pelo efeito de paralelismo marcado pela colocação do ponto e vírgula (;). Com isso, o dito se movimenta entre as posições-sujeito “Conselheiro **n1**” e “SOCS”.

Destaquemos que a quebra de paralelismo se dá como a irrupção de algo posto a circular na memória de modo a desestabilizar o fio do dizer. Fonte do equívoco na linguagem. Nesse movimento, os sujeitos se confundem na relação com o dito. O dizer formulado é projetado como dito pela posição-sujeito “Conselheiro **n1**”, mas a partir de uma memória do dito pela “SOCS”, aquela que tem legitimidade para dizer dos procedimentos administrativos sobre a prática deliberativa e seus desdobramentos.

Olhemos para o elemento ““faltas””, que irrompe identificado como “assunto” e que nos chama a atenção por ser colocado entre aspas (“”). O efeito anafórico dessa construção faz voltar o que foi dito por “SOCS” acerca do “controle de faltas”: *o esquecimento de assinatura, o não comparecimento, o afastamento com portaria, a representação etc.* Além disso, há também uma retomada de ordem do pré-construído (o de que *alguns conselheiros praticam número excessivo de faltas*). Essa questão é posta como *algo a ser melhor discutido; algo que não se fecha; algo central* na produção das discursividades em jogo. Nesse sentido, as aspas (“”) colocadas sobre o significante *faltas* afeta a noção de literalidade da ausência e aponta para outros espaços de interpretação. Tal palavra está substituindo alguma coisa: dizeres silenciados, mas que reverberam na memória institucional.

Nesse caso, os efeitos da substituição (produzida pela colocação das aspas) é indício de uma interdição do que não pode ser dito nas condições de produção específicas. Contudo, noutros contextos, a história autoriza o dizer, podendo-se desdobrar a sequência “o assunto

‘faltas’” em outros dizeres, produzindo encaixes com materialidades distintas. Tomemos, como ponto de ancoragem da FdN, o artigo 29 do regimento do CONSEPE, em que se lê:

Art. 29. O não comparecimento do Conselheiro a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) intercaladas no ano, sem justificativa por escrito implicará na perda da função no CONSEPE, na notificação do fato ao Conselho Diretor e ao Colegiado, tendo este último a responsabilidade de promover novas eleições para Coordenador.
(Regimento do Consepe, 2011)

Atentemos, logo de início, para o fato de que, no enunciado recortado de Rd1₆, apagam-se as determinações de ordem quantitativas – “03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) intercaladas no ano”. A repetição não precisa ser *palavra por palavra*, mas, uma vez que se extirpam determinadas formulações, opera-se um deslocamento da formação para outros campos de significação. Vejamos essa mesma relação nos seguintes recortes:

(Rd1₂)

[...] Em razão do número excessivo de faltas praticado por alguns conselheiros, Conselheiro **n1** comunica que o assunto "faltas" será melhor discutido em outra reunião; [...]

(Rd14)

Conforme o livro de presenças, os Conselheiros [***] não compareceram a esta reunião, mas justificaram-se. O Conselheiro [***] não compareceu, porém justificou-se e encaminhou seu representante, Conselheiro [***]. Os Conselheiros [***] não compareceram e não enviaram justificativa. É comunicado que os Conselheiros [***], representantes estudantis, estão sendo excluídos deste Conselho, tendo em vista o número excessivo de faltas consecutivas dos mesmos.

A indeterminação produzida pelas formações em destaque nas sequências retoma o dito acerca do que é tolerável institucionalmente em termos de *faltas*. Haveria uma demarcação a partir da qual o sujeito Conselheiro correria o risco de deixar de ser sujeito Conselheiro. Contudo, essa fronteira é inscrita de modo difuso como “excessivo”: qualidade daquilo que ultrapassa ou que está perigosamente nas proximidades do limite?

Vejamos outro recorte (Rd15) que nos ajuda a mostrar essa inscrição. A sequência projeta o dito pelo sujeito na posição de “Vice-Reitor, Conselheiro **n1**”:

(Rd15)

O Vice-Reitor, Conselheiro **n1**, lembra que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, via Intranet e Portal do Aluno, para todos os *campi* e faz os seguintes comunicados referentes a presença dos conselheiros a esta reunião: Conselheiro [***] assumiu a Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos; Conselheira [***] assumiu a Coordenação do Curso de Geografia do *Campus* de Porto Nacional; Conselheira [***] assumiu a Coordenação da Área de Saúde dos Cursos de Enfermagem e Nutrição. Os seguintes Conselheiros estão ausentes, mas encaminharam justificativas: [***]. Os Conselheiros [***] não estão presentes, mas encaminharam justificativas e, como representantes, [***], respectivamente. Os seguintes conselheiros não estão presentes e não encaminharam justificativas: [***]. Segundo o Livro de Presenças, todos os demais conselheiros encontram-se na reunião. ☐

Conselheiro lembra, também, que o excesso de faltas às reuniões pode justificar o desligamento do Conselheiro no Conselho, o que acarretará a perda do cargo, no caso, do Coordenador de Curso.

(Rd16)

Magnífico Reitor dá início a observação da presente pauta procedendo aos informes constantes no item 1) da mesma, a saber: 1.1) Professora **n1** passa a responder pela Pró-Reitoria de Graduação em substituição a Professora **n2**; 1.2) Professora **n3**, que se encontrava interinamente substituindo a Professora **n4**, passa a responder em caráter permanente pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. O Magnífico Reitor externa o reconhecimento a ambas professoras, que agora deixam seus postos, pelo excelente trabalho realizado pelas mesmas a frente das respectivas pró-reitorias, afirmando que elas continuarão contribuindo com a UFT em outras funções; 1.3) Professora **n5**, nova Coordenadora do Curso de Pedagogia, passa a fazer parte do Consepe no lugar do Professor **n6**; 1.4) Professora **n7**, eleita nova Coordenadora do Curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, passa a fazer parte do Consepe no lugar do Professor **n8**; 1.5) Aos conselheiros que permanecem nas reuniões por pouco tempo ou possuem número elevado de faltas, é lembrado que as reuniões dos órgãos colegiados, segundo Regimento da UFT, se sobrepõem a todas as outras atividades acadêmicas da Instituição e, caso não possam frequentá-las devidamente, os mesmos não poderão continuar na Coordenação dos Cursos. 1.6) Leitura das justificativas de faltas dos Professores **n9** e **n10** e da Acadêmica **n11**. 1.7) Além da informação, ainda não oficial, da disponibilização de 21 vagas para professores, resultantes da ação coordenada pela Andifes, a UFT conseguiu mais 20 através da Sesu-MEC, podendo agora o Edital ser publicado de forma completa. Após estes informes, o acadêmico **n12** comunica que o DCE tem recebido inúmeros questionamentos a respeito da lei nº 6202 que trata dos direitos de acadêmicas gestantes e sugere que o assunto seja apreciado também pela Procuradora Geral da UFT. A respeito, o Magnífico Reitor informa que o procedimento correto a ser observado para a apresentação de qualquer assunto a este Conselho é, primeiramente encaminhá-lo, através de um ofício, ao Gabinete do Reitor, onde será devidamente autuado e, após, quando necessário, solicitado parecer da Procuradoria Geral.

Os sentidos da *falta* são construídos pelo olhar leitor a partir da sua relação com a memória que não se sabe qual, uma vez que não se materializa no texto, mas que reverbera sobre a institucionalidade (efeito ahistórico do formulaico, em seu funcionamento institucional). Assim, *lembrar* que o *excesso de faltas pode* resultar em *desligamento do Conselho* tem a ver, em se tratando da FdN, com certa advertência normativa. Por outro lado, inscritos na FdP, os sentidos podem dispensar como censura, admoestação.

A questão persiste na determinação do como se projeta o equívoco sobre a noção de *falta* no AaCS. Interrogamo-nos sobre que gestos de interpretação o pré-construído permite que sejam feitos? Que estabilidades podemos tomar na relação do controle com a *falta*? Pensamos que essa última questão encontra assento no pré-construído, já referenciado, e agora atualizado, de que *os Conselheiros faltam (excessivamente) às reuniões*. Se tomarmos essa pressuposição da memória, podemos voltar sobre a materialidade e interpretar que faltar excessivamente seria o mesmo que:

- (i) aproximar-se do limite de faltas.
- (ii) encontrar-se no limite de faltas.
- (iii) ultrapassar o limite de faltas.

Consideremos a possibilidade de que o pré-construído orienta ao necessário *controle de faltas*. Nesse sentido, podemos interpretar a *falta em excesso* como uma *questão* a ser lembrada. Essas leituras, dentro de uma dada formação imaginária, retornam para o pré-construído de que *é preciso controlar as faltas porque se falta em excesso*. Contudo, pensamos não ser possível dizer que esse pré-construído desautoriza outros gestos interpretativos como o de que a formulação “número excessivo de falta” tem a ver com a contradição entre a norma e a prática institucional, uma vez que as determinações do regimento não incidem, em sua “literalidade”, sobre os sujeitos conselheiros; ou, ainda, de que tais formulações não fecham sentidos sobre os sujeitos a serem *reprimidos*, o que permite inscrever a *repressão* a uns sujeitos e a outros não. Talvez, essa abertura produza encaixe da memória com outras redes de formulações que identificam os sujeitos que *faltam em excesso* como sujeitos a serem *reprimidos/excluídos*, procedimento autorizado pelo efeito contraditório da relação norma e prática institucional. Que outras redes podem ser acomodadas nesse espaço?

Continuemos no batimento, indo e vindo nos recortes, para mostrar o mecanismo discursivo que inscreve determinados sujeitos de determinados modos. Para isso, é preciso inscrever a sequência intradiscursiva no interdiscurso. Em outras palavras, levantamos outros dizeres que funcionam numa mesma relação de evidência da que estamos analisando. Retomamos isso reproduzindo a Rd14₁ e dispendo em paralelo à Rd15₁:

(Rd14₁)

É comunicado que os Conselheiros [***], representantes estudantis, estão sendo excluídos deste Conselho, tendo em vista o número excessivo de faltas consecutivas dos mesmos.

(Rd15₁)

O Conselheiro lembra, também, que o excesso de faltas às reuniões pode justificar o desligamento do Conselheiro no Conselho, o que acarretará a perda do cargo, no caso, do Coordenador de Curso.

Há um gesto também de filiação entre o que *pode vir a ser* (Rd15₁) e o que *é* (Rd14₁). Mas é preciso notar que a relação entre “desligamento” e “excluídos” se dá nos movimentos do interdiscurso que os inscreve em projeções distintas do imaginário. Enquanto o significante “desligamento” é articulado com a memória da posição-sujeito “Coordenador de Curso”, o significante “excluídos” é mobilizado em articulação com certo imaginário da posição-sujeito “representantes estudantis”.

Além disso, notemos outros modos desse funcionamento da memória mobilizando pré-construídos distintos para posições de Conselheiros (em geral) e de Conselheiros (especificados como coordenadores).

(Rd17)

Voltando à ata, Conselheiro **n2** solicita alteração na linha 196 da mesma, salientando que o conselheiro que faltar a três sessões consecutivas, sem justificativas, perderá sua vaga no Conselho e não o mandato enquanto Coordenador, como consta no documento.

A Rd17 projeta o dito da posição-sujeito “Conselheiro **n2**”, o qual realiza um movimento de inscrição do outro pelo gesto de reformulação do dito. A Rd17 retoma o texto da ata da 66ª reunião ordinária do CONSEPE de 2011 (Rd18) em que está em pauta a construção de um documento que substituirá a primeira versão do Regimento do CONSEPE, dado pela Resolução 01/2004 do CONSEPE. Textualiza-se essa discussão formulaicamente como “Item 10”. Segue o recorte e a sequência (em negrito) sobre a qual trabalharemos:

(Rd18)

Item 10) Alteração na Resolução do CONSEPE nº 01/2004, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho - Relator: Conselheiro **n1**, que, com o auxílio do datashow, esclarece o porquê dessas alterações, apontando artigo por artigo onde elas ocorrem e procedendo a votação das mesmas após sua discussão, até o documento ser aprovado como um todo. Destacam-se as seguintes alterações aprovadas: a) os Conselheiros que desejarem participar das Câmaras deverão se inscrever na que mais se identifiquem; b) a seleção dos participantes se dará na prática, após a terceira reunião, onde serão indicados 8 (oito) integrantes e 3 (três) suplentes, com a possibilidade de se aumentar esse número, de acordo com a necessidade da Câmara; c) o integrante sofrerá a perda da vaga após 3 (três) faltas consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas, sem justificativas; d) em caráter experimental, os processos sobre assuntos ordinários, já normatizados, chegarão ao Conselho com os respectivos pareceres das Câmaras, que não mais sugerirão, mas, deliberarão sobre os mesmos, cabendo ao pleno homologá-los ou discuti-los, caso sejam levantadas dúvidas sobre os mesmos. Os assuntos ainda não normatizados continuam a receber pareceres onde são sugeridas deliberações, que deverão ser discutidas no Conselho.

Os elementos linguísticos articulados em Rd18 podem sugerir o efeito de se estar tratando dos “integrantes das câmaras”, uma vez que as relações de referenciação entre os segmentos “a)”, “b)”, “c)” e “d)” apontam o seguinte:

(Rd18_i)

[...] a) os **Conselheiros que desejarem participar das Câmaras** deverão se inscrever na que mais se identifiquem; b) a seleção **dos participantes** se dará na prática, após a terceira reunião, onde serão indicados 8 (oito) **integrantes** e 3 (três) **suplentes**, com a possibilidade de se aumentar esse número, de acordo com a necessidade da Câmara; c) o **integrante** sofrerá a perda da vaga após 3 (três) faltas consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas, sem justificativas; d) em caráter experimental, os processos sobre assuntos ordinários, já normatizados, chegarão ao Conselho com os respectivos pareceres das Câmaras, que não mais sugerirão, mas, deliberarão sobre os mesmos, cabendo ao pleno homologá-los ou discuti-los, caso sejam levantadas dúvidas sobre os mesmos. [...].

Em negrito, destacamos os sujeitos na relação de referencialidade que os identifica como membros das Câmaras (sublinhados). Ao se retomar o dito em “c”, tomando-o em referência a todos os conselheiros do CONSEPE e não somente àqueles que integram as câmaras, está-se produzindo sentido a partir de uma interdiscursividade a qual projeta os dizeres para o campo da memória institucional. No caso em tela, é preciso ratificar a ilusão de que as faltas nas reuniões não possuem implicação sobre o mandato de coordenador de curso. Mais uma vez, reproduzimos a Rd17:

(Rd17)

Voltando à ata, Conselheiro **n2** solicita alteração na linha 196 da mesma, salientando que o conselheiro que faltar a três sessões consecutivas, sem justificativas, perderá sua vaga no Conselho e não o mandato enquanto Coordenador, como consta no documento.

Produz-se aqui um descolamento entre os significados das palavras “vaga” e “mandato”. A primeira está relacionada ao funcionamento do sujeito na instância deliberativa, o Conselho; a segunda funciona mobilizando sentidos em torno da função de Coordenador de Curso. A ambos, neste recorte, são atribuídos sentidos distintos a partir de uma leitura específica do que foi textualizado no destaque de Rd18. Pelo dito em Rd17, podemos substituir uma palavra pela outra (Rd18₁) e notar como os sentidos apontam para outras leituras:

(Rd18₁)

[...] c) o integrante sofrerá a perda $\left\{ \begin{array}{l} \text{do mandato} \\ \text{da vaga} \end{array} \right\}$ após 3 (três) faltas consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas, sem justificativas [...].

O equívoco se marca na possibilidade de se ler certo efeito de contradição que afeta as construções “perda do mandato” e “perda da vaga” em Rd18₁. Propomos mostrar esse equívoco a partir das seguintes (possíveis) questões:

“vaga”	“mandato”
(1) <i>Vaga</i> pode ser o lugar ocupado por um sujeito indicado por representação de segmento institucional?	(1) <i>Mandato</i> pode ser o exercício de uma função institucional derivada de eleição ou indicação?
(2) Quem ocupa <i>vaga</i> ?	(2) Quem exerce <i>mandato</i> ?
(3) Quem <i>faltar em excesso</i> perderá a <i>vaga</i> ?	(3) Quem <i>faltar em excesso</i> perderá o <i>mandato</i> ?

Os dizeres mobilizados em Rd17 e Rd18 guardam relação uma vez que uma se realiza pela reformulação do dito a partir da outra, embora essa inscrição se dê no nível de certo pré-

construído de que *Coordenador perde mandato e Conselheiro perde vaga*. De outro modo, também não se impede a leitura da interdição. Ou seja, diante da via aberta pelo significante “mandato”, apontando tanto para *conselheiro* quanto para *coordenador*, tenta-se extirpar outras leituras por meio da substituição, como se o significante *vaga* pudesse resolver o imbróglio. Vejamos um movimento semelhante, apontado em Rd18, em que se discursiviza a noção de “mandato”:

(Rd18)

[...] o não comparecimento do Conselheiro a três reuniões plenárias consecutivas, sem justificativas por escrito, implicará na perda de seu mandato. [...]

Aproximando a substituição “perda de *seu mandato*” por “perda de *sua vaga*” é possível considerar que jogam com a memória dos significantes “seu mandato” e “sua vaga” – mesmo projetando o efeito de unidade de referente –, e filiam-se a outras redes de sentido, inclusive contraditórias entre si. É plausível considerar um movimento de retomada da memória de arquivo como dispositivo de construção dessas formulações. Desse modo, podemos chamar à baila os fragmentos seguintes que textualizam a memória também pela substituição de outras formulações, mostrando que, no processo parafrástico, produz-se deslizamento:

O não comparecimento do Conselheiro a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) intercaladas no ano, sem justificativa por escrito implicará na perda da função no CONSEPE, na notificação do fato ao Conselho Diretor e ao Colegiado, tendo este último a responsabilidade de **promover novas eleições para Coordenador**. (Regimento CONSEPE, 2011)

Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem motivo justo, a critério do Conselho Universitário, a três reuniões consecutivas. (Estatuto da UFT)

Podemos considerar que esses dizeres afetam a leitura de Rd17₁, Rd18₁ e Rd18 no processo de construção dos sentidos. Contudo, o equívoco se marca justamente onde falha a interpelação, onde o sujeito desliza sentidos dentro de uma mesma formação discursiva. A leitura que se faz de Rd18₁, fazendo supor que se tratava da relação do conselheiro com o Conselho, e não com a câmara, conduz, em Rd17, a se retificar o significante na busca de uma leitura inequívoca. Esse movimento, entretanto, contradiz outras inscrições que analisamos anteriormente, onde se defende a *reprodução real* do que foi dito em reunião. Nesse caso, apaga-se essa contradição justamente porque operam-se sentidos em outra formação discursiva, a FdP, na qual o sujeito toma posição pela regularidade histórica, pondo em suspensão os dizeres da norma. Ou seja, nesse caso, é preciso deixar claro que o *coordenador não perderá*

seu mandato, mesmo que, regimentalmente, ele possa perder. Nesse sentido, estamos considerando haver uma relação sinonímica entre *perder o mandato de coordenador* e “promover novas eleições para coordenador” (Regimento Consepe).

Cumpramos ressaltar que os CS estabelecem modos de funcionamentos de sua estrutura a partir da subjetivação dos sujeitos deliberativos, no caso, em que é preciso inscrever-se numa memória institucional para que os efeitos da interpelação ideológica produzam individuação nos processos de tomada de posição.

Mesmo que em outras condições de leitura a substituição não fosse lida como uma ambiguidade, é possível dizer que não há correspondência da palavra com o mundo, e que os sentidos são construídos na relação do sujeito com a língua e a história.

Que outros pré-construídos se articulam no AaCS para produzir os deslocamentos entre as formulações dessas sequências? A rede sinonímica que se estabelece aqui mostra distintos gestos de leitura em que a historicidade se marca tornando possível a equivalência significativa, filiando-as à inscrição dos mesmos sujeitos (Conselheiros) a distintas posições institucionais (coordenador, conselheiro). Isso mostra que os textos do AaCS recortam a memória de modos distintos – *paráfrase, sinonímica, pré-construído* etc. – e, dessa forma, acabam por produzir posições também distintas.

A colocação dos significantes *desligamento/excluídos* e *vaga/mandato* não somente representam uma substituição lexical. Do ponto de vista discursivo, trata-se de inscrição em determinadas redes de memória nas quais se localizam certo imaginário a respeito de distintas formações discursivas e tomadas de posição. Na seção seguinte, focalizaremos melhor a constituição dessa rede mobilizando os pré-construídos que se constituem em associação a determinados sujeitos.

5.3 Sujeitos e arquivo: o político na representação dos sujeitos

5.3.1 Sentidos da presença/ausência dos sujeitos

Até aqui observamos como a inscrição dos sujeitos na prática deliberativa se dá pelo dispositivo formulaico. Também, nesse processo, as posições se dão por redes de filiação parafrásticas, orientadas por pré-construídos, em que se articulam as discursividades do texto regimental com as discursividades textualizadas no objeto simbólico. Realiza-se, com isso, um movimento de ir e vir em que se cria, outrossim, a ilusão de se estar sempre no mesmo campo de significações: Formação ideológica Deliberativa.

É preciso marcar que estamos discutindo os desdobramentos dados pelo arranjo significativo “o controle de faltas”. Ou seja, estamos circulando no campo discursivo institucional no qual a ideologia opera interpelando os sujeitos a reconhecerem determinadas representações da prática deliberativa. As formas de controle que se projetam em associação ao referido arranjo são relacionadas às distintas possibilidades de tomadas de posição dos sujeitos deliberativos. Assim, os sujeitos se projetam de modo a se encaixarem na organização do ritual, efeito do discursivo que afeta os processos de textualização do arquivo.

Continuemos nossa análise retomando o ponto em que os sentidos do *controle* funcionam mobilizando uma noção de *conselheiros* (forma-sujeito) que dispersa para as distintas *categorias* (posições-sujeito) representadas nos Conselhos. Para isso, analisamos a sequência seguinte:

(Rd13)

Item 23) Outros assuntos - Conselheiro **n1** solicita registro em ata do fato de os representantes dos acadêmicos, que no início da reunião solicitaram a discussão de seu ponto para o início da mesma temendo esvaziamento dos conselheiros ao seu final, agora, eles próprios, em sua maioria, se retiraram do Auditório, ao que o Vice-Reitor chama a atenção e lamenta que não seria somente essa categoria a se retirar antes da hora, mas, sim grande parte do plenário, assim que assuntos que lhes interessam já foram analisados. Solicita discussão sobre esse assunto na próxima reunião.

O recorte Rd13 textualiza a tomada de posição de dois sujeitos: Conselheiro **n1** e Vice-Reitor. Ressaltamos nesse recorte as projeções que se faz do referente: aqueles que “se retiram do Auditório”. O sujeito deliberativo Conselheiro **n1** projeta para o plano focal as posições-sujeito “representantes dos acadêmicos”. O Vice-Reitor, inscreve os mesmos sujeitos como “categoria”.

Focalizando essa relação, levantamos a questão acerca do fato de que não se diz “conselheiros”, mas se textualiza outras posições nas quais tais sujeitos são inscritos: “representantes dos acadêmicos” e “categoria”. Aventamos que, nesse recorte, os “representantes dos acadêmicos” são uma “categoria”, mas, isso não implica, necessariamente, dizer que os *acadêmicos* sejam, ou não, uma categoria. Poderia (ou não) haver uma categoria dos acadêmicos – *representantes [da categoria] dos acadêmicos?* –, mas textualiza-se os “representantes dos acadêmicos”.

O efeito de se projetar, a partir da forma “representantes dos acadêmicos”, os acadêmicos como uma categoria tem relação com uma memória institucional que situa a composição dos CS em três categorias: *acadêmicos* (alunos), professores e técnicos. Ainda assim, há dispersão.

Formulados como “representantes **dos** acadêmicos” esses sujeitos só podem ser “representantes acadêmicos” por um processo de mobilização do pré-construído de que “*só acadêmicos representam os acadêmicos*” em contraposição ao de que “*outros (acadêmicos, inclusive) representam os acadêmicos*”. Essa interpretação se sustenta por uma filiação à FdN.

Do mesmo modo, a formulação “representantes **dos** acadêmicos” pode indicar uma separação entre aqueles que são acadêmicos e aqueles que os representa. Ou seja, abre-se a possibilidade de leituras como (i) a de que outros podem ser representantes dos acadêmicos; ou (ii) de que outros, que não estes, deveriam representar os acadêmicos; ou (iii) de que os acadêmicos se fazem representar por estes que poderiam (ou deveriam) ser outros. Em se tratando de representantes, que também são acadêmicos, uns sentidos são interditados e outros são autorizados.

Ao se textualizar com a determinante “essa categoria”, impõe-se aos sujeitos em questão uma posição de horizontalidade em relação aos demais (que são conselheiros). Nesse sentido, questionamos se é possível dizer que “o controle de faltas”, tomado como injunção institucional, dá-se orientado pelo signo “categorias”. Ao se faltar, está-se produzindo efeito sobre a memória projetada pelo significante “categoria” a que se inscrevem os sujeitos? Voltamos às questões feitas anteriormente:

-
- O que se entende por controle?
 - O que se quer controlar? Os sujeitos? Que sujeitos?
-

Nesse sentido, é preciso observar o gesto que busca dar evidência a contradição desses sujeitos, inscrevendo o dizer “solicita registro em ata” como paráfrase do arranjo *solicita que conste em ata*. Logo, é preciso que se diga, *que se inscreva no arquivo*, na memória institucional. É preciso controlar o que pode e deve ser circular.

Buscamos mexer um pouco mais nessa materialidade a fim de apontar caminhos para nossa leitura de modo a não perder de vista o funcionamento da memória. Para isso, segmentamos Rd13 para lançarmos luz sobre os encaixes dos discursos pela possibilidade do encaixe sintático. Tais segmentos dividem a projeção do dizer das posições-sujeito que estão em relação de interlocução (“Conselheiro **n1**” e “Vice-Reitor”), conforme mostramos a seguir pela marcação ⁽¹⁾ e ⁽²⁾:

(Rd13)

Item 23) Outros assuntos - ⁽¹⁾Conselheiro **n1** solicita registro em ata do fato de os representantes dos acadêmicos, que no início da reunião solicitaram a discussão de seu ponto para o início da mesma temendo esvaziamento dos conselheiros ao seu final, agora, eles próprios, em sua maioria, se retiraram do Auditório, ao que ⁽²⁾o Vice-Reitor chama a atenção e lamenta que não seria somente essa categoria a se retirar antes da hora, mas, sim grande parte do plenário, assim que assuntos que lhes interessam já foram analisados. Solicita discussão sobre esse assunto na próxima reunião.

Vamos ao primeiro segmento:

(Rd13₁)

[...] Conselheiro **n1** solicita registro em ata do fato de os representantes dos acadêmicos, que no início da reunião solicitaram a discussão de seu ponto para o início da mesma temendo esvaziamento dos conselheiros ao seu final, agora, eles próprios, em sua maioria, se retiraram do Auditório [...].

Em Rd13₁, a projeção do dizer relacionado à posição-sujeito “Conselheiro **n1**” estabelece uma retomada do acontecimento pela colocação do significante “fato”. Que “fato” seria esse? “[...] os representantes dos acadêmicos [...] se retiraram do Auditório [...]”.

O “fato” em questão não é apenas aquilo que se produz como efeito de constatação do real, mas também o de que se fala daqueles “representantes dos acadêmicos”, não de outros. Em Rd13₁, a referida posição-sujeito é afetada pelo imaginário que a individua por meio da formulação: “[...] que no início da reunião solicitaram a discussão de seu ponto para o início da mesma temendo esvaziamento dos conselheiros ao seu final [...]”.

Além desse encaixe, também podemos notar a reiteração dêitica que especifica os sujeitos: “[...] agora, eles próprios, em sua maioria [...]”. Em outras palavras, a ênfase dessas palavras delimita o campo de individuação sobre a posição-sujeito “representantes dos acadêmicos” (não *conselheiros*). Não se fala de outras. Fala-se dessa em específico.

O modo como se formula a posição-sujeito também narrativiza a memória sobre eles. A língua, ao produzir a ilusão do “real”, também individua os sujeitos. Na sequência em questão, podemos apontar que: (i) Fala-se de sujeitos que se retiraram do auditório; (ii) Fala-se de sujeitos que solicitaram antecipação do seu ponto; e (iii) Fala-se de sujeitos que temiam o esvaziamento da sessão.

Desse modo, podemos destacar as seguintes paráfrases de Rd13₁:

(Rd13_{1.1})

Os representantes dos acadêmicos se retiraram do Auditório após a discussão de seu ponto de pauta.

(Rd13_{1,2})

Os representantes dos acadêmicos solicitaram a antecipação da discussão de seu ponto de pauta para o início da reunião.

(Rd13_{1,3})

Os representantes dos acadêmicos temiam que o esvaziamento da reunião pelos conselheiros prejudicasse a discussão de seu ponto de pauta.

Elaboramos essas paráfrases numa ordem que, segundo nossa leitura, reproduzem certo imaginário pelo mecanismo de antecipação (PÊCHEUX, 2014c [1969]): *de que lhe falo assim?* Embora haja uma ordem sintática organizando o dizer, ela não pode controlar os efeitos do dito. Ao se dizer o que se diz acerca de quem se diz (digo da contradição da posição-sujeito “representantes dos acadêmicos”), opera-se sobre uma série de estabilizações que inscrevem os sujeitos “representantes dos acadêmicos” num determinado lugar discursivo. Pensamos nos seguintes pré-construídos.

- Os representantes dos acadêmicos $\left\{ \frac{\textit{não permanecem no Auditório até o final das reuniões}}{\textit{costumam esvaziar as reuniões}} \right\}$.
- Os representantes dos acadêmicos *não se interessam por outros pontos de pauta.*
- Os representantes dos acadêmicos *não confiam que os conselheiros discutam seu ponto de pauta.*
- Os representantes dos acadêmicos *não aguardaram para discutir seu ponto de pauta no final da reunião.*

A partir desses pré-construídos possíveis, fala-se acerca de uma posição-sujeito que subjetiva um sujeito deliberativo que se afasta de certa representação *ideal*, uma vez que:

- Os representantes dos acadêmicos $\left\{ \frac{\textit{deveriam permanecer no Auditório até o final das reuniões}}{\textit{não deveriam esvaziar as reuniões}} \right\}$.
- Os representantes dos acadêmicos *não deveriam esvaziar as reuniões.*
- Os representantes dos acadêmicos *deveriam se interessar por outros assuntos de pauta.*
- Os representantes dos acadêmicos *deveriam confiar que os conselheiros discutissem seu ponto de pauta.*
- Os representantes dos acadêmicos *deveriam aguardar para discutir seu ponto de pauta no final da reunião.*

Continuemos a análise, focalizando, agora, o próximo segmento:

(Rd13₂)

[...] ao que o Vice-Reitor chama a atenção e lamenta que não seria somente essa categoria a se retirar antes da hora, mas, sim grande parte do plenário, assim que assuntos que lhes interessam já foram analisados.

Observando os efeitos produzidos pelas formas verbais “chama a atenção” e “lamenta”, podemos levantar algumas possibilidades interpretativas. Focaremos nos distintos movimentos que produzem abertura do dizer, sendo, cada um, a manifestação de dizeres distintos.

Especificamente acerca da construção “chama a atenção”, levantaremos duas leituras distintas. A primeira destinada a tomá-la como “atentar para” ou “prestar atenção em”, significando dar destaque ao “problema” em questão. Um pré-construído possível de que: *É preciso dar destaque ao fato de que não somente essa categoria se retira antes da hora, mas grande parte do plenário.*

A segunda leitura joga com o efeito sinonímico de “adverte”, orientando sentidos para a admoestação. Embora essa leitura dependesse da crase (“chama à atenção”) para uma correspondência gramatical, pensamos que o efeito é plausível diante da seguinte rede de pré-construídos que pode orientar a referida tomada de posição do sujeito:

- Há uma hora para se retirar.
- A hora para se retirar é quando todos os assuntos são discutidos.
- Há assuntos que (não) interessam às distintas categorias.
- Todas as categorias deveriam se interessar por todos os assuntos.
- Os representantes dos acadêmicos são uma categoria.
- Além dos representantes dos acadêmicos, outra(s) categoria(s) se retiram antes da hora.
- Os representantes dos acadêmicos e outras categorias são parte do plenário.
- O plenário precisa permanecer até que todos os assuntos tenham sido discutidos.

Sob tais condições, a contraposição que a posição-sujeito “Vice-Reitor” estabelece em relação do dito atribuído à posição-sujeito “Conselheiro **n1**” autoriza interpretarmos que *o Vice-Reitor chama à atenção o Conselheiro **n1** para o fato de que não seria somente essa categoria a se retirar antes da hora.* Diante desse gesto possível, podemos considerar a leitura de que (i) *o Conselheiro **n1** estaria equivocado na identificação do problema;* (ii) *o Conselheiro **n1** deveria questionar (advertir) também outras categorias.*

Agora, em relação ao significante “lamenta”, observamos que a forma verbal é colocada em seu efeito de transitividade, produzido pela colocação do objeto direto. Considerando o “fato” projetado como dizer (*não seria somente essa categoria a se retirar*), podemos ler que a posição-sujeito “Vice-Reitor” (i) *lamenta porque esse fato não deveria acontecer;* (ii) *lamenta porque é impossível que esse fato não aconteça;* e (iii) *lamenta porque poderia se evitar esse fato, mas não se evita.*

Do que se inscreve como dito por “Conselheiro **n1**” (Rd13₁) e por “Vice-Reitor” (Rd13₂), depreendemos um corte que instaura uma bifurcação sobre o “fato”. Isso implica a projeção de duas leituras distintas, conforme mostramos a seguir:

(Rd13₁) Fato a se *registrar*: Os representantes dos acadêmicos se retiram antes da hora.

(Rd13₂) Fato a se *lamentar*: Não seriam somente essa categoria a se retirar antes da hora.

Estamos levantando aqui a questão da memória dividida⁷⁰ (em disputa) acerca dos sujeitos deliberativos no modo como se textualiza sua posição. Tomando que a adjetivação *categoria* desestabiliza a posição *conselheiro*, forma estabilizada para os sujeitos deliberativos, interrogamo-nos sobre os efeitos dispersivos que se constroem no arquivo a partir dessa relação. Aproximando as formas *representantes dos acadêmicos* e *conselheiros* pretendemos mostrar marcas da contradição nesse modo de se distinguir os sujeitos deliberativos (em categorias). Tratamos disso por meio da discussão de três proposições elaboradas como dizeres autorizados pelos pré-construídos de que vimos tratando:

-
- (a) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ se retiram do Auditório antes da hora porque analisam somente os assuntos que lhes interessam.
- (b) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ se retiram do Auditório antes da hora.
- (c) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ analisam somente assuntos que lhes interessam.
-

Passemos a discutir cada uma dessas paráfrases.

- (a) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ se retiram do Auditório antes da hora porque analisam somente os assuntos que lhes interessam

Ao se dizer *conselheiros*, por um processo de textualização que tangencia a forma de divisão do sujeito deliberativo em *categorias*, em se tratando de Rd13, diz-se também os *não representantes dos acadêmicos*. Ou seja, há uma filiação do dizer à memória verticalizada que dispõe, por $\frac{X}{\text{não } X}$, uma relação contraditória, de presença e ausência: dizer dos “representantes dos acadêmicos” não é o mesmo que dizer dos “conselheiros”.

Podemos produzir um primeiro gesto de leitura dos sujeitos dessa disputa considerando que “conselheiros” designam, ao mesmo tempo, “representantes dos acadêmicos” e “não

⁷⁰ Nesse espaço de divisão se distinguem a FdN e a FiP.

representantes dos acadêmicos”. Sob essa perspectiva as paráfrases seguintes seriam pertinentes:

-
- Os *conselheiros* se retiram antes da hora.
 - Os *conselheiros* não se interessam por todos os assuntos.
 - É lamentável que *conselheiros* se retirem antes da hora.
 - É lamentável que *conselheiros* se retirem antes de discutir todos os assuntos.
 - É lamentável que *conselheiros* não se interessem por todos os assuntos.
 - É lamentável que *conselheiros* analisem somente assuntos que lhes interessem.
-

Um segundo gesto, porém, inscreve-se a partir da interpretação de que “conselheiros” designam, especificamente, os “não representantes dos acadêmicos”. Isso autoriza que formulemos as seguintes paráfrases:

- Não seriam somente os *representantes dos acadêmicos* a se retirarem antes da hora.
- Não seriam somente os *representantes dos acadêmicos* a não se interessarem por todos os assuntos.
- É lamentável que não sejam somente os *representantes dos acadêmicos* a se retirarem antes da hora.
- É lamentável que não somente os *representantes dos acadêmicos* se retirem antes de discutir todos os assuntos.
- É lamentável que não somente os *representantes dos acadêmicos* não se interessem por todos os assuntos.
- É lamentável que não somente os *representantes dos acadêmicos* analisem somente assuntos que lhes interessem.

Em consequência, funciona no interdiscurso a memória de que:

- Os *representantes dos acadêmicos* se retiram antes da hora.
- Os *representantes dos acadêmicos* não se interessam por todos os assuntos.
- Os *representantes dos acadêmicos* se retiram antes de discutir todos os assuntos.
- É lamentável que $\left\{ \begin{array}{c} \textit{conselheiros} \\ \textit{não representantes dos acadêmicos} \end{array} \right\}$ se retirem antes da hora.
- É lamentável que $\left\{ \begin{array}{c} \textit{conselheiros} \\ \textit{não representantes dos acadêmicos} \end{array} \right\}$ não se interessem por todos os assuntos.
- É lamentável que $\left\{ \begin{array}{c} \textit{conselheiros} \\ \textit{não representantes dos acadêmicos} \end{array} \right\}$ se retirem antes de discutir todos os assuntos.
- É lamentável que $\left\{ \begin{array}{c} \textit{conselheiros} \\ \textit{não representantes dos acadêmicos} \end{array} \right\}$ analisem somente assuntos que lhes interessem.

Por um lado, essas paráfrases discursivas individualizam *representantes dos acadêmicos* como posição-sujeito que “esvaziam” as reuniões e que “analisam somente assuntos que lhes interessam”. Por outro lado, projeta-se sobre $\left\{ \begin{array}{c} \textit{conselheiros} \\ \textit{que não representantes dos acadêmicos} \end{array} \right\}$ a expectativa de que “não esvaziem as reuniões” e “analisem todos os assuntos”.

Desfazer a ambiguidade requer um gesto de tomada de posição no qual o sujeito filia-se a determinados lugares do interdiscurso. O AaCS nos dá algumas pistas sobre como o político se textualiza e mobiliza a memória, inscrevendo os sujeitos em modos distintos do dizer.

Prosseguindo nessa interpretação, podemos sublinhar a articulação de outras duas posições:

$\left\{ \frac{X}{\text{não } X} \right\}$ se retiram do Auditório [antes da hora]; e $\left\{ \frac{X}{\text{não } X} \right\}$ analisam somente assuntos que lhes interessam. Estas são discutidas nas proposições (b) e (c), seguintes.

(b) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ se retiram do Auditório antes da hora

Levantemos algumas questões a serem consideradas acerca dessa divisão a partir dos recortes Rd19 e Rd20, seguintes:

(Rd19)

Antes do encerramento da sessão, todos os professores solicitam que seja registrada uma moção de protesto contra os conselheiros que se retiraram antes do final dos trabalhos.

Destaquemos a oposição marcada pela preposição “contra” e pelas nomeações “os professores” (posição a partir da qual se projeta o dizer “solicitam que seja registrada uma moção de protesto”) e “os conselheiros” (posição a partir da qual se projeta o dizer “que se retiraram antes do final dos trabalhos”).

Nessa segunda posição, “os conselheiros” são “não professores”, tendo em vista que o significante “todos” especifica “os professores”, estabelecendo a referida divisão. Desse modo, se individua os outros “todos” que se inscrevem institucionalmente como “conselheiros” (pela inscrição regimental, estariam incluídos os alunos e os técnicos-administrativos). Há, também, a possibilidade de se ler “todos” circunscrito à reunião em específico. Nesse sentido, o efeito produzido implicaria que outros professores estariam implicados na posição de conselheiros. Essa problemática não se fecha.

No próximo recorte, a mesma questão é posta, mas, dessa vez, sem a oposição destacada em Rd19.

(Rd20)

Conselheiro n1 demonstra sua insatisfação quanto aos Conselheiros que não permanecem na reunião até o seu final e fala, de sua preocupação quanto ao quórum para votação dos processos.

Como paráfrase, Rd19 e Rd20 parecem funcionar textualizando um mesmo espaço de interpretação sobre os “conselheiros” $\left\{ \frac{\text{que se retiram antes do final dos trabalhos (Rd19)}}{\text{que não permanecem na reunião até o seu final (Rd20)}} \right\}$.

Diferentemente das formas de “controle da falta” que discutimos nos tópicos precedentes, essa *conduta* dos sujeitos deliberativos não se inscreve numa retomada da norma. Ou seja, não há materialidade linguística nos regimentos que estabeleça a “obrigação” dos “conselheiros” “permanecerem até o final das reuniões”. Com isso, pensamos funcionar outras discursividades possíveis no âmbito da FiD, a qual textualiza o acontecimento a partir de outros discursos que tangenciam os regimentos, os quais representamos como FdN e FdP.

Não é preciso que se diga tudo no âmbito do discurso. Por essa razão, a memória preenche os vazios e faz funcionar a ideologia. Em outras palavras, há pré-construídos autorizando que se diga sem que se mobilize no dizer o texto regimental.

Desse modo, vai-se construindo certo imaginário sobre o sujeito deliberativo ideal, no sentido de que se produzir uma associação coesa com a FiD. Contudo, o que se mostra, é um espaço para movimentação entre uma Formação discursiva Normativa e uma Formação discursiva da prática.

(c) $\left\{ \frac{\text{Os representantes dos acadêmicos}}{\text{Os conselheiros}} \right\}$ analisam somente assuntos que lhes interessam

Aqui, apontamos para outra construção que pode funcionar como individuação de dois sujeitos deliberativos distintos. Discutimos melhor as tomadas de posição mobilizando os recortes Rd21 e Rd22, cujas formulações podem ser dispostas de modo a formar paráfrases, desta vez, ligadas aos sujeitos deliberativos identificados na dispersão da forma *acadêmicos* $\left\{ \begin{array}{l} \text{discentes} \\ \text{representantes estudantis} \end{array} \right.$

Vejam os recortes e, logo em seguida, as paráfrases.

(Rd21)

Professora **n1** argumenta que, na primeira reunião que houve sobre Educação a Distância já se contava com a participação de representantes estudantis nas discussões sobre este assunto. Afirma que, embora tenha se colocado a disposição para maiores esclarecimentos, não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito; finaliza reiterando que a discussão não termina com a criação do curso em questão.

(Rd22)

Conselheira **n1** recorda que o assunto encontra-se em discussão há pelo menos dois anos, sendo que no início da mesma a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo. Ao final, delibera-se que o processo retorne na próxima reunião do CONSEPE.

Destacamos as paráfrases dessas duas sequências na forma de dois segmentos (bordeados nos recortes). Como efeito, podemos depreender que essas formulações podem ser relacionadas ao formulado na proposição (c), qual seja: “analisam somente assuntos que lhes interessam”. Um contraponto a essa leitura poderia ser feito pela questão: porque, então, se dizer que $\left\{ \begin{array}{l} \text{"já se contava com a participação de representantes estudantis"} \\ \text{"a participação dos discente era marcante"} \end{array} \right\}$, mas $\left\{ \begin{array}{l} \text{"não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito"} \\ \text{"o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo"} \end{array} \right\}$. Para nós, é um outro modo de dizer: *estavam presentes, mas não se manifestaram* ou *manifestam-se agora porque o assunto lhes interessa*. Estas formulações inscrevem o sujeito constituído sinonimicamente como $\left\{ \begin{array}{l} \text{acadêmico} \\ \text{representante estudantil} \\ \text{discente} \end{array} \right\}$. Ou seja, *não professor e não técnico-administrativo*.

Retomando o segmento Sd12₂ (“[...] o Vice-Reitor chama a atenção e lamenta que **não seria** somente essa categoria a se retirar antes da hora, mas, sim grande parte do plenário, assim que assuntos que lhes interessam já foram analisados”), podemos dizer que a espessura história da formulação em destaque (“não seria”) inscreve na memória uma categoria de sujeitos que “se retira antes da hora assim que assuntos que lhes interessam já foram analisados”. Vamos tentar mostrar esse efeito modificando o tempo verbal conforme realizado a seguir:

(Rd13_{2,1})

[...] ao que o Vice-Reitor chama a atenção e lamenta que $\left\{ \begin{array}{l} \text{não é} \\ \text{não seria} \\ \text{não foi} \end{array} \right\}$ somente essa categoria a se retirar antes da hora.

Daí, produzimos as seguintes paráfrases:

... *não é* somente essa categoria: **outras sempre se retiram antes da hora**.
 ... *não seria* somente essa categoria: **outras costumam se retirar antes da hora**.
 ... *não foi* somente essa categoria: **outras se retiraram antes da hora**.

Com essa mudança, mostramos que os sujeitos se deslocam entre as possíveis formas de inscrição na memória. A(s) posição(ões)-sujeito discursivizada(s) como $\left\{ \begin{array}{l} \text{representantes dos acadêmicos} \\ \text{representantes estudantis} \\ \text{acadêmicos} \\ \text{discentes} \end{array} \right\}$ não deixam de “se retirar antes da hora” em nenhuma das

formulações levantadas. Elas (posição-sujeito) sempre são. Os “outros” é que encontram espaço para se inscreverem no intervalar ou no *sempre já* do acontecimento.

Pelo que vimos mostrando até aqui nos parece que se constituem alguns sentidos distintos em que se inscrevem os sujeitos deliberativos, sobretudo no que diz respeito à ausência e à presença, discursivizada como “sair antes da hora” e “analisar somente assuntos que lhes interessem”.

Esse movimento discursivo produz distintas tomadas de posição no processo deliberativo, a depender da formação ideológica que se mobiliza, no caso em particular, a FiD e seus efeitos em FdN/FdP. Diante dessa consideração, focamos um acontecimento deliberativo em específico em que se marca a disputa pela textualização dessas posições.

5.3.2 Posições-sujeito no movimento da norma e da prática institucionais

Nessa seção, analisamos a tomada de posição dos sujeitos deliberativos *conselheiros* quando da deliberação de afastamentos para doutorado e pós-doutorado de sujeitos *professores*, direito regulamentado internamente pela Resolução Consep nº 08/2006, e posteriores alterações produzidas pela Resolução Consep nº 17/2007. Os recortes do AaCS foram realizados com o propósito de destacar a textualização do político exposta na tensão estabelecida entre aquilo que é tornado como *norma*, por meio dos regramentos institucionais, e aquilo que é tomado como *entendimento (prática)* do Conselho, efeito do “consenso” construído na prática deliberativa, em sua interface como o dispositivo formulaico. Para tanto, lancemos um olhar sobre dois recortes discursivos (Rd23 e Rd24) que apontam para o equívoco na tomada de posição sobre um dado referente, no caso, o “afastamento para doutorado de professores”.

Iniciemos pelo Rd23:

(Rd23)

Item 6) Pedido de afastamento para doutorado do professor **n1**. Conselheira **n2** lê o parecer sobre esse processo que não o aprova, tendo em vista a ausência, no mesmo, do Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas. Conselheira **n3**, Coordenadora do referido Curso, esclarece que esse documento está em fase de conclusão, recebendo adaptações segundo as novas diretrizes do Curso de Pedagogia. Professor **n1**, também presente à reunião, atenta para as diferenciações existentes entre sua Coordenação e a do *Campus* de Tocantinópolis. Ao final, prevalecendo a importância da apresentação do Plano de Qualificação Docente como documento indispensável para a concessão de afastamentos de docentes, o pleito em questão é negado, por ampla maioria, em votação que apresentou um voto contrário a essa decisão e uma abstenção. Enfatizando a importância daquele documento, é lembrado que vários outros professores estão com seus respectivos pedidos de afastamento prontos e só não são encaminhados a este Conselho por que seus Colegiados ainda não conseguiram terminar a elaboração do mesmo.

Em Rd23 estão projetados os dizeres “registrados” acerca de um processo de afastamento para doutorado sobre o qual se elaborou um parecer. O recorte funciona produzindo efeito de circunscrição do acontecimento “real” naquilo que “essencialmente importa à instituição”. No gesto de instrumentalização do texto, é textualizado um início e um fim, demarcando o acontecimento pela colocação do significante “Item 6)”, seguido pela identificação do processo, a posição da relatoria, a inserção do debate, a votação e encerrando com uma recomendação. Essa estrutura é regular nas atas do AaCS e caracteriza, para nós, a o modo de textualização que tomamos como *Af*.

Para um gesto de descrição, dividimos o Rd23 em alguns Segmentos de arranjo formulaico, que identificamos conforme o seguinte:

(*Saf1*)

Item 6) Pedido de afastamento para doutorado do professor **n1**.

(*Saf2*)

Conselheira **n2** lê o parecer sobre esse processo que não o aprova, tendo em vista a ausência, no mesmo, do Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas. Conselheira **n3**, Coordenadora do referido Curso, esclarece que esse documento está em fase de conclusão, recebendo adaptações segundo as novas diretrizes do Curso de Pedagogia. Professor **n1**, também presente à reunião, atenta para as diferenças existentes entre sua Coordenação e a do *Campus* de Tocantinópolis.

(*Saf3*)

Ao final, prevalecendo a importância da apresentação do Plano de Qualificação Docente como documento indispensável para a concessão de afastamentos de docentes, o pleito em questão é negado, por ampla maioria, em votação que apresentou um voto contrário a essa decisão e uma abstenção. Enfatizando a importância daquele documento, é lembrado que vários outros professores estão com seus respectivos pedidos de afastamento prontos e só não são encaminhados a este Conselho por que seus Colegiados ainda não conseguiram terminar a elaboração do mesmo.

O *Saf1* funciona identificando o tópico no qual se textualiza a deliberação. Ele produz efeito de administração do acontecimento por meio da indicação ordinária representada por “Item 6)”.

O *Saf2* dá materialidade à interlocução entre três sujeitos os quais inscrevem posições distintas circunscritas a períodos gramaticais separados e construídos em ordem sintática direta (sujeito-verbo-predicado).

O *Saf3* inscreve a conclusão do processo deliberativo, dando texto ao procedimento de votação. Nesse segmento marca-se a tomada de posição institucional acerca do assunto em tela. Esse acontecimento é formulado linguisticamente apontando para a indeterminação do sujeito

que toma posição, ou seja, o conselho é efeito da memória operando, na língua, pelo participio verbal – “[...] o pleito em questão **é negado**, por ampla maioria [...] **é lembrado** que [...]”.

No recorte em questão, atentamos para o movimento de interlocução de três posições-sujeito: *ps1* [“Conselheira **n2**”], associada à posição de relatoria, a que emite um parecer sobre o direito requerido; e *ps2* [“Conselheira **n3**”], associada à posição de membro conselheiro, a que se pondera e vota o relatório; *ps3* [“Professor **n1**”], associada à posição de requerente, a que pleiteia o direito. Há, nos dizeres projetados a partir dessas posições, a marcação de uma disputa pela inscrição dos sentidos da “ausência” – a ausência que é tida como dada, mas que é significada diferentemente pelas posições em jogo. Vejamos como se dá essa disputa:

ps1

(*Saf2₁*)

[...] Conselheira **n2** lê o parecer sobre esse processo que não o aprova, tendo em vista a ausência, no mesmo, do Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas [...]

Considerando o projetado pelo verbo flexionado “lê”, a “Conselheira **n2**” [*ps1*] é inscrita no campo do dado, do que está posto. Há, a partir desse significante verbal (“lê”) um movimento da memória que diz *é preciso haver neutralidade*. O parecer, que *é lido*, não *é proferido* (embora haja injunção para se dizer que foi escrito) pela “Conselheira **n2**”. O texto (parecer) é quem “não aprova” o “processo” em questão. A *ps1* é a posição-sujeito que somente “lê o parecer”. Pelo recorte, também é possível dizer que a *ps1* inscreve a “ausência” como uma chave para a não aprovação do processo em análise. A “ausência” também como um dado, que mobiliza a memória normativa segundo a qual *é preciso constar o PQD⁷¹ em processos de afastamento para doutorado*.

ps2

(*Saf2₂*)

[...] Conselheira **n3**, Coordenadora do referido Curso, esclarece que esse documento está em fase de conclusão, recebendo adaptações segundo as novas diretrizes do Curso de Pedagogia [...]

A *ps2* estabelece uma relação da “ausência” com “esclarece”, produzindo o lugar do *possível que seja de outra forma*, do *é preciso eliminar o equívoco*. Algo falha no dizer da

⁷¹ Cf. Lista de siglas desta tese.

“ausência” que precisa ser apurado, inscrevendo-se a tomada de posição pela elaboração do documento, pelo ajustamento à norma, pela especificidade do Curso.

ps3

(Saf₃)

[...] Professor **n1**, também presente à reunião, atenta para as diferenciações existentes entre sua Coordenação e a do *Campus* de Tocantinópolis [...]

A posição *ps3* joga com o equívoco que se produz na heterogeneidade. A ocorrência verbal “atenta” projeta sobre o imaginário um sujeito do qual algo escapa. Trata-se da diferença entre os idênticos. Na relação entre os cursos de pedagogia da UFT, há uma distinção – o fato de estarem vinculados a *campus* diferentes – que lançaria a suspensão da “ausência” como uma chave para a não aprovação do pleito.

Essas três posições-sujeito circulam no interior de uma mesma formação ideológica, a qual posiciona os sujeitos deliberativos em distintos lugares dados pela filiação institucional: relatora, conselheira e requerente. Nesse sentido, aponta-se para um pré-construído comum de que *é necessária a presença do “Plano de Qualificação Docente” no processo*. Contudo, esse pré-construído produz efeitos diferentes sobre as posições-sujeito. A distinção que damos destaque é a forma verbal colocada para introduzir o dizer projetado a partir dos sujeitos.

Continuamos, agora, lançando foco sobre a Rd24:

(Rd24)

Item 4) Solicitação de afastamento para doutorado da Professora **n1** (*Campus* de Palmas). Relatora: conselheira **n2**, que emite parecer aprovando o afastamento em questão por um período de trinta meses, contados a partir de agosto de 2008. Ela esclarece que o fato do Colegiado da professora ainda não ter elaborado o respectivo PQD não impediu a análise deste caso, pois a professora requerente enumera, em seu processo, os pedidos que fez solicitando a elaboração do mesmo e o Colegiado, seguindo critérios próprios, entendeu por primeiramente elaborar seu PPC em detrimento do PQD. Tendo em vista que a professora fez seu primeiro pedido ao respectivo Colegiado em 17 de outubro de dois mil e sete e, que, até o momento, nenhum dos dois documentos em questão foi apresentado (inclusive desrespeitando-se uma norma a respeito aprovada por este Conselho há dois anos), quando colocado em votação esse parecer, vinte e um conselheiros votam a favor do mesmo, quatro são contrários a ele e seis se abstêm de votar. É solicitado a todos os Coordenadores de Cursos que cobrem de seus Colegiados a apresentação dos seus PQDs até a reunião do CONSEPE de setembro deste ano.

Assim como já sublinhamos em Rd23, Rd24 circunscreve a discursivização do acontecimento como um *Af*. Do mesmo modo, procedemos com sua segmentação:

(Saf₁)

Item 4) Solicitação de afastamento para doutorado da Professora **n1** (*Campus* de Palmas).

(Saf2)

Relatora: conselheira **n2**, que emite parecer aprovando o afastamento em questão por um período de trinta meses, contados a partir de agosto de 2008.

(Saf3)

Ela esclarece que o fato do Colegiado da professora ainda não ter elaborado o respectivo PQD não impediu a análise deste caso, pois a professora requerente enumera, em seu processo, os pedidos que fez solicitando a elaboração do mesmo e o Colegiado, seguindo critérios próprios, entendeu por primeiramente elaborar seu PPC em detrimento do PQD.

(Saf4)

Tendo em vista que a professora fez seu primeiro pedido ao respectivo Colegiado em 17 de outubro de dois mil e sete e, que, até o momento, nenhum dos dois documentos em questão foi apresentado (inclusive desrespeitando-se uma norma a respeito aprovada por este Conselho há dois anos), quando colocado em votação esse parecer, vinte e um conselheiros votam a favor do mesmo, quatro são contrários a ele e seis se abstêm de votar. É solicitado a todos os Coordenadores de Cursos que cobrem de seus Colegiados a apresentação dos seus PQDs até a reunião do CONSEPE de setembro deste ano.

Num brevíssimo movimento de descrição da materialidade a partir dessas segmentações, podemos apontar que o *Saf1* funciona como marcação tópica, ou seja, identifica o tema objeto de deliberação, projetando uma ordem (efeito do imaginário) de que o quarto ponto de pauta da reunião trata da deliberação acerca de um processo de afastamento para doutorado de uma professora.

Nesse fio, o *Saf2* identifica a *ps1* em específico, posicionando-a, pelo encaixe sintático da subordinativa explicativa – “[...] Conselheira **n2**, que emite [...]” – como sujeito que aprova o objeto jurídico do processo em questão: o afastamento para doutorado da “professora **n1**” [*ps3*].

No que se refere ao *Saf3*, consideramos o intervalo de um período gramatical no qual há inscrição da tomada de posição da *ps1*, introduzida pela formulação “Ela esclarece que”. Cabe notar, também, que se trata de um período composto por três orações coordenadas nas quais os sujeitos gramaticais são distintos: $\left\{ \frac{\text{"Conselheira n2"}}{\text{"Ela"}} \right\}$, $\left\{ \frac{\text{"professora n1"}}{\text{"a professora requerente"}} \right\}$, e “Colegiado”.

O *Saf4* compreende a textualização da tomada de posição dos sujeitos *conselheiros*, representada pelo voto. Esse segmento é composto por dois períodos gramaticais: sendo o segundo formado por um período simples e o primeiro formado por orações subordinadas introduzidas por “tenho em vista que”. Neste, consideramos haver um movimento discursivo que relaciona pelo menos cinco posições-sujeitos: *ps1* [$\left\{ \frac{\text{"Conselheira n2"}}{\text{"Ela"}} \right\}$], associada à

relatoria do processo a ser deliberado; *ps2* [$\left\{ \frac{\text{"conselheiros"}}{\text{"Coordenadores de Cursos"}} \right\}$], associada à posição de membro conselheiro, a que pondera e vota o relatório; *ps3* [“Professora **n1**”], associada à posição de requerente, a que pleiteia o direito; *ps4* [“Colegiado(s)”], associada aos órgãos deliberativos no âmbito dos cursos de graduação da UFT; e *ps5* [“Coordenadores de Cursos”], associada as posições que representam as instâncias executivas dos cursos de graduação da Universidade.

Para uma compreensão mais direta do que estamos relacionando em termos de tomadas de posição, produzimos o quadro seguinte:

Quadro 8 – Posições-sujeito inscritas na prática deliberativa em Rd23 e Rd24					
	<i>ps1</i> (Relatoria)	<i>ps2</i> (Membro conselheiro)	<i>ps3</i> (Requerente)	<i>ps4</i> (Colegiado de curso)	<i>ps5</i> (Coordenação de curso)
Rd23	Conselheira n2	Conselheira n3	Professor n1	-	Conselheira n3
Rd24	Conselheira n2 Ela	Conselheira n3	Professora n1 Professora requerente	Colegiado Colegiados	Coordenadores de Cursos
Fonte: autoria própria					

O que se produz de distinção entre Rd23 e Rd24 é que neste último não se marca uma contraposição entre os sujeitos. Ao passo que é dado muito mais texto à justificativa elaborada na *ps1* sobre o “parecer” que, diferentemente do anterior (Rd23), aprova o afastamento requerido. Destacamos que, em ambos, o fato “dado” não se altera: *o PQD está ausente no processo*. O que se desloca é a tomada de posição *ps1* que, agora, põe em suspensão a “ausência”, mobilizando, para isso, outras redes de filiação da memória.

Acerca dos *Saf3* e *Saf4*, avançamos algumas considerações. Iniciaremos com alguns destaques na *Saf3*:

(*Saf3*₁)

Ela esclarece que o fato do Colegiado da professora ainda não ter elaborado o respectivo PQD não impediu a análise deste caso, pois // a professora requerente enumera, em seu processo, os pedidos que fez solicitando a elaboração do mesmo e // o Colegiado, seguindo critérios próprios, entendeu por primeiramente elaborar seu PPC em detrimento do PQD. (Grifos nossos)

As marcações (negritos e sublinhados) que realizamos no *Saf3*₁ são para evidenciar a presença de distintas posições articuladas – pelas conjunções bordeadas “pois” e “e” – no discurso projetado pela *ps1* (“Ela”).

Da forma como está, podemos supor que há o atravessamento de três tomadas de posição produzindo efeito sobre o acontecimento a partir do pré-construído de que: *é preciso aprovar o*

processo mesmo sem o PQD. Na primeira, a *ps1* suspende a possível contradição normativa de não se tomar a ausência do PQD (não elaboração do PQD pelo Colegiado) como um impedimento para se analisar (aprovar) o caso. Na segunda, a *ps3* se filia à norma ao “enumerar” os pedidos que fez ao seu Colegiado quanto a elaboração do PQD, necessário ao processo de afastamento para doutorado. Na terceira, a *ps4* produz uma tensão em relação à norma, sustentando sua posição em “critérios próprios” segundo os quais se deu precedência da elaboração do PPC⁷² em relação ao PQD.

Diante dessas interpretações, é plausível aventar o enunciado *o colegiado desrespeitou a norma*. Ou seja, projetar como imaginário, como um dos efeitos de sentido do texto, que o processo foi aprovado, porque *a professora não pode ser prejudicada pela negligência deliberada do seu Colegiado*.

Destaquemos que essa leitura se marca, especialmente, pela presença de algumas formulações, as quais, se suprimidas, produzem efeitos bem diferentes sobre a materialidade. Reproduzimos, novamente, *Saf3*:

(*Saf3*₂)

Ela esclarece que o fato do Colegiado da professora **ainda não ter elaborado** o respectivo PQD não impediu a análise deste caso, pois a professora requerente enumera, em seu processo, os pedidos que fez solicitando a elaboração do mesmo e o Colegiado, [1], entendeu por primeiramente elaborar seu PPC, [2]. (Grifos nossos)

As formulações “seguindo critérios próprios” [1] e “em detrimento do PQD” [2], suprimidas no *Saf3*₂, pode subjetivar “Colegiado da professora” como uma posição-sujeito que negligencia a norma *ao seguir seus próprios critérios*, embora isso não exclua a possibilidade de esses critérios serem harmônicos e coerentes com a norma. Do mesmo modo, produz o efeito de que *se dá precedência por uma questão de deliberada intencionalidade, de prejuízo mesmo*.

Para pensar essas interpretações, propomos a questão: é possível dizer que há uma ordem de importância que dá a primazia ao PQD em relação ao PPC? O pré-construído precisa funcionar nessas formulações para que os sentidos se fechem em sua unidade. Que pré-construído? Podemos levantar que o texto impõe, em sua materialidade, uma relação entre o PQD e o afastamento da *ps3*, atribuindo *ao Colegiado [ps4] a responsabilidade pela elaboração (apresentação?) do PQD e, à professor n1 [ps3], a responsabilidade por solicitá-lo (?)*.

Continuando, se cabe à “professora **n1**” (*ps3*) apresentar o PQD no processo, isso está na ordem do não dito, não como silenciado, mas como impossível de se dizer, sob pena de

⁷² Projeto Pedagógico do Curso

deslocar os efeitos depreciativos produzidos acerca de “Colegiado” (*ps4*) sobre o *ps3*. De toda sorte, não se extirpa o pré-construído de que *sem o PQD o processo não deve ser analisado*.

Voltando nosso olhar, agora, sobre o *Saf4*, descrevemos como, para nosso gesto de análise, o modo de textualizar a tomada de posição dos sujeitos deliberativos afeta os sentidos nos *Saf* (Rd24).

Numa primeira leitura, destacamos os núcleos dos sujeitos gramaticais que se articulam na oração principal do primeiro período gramatical, como sendo “conselheiros” (*ps5*), os quais “votam a favor”, “são contrários” e “se abstêm de votar”. Subordinada a essa oração está a que é introduzida pela locução “tendo em vista que”. Esse movimento estabelece uma relação entre o que é deliberado pelo voto da *ps5* e o que é inscrito como argumento da *ps1*. Desse modo, inscreve-se no campo da coincidência o dito pela *ps1* e o interpretado por *ps5*.

O modo como se textualiza, invertendo-se a ordem sintática, aponta para a sobredeterminação do “argumento” da *ps1* como única possibilidade para se compreender o acontecimento historicizado.

Concentremo-nos apenas num fragmento do *Saf4* (destacado em bordas) para mostrar o imbróglgio discursivo que a inversão pode produzir:

(*Saf4*₁)

Tendo em vista que a professora fez seu primeiro pedido ao respectivo Colegiado em 17 de outubro de dois mil e sete e, que, até o momento, nenhum dos dois documentos em questão foi apresentado (inclusive desrespeitando-se uma norma a respeito aprovada por este Conselho há dois anos), quando colocado em votação esse parecer, vinte e um conselheiros votam a favor do mesmo, quatro são contrários a ele e seis se abstêm de votar. É solicitado a todos os Coordenadores de Cursos que cobrem de seus Colegiados a apresentação dos seus PQDs até a reunião do CONSEPE de setembro deste ano.

Levantemos a questão: o que autoriza a leitura de que o encaixe em parênteses aponta para uma tomada de posição da *ps4* (“Colegiado”), da *ps3* (“a professora”) ou da *ps5* (“conselheiros”)? Quem “desrespeita a norma”?

Na tessitura que vinha sendo feita acerca da não apresentação de documentos, irrompe a fragilidade do remendo exposto (entre parênteses) pela via do que se vinha contornando na materialidade: *desrespeito à norma*.

Os parênteses podem apontar para a adjetivação do dito “nenhum dos dois documentos em questão foi apresentado *o que é um desrespeito à norma*”. Nesse sentido, a *ps4* representaria uma tomada de posição de desrespeito à norma. Contudo, a colocação do advérbio “inclusive” impõe sobre a textualidade *algo a mais* sobre o que se vem pontuando acerca da deliberação: o

parecer foi aprovado tendo em vista que: (1) a *ps3* fez seu pedido...; (2) nenhum dos documentos foi apresentado...; (3) *inclusive* desrespeitando-se uma norma.

Há, ainda, o modo de se ler a partir da mobilização da locução verbal “foi apresentado”. Se tomarmos que essas formulações são articuladas em torno dos dizeres sobre a *ps3* (“professora”): “tendo em vista que a professora fez seu primeiro pedido ao Colegiado... e que nenhum dos dois documentos foi apresentado...”. Essa construção produziria uma ambiguidade acerca da questão de quem deveria *apresentar* os documentos? Ou seja, chamamos a atenção para a relação entre *elaboração* e *apresentação* materializada no próprio texto: “[...] o fato de o Colegiado [...] ainda não ter *elaborado* [...] entendeu por primeiramente *elaborar* seu PPC [...] nenhum dos dois [...] foi *apresentado* [...]”. Considerando haver uma distinção entre *elaborar* (pressuposto de que compete ao Colegiado elaborar o PQD) e *apresentar* (pressuposto de que compete a professora **n1** apresentar o PQD no processo) no contexto discursivo em questão, essa leitura aponta o equívoco, o político na tomada de posição. Esses gestos de leitura apontam tomadas de posição distintas para as quais o texto não dá fechamento.

5.3.2.1 Do equívoco nas tomadas de posição

Destacamos que o gesto de interpretação inscrito na institucionalidade pode dar abertura a um efeito de correspondência dos sujeitos identificados na *ps1*, como sendo o mesmo indivíduo empírico tanto em Rd23 quanto em Rd24. Por isso, interpretamos que há uma contradição estabelecida entre o dito por “Conselheira **n2**” (*ps1*) em ambos os recortes que pode ser levantada por meio da construção de duas tomadas de posição contraditórias formadas a partir dos seguintes pré-construídos que constituem possíveis pontos de aproximação:

(*Pc6*)

O PQD deveria constar no processo objeto do parecer

(*Pc7*)

O PQD não consta no processo objeto do parecer

(*Pc8*)

Os Colegiados não elaboraram o PQD

Além desses *Pc*, seriam as tomadas de posição (*Tp*), textualizadas a seguir, também associadas aos distintos recortes Rd23 e Rd24:

(Tp1)

É preciso aguardar os colegiados terminarem a elaboração dos PQD, mesmo prejudicando os professores. (Rd23)

(Tp2)

É preciso não prejudicar os professores, mesmo os colegiados não tendo terminado a elaboração dos PQD. (Rd24)

O paralelo se mostra, na relação com os *Pc*, como paráfrases possíveis. Contudo, a distinção da conclusão argumentativa nas duas últimas paráfrases tensiona a questão. Em *Tp1*, é preciso aguardar *os colegiados* concluírem a elaboração do PQD para que este seja inserido no processo; em *Tp2*, não se aponta problema para a análise do processo ainda que o PQD esteja ausente.

O foco da responsabilidade institucional está entre a *ps3* (“professor **n1**” e “professora **n1**”) e “Colegiado”. Os articuladores “visto que” e “pois” mobilizam efeitos injuntivos a partir dos quais se pode chegar a um *resultado* deliberativo. Mas, essa constatação está no nível superficial da língua. Se pretendemos mostrar os processos discursivos precisamos dessuperficializar a materialidade.

Para realizar esse movimento de verticalização da leitura, chamamos a atenção para as formulações postas no nível do dito. Mobilizamos as seguintes sequências discursivas retiradas dos recortes precedentes (Rd23 e Rd24):

(Rd23₁)

Conselheira **n2** lê o parecer sobre esse processo que não o aprova, tendo em vista a ausência, no mesmo, do Plano de Qualificação Docente do Curso de Pedagogia do *Campus* de Palmas.

(Rd24₁)

Ela esclarece que o fato do Colegiado da professora ainda não ter elaborado o respectivo PQD não impediu a análise deste caso, pois a professora requerente enumera, em seu processo, os pedidos que fez solicitando a elaboração do mesmo e o Colegiado, seguindo critérios próprios, entendeu por primeiramente elaborar seu PPC em detrimento do PQD.

A relação estabelecida entre as sequências $\left\{ \begin{array}{l} \text{tendo em vista a ausência} \\ \text{não impediu a análise deste caso} \end{array} \right\}$ nos

recortes precedentes dividem a mesma posição-sujeito (*ps1*) em tomadas de posição distintas na prática deliberativa. Ambos dispersam a leitura da norma pelo modo como se diz. Derivam do equívoco. Marca-se a diferença pelo deslizamento do significante “ausência” do PQD para a “não elaboração”. O primeiro (Rd23) é indeferido não porque o colegiado ainda não elaborou o documento, mas porque *o PQD não consta no processo objeto do parecer (Pc7)*; o segundo (Rd24) é indeferido não porque o documento não consta no processo, mas porque *o colegiado*

não elaborou o PQD (*Pc8*). Em ambas as sequências, há formulações que apontam para a mesma relação com o *Pc6*: o PQD deveria constar no processo objeto do parecer.

Chamamos a atenção para o modo como a inversão aqui produz representações distintas, as quais, podemos dizer, implicam tomadas de posição dispersas pelo funcionamento do político, conforme identificamos a seguir:

(*Tp1*)

Não aprova $\left\{ \begin{array}{l} \text{os colegiados ainda não terminaram a elaboração dos PQD (*Pc7*)} \\ \text{o PQD não consta no processo objeto do parecer (*Pc8*)} \end{array} \right.$

(*Tp2*)

Aprova $\left\{ \begin{array}{l} \text{os colegiados ainda não terminaram a elaboração dos PQD (*Pc7*)} \\ \text{o PQD não consta no processo objeto do parecer (*Pc8*)} \end{array} \right.$

O que essas *Tp* distintas sobre significações parafrásticas mostram é o político na constituição da memória de arquivo, produzindo filiação a formações discursivas (FdN e FdP) contraditórias, a que demos texto por meio da elaboração de paráfrases diferentes associadas aos *Pc7* e *Pc8*, conforme esses pré-construídos se filiam a uma ou outra *Tp*. Seguem as representações parafrásticas dessas redes de memória:

FdN

Tp1 (não aprova) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Pc7} \left\{ \begin{array}{l} \text{o Colegiado precisa de mais tempo} \\ \text{há muitas questões a serem discutidas} \\ \text{é preciso aguardar elaboração do PQD} \end{array} \right. \\ \text{Pc8} \left\{ \begin{array}{l} \text{é preciso respeitar rigidamente a norma} \\ \text{é preciso constar o PQD no processo} \\ \text{é preciso tratar todos de forma igual} \end{array} \right. \end{array} \right.$

FdP

Tp2 (aprova) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Pc7} \left\{ \begin{array}{l} \text{o Colegiado já teve muito tempo} \\ \text{há uma questão de prioridade} \\ \text{é preciso cobrar a elaboração do PQD} \end{array} \right. \\ \text{Pc8} \left\{ \begin{array}{l} \text{é preciso flexibilizar a norma} \\ \text{não é preciso constar o PQD no processo} \\ \text{é preciso tratar cada caso de forma particular} \end{array} \right. \end{array} \right.$

Que efeitos de sentido se projetam pela FdN? *Inscribe-se na isonomia regimental ou se tenta estabelecer barreiras, dificuldades para o afastamento docente em razão do reduzido quadro de professores à época?* Percebamos que essas questões parecem ser laterais, se não silenciadas, na FdP em que podemos levantar se *o que está em questão é uma tomada de posição pelo direito da professora de se afastar para doutorado ou a obrigação do Colegiado de elaborar o PQD?* Supomos que esses dizeres estão ocupando o lugar de outra coisa, algo que não pode ser dito, mas que escapa na equivocidade constitutiva da linguagem.

De fato, para nós, sobressaem efeitos de sentido que apontam para a normativa. Contudo, sabemos, as condições sócio-históricas atravessam esses dizeres de tal forma que aquilo que está dissimulado no texto é justamente o que possibilita produzir pré-construídos de outros domínios da memória. Nesse caso, se levantarmos a possibilidade de que havia poucos professores em cada curso, além das muitas redistribuições que ocorreram no período. As discussões teriam sido influenciadas por tais fatores como atravessamentos históricos, que não estão formuladas na superfície do texto, mas que podem estar significadas nas contradições que estamos apontando concernente à tomada de posição. A textualização da votação, especificamente a inscrição “seis abstenções” (Rd23) dialogam com essa contradição.

Desse modo, a fim de construir um efeito de unidade para a análise, depreendemos que essas *Tp* podem ser categorizadas como *normativa (Tp1)* e *prática (Tp2)*. A primeira diz respeito a séries de pré-construídos que têm a normativa, o regimento, a lei, o direito, como fundamento para a tomada de posição no âmbito da institucionalidade (pela FdN). A segunda filia-se a outras séries que inscrevem os sujeitos no campo da particularização dos casos, da subjetivação dos interesses em jogo e das condições históricas que afetam a tomada de posição (pela FdP).

Essas *Tp* são indício de que a história afeta a construção das redes de memória de modo a produzir contradições incontornáveis. Do ponto de vista discursivo, estamos lidando com a disputa no interior de uma mesma formação ideológica – FiD –, as projeções que se fazem dos sujeitos a partir de determinadas condições de produção.

Na seção seguinte, recortamos um acontecimento específico para mostrar como certo imaginário produz tensão entre as posições-sujeito e expõe a ideologia sobre a materialidade significativa.

5.4 Efeitos (contra)hegemônicos na prática deliberativa

Em 14 de abril de 2004 foi instituída a principal instância deliberativa da Universidade, o CONSUNI. A ata 01 do AaCS trata desse evento. Sobre o que está textualizado nessa materialidade, gostaríamos de destacar a presença dos seguintes dizeres:

(Consuni 1)

(Rd25.1): “O que está em jogo neste momento é a perspectiva de concretizarmos uma universidade possível, capaz de interferir num **contexto tão carente e sedento de transformações.**”

(Rd25.2): “Chama a atenção para a importância das decisões a serem tomadas de agora em diante, pois **a sociedade aguarda.**”

(Rd25.3): “Afirma que a universidade brasileira como um todo está sendo questionada e, devido a essa conjuntura, ressalta a importância da concessão ao novo, à luta, lembrando que **a universidade não atende às demandas sociais.** Então, é o momento histórico de chamar a responsabilidade para si, de não repetir erros do passado. Ressalta que **num Estado tão carente quanto o nosso a universidade se reveste de um importante papel transformador.**”

(Rd25.4): “É sabido que **o Estado do Tocantins precisa muito de uma universidade,** pois este é o momento de acreditar, de construir. Haverá divergências, mas a convergência deverá ser em prol da consolidação, do fortalecimento, da construção de **uma universidade voltada para o social, para questões da comunidade, cooperativas, movimentos sociais, enfim, nossa comunidade como um todo.**”

(Rd25.5): “Já Prof. n1 não gostaria de repetir palavras, mas destaca a questão da democracia e da tomada de decisão. **As várias lutas pela inexistência da participação dão ao CONSUNI uma dimensão muito grande.**”

(Rd25.6): “Da responsabilidade enorme que sente de, em se conhecendo aspectos passados, juntar esforços para **mudar aspectos como cultura, ideologia** e poder eliminar vícios presentes em outras instituições.”

Relacionamos esses recortes com o formulado (cf. seção 2.1) acerca de certos imaginários postos em circulação a respeito da institucionalização da UFT, processo em que se estabilizam determinados dizeres relativos às tomadas de posição distintas em instâncias políticas, inscritas em textos jurídicos, circunscritas em torno de movimentos sociais e estudantis, e implicadas em determinados resultados econômicos. O AaCS nos indica que esses diferentes domínios discursivos, ao se cruzarem, organizam a memória institucional da universidade de modo a produzirem certo efeito de homogeneidade daquilo que *já se sabe* sobre a UFT. Assim, é possível entrelaçar discursividades individualizantes dos sujeitos na prática deliberativa de modo a constituir algumas unidades na ordem do pré-construído como:

- (1) A sociedade tocantinense vive em um contexto carente e sedento por transformações.
- (2) A UFT tem a capacidade, o papel e o dever de promover as transformações que os tocantinenses (sociedade tocantinense) aguardam.
- (3) O CONSUNI é um espaço de participação e consolidação das lutas democráticas no estado do Tocantins.
- (4) As decisões do CONSUNI devem respaldar mudanças (transformações) no cenário tocantinense.

(5) A mudanças (transformações) devem tocar aspectos culturais e ideológicos e afetar a “comunidade como um todo”.

Estão postos em relevo nessas formulações sentidos difusos acerca de “contexto carente”, “transformação”, “lutas democráticas”, “sociedade tocantinense” os quais mobilizam diferentes funcionamentos, a depender das relações estabelecidas com o político, o jurídico, o social (estudantil), o econômico. Diante dessa leitura, lançamos um olhar sobre o AaCS com o intuito de interpretar e compreender as referidas *noções chave* desses pré-construídos atravessam a textualização de modo a produzir certa memória institucional e a inscrever distintas individuações dos sujeitos no gesto de tomada de posição materializado nas atas.

Para dar decorrência a essas questões, recortamos uma sequência de dizeres associados à deliberação de uma política pública específica, representada no (ante)projeto de criação do curso de graduação (licenciatura) em Biologia, na modalidade EaD. Justificativas: falta de profissionais docentes formados em Biologia no Tocantins; facilidade e conveniência com a EaD; melhoria da infraestrutura da UFT; bolsas para docentes e alunos colaboradores do projeto.

Buscamos analisar os modos como se textualiza o político no processo de tomada de posição, deixando entrever o modo como o funcionamento ideológico expõe as lutas de classes quando da prática deliberativa.

Para isso, apresentamos uma sequência de recortes discursivos do AaCn e do AaCp que produzem um fio narrativo sobre o referido processo de deliberação. Em seguida, elaboramos um gesto interpretativo, narrativizando os recortes. Depois, procedemos nossa análise destacando dois movimentos: (i) o circuito hegemônico das tomadas de posição, em que sobrepomos o sufocamento de uma dada posição contra-hegemônica; e (ii) dos sujeitos deliberativos e seus interesses, em que mostramos como os sujeitos na posição contra-hegemônica são discursivizados no processo de textualização do político.

Dos recortes

Para nossa análise, recortamos o embate discursivo que se formou quando da criação do primeiro curso na modalidade Ensino à Distância (EaD) da UFT, resultado de um consórcio liderado pela Universidade de Brasília (UnB), em que participaram outras oito universidades públicas de Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Bahia e Tocantins (representado pela

UFT)⁷³. É preciso dizer que a questão do consórcio parece ser lateral nas atas, isso considerando haver certo grau de relevância da operação para as condições de produção em que se inscrevem os sujeitos deliberativos. Assim, queremos pontuar que tal inferência é produto de nossa de interpretação, portanto, constitutivo das condições de produção que projetamos no presente gesto analítico.

Tomando a relação histórica que se pode levantar na reprodução dos dizeres em outras materialidades, é possível, ainda, circunstanciar políticas públicas governamentais em que foram propiciadas condições para a ampliação do ensino superior, em específico, na modalidade EaD. Referimo-nos, então, ao Programa Pró-Licenciatura instituído em 2005, na esteira do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁷⁴, como uma iniciativa do governo federal voltada à formação inicial e continuada de professores que lecionavam no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio das escolas públicas municipais e estaduais, e que não possuíam licenciatura para o exercício da função (Pró-Licenciatura, 2005).

Desse modo, o Pró-Licenciatura toca uma questão presente dos discursos sobre a relação *UFT / sociedade tocantinense / contexto carente / lutas democráticas / transformação*, projetando efeitos de identificação com certo imaginário acerca do papel da Universidade. Essa relação afeta a construção de uma conjuntura na qual se inscrevem os sujeitos deliberativos em suas tomadas de posição. Vamos aos recortes.

(Rd22)

Item 6) Projeto Pedagógico do Curso de Biologia em Licenciatura Plena, na Modalidade Educação a Distância, com relato da conselheira **n1**, que antes do início da leitura esclarece que esta é apenas uma minuta do Anteprojeto, aberta, portanto, a contribuições e alterações por parte do plenário. Ressalta que é um texto condensado e que o texto integral será encaminhado a quem quiser ter acesso ao mesmo. Após a leitura deste processo, as dezoito horas e vinte minutos, a Vice-Reitora, conselheira **n2**, assume a presidência deste Conselho, substituindo o Magnífico Reitor que teve de se ausentar. Coloca-se a disposição do plenário para dar maiores esclarecimentos, reconhecendo a complexidade e importância do assunto em questão. Sugere, inclusive que, se necessário, seja agendada uma reunião extraordinária só para discuti-lo. Solicita a Professora **n3**, representante da Educação a Distância do *Campus* de Arraias, que esclareça o máximo que puder o projeto em questão. Ao final da explanação desta, persistem as dúvidas sobre a matéria em debate. Os discentes, mais do que qualquer outra representação no plenário, não se sentem instruídos suficientemente para votar a questão. Conselheira **n2** recorda que o assunto encontra-se em discussão há pelo menos dois anos, sendo que no início da mesma a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo. Ao final, delibera-se que o processo retorne na próxima reunião do Consepe.

(Rd26)

Item 3) Projeto Pedagógico do Curso de Biologia em licenciatura plena, na modalidade Educação a Distância. Antes da abordagem deste processo, o Magnífico Reitor faz a leitura de documento encaminhado a Reitoria pelo Diretório Central dos Estudantes-DCE, no qual é solicitada a retirada do processo da pauta desta reunião. Tal

⁷³ cf. Projeto Pedagógico da licenciatura em Biologia a distância elaborado pelo Consórcio setorial de universidades.

⁷⁴ Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.

pleito, segundo a entidade, se deve ao fato da mesma se julgar insuficientemente instruída sobre o assunto. No decorrer da reunião os acadêmicos alegam dúvidas quanto a garantia da qualidade dos cursos ministrados na modalidade Educação a Distância; quanto a real demanda das populações atingidas pelo sistema agora oferecido; e até que ponto vai a autonomia da UFT em relação aos cursos a serem implantados. Finalmente, é solicitado pedido de vistas. O Magnífico Reitor alerta para o fato de se conceder vistas a processos somente quando os mesmos chegam aos conselheiros com menos de quarenta e oito horas da realização das reuniões, o que não é o caso deste processo. Professora **n1** recorda que o mesmo já está em discussão há quase dois anos, tendo sido objeto de reuniões com representantes da sociedade acadêmica, da Comissão criada para estudá-lo, e de finalmente já ter sido analisado e aprovado pela Câmara de Graduação. Após estes argumentos, o Magnífico Reitor transfere ao plenário a decisão de conceder-se ou não, aos acadêmicos, vistas ao processo em questão. Grande parte do plenário entende que a matéria já foi suficientemente discutida e que deve ser colocada em votação. Mas alguns docentes e a totalidade dos discentes entendem que ainda não é hora para tal. Estes últimos acrescentam àqueles impedimentos já mencionados o fato de não ter sido enviado aos conselheiros o projeto político pedagógico, completo, do curso em questão, o que propiciaria um maior esclarecimento a respeito do assunto. Apontam também a contradição existente entre o nome do processo constante da pauta desta reunião, "Projeto Pedagógico do Curso de Biologia em Licenciatura Plena, na Modalidade Educação a Distância" e o do Anteprojeto efetivamente colocado para aprovação, "Criação do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Educação a Distância, da UFT". Para os acadêmicos, além das dúvidas que persistem acerca deste Anteprojeto como um todo, estas duas últimas constatações, por si só, justificam o pedido de vistas ao processo. Discentes e docentes, não pertencentes ao Conselho, expõem seu ponto de vista sobre o assunto. Entre estes ressalta-se a fala do representante do Centro Acadêmico de Biologia, que alega não ter havido debate sobre o assunto com os acadêmicos deste curso e do membro da Comissão de Educação a Distância, Professor **n2**, que esclarece que o curso está inicialmente sendo oferecido em cidades urbanas do Estado somente pela facilidade de mão-de-obra oferecida nos *campi* existentes nas mesmas. Que num segundo momento do processo isto se estenderá também as cidades do interior. Que o nível de exigência para uma mudança de módulo na educação a distância é frequentemente mais elevado do que o necessário a mesma mudança num curso presencial. Para corroborar esta afirmação cita o exemplo de formandos do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ, entidade inclusive visitada pelo conselheiro **n3**, que tem número expressivo de formandos aprovados em concursos para professores de instituições de ensino superior públicas e privadas do país. Ao final destas intervenções, constata-se que houve realmente falha da parte da secretária dos trabalhos, que enviou aos conselheiros somente o Anteprojeto de Resolução, sem o anexo correspondente ao projeto político-pedagógico do curso agora oferecido. Em vista disto, o Magnífico Reitor estabelece que regimentalmente não se pode votar matéria cujo conteúdo vinculado a mesma não foi encaminhado. Compromete-se a fazê-lo e delibera que a votação sobre o anteprojeto em questão seja realizada na próxima reunião do Consepe.

(Rd27)

2.4 - Curso de Biologia a distância - Professora **n1**, Coordenadora do Projeto EaD, de Arraias, em atenção ao ofício também encaminhado a Reitoria pelo Conselheiro **n2**, do Campus de Miracema, presta esclarecimentos sobre aspectos orçamentários da implantação do Curso de Biologia a distância, anteprojeto que se encontra em trâmites no Consepe. Demonstra, através de planilha do consórcio formado com outras instituições públicas de ensino superior, o custo total deste projeto, que é de aproximadamente doze milhões de reais para os quatro anos de realização do curso. Esclarece que não existe contrapartida por parte da UFT, excetuando-se a participação, na qualidade de voluntários, do pessoal docente de Araguaína, Arraias, Gurupi e Porto Nacional, campi que participarão do projeto em questão. No final da explanação conselheiro **n2** argumenta que a explicação não o satisfaz e aguarda o envio do assunto ao Consepe para maiores esclarecimentos. Conselheiro **n3**, coordenador do Campus de Tocantinópolis, demonstra sua preocupação com relação a este projeto, comentando outros do Governo Federal que não foram honrados, motivo, segundo ele, suficiente para debater-se mais extensamente o assunto EaD antes de submetê-lo a aprovação. A respeito, o Magnífico Reitor argumenta que este tema tem sido objeto de frequentes debates na UFT, com realização de várias videoconferências, reuniões, com a criação do grupo de estudos para EaD há dois anos, e agora em debate no Consepe. Recorda ainda que o primeiro debate sobre esta questão ocorreu por ocasião ainda da gestão do professor **n4**. Mas deixa claro que, caso este assunto não esteja suficientemente analisado, que o mesmo seja discutido mais profundamente [sic].

(Rd21)

Item 3) Processo número 23.101.002.154/2005-90 - Criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Ensino a Distância, da UFT, relatado pela Conselheira **n1**, que inicia seu relato lendo o anteprojeto e lembrando que a discussão sobre educação a distância não se encerra nesta reunião. Quando o assunto é colocado em discussão Professor **n2** solicita, em nome do comando de greve e da SESDUFT, a

suspensão desta reunião, tendo em vista que, de acordo com o primeiro, esta sessão não representa um serviço essencial a Instituição. Propõe então a suspensão da mesma e a participação dos docentes presentes na assembléia da SESDUFT, que no momento discute a greve. Deixa claro, porém, que particularmente não defende esta posição. Em resposta, Professor **n3** informa que esta reunião foi agendada há vários dias e somente agora recebe esta solicitação. Informa que todos os professores estão livres para participarem da assembléia em questão, porém ressalta que as reuniões do conselho são de caráter essencial a instituição. A grande maioria dos acadêmicos presentes, contrários a aprovação do anteprojeto, reage energeticamente a continuação dos trabalhos. Conselheira **n4** alega que a idéia deste projeto não foi formulada pela comunidade acadêmica, mas sim por um grupo de professores. Reivindica a interrupção do processo e solicita maior tempo de discussão sobre o mesmo. Manifestações de apoio a este pleito são efetuadas pela grande maioria dos acadêmicos presentes à reunião. Professora **n5** argumenta que, na primeira reunião que houve sobre Educação a Distância já se contava com a participação de representantes estudantis nas discussões sobre este assunto. Afirma que, embora tenha se colocado à disposição para maiores esclarecimentos, não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito; finaliza reiterando que a discussão não termina com a criação do curso em questão. Novamente os acadêmicos contrários a aprovação do Anteprojeto manifestam-se, impedindo a discussão sobre o tema. Indagado sobre o porquê da urgência e da escolha do curso de Biologia, o Magnífico Reitor argumenta que se trata da constatação, por parte do Governo Federal, da carência de professores com esta formação no país, em especial na região forte. Seu caráter emergencial se justifica pelo fato do surgimento da oportunidade da Instituição ser aceita no Consórcio que elaborou a proposta e de se observar para tanto o prazo estipulado. Professora **n6**, Presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins - SESDUFT, solicita a palavra expondo sua discordância com relação a pressa para a votação desta matéria e solicita ao Magnífico Reitor que suspenda esta reunião, conclamando aos docentes presentes que fortaleçam o movimento de greve, aderindo a mesma aqueles que ainda não o fizeram. Conselheira **n5** tenta mas é impedida de falar. Após presenciarem-se novas manifestações contrárias ao Anteprojeto, a matéria é colocada em votação, recebendo nove votos a favor e treze contra. Resultado este não confirmado, pois alega-se que votaram pessoas não integrantes do Conselho. Os acadêmicos novamente se manifestam, dificultando a votação. Faixas são colocadas, pelos contestadores, na frente da mesa que dirige os trabalhos, impedindo seus integrantes de visualizar o plenário. O Magnífico Reitor pede calma a todos. Conselheiro **n2** externa sua indignação frente a situação em que se encontra o Conselho e solicita aos manifestantes respeito as posições contrárias. Alega sentir-se inseguro para votar. Outros conselheiros se posicionam contestando a manifestação. O conselheiro **n7** explica que não é do interesse do Movimento Estudantil a radicalização da manifestação e questiona o processo de discussão do Ensino a Distância na UFT. Finalmente a matéria é colocada em votação. O resultado, de treze votos a favor, dezoito contrários e uma abstenção, não aprova o anteprojeto de Resolução do CONSEPE que trata da criação do curso de Biologia modalidade Ensino a Distância. Todavia a discussão sobre o tema continua na Instituição.

(Rd28)

A seguir, vários conselheiros expõem sua indignação frente ao ocorrido na última reunião do Consepe, onde, quando da votação do Anteprojeto de Criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, modalidade Educação a Distância, na UFT, os acadêmicos quase interromperam a sessão com manifestações beirando a violência, contrárias a aprovação do Anteprojeto em questão. Para que tal ocorrência não se repita, é sugerido, entre outros, que assuntos polêmicos como esse sejam apreciados primeiramente pelo Consuni, ficando a cargo do Consepe a fundamentalização dos mesmos; que atitudes como estas devem ser enfrentadas com maior rigor pela Reitoria, aludindo-se a necessidade de se ter chamado, naquela ocasião, a segurança para melhor controlar a situação, ao que o Magnífico Reitor rebate, afirmando que sua política sempre foi de resolver qualquer situação através de negociação e que manifestações são saudáveis; reconhece, porém, que esta teve o intuito único de tentar obstruir a votação em questão. Pondera que, se o ocorrido se verificar novamente será necessário pensar-se em providenciar lugar mais reservado, que propicie condições ideais para uma apreciação tranquila dos processos em votação pelos Órgãos Colegiados Superiores. A seguir, conselheiro **n1**, após manifestar também seu descontentamento pelo ocorrido na última reunião do Consepe, chama a atenção para a aprovação do Projeto da História da África de Cultura Negra e do Negro no Brasil e solicita o empenho institucional no sentido de implementar-se a Lei 10.639, que finalmente colocará a história do negro no cenário educacional brasileiro. Informa que este projeto foi aprovado pela Sesu e pela Secad, tendo proposta de assinatura de um termo de cooperação técnica com a Fundação Cultural Palmares para ser oferecido em outras cidades do Brasil, na modalidade a distância e com certificação da UFT.

(Rd29)

Esta reunião tem como pauta única a apreciação do processo número 23.101.002.327/2005-50, que traz recurso impetrado pelos Coordenadores de Campi conselheiros **n1**, de Arraias, **n2**, de Gurupi e **n3**, de Araguaína, contra

decisão do Consepe de dezesseis de setembro de dois mil e cinco, que negou a criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Educação a Distância, na UFT. O Magnífico Reitor dá início aos trabalhos fazendo a leitura dos ofícios que pleiteiam o recurso ora analisado. A seguir, conselheiro **n1**, com auxílio de datashow, enfatiza a importância do projeto no contexto da Instituição e da sociedade tocantinense, ressaltando vários aspectos do mesmo que, em sua visão, justificam sua aprovação. Entre eles destaca as condições que o Campus de Arraias oferece, que possibilitam a oferta do curso em questão, tais como espaço físico adequado, proporcionado pela parceria existente entre a Prefeitura local e a UFT, bem como profissionais docentes a disposição do projeto. Finalizando, conclama o Conselho a votar objetiva e isentamente, deixando de lado questões, a seu ver, de cunho político, que estariam prevalecendo sobre outras de extrema importância a Instituição. Conselheiro **n3** também defende a implantação do curso no Campus de Araguaína, pois além do espaço físico necessário ao mesmo, possui sete laboratórios e dez profissionais docentes disponibilizados para tanto. Informa que recebe inúmeros questionamentos a respeito de quando a região do Bico do Papagaio receberá a implantação do curso EaD através deste campus. Reitera que se deve aproveitar oportunidades como esta que o Governo Federal está oferecendo, ainda que não sejam as melhores idealizadas. A seguir, é a vez do conselheiro **n2** justificar o pedido de inclusão do curso no Campus de Gurupi. Comenta que, de fevereiro a junho deste ano, num processo que continuou no resto do ano nos campi, quando das discussões ocorridas por ocasião da elaboração do planejamento estratégico e da missão da Universidade, foi concluído um documento de referência, que contou com a participação efetiva de Coordenadores de Campus e de conselheiros do Consepe. Nele ficou claro que uma das missões primordiais desta Instituição, dada sua peculiaridade multicampi, tem como objetivo a interiorização do ensino, no sentido de se dar oportunidade a pessoas carentes, localizadas distantes dos grandes centros e que não possuem condições de frequentar uma universidade. Cita como exemplo a cidade de Gurupi, cuja macrorregião possui cerca de quinze municípios, sendo a maior parte carentes, totalizando de cento e cinquenta a duzentos mil habitantes, contando com sistema de transporte extremamente deficiente, e que não possuem condições de sediar uma universidade, na medida que não contam ao menos com professores de formação básica. Informa que é comum a UFT ser questionada sobre quando instalará um núcleo educacional nestas regiões distantes, declara sua frustração frente ao não atendimento a tão justa demanda e conclui que o EaD é uma ferramenta que permite atendê-los, inserindo-nos em meio a populações extremamente carentes. Termina por questionar se a Universidade estará errada em tentar amenizar tamanha exclusão social. A seguir são emitidas várias opiniões a respeito do projeto. A favor: o caráter gratuito do curso para o interessado em cursá-lo, ao contrário, por exemplo, dos oferecidos pela Unitins, que são pagos; a UFT não terá gasto algum com a implantação do curso; a valorização dos profissionais docentes envolvidos, com previsão de receberem bolsa de oitocentos reais, e dos monitores, acadêmicos da UFT, de quatrocentos e cinquenta reais; a oportunidade oferecida a profissionais docentes não só da UFT, mas de outros locais distantes da mesma; a verba anual de setecentos e cinquenta mil reais que a Instituição receberá por conta da adesão ao projeto; a implementação que os laboratórios de biologia receberão; e finalmente o retrocesso que representa a negativa a uma Instituição de tentativa de experimentação de uma hipótese, que por sinal tem sido barrada por trinta anos no MEC e no Congresso, em razão do forte lobby exercido pelas escolas particulares. Das manifestações contrárias ao projeto, destacam-se: o questionamento de como uma solicitação de recurso de uma minoria pode acabar se sobrepondo a deliberação de uma maioria; ao fato de terem recebido a convocação desta reunião com antecedência de apenas quarenta e oito horas, em vésperas de feriado; o pouco tempo de discussão dedicado ao assunto; ao fato de um dos interessados no assunto ter relatado o processo, o que prejudicou a isenção necessária a apresentação; a dúvida sobre a qualidade do aprendizado por parte dos alunos participantes; a preocupação com a qualidade do material a ser utilizado; a necessidade de criação de uma política de abertura de novos cursos; a preocupação com a proliferação de diplomas que advirá com a implantação do curso e a indissolubilidade que deve existir entre preocupação técnica e política nas discussões dos Conselhos. No final, conselheiro **n4** solicita suspensão da votação e vistas ao processo, que é negado tendo em vista que a convocação e o respectivo processo foram encaminhados aos conselheiros com mais de quarenta e oito horas de antecedência a reunião, o que contempla o estipulado no Regimento da Instituição. A seguir, o Magnífico Reitor acrescenta que é interessante atentar para o fato que, nas pesquisas efetuadas até o presente momento acerca do ensino a distância, nenhuma tenha constatado que os alunos desta modalidade de ensino tenham apresentado rendimento menor que os dos cursos presenciais, mesmo porque nenhum deles se diplomará sem ter passado por uma avaliação sistemática. A alegação do pouco tempo para discussão, relembra que a mesma acontece já há dois anos e lamenta que muitas pessoas que agora cobram mais tempo para discussão nunca tenham participado das reuniões. Solicita franqueza aos conselheiros no sentido de se reconhecer o quanto é difícil aglutinar diferentes categorias para determinado debate. Cita como exemplo a Estatuínte, que já teve seu cronograma de datas alterado motivado pela incapacidade de se conseguir número suficiente de candidatos a delegados; de se possuir um primeiro documento a respeito já elaborado e encaminhado a comunidade acadêmica, e que até o presente momento recebeu mínima adesão. Esclarece que o que se busca aqui é aprofundar o debate, na medida que, se aprovado o projeto, a discussão sobre o mesmo não cessará, ficando mais calorosa ainda a partir da situação concreta que se estará vivenciando. Saliencia que o ensino presencial não será prejudicado em nenhum aspecto pelo a distância, sendo o orçamento deste aplicado totalmente na melhoria das instalações da UFT. Quanto a questão do Consuni estar analisando um

assunto já deliberado pelo Consepe, alega que a Presidência nada mais está fazendo do que respeitar o Regimento Estatutário; que se três conselheiros estão solicitando recursos é obrigação ouvi-los, como já foi feito inclusive com interessados que nem pertenciam aos quadros da Instituição e caso exista campus que se sinta em condições e motivado para oferecer o curso em questão, esta oportunidade deve lhe ser oferecida. Aos questionamentos sobre a representatividade dos membros do Conselho, o Magnífico Reitor argumenta que cada voto dos coordenadores aqui presentes é respaldado na representatividade de que foram imbuídos quando de sua eleição; logo, em princípio, todos possuem legitimidade para votarem a matéria. Salienta, porém, que aquele que não se sentir em condições pode se abster de efetuar-lo. Procedida a votação, onze conselheiros votam favoravelmente a matéria, três contrariamente e três se absterem de votar. Fica aprovada, então, em caráter experimental, a criação do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Educação a Distância, na UFT.

(Rd30)

Item 5) Discussão sobre o papel do Consepe - Conselheira **n1**, do Campus de Miracema, faz a leitura de documento, de sua autoria, que expõe indignação frente ao ocorrido na última reunião extraordinária do Consuni, ocasião em que esse Conselho, analisando pleito dos Coordenadores dos Campi de Araguaína, Gurupi e Arraias, aprovou a implantação do Curso de Biologia, modalidade Ensino a Distância, na UFT, tomando, assim, sem efeito a deliberação do Consepe que negou a implantação do referido curso. Questiona o poder e o papel do Consepe, bem como a maneira, a seu ver anti-democrática, com que vêm sendo tratados temas como a adoção do Planejamento Estratégico, a edição da portaria 77 sobre flexibilização docente, a criação do Curso de Medicina, a proposta de criação do campus de Araguatins e a discussão sobre a implantação das prioridades dos campi. A seguir, Conselheiro **n2** compartilha do mesmo sentimento da relatora, salientando, entre outros, o aspecto inusitado, para ele, que representa encaminhar-se ao Consuni recurso sobre um assunto que foi tratado e aprovado no Consepe. O Magnífico Reitor comenta item por item do documento: a) qualquer integrante da Comunidade Acadêmica desta Instituição que não concordar com alguma decisão de nossos Conselhos pode recorrer da mesma. Trata-se de situação prevista em nosso Estatuto. Quanto ao fato de recorrer-se no Consuni de uma decisão ocorrida no Consepe, alega que é impossível entrar-se com um recurso no mesmo Conselho que deliberou sobre sua questão. Acrescenta que o Consuni já deliberou sobre recursos de pessoas que nem ao menos pertenciam a UFT, que dirá de integrantes de seu quadro. b) O Planejamento Estratégico teve sua elaboração efetuada da maneira mais democrática possível, com a elaboração do documento básico contando com a participação de todos os campi. Destaca, porém, ser esta uma decisão que não necessita ser aprovada em Conselho, na medida que trata-se de um compromisso constante no Plano de Gestão, diferentemente do Planejamento de Desenvolvimento Institucional, que deve, obrigatoriamente, passar pelo Consuni. c) Quanto a Portaria nº 77, emitida pela Reitoria e que trata da flexibilização docente, informa que a mesma foi elaborada tendo em vista que o anteprojeto desta matéria passou pelo Conselho por duas vezes e não conseguiu aprovação. Enquanto isto, vários professores, em situações indefinidas, aguardavam pronunciamento para participarem de processo de seleção para efeito de cursarem doutorado já em novembro. Foi então que elaborou-se o documento, que procurou contemplar todas as preocupações manifestadas nas reuniões do Conselho. d) A criação do Curso de Medicina está sendo discutida da mesma maneira que outras, e quando estiver concluída passará pelos Órgãos Colegiados. Lembra que não é necessário pedir autorização para idealizar um curso, sendo todos livres para fazê-lo. e) Sobre a criação do Campus de Araguatins, informa que foi comunicado, através de um jornalista, que o Deputado Federal Ronaldo Dimas estaria disponibilizando dois milhões de reais para que a cidade de Araguatins, sua base eleitoral, tivesse seu próprio campus universitário da UFT. Ressalta que, para ser viabilizada, esta será uma decisão que, obviamente, deverá passar pela análise e aprovação dos Órgãos Colegiados Superiores da Instituição. f) Sobre a questão das prioridades dos campi, discorda da alegação segundo a qual o processo da aplicação dos recursos foi anti-democrático. Informa que possui o ofício de cada um dos coordenadores de campus elencando suas prioridades. O que pode ter havido foi falta de mobilização de cada campus para decidirem suas respectivas prioridades. Ao final da argumentação conselheiro **n2** insiste em seu inconformismo frente a apreciação do recurso referente ao EaD, principalmente pelo fato da decisão do Consepe não ter apresentado situação de ilegalidade, o que justificaria nova apreciação. Conselheira **n1** indaga se é possível recorrer da decisão do Consuni, ao que o Magnífico Reitor orienta-a no sentido de encaminhar esta solicitação, por escrito, a Reitoria. Conselheira **n1** comenta e-mail do Professor **n3** que traz a sugestão de discutir-se critérios a serem utilizados na criação de cursos. Conselheiro **n4** comenta que a Instituição deve ficar acima do Consuni e do Consepe. Cita como exemplo um aluno que não concorda com a nota que recebeu. Quem a reavalia não é o próprio professor mas sim uma outra instância. Com relação a flexibilização, não foi favorável a edição da portaria, foi voto vencido. Mas reconhece que as práticas em questão já eram utilizadas, faltando somente a aprovação e também não havia mais tempo para encaminhar novamente a proposta ao Conselho.

(Rd31)

A seguir, Conselheiro **n1** toma a palavra e expõe sua indignação frente ao fato de, segundo sua interpretação, o Consepe estar desempenhando um papel meramente decorativo, com autonomia extremamente comprometida, na medida em que assuntos relativos à sua alçada estão sendo frequentemente analisados pelo Consuni. Chega inclusive a questionar a necessidade de sua existência. O Magnífico Reitor rebate, com veemência, estas declarações. Passa a fazer a leitura do inciso 17 do Artigo 14 do Regimento Geral da UFT, que preconiza ser competência do Consuni a aprovação do Plano Anual e do Calendário Acadêmico da Instituição. Solicita que seja registrado seu repúdio frente as alegações do Conselheiro que, no seu entender, desqualificam este Conselho, que tem desempenhado papel importantíssimo na Instituição, e conseqüentemente sua Presidência. Conselheiro **n1** solicita que não interpretem sua intervenção como algo pessoal, pois esta não foi sua intenção. Esclarece que seus comentários dirigem-se a atuação do Conselho como um todo e reproduzem um ponto de vista compartilhado no meio docente. Conselheira **n2** não vê, na fala do conselheiro **n1**, algo que atinja diretamente a presidência do Conselho; em sua opinião ela apenas expressa um sentimento presente também em outros colegas. A seguir, Conselheiro **n3** alega compartilhar da opinião da Conselheira **n2** e diz que também sentiu-se frustrado ao ver uma decisão do Consepe, como o episódio da criação do Curso de Ensino a Distância, ser contestada pelo Consuni; finaliza questionando como fica a questão da democracia nesta situação. O Magnífico Reitor alega que democracia é também respeitar normas. No caso da criação do curso de Ensino a Distância, o pedido de criação do mesmo, efetuado por três Coordenadores de *Campi*, foi analisado pelo Consuni, pois o mesmo é instância de recurso do Consepe. Conselheiro **n4** enfatiza a importância dos trabalhos da Estatuante, onde o tratamento de questões como estas poderá ser discutido. Mas ressalta que, até isto ocorrer, as normas atuais devem ser respeitadas. Finalizando, Conselheira **n5**, ainda que compartilhando da frustração sentida quando da aprovação do curso de Ensino a Distância, ocasião em que, inclusive, elaborou documento contestatório sobre o assunto, conclama seus pares a refletirem sobre a real importância deste Conselho e a defendê-lo com veemência. Propõe relevar-se crises, divergências e mesmo frustrações em prol de seu fortalecimento.

(Rd32)

Item 5) Avaliação do Curso de Licenciatura em Biologia na Modalidade a Distância – O Magnífico Reitor explica que os relatos seguintes objetivam dar uma satisfação do andamento desse projeto, que já produziu quatro seminários mas que, no Conselho, é a primeira vez que se faz a apresentação de seus resultados. Conselheira **n1** - coordenadora do curso Licenciatura em Biologia a distância da UFT - fornece detalhes sobre a estrutura operacional desse projeto e seus principais resultados. Professora **n2** - representante da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia - fala da parceria do Governo com a UFT nesse projeto e de como ele vem colaborando, entre outros aspectos, com a preocupação de suprir a expressiva falta de professores que não possuem formação nas disciplinas que ministram, sentida principalmente em cidades longínquas do interior do Estado. Professora **n3** – uma das profissionais responsáveis pela implantação do projeto Universidade Aberta do Brasil no polo de Nova Olinda - conta como este projeto trouxe esperanças a sua cidade - região de assentamentos e de difícil acesso - e de como seus habitantes anseiam pela oferta de mais cursos nessa modalidade. Professora **n4** - Coordenadora de Tutoria do polo de Gurupi, após explicitar a grande expectativa que esse curso está gerando na região, expõe detalhes sobre o papel da tutoria nesse projeto, que proporciona o acompanhamento individual dos alunos, não somente no modo virtual, mas também através de cartas e contatos telefônicos, de acordo com as necessidades dos mesmos. Professora **n5** - Diretora do Centro de Novas Tecnologias Educacionais e Coordenadora do Programa Universidade Aberta do Brasil na UFT - encerra a apresentação, dizendo-se aberta a críticas e sugestões e lembrando o esforço inicial de seus colaboradores, a maioria sem formação específica na área, mas, que, atendendo a um chamado maior, de responsabilidade social, se prontificaram a participar do projeto e hoje, com sua primeira turma já no segundo ano do curso, apresenta resultados indicando que as metas propostas estão sendo atendidas. Mesmo reconhecendo os méritos, Conselheiros **n6**, **n7** e **n8** questionam a eficiência dessa modalidade de ensino na oferta de outros cursos e solicitam cautela, alegando aguardar-se a avaliação do Enade para melhor se posicionarem a respeito. Conselheiro **n6** questiona a representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia sobre o compromisso do Estado e o papel da Unitins na oferta de cursos presenciais no Tocantins. Lembra que é bastante cômodo exigir da UFT que abra novos cursos para atender a demanda de quase doze mil profissionais de diferentes áreas do Estado, com a Unitins se ocupando apenas em coordenar ou terceirizar cursos a distância, demonstrando pouco interesse na oferta de cursos de educação superior a comunidade tocantinense, ao que a representante se compromete a levar essas observações ao secretário. Finalizando, conselheiros parabenizam a apresentação e, alguns, contrastando com suas posições à época da implantação desse projeto, elogiam seu andamento e reconhecem sua importância.

Interpretação do acontecimento

Num breve movimento de circunscrição narrativa dos acontecimentos textualizados nos recortes organizados acima, podemos supor que, em face das problemáticas enfrentadas no contexto da educação tocantinense acerca do nível de escolarização dos professores que compõem o quadro do ensino fundamental e médio das escolas públicas municipais e estadual, a UFT instituiu um “grupo de estudos em EaD” responsável por apresentar uma solução institucional no âmbito da EaD. Após dois anos de trabalho – somando-se reuniões, debates, videoconferências, estudos –, o grupo levou ao CONSEPE uma proposta de criação do curso de licenciatura em Biologia, com polos nas cidades de Araguaína, Porto Nacional e Gurupi.

O curso aconteceria em caráter experimental com a participação voluntária de professores da UFT. Diz-se que a incorporação da Universidade ao consórcio não geraria ônus financeiro à instituição, uma vez que o Governo Federal financiaria todo o projeto por meio de um aporte anual de cerca de 750 mil reais, inclusive efetivando o pagamento de bolsas a professores e monitores durante a vigência do projeto.

Essa proposta foi apresentada (Rd22) como um anteprojeto, uma minuta, um texto aberto a colaborações, e que, em razão da complexidade da matéria, poder-se-ia postergar a votação até que todas as dúvidas tivessem sido esclarecidas. Isso se deu numa reunião extraordinária (Rd26) em que a proposta foi novamente discutida, sendo que dessa vez, as posições antagônicas produziram tensionamentos sobre alguns pontos como: o tempo dedicado ao debate; a qualidade do curso EaD; a problemática a ser enfrentada; a autonomia da Universidade na promoção do curso; a divergência em relação à identificação da matéria em pauta e o assunto discutido. Considerando que este último toca certa ordem regimental, o assunto foi posto em suspenso e retomado numa reunião posterior do CONSEPE. Antes, porém, o (ante)projeto é apresentado no CONSUNI onde também encontra resistência.

Quando finalmente foi posto em votação no CONSEPE (Rd21), o processo enfrentou muitos protestos, numa reunião afetada pelo movimento grevista encabeçado pela Sessão Sindical dos Docentes da UFT (SESDUFT) que exigia a suspensão das atividades do Conselho e pedia a participação de todo corpo docente na assembleia que estava ocorrendo. Do mesmo modo, o movimento estudantil também reclamava a interrupção dos trabalhos do Conselho e solicitava que o (ante)projeto fosse discutido ainda por mais tempo pelos estudantes. Ainda que muitos se opusessem a sua continuação, a reunião prosseguiu sob os argumentos de que se tratava de uma atividade essencial para a instituição, logo, não podia parar em função de greve, e que também já foi dedicado tempo suficiente para que se debater a fundo a proposta.

Diante de muita resistência e, sobretudo, da forte obstrução dos estudantes, a matéria foi discutida, votada e “não aprovada” com uma diferença relativamente pequena de 18 votos a 13. Mais tarde (Rd28), os acontecimentos dessa última reunião (Rd21) foram abordados com enfoque para a forma como os estudantes tomaram posição. Nesse tom, foram levantadas algumas sugestões para que o tipo de ato realizado naquela sessão não voltasse a acontecer nas reuniões dos Conselhos Superiores. Além disso, o resultado da votação no CONSEPE foi contestado por meio de recurso apresentado ao CONSUNI (Rd29), onde novamente se debateu a proposta, com destaque às posições que apresentaram pontos favoráveis e contrários à criação do referido curso EaD. Por fim, o projeto deliberado foi aprovado por 11 votos a 3, diferença bem maior em relação àquela verificada no CONSEPE.

Na esteira dos embates discursivos provocados pela discussão desse assunto nas instâncias deliberativas superiores da Universidade, foram inscritas posições de descontentamento quanto à aceitação de recurso da decisão do CONSEPE e à aprovação do (ante)projeto no CONSUNI (Rd30 e Rd31), sobretudo pela reiteração de questionamentos acerca da relação CONSEPE/CONSUNI, sob o aspecto da interferência dos atos do segundo sobre o primeiro.

Três anos depois, em outubro de 2008, pautou-se a avaliação do referido curso. Na ocasião, algumas das professoras envolvidas na implementação do projeto relataram a experiência, enfatizando a organização e a importância do curso para a formação de professores em regiões “longínquas” do Tocantins e a “parceria” com o governo estadual. Na oportunidade, também foram colocadas algumas posições temerárias, marcando certa “cautela” em relação à EaD.

Dessa linha narrativa podemos destacar que as tomadas de posição em relação ao (ante)projeto foram produzidas a partir de distintos movimentos de inscrição dos sujeitos na memória institucional. Seguimos a análise.

(i) O objeto deliberativo é equívoco

Os AaCn e AaCp não põem tudo em circulação ao mesmo tempo. Eles não põem qualquer coisa em circulação. Também, não põem a mesma coisa em circulação, sempre. Esses arquivos põem em circulação aquilo que se pode/deve inscrever na memória institucional; aquilo que está autorizado, legitimado, filiado à FiD.

O que pode se inscrever está associado aos possíveis gestos de textualização em determinadas condições de produção. A textualização inscreve os sujeitos (em suas posições-

sujeito) em certas formações discursivas, constituídas no complexo das formações ideológicas que afetam a produção de sentidos no interior das estruturas dos AIE.

O foco das discussões narrativizadas por nós é a tensão estabelecida nas tomadas de posições a respeito da criação dos primeiros cursos de graduação na modalidade a distância na UFT, objeto inscrito como “*item 3) Processo número 23.101.002.154/2005-90 - Criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Ensino a Distância, da UFT*” (Rd21) e “*processo número 23.101.002.327/2005-50, que traz recurso impetrado pelos Coordenadores de Campi conselheiros n1, de Arraias, n2, de Gurupi e n3, de Araguaína, contra decisão do Consepe de dezesseis de setembro de dois mil e cinco, que negou a criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Educação a Distância, na UFT*” (Rd29). Nessas duas materialidades (Rd21 e Rd29), o assunto é pautado como peça burocrática, funcionando por meio de um *processo administrativo*⁷⁵ codificado por uma sequência numérica logicamente desenhada para orientar sua classificação e organização no âmbito institucional. Tal nomeação mobiliza certo funcionamento normativo – regulando e estabilizando a referência na prática deliberativa – e produz efeitos sobre o modo como o tema é discutido e legitimado pelo Conselho. Assim formulado, o *assunto* pode operar sobre a constituição de uma memória possível de (autorizada a) circular.

Essa inscrição, codificada, opera no AaCS por um movimento de atualização do já dito em outras materialidades, circunscrevendo a discussão em condições de produção específicas. Ao se reformular o assunto posto em pauta, desloca-se o objeto para o domínio de certa evidência, transparência. Efeito de que *se sabe exatamente qual a questão deliberada*. Não se trata, portanto, de algo implantado nas discussões internas, mas de um *processo administrativo* fundamentado pelo conjunto normativo institucional que orienta os procedimentos de instrução, apreciação e votação das pautas nos CS.

Contudo, o entrelaçamento dos dizeres numa memória em rede, também produz furos por meio dos quais os sentidos escapam ao controle ideológico do dispositivo formulaico. O deslize, o equívoco, são constitutivos. Ou seja, mesmo tomando como referência o *assunto codificado* (controlado), é preciso ter em conta os cruzamentos com outras redes de memória. É nesse lugar que os dizeres se historicizam e deslizam sentidos por meio de paráfrases. Logo, também podemos considerar que a *codificação* se dá como um processo de controle da questão

⁷⁵ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 138), entende-se por **processo** “Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento”. É nesse sentido que levantamos o termo *processo administrativo*, para que não se confunda com outras noções de processo que vimos mobilizando nesta tese.

já posta em circulação nas atas, extirpando outras possibilidades. Isso porque esses textos são produto das condições históricas de produção dos discursos. Logo, a paráfrase está sempre sujeita a produzir outras relações de sentido e deslocar o dizer para outros domínios de memória, movimentando os sentidos entre a FdN e a FdP.

O que é (ir)regular nessas formulações que as estabilizam em seus efeitos discursivos num mesmo domínio da memória tem a ver com as condições materiais de sua produção. As distintas variações são produzidas em função das determinações postas sobre o que pode/deve circular. Destacamos, a princípio, o equívoco na designação “Curso de Licenciatura Plena em Biologia, modalidade $\left\{ \begin{array}{c} \text{Educação} \\ \text{Ensino} \end{array} \right\}$ a Distância”. Dizer “educação” ou “ensino” pode ser indício de certa indeterminação da noção de EaD no contexto em que se discutia o assunto. O movimento de ir e vir numa e noutra forma também aponta uma instabilidade que afeta o modo como se particulariza a *modalidade* de curso. O que é normatizado e o que é praticado em termos discursivos capaz de provocar a diferença $\left\{ \begin{array}{c} \text{Educação} \\ \text{Ensino} \end{array} \right\}$?

Outro movimento que irrompe equívoco pode ser representado no encaixe da sequência “em caráter experimental” (Rd21, Rd28 e Rd29). O lugar em que se insere tal formulação afeta o modo como se especifica o objeto deliberativo, abrindo-se a possibilidade para a restauração das condições institucionais a um ponto de estabilidade anterior ao “experimento”: “tentativa de experimento de uma hipótese” (Rd29). Nesse sentido, poderíamos dizer que o objeto se projeta como uma proposição a ser empiricamente testada – talvez, em contraponto às diversas hipóteses levantadas, ou não, nas discussões; talvez, como uma reação às posições contrárias postas no jogo deliberativo.

Para avançar, apontamos mais uma forma de expor a equivocidade, desta vez, operando

por meio de deslizamentos como $\left\{ \begin{array}{l} \text{"projeto pedagógico do curso" (Rd22 e Rd26)} \\ \text{"anteprojeto de criação do curso" (Rd28)} \\ \text{"criação do curso" (Rd21 e Rd29)} \\ \text{"implantação do curso" (Rd30)} \end{array} \right\}$. Dessas

formas poderíamos interrogar acerca do que se trata, de fato, o objeto deliberativo? Não esperamos, evidentemente, apontar uma resposta a essa questão, mas, tão somente problematizá-la a partir das dispersões de sentido que as derivações podem produzir. Como se manifesta no recorte seguinte:

(Rd26₁)

Estes últimos acrescentam àqueles impedimentos já mencionados o fato de não ter sido enviado aos conselheiros o projeto político pedagógico, completo, do curso em questão, o que propiciaria um maior esclarecimento a respeito do assunto. Apontam também a contradição existente entre o nome do processo constante da pauta desta reunião, "Projeto Pedagógico do Curso de Biologia em Licenciatura Plena, na Modalidade Educação a Distância" e o do Anteprojeto efetivamente colocado para aprovação, "Criação do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Educação a Distância, da UFT".

Assim, o que é posto em circulação no AaCS é sempre efeito sobredeterminado pela FiD que, como levantamos anteriormente, funciona produzindo certa unidade contraditória a partir do cruzamento de diferentes discursividades, das quais destacamos as que operam no campo do político, do jurídico, do social/acadêmico, e do econômico. Essas discursividades são alinhavadas no interior da FiD de modo a se estabilizarem em duas formações discursivas (FdN e FdP) também contraditórias, construídas aqui como efeito do nosso gesto analítico.

(ii) O circuito hegemônico de tomadas de posição

A noção de que os CS são instâncias produtoras de transformações, em especial se tomarmos o caráter legitimador e regulatório sobre as políticas da IU, ajuda-nos a situar os conselheiros como *tomadores de decisão*, com efeito, o rito deliberativo deve apontar sempre para uma *tomada de decisão*. Nesse sentido, projeta-se a necessidade de determinado CS assumir uma posição acerca do objeto deliberado. *É preciso que se decida pela sua (não) aprovação*.

As posições antagônicas implicadas pela *(não) aprovação* da matéria deliberada não irrompem ao acaso, mas são produto das sobredeterminações a que estão assujeitados os sujeitos deliberativos. Não podemos nem mesmo afirmar que esses sujeitos estão numa relação de aprovação e não aprovação da matéria, contraposição perfeita e simétrica, tal qual mobilizamos na seção 5.2. As tomadas de posição são tensionadas pela própria constituição do processo de interpelação dos sujeitos, em seu recobrimento falho pela forma-sujeito da ideologia dominante: a Formação ideológica Deliberativa.

Sob essas determinações, mobilizamos os recortes seguintes em que se marca uma sequência de 4 pré-construídos (*Pc*) que orientam as tomadas de posição (*Tp*) dos *sujeitos deliberativos* filiados a certa regularidade contraditória da FiD. Organizamos nossa leitura da seguinte maneira:

Quadro 9 – Pré-construídos e tomadas de posição associadas à FiD quando da prática deliberativa

<i>Tp</i>	<i>Pc</i>
Posição (<i>Tp3₁</i>)	É preciso que se esgote tudo o que se pode dizer sobre o objeto
Contraposição (<i>Tp4</i>)	É preciso que se esgote tudo o que se deve dizer sobre o objeto
Reação à contraposição (<i>Tp3₂</i>)	Já se disse muito sobre o objeto
Achatamento da contraposição (<i>Tp3₃</i>)	É preciso se interditar dizeres outros

Fonte: autoria própria

O que estamos chamando de posição e contraposição no Quadro 9 refere-se às marcas discursivas hegemônica (*Tp3*) e contra hegemônica (*Tp4*) nos recortes analisados nesta seção. A título de esclarecimento, a sequência de *Tp* e *Pc* continuam as que já foram designadas em seções anteriores.

Tp3₁: *é preciso que se esgote tudo o que se pode dizer sobre o objeto*

(Rd22₁)

[...] conselheira **n1**, que antes do início da leitura esclarece que esta é apenas uma minuta do Anteprojeto, aberta, portanto, a contribuições e alterações por parte do plenário. Ressalta que é um texto condensado e que o texto integral será encaminhado a quem quiser ter acesso ao mesmo. [...] a Vice-Reitora, conselheira **n2**, assume a presidência deste Conselho, substituindo o Magnífico Reitor que teve de se ausentar. Coloca-se a disposição do plenário para dar maiores esclarecimentos, reconhecendo a complexidade e importância do assunto em questão. Sugere, inclusive que, se necessário, seja agendada uma reunião extraordinária só para discuti-lo. Solicita a Professora **n3**, representante da Educação a Distância do *Campus* de Arraias, que esclareça o máximo que puder o projeto em questão.

(Rd27₁)

A respeito, o Magnífico Reitor argumenta que este tema tem sido objeto de frequentes debates na UFT, com realização de várias videoconferências, reuniões, com a criação do grupo de estudos para EaD há dois anos, e agora em debate no Consepe. Recorda ainda que o primeiro debate sobre esta questão ocorreu por ocasião ainda da gestão do professor **n4**. Mas deixa claro que, caso este assunto não esteja suficientemente analisado, que o mesmo seja discutido mais profundamente.

(Rd21₁)

Item 3) Processo número 23.101.002.154/2005-90 - Criação, em caráter experimental, do Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade Ensino a Distância, da UFT, relatado pela Conselheira **n1**, que inicia seu relato lendo o anteprojeto e lembrando que a discussão sobre educação a distância não se encerra nesta reunião.

Em *Tp3₁* os sujeitos se orientam pela formação de certa unidade projetada a partir da noção de que *quanto mais se discute, mais se melhora a proposta*. Podemos focalizar nesses enunciados efeitos produzidos sobre certa noção de democracia participativa em que se constituem representações acerca dos processos deliberativos institucionais: para se estabelecer o consenso, é preciso que se esgote tudo o que se pode dizer sobre o objeto de deliberação. Nesse sentido, opera-se sobre certa orientação dos dizeres, o que circunscreve os gestos de leitura nos limites das possibilidades dadas pela posição favorável à matéria em votação. Dado esse

direcionamento, pode-se dizer x, o que interdita dizer y. Podemos admitir essa interpretação pelo que dispersa em *Tp4*, seguinte:

Tp4: *é preciso que se esgote tudo o que se deve dizer sobre o objeto*

(Rd22₂)

Os discentes, mais do que qualquer outra representação no plenário, não se sentem instruídos suficientemente para votar a questão.

(Rd26₁)

[...] documento encaminhado a Reitoria pelo Diretório Central dos Estudantes-DCE, no qual é solicitada a retirada do processo da pauta desta reunião. Tal pleito, segundo a entidade, se deve ao fato da mesma se julgar insuficientemente instruída sobre o assunto. No decorrer da reunião os acadêmicos alegam dúvidas quanto a garantia da qualidade dos cursos ministrados na modalidade Educação a Distância; quanto a real demanda das populações atingidas pelo sistema agora oferecido; e até que ponto vai a autonomia da UFT em relação aos cursos a serem implantados. Finalmente, é solicitado pedido de vistas.

(Rd26₂)

Discentes e docentes, não pertencentes ao Conselho, expõem seu ponto de vista sobre o assunto. Entre estes ressalta-se a fala do representante do Centro Acadêmico de Biologia, que alega não ter havido debate sobre o assunto com os acadêmicos deste curso [...]

(Rd27₂)

No final da explanação conselheiro **n2** argumenta que a explicação não o satisfaz e aguarda o envio do assunto ao Consepe para maiores esclarecimentos. Conselheiro **n3**, coordenador do Campus de Tocantinópolis, demonstra sua preocupação com relação a este projeto, comentando outros do Governo Federal que não foram honrados, motivo, segundo ele, suficiente para debater-se mais extensamente o assunto EaD antes de submetê-lo a aprovação.

(Rd21₂)

A grande maioria dos acadêmicos presentes, contrários a aprovação do anteprojeto, reage energicamente a continuação dos trabalhos. Conselheira **n4** alega que a idéia deste projeto não foi formulada pela comunidade acadêmica, mas sim por um grupo de professores. Reivindica a interrupção do processo e solicita maior tempo de discussão sobre o mesmo. Manifestações de apoio a este pleito são efetuadas pela grande maioria dos acadêmicos presentes a reunião.

(Rd29₁)

Das manifestações contrárias ao projeto, destacam-se: o questionamento de como uma solicitação de recurso de uma minoria pode acabar se sobrepondo a deliberação de uma maioria; ao fato de terem recebido a convocação desta reunião com antecedência de apenas quarenta e oito horas, em vésperas de feriado; o pouco tempo de discussão dedicado ao assunto; ao fato de um dos interessados no assunto ter relatado o processo, o que prejudicou a isenção necessária a apresentação; a dúvida sobre a qualidade do aprendizado por parte dos alunos participantes; a preocupação com a qualidade do material a ser utilizado; a necessidade de criação de uma política de abertura de novos cursos; a preocupação com a proliferação de diplomas que advirá com a implantação do curso e a indissolubilidade que deve existir entre preocupação técnica e política nas discussões dos Conselhos.

Lemos um contorno de *insuficiência* demarcado nos recortes acima em que não se nega a possibilidade do *esgotamento*. A questão é notar como esse limite é inscrito no campo do *interditado*. Nos recortes que representa uma *Tp4*, diz-se dos sujeitos deliberativos

insuficientemente instruídos e afastados do debate, além da balizagem temporal que aponta para *o pouco tempo de discussão*. Esse dizeres põem em funcionamento uma associação da *Tp3₁* a *Tp4* no sentido de assumir a abertura para o outro em suas questões, contribuições e oposições. Na relação contraditória com a *Tp3₁*, que se abre para “outros” dizeres, a *Tp4* associa-se ao que *não se deixa dizer*.

Tal contradição é efeito do instrumento linguístico em que se textualiza a prática deliberativa. A forma ata permite que se inscreva as oposições sem que isso afete o funcionamento ideológico na materialidade discursiva. Estamos chamando a atenção para o caráter constitutivo resultante do processo de interpelação dos sujeitos deliberativos. Ou seja, a contradição percebida entre *Tp3₁* e *Tp4* não produz afastamento, muito menos descolamento, da FiD. Há movimento em seu interior. Há subjetivação pelo recobrimento, mesmo que falho, da posição-sujeito pela forma-sujeito dominante.

Sabe-se, contudo, que esse movimento produz instabilidade. Logo, essa contradição abre uma brecha na qual se mostram os processos individualizantes dos sujeitos deliberativos, como se marca na oposição construída na *Tp3₂*:

Tp3₂: *já se disse muito sobre o objeto*

(Rd22₃)

Conselheira **n2** recorda que o assunto encontra-se em discussão há pelo menos dois anos, sendo que no início da mesma a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo.

(Rd26₃)

Professora **n1** recorda que o mesmo já está em discussão há quase dois anos, tendo sido objeto de reuniões com representantes da sociedade acadêmica, da Comissão criada para estudá-lo, e de finalmente já ter sido analisado e aprovado pela Câmara de Graduação.

(Rd21₃)

Professora **n5** argumenta que, na primeira reunião que houve sobre Educação a Distância já se contava com a participação de representantes estudantis nas discussões sobre este assunto. Afirma que, embora tenha se colocado a disposição para maiores esclarecimentos, não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito; finaliza reiterando que a discussão não termina com a criação do curso em questão.

(Rd29₂)

A alegação do pouco tempo para discussão, relembra que a mesma acontece já há dois anos e lamenta que muitas pessoas que agora cobram mais tempo para discussão nunca tenham participado das reuniões.

(Rd27₁)

A respeito, o Magnífico Reitor argumenta que este tema tem sido objeto de frequentes debates na UFT, com realização de várias videoconferências, reuniões, com a criação do grupo de estudos para EaD há dois anos, e

agora em debate no Consepe. Recorda ainda que o primeiro debate sobre esta questão ocorreu por ocasião ainda da gestão do professor n4.

Tomamos a $Tp3_2$ como aquela inscrita a partir do ponto em que a *suficiência* levantada na $Tp4$ projeta efeitos de *já superada*. O percurso temporal que se mobiliza faz retornar uma certa variação da $Tp3_1$ cujo funcionamento aponta para uma anterioridade, para um já sabido – “há pelo menos”, “já ter sido”, “já há dois anos”, “tem sido”. Nesse espaço de memória, recuperam-se as vozes de determinados sujeitos inscritas como presenças difusas (*debates, videoconferências, reuniões*), e organismos institucionais heterogêneos (*grupos de estudos em EaD, câmara de Graduação, Consepe*).

Na $Tp3_2$, os sujeitos não tomam partido pelo *que ainda se pode dizer* do debate, mas pelo *que já se disse*. Nesse sentido, opera uma “contraposição” à $Tp4$ pelo deslizamento da $Tp3_1$. Destacamos aqui que esse movimento não é aleatório nem simétrico. Ele se associa a determinadas tomadas de posição produzidas por sujeitos específicos formulados no AaCS, também, como *representantes estudantis*.

Sobre isso, discutimos a $Tp3_3$:

Tp3₃: é preciso se interditar dizeres outros

(Rd28₁)

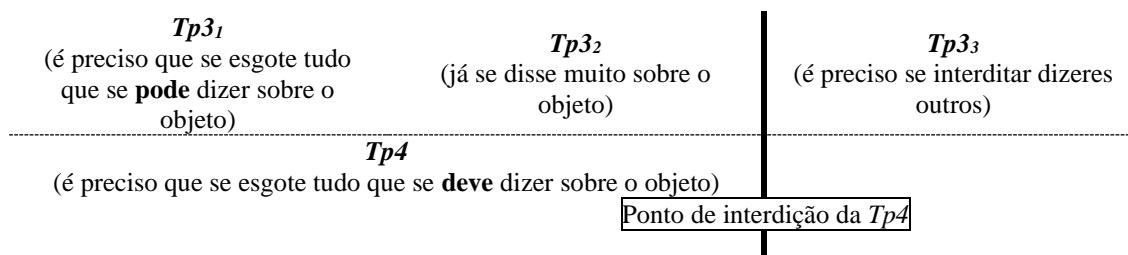
Para que tal ocorrência não se repita, é sugerido, entre outros, que assuntos polêmicos como esse sejam apreciados primeiramente pelo Consuni, ficando a cargo do Consepe a fundamentalização dos mesmos; que atitudes como estas devem ser enfrentadas com maior rigor pela Reitoria, aludindo-se a necessidade de se ter chamado, naquela ocasião, a segurança para melhor controlar a situação [...].

(Rd28₂)

Pondera que, se o ocorrido se verificar novamente será necessário pensar-se em providenciar lugar mais reservado, que propicie condições ideais para uma apreciação tranquila dos processos em votação pelos Órgãos Colegiados Superiores.

Cria-se uma fissura no discurso de modo a fazer irromper uma memória que, sobredeterminada pelas condições de produção, desnuda o político constitutivo dos discursos. Nesse movimento, a FiD se contrai num esforço de não deixar escapar os dizeres não autorizados pelo discurso hegemônico. A contradição é bloqueada por um processo de interdição. Ou seja, quando da tensão posta entre a $Tp3$ e a $Tp4$, vai-se esticando as posições dominantes de modo a produzir transformações – as $Tp3_{(1,2)}$ – até o ponto em que se torna impossível a virada, conforme ilustramos na Figura 7, seguinte:

Figura 7 - Representação dos limites da contradição na FiD



Fonte: autoria própria

É justamente na manifestação do ponto de interdição que localizamos um lampejo de transformação, em que se pode produzir resistência dos sujeitos por meio de um processo discursivo contra-hegemônico. O lugar em que se mostra a interpelação ideológica, a divisão dos sujeitos e dos sentidos, o ponto que expõe a luta de classes na prática deliberativa institucional. Nesse sentido, esse é, também, um ponto de manifestação do equívoco no discurso deliberativo e espaço privilegiado para se compreender os processos de reprodução/transformação ideológicos na IU.

(iii) Dos sujeitos deliberativos e seus interesses

O ponto de interdição que mostramos na seção anterior projeta uma dada posição-sujeito, individuada no processo de divisão dos sentidos sobre os sujeitos deliberativos. Assim, focamos sobre as distinções que individualizam os sujeitos da *Tp4* em seus efeitos contra-hegemônicos deixando à mostra, no discurso, elementos relacionados às lutas de classes na prática deliberativa.

Começamos notando que tomar uma decisão não significa apagar as divergências. Para nós, é justamente o oposto disso, ou seja, evidenciá-las. O AaCS indica que é preciso que se marque as diversas posições assumidas na prática deliberativa. Pensamos isso, por exemplo, em virtude das manifestas formas de se derivar o *descontentamento* nos enunciados produzidos posteriormente (efeito cronológico) à aprovação do objeto deliberativo – (*ante*)projeto. Citamos os seguintes dizeres que tensionam as divergências:

(Rd30₁)

Questiona o poder e o papel do Consepe, bem como a maneira, a seu ver anti-democrática, com que vêm sendo tratados temas como a adoção do Planejamento Estratégico, a edição da portaria 77 sobre flexibilização docente, a criação do Curso de Medicina, a proposta de criação do campus de Araguatins e a discussão sobre a implantação das prioridades dos campi.

(Rd31₁)

A seguir, Conselheiro **n1** toma a palavra e expõe sua indignação frente ao fato de, segundo sua interpretação, o Consepe estar desempenhando um papel meramente decorativo, com autonomia extremamente compromissada, na medida em que assuntos relativos à sua alçada estão sendo frequentemente analisados pelo Consuni. Chega inclusive a questionar a necessidade de sua existência.

(Rd30₂)

Ao final da argumentação conselheiro **n2** insiste em seu inconformismo frente a apreciação do recurso referente ao EaD, principalmente pelo fato da decisão do Consepe não ter apresentado situação de ilegalidade, o que justificaria nova apreciação.

Com efeito, tensiona-se nesses recortes a estabilidade da FiD quando se inscrevem tais divergências pelo contorno de outros dizeres relativos ao campo discursivo da FdN:

(Rd31₂)

A seguir, Conselheiro **n3** alega compartilhar da opinião da Conselheira **n2** e diz que também sentiu-se frustrado ao ver uma decisão do Consepe, como o episódio da criação do Curso de Ensino a Distância, ser contestada pelo Consuni; finaliza questionando como fica a questão da democracia nesta situação. O Magnífico Reitor alega que democracia é também respeitar normas.

(Rd31₃)

Conselheiro **n4** enfatiza a importância dos trabalhos da Estatuante, onde o tratamento de questões como estas poderá ser discutido. Mas ressalta que, até isto ocorrer, as normas atuais devem ser respeitadas.

Em outras palavras, a FdP, que irrompe como um gesto de resistência ao que se considera a interferência do CONSUNI sobre o CONSEPE, é sufocada pela circunscrição (inscrição nas bordas) do pré-construído normativo: *é preciso se respeitar as normas*⁷⁶. Ao mesmo tempo, é posto em funcionamento o imperativo da FiD: *é preciso que se decida acerca de*. Compreendemos que essa memória opera nos seguintes recortes:

(Rd31.4)

Finalizando, Conselheira **n5**, ainda que compartilhando da frustração sentida quando da aprovação do curso de Ensino a Distância, ocasião em que, inclusive, elaborou documento contestatório sobre o assunto, conclama seus pares a refletirem sobre a real importância deste Conselho e a defendê-lo com veemência. Propõe relevar-se crises, divergências e mesmo frustrações em prol de seu fortalecimento.

(Rd30.3)

Conselheiro **n4** comenta que a Instituição deve ficar acima do Consuni e do Consepe. Cita como exemplo um aluno que não concorda com a nota que recebeu. Quem a reavalia não é o próprio professor mas sim uma outra instância.

⁷⁶ Cf. seção 5.2.

Cabe-nos questionar, então, *que prática deliberativa é essa?* Como ela se forma? Pelo que os recortes acima nos apontam, é possível considerar que se constrói certa priorização institucional, cuja baliza desloca-se a depender das condições a que se inscrevem os discursos. Em Rd31₄, produz-se certo efeito de baliza pela coesão do Conselho, a não fragmentação. Em Rd30₃, pode-se dizer da defesa pela submissão do indivíduo às determinações institucionais, as quais operam por meio de uma estrutura nivelada por competências decisórias. Tais deslocamentos põem em questão os processos de individuação dos sujeitos no campo deliberativo.

O gesto de *tomar decisão/tomar posição* se encontra na relação *instituição/sujeitos*. É preciso fazer coincidir os sentidos da tomada de decisão – a partir daquilo que, como efeito, circula como interesse institucional – com a tomada de posição pelo interesse dos sujeitos deliberativos. Quando essas posições não são coincidentes, irrompe-se a divergência e, como resultado desta, a divisão, o destaque das posições-sujeito. Os sujeitos postos nessa relação se verticalizam de modo a construir uma representação da diferença. Ou seja, o sujeito [x], deve se sobrepor ao outro sujeito [y]. Daí, entra em cena mais duas questões: Que sujeitos devem se sobrepor? Que sujeitos devem ser sobrepostos?

Para pensar essas problemáticas, lançamos um olhar sobre os sujeitos *acadêmicos* implicados na prática deliberativa em foco, sob a chave do *interesse* em seu entrelaçamento com o dispositivo da ausência/presença. Vejamos os seguintes recortes:

(Rd33₁)

Conselheiro **n1** se reporta a sugestão de redução da representação estudantil efetuada no Conselho Diretor de Palmas, esclarecendo, a luz de pesquisa efetuada por ele próprio no Estatuto da UFT, ser impossível tal procedimento. No entanto, sugere que os acadêmicos passem a frequentar mais assiduamente as reuniões daquele Conselho, que não raro encontram dificuldades para se iniciarem devido a problemas de quórum. A seguir, o Conselho aprova a sugestão do Magnífico Reitor de conceder o uso da palavra ao acadêmico **n2**, que deixa claro seu inconformismo frente a essa situação e discorre sobre a ativa participação do segmento estudantil nas ações que tem promovido o desenvolvimento da Instituição como um todo. Conselheiro **n3** expõe sua opinião sobre esse assunto, deixando claro que também tem enfrentado dificuldades com a ausência dos representantes estudantis no Conselho Diretor do Campus de Arraias, que, ao contrário, estão sempre presentes quando o assunto é de interesse dos mesmos. Termina alegando que, em sua opinião, em questão de democracia, muitas vezes o importante não é a quantidade mas sim a qualidade das representações.

(Rd33₂)

O conselheiro **n1** sugere mais atenção ao acadêmico **n2**, que mencionou a aprovação, por parte dos docentes do Conselho em questão, a da sugestão de redução da representatividade estudantil no mesmo. Alega que nenhum professor se manifestou a esse respeito. Conselheira **n3** se diz satisfeita com o interesse demonstrado pelos acadêmicos em exigir a manutenção de sua representatividade no Conselho Diretor do Campus de Palmas, pois, há tempos constata a ausência de representantes estudantis não só no Consuni, mas também nas reuniões de seu Colegiado. Sugere que os acadêmicos utilizem essa disposição que possuem para reivindicar seus direitos, em

exercê-los de fato, disponibilizando-os inclusive em discussões sobre assuntos importantes para a Universidade como a Estatuinte, que há três anos não se consegue discutir por absoluta falta de mobilização acadêmica.

(Rd17)

A seguir, acadêmicos dos Cursos de Engenharia Civil e Elétrica entram no Auditório fazendo manifestação contra a situação de cursos e seus respectivos laboratórios, cujas obras encontram-se praticamente paradas. O Magnífico Reitor, primeiramente reconhecendo a legitimidade do movimento dos estudantes, presta esclarecimentos sobre o atraso verificado nas obras em questão, expõe as medidas que estão sendo tomadas para saná-lo e pede desculpas pelo transtorno verificado. Solicitando compreensão, faz a leitura de trecho do jornal oficial da Universidade de Santa Catarina, instituição já consolidada, com mais de cinquenta anos de existência, onde são citados problemas por ela enfrentados iguais aos da UFT, Instituição em pleno processo de desenvolvimento. Conselheiro **n1** parabeniza a atitude dos estudantes e convida os mesmos a participarem desta sessão, para constatarem a seriedade com que são discutidos os assuntos de interesse da Universidade, que só tende a crescer com a participação deles nas discussões. Aplausos.

Dizer do *interesse* nesses três recortes não implica dizer a mesma coisa. Em Rd33₁ a função sintática adjetiva da locução “de interesse dos mesmos” estabelece uma categorização para o sintagma nominal “o assunto”. Ao se construir a afirmativa de que *os representantes estudantis* “estão sempre presentes quando o assunto é de interesse dos mesmos”, produz-se a negativa: *não estão sempre presentes quando o assunto não é de interesse dos mesmos*. Desse modo, distinguem-se os assuntos a partir do interesse dos representantes estudantis, fazendo retornar a paráfrase de que *os representantes dos acadêmicos só analisam assuntos que lhes interessem*, conforme já discorremos na subseção 5.3.1. Os sentidos do *interesse* em Rd33₁ tem a ver com a presença/ausência e aponta para *aquilo que é importante para / diz respeito a*. Essa contradição implica dizer que os interesses dos representantes estudantis (sujeito [x]) não coincidem com os interesses dos conselheiros (sujeitos [y]). Essa afirmação é sustentada pela leitura de que certa “qualidade” da representação estudantil é posta em questão: “[...] muitas vezes o mais importante não é a quantidade mas sim a qualidade das representações”. Esse enunciado produz um descolamento dos representantes estudantis em relação à sua participação no Conselho, fazendo funcionar uma leitura de que *é pressuposto de qualidade [positiva] não se distinguir assuntos por interesses de representantes*.

Em Rd33₂, a chave *interesse* assume a centralidade da estrutura enunciativa que sustenta o processo de individuação dos sujeitos “os acadêmicos” [x]. Por esse movimento podemos dizer que também há uma distinção operando sobre esses sujeitos deliberativos. Integrada a forma nominal “o interesse”, mobiliza-se “essa disposição” como formulação de retomada dos sentidos. Sendo assim, pode-se dizer que *os* $\left\{ \frac{\text{acadêmicos}}{\text{representantes estudantis}} \right\}$ *possuem* $\left\{ \frac{\text{interesse}}{\text{disposição}} \right\}$ *para reivindicar seus direitos*. Contudo, essa posição é posta em contraponto com a de que *os*

$\left\{ \begin{array}{l} \text{acadêmicos} \\ \text{representantes estudantis} \end{array} \right\}$ não se disponibilizam em discussões sobre assuntos importantes para a Universidade. Do mesmo modo, verticaliza-se a relação entre o sujeito [x] e o sujeito [y] no que se refere aos interesses em questão.

Em Rd17 produz-se semelhante movimento de individuação dos sujeitos [x] (acadêmicos) ao se formular “os assuntos de interesse da Universidade”. Ao se determinar de que assuntos se está tratando, desloca-se o foco da legitimidade sobre a chave do *interesse*. Nesse recorte, o assunto *obras dos laboratórios praticamente paradas* pode ser “categorizada” – por um gesto de leitura nosso – como *assunto de interesse dos acadêmicos*. Logo, os acadêmicos se fazem presentes. É a partir dessa constatação que interpretamos que os assuntos de interesse da Universidade são assuntos $\left\{ \begin{array}{l} \text{importantes para a} \\ \text{que dizem respeito à} \end{array} \right\}$ Universidade. Chamamos a atenção para um processo metonímico funcionando nesse nosso gesto em que “interesse da Universidade” substitui *interesse do Conselho (do Conselheiro)*. Isso se considerarmos o elemento de subjetivação operando sobre os sentidos da completude que envolvem os dizeres sobre a IU. Se as atas textualizam certa voz dos CS, podemos assumir esse movimento como autorizado.

Por esses três movimentos de leitura é possível supor que a chave *interesse* e as posições sujeito [x] e sujeito [y] se estabilizam numa verticalização da memória em que o segundo se sobrepõe ao primeiro, mesmo diante de funcionamentos distintos. Retornando à textualização da prática deliberativa sobre o “(ante)projeto EaD”, observamos como se dá essa relação a partir do seguinte recorte:

(Rd21₄)

O conselheiro **n7** explica que não é do interesse do Movimento Estudantil a radicalização da manifestação e questiona o processo de discussão do Ensino a Distância na UFT.

Qual o interesse do Movimento Estudantil se não a radicalização? O que sustenta a formulação em destaque tem a ver com a memória construída em torno na tomada de posição dos estudantes, afetada pela colocação de dizeres (Rd21) como:

- “A grande maioria dos acadêmicos [...] reage energeticamente a continuação dos trabalhos.”
- “[...] os acadêmicos [...] manifestam-se, impedindo a discussão sobre o tema.”
- “Conselheira **n5** tenta mas é impedida de falar.”
- “Os acadêmicos novamente se manifestam, dificultando a votação.”
- “Faixas são colocadas, pelos contestadores, na frente da mesa que dirige os trabalhos, impedindo seus integrantes de visualizar o plenário.”

- “O Magnífico Reitor pede calma a todos.”
- “Conselheiro **n2** externa sua indignação frente a situação em que se encontra o Conselho e solicita aos manifestantes respeito as posições contrárias.”

Esses dizeres produzem sentidos sobre *a radicalização* de modo a determinar uma tomada de posição (Rd214) pela regularidade discursiva, ou seja, *não é bom radicalizar*. Com esse gesto, diz-se, por paráfrase, que *o movimento estudantil não é radical*, mas também, que *o movimento estudantil pode radicalizar*, e que *o movimento estudantil está radicalizando*. Essa contraposição diverge daquilo que se estabiliza no AaCS e se dilui pela sua circulação como dito em Rd214. Essa é uma diferença crucial para compreender os sentidos no AaCS: o modo como se textualiza o acontecimento determina o modo como se individua os sujeitos inscritos na memória.

Nesse sentido, a discussão que levantamos sobre *o que, quem e como circula* (cf. subseção 5.1.1) justifica dizer que o relato do acontecimento sem a marcação do dito por algum sujeito deliberativo produz efeito sobre o todo, uma vez que *se trata de algo testemunhado e não de algo dito pelo outro*.

Qual é, então, o interesse (em seus efeitos de sentido) dos estudantes? Para nós, essa é uma questão que põe em relevo a equivocidade do processo de individuação dos sujeitos *acadêmicos*. Não há *o* interesse, uma vez que não se trata uma unidade ahistórica. Os sentidos sobre os sujeitos são moventes, o que abre brechas no discurso de modo a permitir o atravessamento daquilo que não se inscreve, mas está latente no funcionamento ideológico. No caso em questão, diz-se que *não é do interesse do movimento estudantil a radicalização da manifestação, contudo, radicaliza-se mesmo assim*. Nesse gesto, o sujeito opera pela identificação à forma-sujeito hegemônica, aquele que diz, como já pontuamos: *o movimento estudantil é radical*. Essa mesma forma hegemônica produz efeitos sobre os sujeitos representantes estudantis quando da tomada de posição em relação à memória de que *os acadêmicos faltam*:

(Rd34)

Conselheira **n1** demonstra insatisfação quanto à ausência dos conselheiros discentes de Palmas eleitos no Conselho de Entidades de Base (CEB) para serem membros do Consepe. Parabeniza o empenho dos demais conselheiros dos câmpus do interior que fizeram esforço para estarem presentes nesta sessão.

(Rd35)

Ao final dos informes, a Conselheira **n1** demonstra insatisfação quanto a participação dos representantes discentes nas reuniões do Consepe. Informa que ao todo são dezesseis membros desta categoria, contudo, a participação, principalmente dos alunos do Câmpus de Palmas, é mínima e por isso propõe que os que não comparecem às reuniões sejam substituídos.

Em Rd34 o sintagma “o empenho”, em sendo substituído por “o interesse”, produz efeitos sinonímicos no interior da memória que estamos discutindo sobre os sujeitos *acadêmicos*. Em Rd35 os contornos discursivos da tomada de posição tornam-se mais nítidos ao se “propor” a substituição dos “que não comparecem às reuniões”. Na relação com o já dito, esses recortes funcionam (re)produzindo contradição por meio da inscrição do sujeito *acadêmico* numa posição que depõe contra a “categoria” ao se associar com os dizeres da FdN, também individuando os sujeitos *acadêmicos* $\left\{ \begin{array}{l} \text{alunos do Câmpus de Palmas} \\ \text{conselheiros discentes de Palmas} \end{array} \right\}$ na possível oposição em relação às noções de *empenho/interesse* e *qualidade da representação*.

Nesse sentido, queremos pôr em destaque os processos de individuação dos alunos também presentes nos seguintes recortes:

(Rd22₄)

Conselheira **n2** recorda que o assunto encontra-se em discussão há pelo menos dois anos, sendo que no início da mesma a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo.

(Rd26₃): Professora **n1** recorda que o mesmo já está em discussão há quase dois anos, tendo sido objeto de reuniões com representantes da sociedade acadêmica, da Comissão criada para estudá-lo, e de finalmente já ter sido analisado e aprovado pela Câmara de Graduação.

(Rd21₃): Professora **n5** argumenta que, na primeira reunião que houve sobre Educação a Distância já se contava com a participação de representantes estudantis nas discussões sobre este assunto. Afirma que, embora tenha se colocado a disposição para maiores esclarecimentos, não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito; finaliza reiterando que a discussão não termina com a criação do curso em questão.

(Rd29_{2.1}): A alegação do pouco tempo para discussão, lembra que a mesma acontece já há dois anos e lamenta que muitas pessoas que agora cobram mais tempo para discussão nunca tenham participado das reuniões.

Os destaques nessas sequências organizam uma memória acerca da posição dos sujeitos individualizados como:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{muitas pessoas que agora cobram mais tempo para discussão (Rd29)} \\ \text{os discentes (que) não se sentem instruídos suficientemente (Rd22)} \\ \text{os acadêmicos (que) alegam dúvidas (Rd26)} \\ \text{o representante (do CA), que alega não ter havido debate com os acadêmicos (Rd26)} \\ \text{os acadêmicos (que) quase interromperam a sessão com manifestações beirando a violência (Rd28)} \end{array} \right\}$$

Gostaríamos de pontuar uma diferença específica que distingue os recortes Rd22₄, Rd26₃ e Rd21₃ do Rd29_{2.1}. Trata-se do efeito de determinação acerca de que sujeitos se está falando, inscrevendo-os nos sentidos da falta (ausência). Esse mecanismo discursivo de textualização do político por meio da construção de uma memória de arquivo aponta para

processos individualizantes dos sujeitos alunos. No ponto em que se discute o “(ante)projeto de EaD”, esses sujeitos são subjetivados em sua relação com a participação nas discussões.

A presença da verbalização *lamenta* (Rd29_{2.1}), também posta em funcionamento, produz sentidos sobre o *controle das faltas* na medida em que se permite sustentar pela memória de arquivo, que *os alunos não são interessados* e, portanto, podem ser *excluídos* da prática deliberativa. Pensando nessa possibilidade de interpretação, podemos lançar o seguinte recorte:

(Rd28₃)

[...] os acadêmicos quase interromperam a sessão com manifestações beirando a violência, contrárias a aprovação do Anteprojeto em questão [...] Para que tal ocorrência não se repita, é sugerido, entre outros, que assuntos polêmicos como esse sejam apreciados primeiramente pelo Consuni, ficando a cargo do Consepe a fundamentalização dos mesmos; que ^(a)atitudes como estas devem ser enfrentadas com maior rigor pela Reitoria, aludindo-se a necessidade de se ter chamado, naquela ocasião, a segurança para melhor controlar a situação, ao que o Magnífico Reitor rebate, afirmando que sua política sempre foi de resolver qualquer situação através de negociação e que manifestações são saudáveis; reconhece, porém, que esta teve o intuito único de tentar obstruir a votação em questão. Pondera que, se o ocorrido se verificar novamente ^(b)será necessário pensar-se em providenciar lugar mais reservado, que propicie condições ideais para uma apreciação tranquila dos processos em votação pelos Órgãos Colegiados Superiores.

Estamos pensando que, na relação dos dizeres nesse recorte, podemos aventar o encaixe das seguintes paráfrases:

(a) Atitudes como estas dos acadêmicos devem ser $\left\{ \begin{array}{l} \text{enfrentadas com maior rigor pela Reitoria} \\ \text{controladas chamando-se a segurança} \end{array} \right\}$

(b) Será necessário pensar-se em providenciar lugar $\left\{ \begin{array}{l} \text{mais reservado} \\ \text{sem acesso livre de acadêmicos} \end{array} \right\}$, que propicie condições ideais para uma apreciação $\left\{ \begin{array}{l} \text{tranquila} \\ \text{sem radicalização de alunos} \end{array} \right\}$ dos processos em votação pelos Órgãos Colegiados Superiores.

Que imaginários se projetam sobre os alunos ao se formular tais relações? Nos acontecimentos textualizados nos recortes analisados, é possível produzir um gesto de leitura que circunscreva os *representantes acadêmicos* como uma categoria que opera deslocada das normas e práticas institucionais?

Focalizemos, novamente, o recorte Rd21₃ e, em seguida, Rd22₄:

(Rd21₃)

Professora **n5** argumenta que, na primeira reunião que houve sobre Educação a Distância já se contava com a participação de representantes estudantis nas discussões sobre este assunto. Afirma que, embora tenha se colocado a disposição para maiores esclarecimentos, não foi chamada por nenhum acadêmico com este intuito; finaliza reiterando que a discussão não termina com a criação do curso em questão.

(Rd22₄)

Conselheira **n2** recorda que o assunto encontra-se em discussão há pelo menos dois anos, sendo que no início da mesma a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo.

Sobre Rd21₃, podemos assinalar que a posição-sujeito “Professora **n5**” é projetada como “testemunha de uma memória” – *a de que se contava com a participação dos estudantes*. Faz-se retornar dizeres já mobilizados em outras atas e os localiza no campo do acontecido para reproduzir certa subjetivação da posição-sujeito “acadêmico” – *a de que não mais se contava com a participação dos estudantes*. Assim, na articulação de um antes e de um depois, a ausência desses sujeitos deliberativos (estudantes/acadêmicos) toca certo caráter de deslegitimação.

Em Rd22₄ funciona, parafrasticamente ao Rd21₃, a projeção de certo efeito de redução do interesse dos sujeitos na posição de “discentes” – “a participação dos discentes era marcante, o mesmo não ocorrendo no decorrer do processo”. Esse enunciado é encaixado em Rd21₃ organizando o movimento de atualização da memória pela repetição histórica.

Nesse ponto, chamamos a atenção para a organização do dito por “Professora **n5**” (Rd21₃): “[...] argumenta que [...]. Afirma que [...]; finaliza reiterando que [...]”. A distinção discursiva entre o funcionamento do ponto (.) e do ponto e vírgula (;) nessa sequência joga com o equívoco. O corte que se opera a depender da pontuação dilui ou não a progressão do dito, fazendo com que os seguimentos dos enunciados possam ser lidos, ou não, como interrupções de ideias. Para nós, esse equívoco tem a ver com o lapso e o ato falho a que se referiu Pêcheux (2014b). O que irrompe aí é justamente a memória sobre os ausentes, operando pelos pré-construídos do controle das faltas: *é preciso não faltar* (cf. seção 5.1). Mais do que isso, é preciso afirmar que há interesses ilegítimos coordenando essa *falta*, que só se desfazem quando se trata de assuntos caros à determinada “categoria”.

Na rede de memórias em que se operam as textualizações, podemos ainda tomar a relação com o recorte Rd26₃:

(Rd26₃)

Professora **n1** recorda que o mesmo já está em discussão há quase dois anos, tendo sido objeto de reuniões com representantes da sociedade acadêmica, da Comissão criada para estudá-lo, e de finalmente já ter sido analisado e aprovado pela Câmara de Graduação.

Em Rd26₃, desloca-se ainda mais a posição dos sujeitos $\left\{ \begin{array}{l} \text{estudantes} \\ \text{acadêmicos} \end{array} \right\}$, pondo-os em relação com certa memória em rede. Assim, consideramos os deslizamentos

{
 estudantes
 acadêmicos
 representantes da sociedade acadêmica } . Nesse gesto de transformação, produzem-se efeitos

em torno de uma “comunidade” de sujeitos de onde se projetam a unidade institucional, a decisão tomada na prática deliberativa. Do mesmo modo, também se opera certo destaque sobre os sujeitos deliberativos, individuando-os no âmbito de uma contradição inconciliável com a prática institucional deliberativa e com a forma-sujeito dominante da FiD.

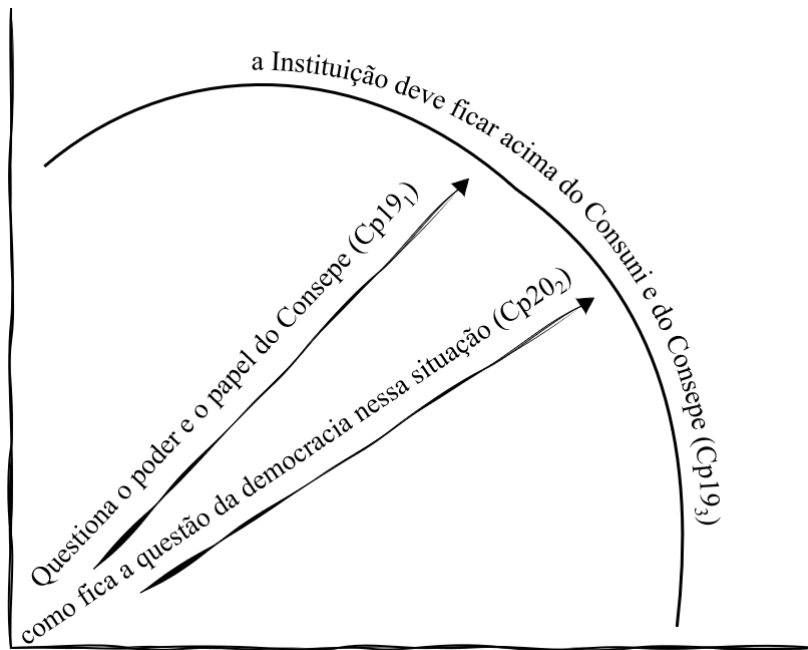
O que não se deve dizer

Considerando a associação concreta entre as distintas condições pelas quais operam os sujeitos deliberativos. Mesmo que o discurso aponte para uma homogeneidade desses sujeitos, posicionando-os como “conselheiros”, não é possível ignorar que a IU é constituída em seu funcionamento, por representações de distintas classes sociais, a começar pela diferença entre os servidores (professores e técnicos) e não servidores (alunos). Esses grupos não possuem a mesma relação econômica, dada por um vínculo de trabalho, de bolsa ou de auxílio; jurídica, no que tange as atribuições e de disponibilidade da infraestrutura universitária; política, no que se refere à luta por espaços institucionais de poder e de influência nas decisões; etc. A organização dessas classes é, portanto, assimétrica, o que tem efeitos no modo como se dão as condições de produção da prática deliberativa. Além disso, outros fatores como as desigualdades sociais (econômicas, étnicas, regionais, políticas, escolares etc.) afetam a tomada de posição dos sujeitos deliberativos, ainda que a IU os posicione horizontalmente.

Os pressupostos que dão sustentação a esses sujeitos, em sua heterogeneidade (alunos, professores e técnicos), levando em conta o domínio do direito, são um dos elementos que reproduzem as discursividades hegemônicas. Organizar os sujeitos pelo dispositivo formulaico, pelo que mostramos nesta tese, aponta para uma distinção pautada numa homogeneidade equívoca, a qual situa os sujeitos deliberativos simetricamente na prática deliberativa.

Contudo, essa ilusão de simetria falha quando se tensiona as tomadas de posição de modo a produzir rupturas no discurso. Nesse ponto, as formas da ideologia dominante interditam o dizer do outro, produzindo uma barreira no discurso em que se inscrevem os pré-construídos da prática deliberativa, como ilustra a Figura 8:

Figura 8 - Interdição dos dizeres pelo pré-construído da prática deliberativa



Fonte: autoria própria

A interdição produzida pela sequência do recorte Rd30₃ mobiliza o pré-construído de que *é preciso se interditar dizeres outros (Tp3₃)*. Ou seja, o dito “ficar acima” projeta uma sobreposição, um sufocamento de outras posições. No caso, os desdobramentos das tensões provocadas pela discussão que focalizamos nesta seção, produziram um movimento de transformação dos sentidos, fazendo materializar os dizeres dispostos em Rd30₁ e Rd31₂. Propomos um gesto de interpretação pautado no efeito de que não se discute outras questões abaixo do “interesse institucional”, considerando, nesse gesto, as dispersões possíveis para o que se projeta como *interesse institucional*.

A ruptura está justamente onde novos sentidos se apresentam como uma possibilidade. No caso em tela, a manifestação sobre “o papel do Consepe”, “o poder do Consepe”, “anti-democrático”, “necessidade da existência do Consepe”, são indícios da transformação dos discursos sobre a prática deliberativa institucional, uma vez que é posta em questão a legitimidade de um dado conselho superior no que se refere a sua atuação enquanto instância de deliberação.

5.5 Uma retomada necessária

Nesta seção, produzimos uma retomada necessária sobre nossas análises com o propósito de distender algumas implicações da nossa tese central.

Língua e arquivo

Começando pela relação *língua e arquivo*, pontuamos o efeito da interface *sintático-formulaica*, representada no modo como determinados dizeres são encaixados numa organização tópica e subtópica. Tais enunciados se projetam a partir de certas posições-sujeito constituídas como efeito de unidade, mas que se dividem pela associação com a memória de arquivo. Nesse lugar, encontramos a falha, o equívoco dos dizeres. Nesse lugar, também, a memória irrompe como um processo histórico de inscrição do que pode/deve ser dito sobre o que (não) pode/deve circular como arquivo institucional, legitimado na prática deliberativa.

No gesto de linearização da prática deliberativa como um ritual ordenado, orientado pela norma, vai-se produzindo furos na superfície linguística por onde se materializa o equívoco. Apontamos essas brechas nos cortes realizados pela pontuação e na falha do encaixe sintático representado na quebra do paralelismo nas enumerações em Rd1₁. Interpretamos esse equívoco na linguagem como resultado de uma relação contraditória entre dois processos de legitimação da prática deliberativa: um orientado pela unidade normativa institucional, em seu efeito de transparência e de estabilidade histórica; e outro afetado pelas tensões produzidas na própria estrutura das distinções do ritual deliberativo, projetando o conflito e a particularização dos objetos deliberados. Esse funcionamento determina (i) *o que (não) pode/deve circular*, como memória institucional; e (ii) *quem e como (não) pode/deve circular*, como sujeitos legitimados.

Em (i), o dado – o dito, o constatado – se inscreve como a realidade. O arquivo produz regularidade em seus efeitos de constituição do objeto linguístico como instrumento jurídico e de registro histórico da prática deliberativa. Tomamos como síntese desses efeitos jurídico-deliberativo, o formulaico textualizado nas derivações da forma “que $\left\{ \begin{array}{c} \text{se registre} \\ \text{conste} \end{array} \right\}$ em ata”. Essas regularidades se estabilizam pela interpelação de uma formação ideológica hegemônica que se manifesta na textualização dos acontecimentos dirigidos pelo ritual deliberativo, a que chamamos de *formação ideológica deliberativa* – FiD. A organização dos objetos em arquivo vai produzindo um modo de textualização do político por um processo formulaico, em que se repetem determinados arranjos, estabilizados na forma de um dado repertório acerca de *quem e como (não) pode/deve circular* no arquivo institucional. Esse repertório organiza certos pré-construídos do imaginário institucional.

Em (ii), lançamos foco naqueles que projetam sentidos sobre o “controle de faltas dos conselheiros”. Mostramos que tal formulação se filia, dadas as condições de produção, a duas

formações discursivas contraditórias entre si, associadas à FiD: uma *formação discursiva normativa* – FdN – e uma *formação discursiva da prática institucional* – FdP. Na relação com os sentidos injuntivos do arquivo institucional, essas Fd afetam a textualização de uma série de procedimentos coercitivos que tentam dar conta das distintas possibilidades para administrar (manter sob o controle institucional) as faltas dos conselheiros: a assinatura, o esquecimento, o afastamento, a manifestação, a falta.

Em nossa análise, organizamos o interdiscurso a partir da estabilização da FiD, que, por sua vez, deriva em duas formações discursivas: a FdN e a FdP. Projetamos a FdN em seu efeito de apagamento/constituição das diferenças institucionais, inscrevendo os sujeitos no campo do direito em que “todos são iguais perante a lei”, mas também determinando as posições que estes ocupam no funcionamento deliberativo. Por outro lado, a FdP é produto da contradição constitutiva das formações ideológicas, irrompendo por meio do equívoco em relação ao que a FdN estabiliza. O batimento entre essas Fd mostra o processo de reprodução/transformação no interior da FiD.

Considerando nosso enfoque sobre o “controle de faltas dos conselheiros”, mobilizamos os dizeres regimentais de modo a expor a estabilização de dados pré-construídos na FdN: *é preciso não deixar faltar – é preciso controlar as faltas – é preciso assinar o livro de presenças – é preciso que se conste em ata – é preciso justificar as faltas*. Ao passo que essa memória se constitui, ela é afetada pelo modo como os sujeitos tomam posição a partir do ritual de interpelação. Assim, a falha constitutiva desse ritual produz o equívoco dos dizeres, apontando a contradição por meio de outros pré-construídos, os quais situamos como: *é preciso deixar faltar – é preciso não controlar as faltas – é preciso não assinar o livro de presenças – é preciso que não conste em ata – é preciso não justificar as faltas*. Pontuamos que essas Fd não se anulam, mas que funcionam em associação para construir os sentidos da prática deliberativa no interior FiD.

Ideologia e arquivo

No que se refere à relação *ideologia e arquivo*, apresentamos o funcionamento do mecanismo que chamamos de arranjo formulaico – *Af* –, efeito da cópia, da repetição, do dado, do repertório normatizado. O *Af*, na relação com a FdN e a FdP, desliza entre o *igual* e o *diferente*. Nesse processo, mostra-se o trabalho da ideologia no campo deliberativo, assegurando o efeito de se estar sempre sobre o amparo da norma; efeito de evidência que se estrutura como fórmula.

A fórmula entra como repertório sobre o dado, mas opera produzindo pequenas transformações, paráfrases. No que se refere aos dispositivos derivados do “controle de faltas dos conselheiros”, as paráfrases tocam os processos de subjetivação dos sujeitos deliberativos, posicionando-os numa espécie de escala valorativa estratificada em (i) *ausentes*; (ii) *ausentes, e não justificaram*; (iii) *ausentes, mas justificaram*; (iv) *ausentes, mas justificaram e encaminharam representantes*; e (v) *presentes*.

O funcionamento contraditório FdN-FdP mostra o político operando sobre a constituição dos sentidos da prática deliberativa textualizada nas atas por meio do dispositivo formulaico. A paráfrase, ao mesmo tempo em que sedimenta um repertório, atualiza os dizeres sobre a *falta (ausência/presença)* dos sujeitos deliberativos, deixando espaço para a irrupção do equívoco, feixe necessário para a produção de outros sentidos.

A *falta* é discursivizada de modos distintos a depender das posições-sujeito inscritas na prática deliberativa. Interrogamo-nos acerca do modo como se textualiza o esgarçamento dos sentidos sobre a falta em termos de *número excessivo, número elevado*.

A administração desses sentidos pode ser notada pela relação da falta com o controle: *sabe-se do excesso de faltas porque tem-se controle das faltas*. Esse pressuposto aponta para contradição FdN-FdP, uma vez que expõe ao olhar leitor uma superação dos limites das faltas, sem que, necessariamente, mobilize-se a função repressiva da norma. Para nós, esse equívoco abre para a possibilidade de se expor a contradição dos sujeitos que faltam, ao passo que também abriga a suspensão da repressão de uns sujeitos e de outros não. A norma e a prática coincidem em dadas condições de produção. Mostramos essa coincidência nos movimentos de distinção dos sujeitos deliberativos nas dispersões produzidas nos processos sinonímicos: $\left\{ \begin{array}{l} \text{"desligamento"} \\ \text{"excluídos"} \end{array} \right\}$ e $\left\{ \begin{array}{l} \text{"mandato"} \\ \text{"vaga"} \end{array} \right\}$. Apontamos que a tensão produzida na troca desses significantes no processo de textualização se dá por distintas associações, efeito, mais uma vez, da contradição no interior da FiD.

Sujeito e arquivo

Atentos à relação *sujeito e arquivo*, sublinhamos que as formas precedentes de textualização do político derivam de relações discursivas entre a memória constituída como arquivo; as formas textuais postas em funcionamento no objeto simbólico ata; e os processos de tomada de posição dos sujeitos deliberativos. O arranjo “controle de faltas dos conselheiros”

(Rd1) é o sintoma institucional que mobiliza as questões que estamos explorando em nosso gesto analítico, constituído no enlaçamento da relação arquivo-texto-sujeito.

Essa problemática conduz ao ponto em que os sentidos do *controle* funcionam dispersando a forma-sujeito-deliberativo, estabilizada no significante *conselheiros*, para as distintas posições-sujeito, representadas, em Rd13, como “representantes dos acadêmicos” e “categorias”. Os sentidos sobre essas posições-sujeito se dividem num processo de disputa da memória de arquivo, em que se separa os “representantes dos acadêmicos” dos “conselheiros”.

A disputa dos sentidos construídos em rede a partir de Rd13 mostra um processo de subjetivação da posição-sujeito inscrita como $\left\{ \begin{array}{c} \text{acadêmico} \\ \text{representantes dos acadêmicos} \\ \text{representante estudantil} \\ \text{discente} \end{array} \right\}$ – a qual podemos estabilizar, na FdN, como a “categoria” alunos –, em que estes são discursivizados, na tensão presente/ausente, como aqueles que *saem antes da hora* e que *só analisam assuntos que lhes interessam*.

A textualização da prática deliberativa implica a inscrição dos sujeitos deliberativos em dadas posições. No gesto de tomar posição, os sujeitos são expostos ao equívoco e à contradição dos dizeres, produzindo deslocamentos entre a FdN e a FdP.

Mostramos como esse movimento se textualiza na relação com dispositivo formulaico. Para isso, mobilizamos um exercício de descrição do recorte no qual apontamos certa organização da textualidade em segmentos de arranjos formulaicos (*Saf*), ou seja, um gesto de projeção do ritual deliberativo sobre materialidade linguística.

Nos dois recortes focalizados (Rd23 e Rd24) o ritual projeta distintas tomadas de posição de sujeitos deliberativos estabilizados na prática deliberativa, os quais discursivizamos como: *ps1* (relatora), *ps2* (membro conselheiro), *ps3* (requerente), *ps4* (colegiado de curso) e *ps5* (coordenação de curso).

As *ps* inscrevem os sujeitos deliberativos na ordem histórica do funcionamento ideológico institucional, estabelecendo os lugares desses sujeitos na prática deliberativa. Contudo, apontamos a equivocidade dessas representações no processo de textualização do político, em que se mobilizam determinados pré-construídos (*Pc*) para produzir dado efeito de sustentação das distintas tomadas de posição (*Tp*). Mostramos que esse processo discursivo desestabiliza os sujeitos deliberativos no interior da FiD, filiando-os a formações discursivas contraditórias, a depender das condições de produção. Na relação que propomos entre os recortes Rd23 e Rd24, essa contradição se manifesta na (*não*) *aprovação* de um dado

$\left\{ \begin{array}{l} \text{pedido} \\ \text{solicitação} \end{array} \right\}$ de afastamento para doutorado, em que os mesmos pré-construídos (*Pc6*, *Pc7* e *Pc8*), em função da equivocidade constitutiva da linguagem, dispersam *Tp* antagônicas: *Tp1*, que não aprova; *Tp2*, que aprova.

Repercussões da análise

Em vista desse percurso analítico, como efeito de fechamento do que viemos pontuando, faz-se necessário destacar algumas reflexões pertinentes à análise:

- 1) O dispositivo formulaico produz injunções no modo como se textualiza a reunião deliberativa, encadeando um ritual organizado de dizeres e dando a entrever a univocidade do objeto simbólico ata em seu funcionamento como registro factual de um acontecimento real. Nesse processo, sobressai certo efeito de impessoalidade e neutralidade característicos da linguagem oficializada, politizada;
- 2) Ao se constituir como um modo de tomada de posição na relação sujeito-institucionalidade, o formulaico parametriza o político, orientando a distinção dos sentidos pela via do que, quem e como (não) pode/deve circular como arquivo. Assim, o dispositivo administra, organiza e distribui os dizeres no âmbito das discursividades institucionais;
- 3) O equívoco irrompe a materialidade de modo a dispersar a memória para o que é tomado como um dado da realidade associada à prática deliberativa e aos sujeitos deliberativos. Em outras palavras, o efeito de que há certos “sentidos compartilhados” faz crer na transparência do texto, na univocidade da interpretação. Contudo, a materialidade é política. O gesto interpretativo é situado em dadas condições de produção dos discursos e produzido na relação necessária entre sujeito-língua-história. Assim, as leituras sempre escapam aos dispositivos de controle da instituição;
- 4) A falha é um dado do *real* intervindo sobre a constituição dos sentidos. Por isso, não é aleatória, mas circunstanciada à determinadas condições. Em nosso trabalho analítico, estabilizamos as possibilidades de interpretação no âmbito de uma $FiD \begin{cases} FdN \\ FdP \end{cases}$. Nesse campo discursivo, a contradição dos dizes filiados à *FdN* e/ou à *FdP* projetam o efeito do político nas

tomadas de posição dos sujeitos deliberativos. Com esse gesto, apontamos a não coincidência dos sujeitos deliberativos em suas tomadas de posição, o que implica admitir certo deslizamento dessas posições a depender das condições de produção.

5) Embora as condições de produção afetem a tomada de posição dos sujeitos deliberativos, postulado teórico que circunscrevemos em nossa análise, há uma regularidade mais consistente operando no processo de textualização do político. Referimo-nos ao processo de reprodução/transformação ideológico, cujo pressuposto histórico é a dinâmica das lutas de classes organizadas nas formas institucionais do Estado capitalista, os AIE. Chamamos a atenção para como se subjetiva determinados sujeitos deliberativos, inscrevendo-os no lugar de contradição em relação à forma-sujeito-deliberativo. Ou seja, mobiliza-se certo arquivo (memória institucional) para subjetivar dadas posições-sujeito como deslocados da norma e da prática institucional em razão de certa tomada de posição estranha. Em nossa análise, tratamos

dos $\left\{ \begin{array}{c} \text{acadêmicos} \\ \text{representantes dos acadêmicos} \\ \text{representantes estudantis} \\ \text{discentes} \end{array} \right\};$

6) O estranhamento em relação a referida posição-sujeito irrompe do político constitutivo da linguagem. Observar essa tensão no interior da formação ideológica dominante significar compreender os processos de reprodução/transformação ideológicos na textualização da prática deliberativa. Se a tensão ocorre num dado ponto de interdição (como mostramos na análise), é aí que se inscrevem os limites das possibilidades de sentidos que estão autorizados a circular. Dessa forma, compreendemos que operam na prática deliberativa outras tomadas de posição que são silenciadas ou apagadas no processo de textualização, sendo a própria formulação que expõe essa tensão um indício da falha do ritual de assujeitamento e a representação de novas formas de estabilização dos sentidos.

7) Para efeito de amarração desses pontos, consideramos ter sustentado a tese central desse trabalho, a saber: as tomadas de posição dos sujeitos inscritos no campo deliberativo institucional, dada a historicidade que afeta o funcionamento do dispositivo formulaico e o processo de textualização do político, produzem efeitos de particularização dos sujeitos deliberativos de modo a circunstanciá-los distintamente na prática deliberativa a depender das condições de produção e de como se projeta o estranhamento sobre o ritual de deliberativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso gesto de leitura é produzido no atravessamento da historicidade dos dizeres inscritos no Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores, *corpus* de arquivo que constituímos na deriva do Arquivo Administrativo da Instituição Universitária. Não se trata de encontrar “o fio da meada” e destrinchá-lo de ponta a ponta, demonstrando inequivocamente o começo e o fim da análise. Filiados à Análise de Discurso de M. Pêcheux e Orlandi, nosso trabalho está situado num lugar, numa especificidade. O que nos interessa é o batimento entre o “já-dito” e o “pode vir a ser”. Trata-se do encontro com o Outro. Nesse sentido, o gesto de leitura é também um gesto de alteridade do analista.

A montagem do *corpus* se deu especialmente como uma escuta dos dizeres outros que pulsam na materialidade significativa. É uma atividade trabalhosa na qual estamos sempre sendo confrontados com o efeito ideológico da leitura. O já sabido, o conteúdo inequívoco, o justificado estão sempre presentes. Atentar para outras possibilidades é, de fato, um exercício político de resistência.

Nessas considerações finais, cumpri-nos “unir as pontas” num movimento de fechamento desta tese. Para isso, retomemos o início de nossa investigação, em que levantamos duas questões problematizadoras: **a)** como se textualiza as tomadas de posição dos sujeitos da prática deliberativa tendo em vista a historicidade do encontro entre um dado funcionamento formulaico dos textos do arquivo de atas, em seu efeito de controle dos sentidos, e o político que irrompe a materialidade discursiva, produzindo equívoco e dispersão? **b)** como os processos discursivos pelos quais as tomadas de posição dos sujeitos no campo deliberativo institucional tensionam os sentidos da prática deliberativa põem em questão certos efeitos de unidade que se projetam sobre as formas dominantes de organização do aparelho universitário, notadamente, o CONSUNI e o CONSEPE?

Para dar decorrência a essas questões procuramos nos orientar pelos pressupostos que fundamentam a AD, pondo em relevo as noções de ideologia, sujeito, língua e arquivo, num gesto circunstanciado de interpretação das condições de produção da institucionalidade recortada como CS da UFT, e de elaboração dos dispositivos teórico-analíticos necessários ao trabalho com o AaCS.

A partir dos apontamentos teóricos de L. Althusser (1980) acerca da noção de ideologia, focalizamos os CS como instâncias deliberativas que estruturam o AIE que opera na institucionalidade da UFT. A textualização do político nessas instâncias relaciona-se com a contradição do processo ideológico de interpelação inerente à IU, sobretudo no funcionamento

de uma prática deliberativa. As atas que constituem o AaCS são representações, produto institucional, efeito das reuniões dos CS. A materialidade linguística desses objetos simbólicos constitui um espaço de significação atravessado pelo político. O efeito de regularidade do AaCS é efeito ideológico produzido da relação histórica que afeta a leitura das atas.

Consequentemente, as tomadas de posição inscritas na materialidade linguística projetam a contradição, que não é contingente nem produto empírico, mas efeito do político. Na tomada de posição, os sujeitos são filiados numa dada Formação ideológica Deliberativa responsável pelo reconhecimento de uma dada memória institucional que se pretende unívoca. Nesse processo, as posições-sujeito são estabilizadas de modo a reproduzir certas regiões de representação da memória que, por vezes, produzem tensão no interior da FiD. Referimo-nos às formações discursivas normativa (FdN) e da prática institucional (FdP) por meio das quais se opera o estranhamento e a dispersão das tomadas de posição, o que implica dizer que as posições-sujeito se movimentam pelas malhas que tecem as discursividades do campo deliberativo, efeito do político.

Nesse sentido, o AaCS se dá como uma representação material da FiD, ao passo que produz memórias sobre os sujeitos de modo a projetar certos espaços de interpretação à luz do que vem se estabilizar como dizeres possíveis. As distinções se regularizam a ponto de configurarem posições-sujeitos autorizadas para uns, mas não para outros. Invariavelmente, o sujeito deliberativo se torna fragmentado, heterogêneo. O estranhamento se inscreve no fio do discurso apontando para um arquivo dividido, ideologicamente afetado pelas contradições das lutas de classes.

Dado o processo ideológico que constitui o AaCS, orientamos nosso trabalho no sentido de mostrar os mecanismos que operam a textualização do político nas atas. Fizemos isso construindo um dispositivo teórico-analítico circunstanciado pela configuração sujeito-língua-arquivo na relação com a institucionalidade universitária: o formulaico. É nessa configuração que o dispositivo formulaico opera como um modo de atualização da memória (em seu efeito de pré-construído) sobre os arranjos de textos que regularizam os dizeres nas atas. Em vista desse funcionamento, o político irrompe na materialidade formulaica produzindo equívoco sobre o sujeito deliberativo que se dispersa sob o efeito do estranhamento.

Esses pressupostos orientam nosso percurso analítico pautado no objetivo geral de analisar a textualização do político nas tomadas de posição dos sujeitos da prática deliberativa inscrita nas atas dos Conselhos Superiores da UFT de modo a destacar o funcionamento formulaico que afeta a produção desses objetos simbólicos. Como desdobramento, apresentamos quatro objetivos específicos, os quais não são, necessariamente, sequenciais ou

concomitantes. São, antes de tudo, como pontos cardeais elaborados para nos situar no gesto analítico.

O primeiro deles destinou-se a *problematizar a materialidade institucional em seu efeito de unidade lançando um olhar sobre a estrutura que orienta o campo deliberativo no âmbito do Arquivo Administrativo da Universidade*. Pensamos ter cumprido com este objetivo ao tratar dos processos de constituição de uma memória institucional projetada a partir de certo imaginário decorrente da imbricação de distintas discursividades que atravessam diferentes materialidades linguísticas. Destacamos um gesto particular de interpretação no qual trabalhamos o atravessamento do jurídico, do político, do científico, do social e do econômico sobre a representação da instituição universitária em foco. Sustentamos que a UFT irrompe como acontecimento discursivo sobre o qual derivam sentidos em disputa, marcadamente assentados na superação de contradições associadas a uma dada anterioridade significada por uma espécie de herança da Unitins, e no alinhamento à uma certa tradição institucional que se quer universal em vista do vínculo com o poder público federal. Essas tensões produzem efeito injuntivo sobre as formas de organização do aparelho universitário, sobretudo no modo como se estrutura suas práticas deliberativas. Circunscrevemos essas práticas no funcionamento das formas CONSUNI e CONSEPE, estabilizadas como instâncias superiores de deliberação. Esses conselhos operam por meio da forma-sujeito-deliberativo, que identificamos como “conselheiro”, embora esse sujeito se disperse em outras representações. No gesto de problematização da materialidade institucional, procuramos dar ênfase às relações simbólicas que afetam as condições de produção do objeto simbólico. Assim, focalizamos, além dos “conselheiros”, as formas regimentais “Plenário” e “Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores”.

Como segundo objetivo específico propusemos, *abalizar determinados mecanismos discursivos que projetam efeito de distinção sobre a prática deliberativa, tendo em vista certa regularidade formulaica que organiza o Arquivo de Atas dos Conselhos Superiores da Universidade*. Dado o enquadramento *instituição > organização > arquivo > ata* como possível espaço de interpretação do objeto simbólico, discutimos o funcionamento formulaico que orienta a textualização do político no campo deliberativo a partir das atas. Trabalhamos o dispositivo formulaico a partir da noção de fórmula discursiva (KRIEG-PLANQUE, 2010; 2018). Com isso, elaboramos um dispositivo que se textualiza na forma de arranjos formulaicos, ou Af. Nessa tese, o formulaico constitui uma dispersão necessária entre fórmula (cristalização e polêmica) e formulário (reprodução ideológica e incompletude constitutiva). Esses

mecanismos discursivos distinguem o objeto simbólico no campo deliberativo ao passo que dividem o AAIU, produzindo espaços de significação outros como o AaCS.

Como desdobramento, procuramos distinguir o que, na materialidade, produzia equívoco. Mostramos pontos de ruptura da linearidade e do paralelismo em que a memória se inscreve como possibilidade histórica. Logo, o equívoco no formulaico faz funcionar a inscrição do real na língua, o político. Trata-se do sujeito reclamando espaço de significação por meio da disjunção entre o regime normativo e o regime da prática institucional.

Nosso terceiro objetivo específico versou sobre *interpretar o funcionamento do político irrompendo na materialidade discursiva, pondo em relevo determinadas formas de atravessamento do arquivo, como memória institucional, pela ideologia, pela língua e pelo sujeito*. Procuramos desenvolvê-lo lançando um olhar sobre a materialidade dos recortes discursivos que mobilizamos para a análise, realçando o funcionamento do *arquivo* pela *língua*, pela *ideologia* e pelo *sujeito*. Vinculado ao terceiro, o quarto objetivo específico dedicou-se a *apontar o modo como as tomadas de posição no campo deliberativo institucional põem em relação as contradições internas à ideologia dominante, produzindo efeitos sobre a subjetivação dos sujeitos deliberativos e deixando à mostra processos discursivos de reprodução/transformação das condições de produção da sociedade de classes*.

Levantamos possibilidades de estabilização acerca de determinadas posições-sujeito, quando da sua inscrição na memória de arquivo. Desse modo, expomos na materialidade os processos discursivos que fazem colar certos dizeres nuns sujeitos e noutros não. Mobilizamos na tese a questão do “esvaziamento” das reuniões. Mostramos que o problema é evidenciado com foco regularmente específico sobre as representações dos alunos. Com isso, constituem-se fios de uma memória na qual esses sujeitos são individuados na sua relação com a ausência.

A partir do formulaico, lançamos um foco sobre os efeitos injuntivos que orientam *o que, quem e como (não) pode/deve circular* como memória institucional. Tais apontamentos levantaram a possível imbricação entre duas formações discursivas (Fd), contraditórias entre si, postas em funcionamento na relação entre os sentidos da norma e da prática institucional. Ou seja, aventamos a possibilidade de dadas tomadas de posição nos textos do AaCS estarem operando no entrecruzamento das Fd que nomeamos como FdN e uma FdP. Também, lançamos um foco sobre as formas de representação dos sujeitos deliberativos, com ênfase na “categoria” dos *representantes discentes*. Mostramos que esses sujeitos são projetados como *os que discutem somente assuntos que lhes interessam e os que deixam as sessões antes do seu encerramento*. Esse processo de subjetivação dos *representantes discentes* joga com o equívoco e as tomadas de posição quando da prática deliberativa.

Em vista das formas de textualização do político, mobilizamos uma série de recortes (cf. anexos) que significam diferentes momentos em que o CONSUNI e o CONSEPE discutiram um dado objeto deliberativo, que discursivizamos como *criação do curso de graduação EaD em Biologia* (não afastando a equivocidade de nossa elaboração). Procuramos mostrar com essa análise, como os processos de tomada de posição dos sujeitos discursivizados expõem as contradições institucionais, as quais ressaltam determinadas associações com o arquivo – em seu funcionamento a partir dos dispositivos de controle de faltas – a depender dos sujeitos e dos objetos implicados na prática deliberativa.

Ao longo deste trabalho, procuramos dar sustentação à tese de que as tomadas de posição dos sujeitos inscritos no campo deliberativo institucional, dada a historicidade que afeta o funcionamento do dispositivo formulaico e o processo de textualização do político, produzem efeitos de particularização dos sujeitos deliberativos de modo a circunstancia-los distintamente na prática deliberativa a depender das condições de produção e de como se projeta o estranhamento sobre o ritual de deliberativo.

Assim, apontamos indícios da não-coincidência dos sujeitos pelo modo de subjetivação mobilizado nas sequências discursivas. Mostramos que as tomadas de posição mudam a depender das questões postas em relação no processo deliberativo. Marca-se posição com base na reprodução do dizer do outro, mas o modo como se inscreve esse dizer transfere certas representações de certo imaginário sobre os sujeitos.

Desse modo, consideramos que a rede de memória construída sob a relação equívoca entre a norma e a prática institucional orienta a leitura do arquivo para a estabilização de certas formas de produção/transformação dos sentidos. Tratamos nas análises do dispositivo formulaico, que trabalha a textualização do simbólico de modo a produzir certa estabilização do arquivo em relação às condições de produção dos sentidos, na medida em que se opera um processo ideológico de recobrimento da institucionalidade, apartando-a da história e inscrevendo-a como uma janela inequívoca por onde se pode observar o passado da IU.

O gesto de leitura que realizamos aqui é um entre tantos outros possíveis. O nosso olhar produziu “[...] um sentido é *no meio* de outros” (ORLANDI, 2012, p. 70). A contribuição central de um trabalho como o nosso é justamente lançar um olhar sobre os modos de produção dos sentidos, a fim de expor os processos ideológicos que nos colocam (a todos) num lugar de evidência do dizer. Queremos mostrar que a língua é materialidade significativa cujas relações com a história e com os sujeitos afetam as tomadas de posição. O mundo é sempre outro ao passo que há sempre outros modos de se ler e interpretar o texto em sua configuração histórica.

Ao passo do que foi exposto, também esteve no horizonte de nossa pesquisa tocar o ensino de língua sob uma perspectiva discursiva. E. Orlandi (2012) chama a atenção para a questão do ensino, em sua interface com o arquivo. Afirma a autora que “[...] o gesto de leitura é uma disciplina que se aprende em conformidade com o discurso documental, a memória de arquivo” (ORLANDI, 2012, p. 59). Ela defende que é preciso “criar condições para que ele [sujeito] trabalhe a construção de arquivos – discursos documentais de toda ordem – que abram sua compreensão para diferentes sentidos possíveis, mesmo os irrealizados” (ORLANDI, 2012, p. 71).

Podemos dizer que as discursividades sobre a técnica são constituintes de certo imaginário, ao passo que “os sujeitos técnicos”, como (re)produtores de textos técnicos, reconhecem-se como pertencentes a um corpo institucional, projetam uma determinada formação imaginária. É em função dessa especificidade que o dispositivo formulaico produz regularidades distintas no conjunto das formas simbólicas que circulam na esfera administrativa. Situação em que certo efeito da norma gramatical também se impõe como lugar de estabilização dos sentidos, instrumento de administração da língua, de depuração dos modos de dizer, uma tradição, uma língua política.

Neste ponto, a tomada de posição pelo formulaico produz os sujeitos institucionais que são administradores do arquivo. Ou seja, é a partir deles que se constroem os modos determinados de se dizer sobre a instituição. Essa é uma tomada de posição pela não-história, no sentido de que os processos discursivos já se estabilizaram a tal ponto que se torna impossível se dizer diferente. Toma-se posição pelo discurso hegemônico, legitimado. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 37), “quando se adere ao discurso legítimo, por meio do discurso que propõe o acesso necessário a ele, se desconhece a luta de classes, a luta pela validade das diferentes formas de saber e a questão da resistência cultural”. Para a autora, é preciso se reivindicar, politicamente, o acesso às formas de conhecimento legítimo, mas também criar espaço para a elaboração de outras formas próprias de conhecimento que derivem de condições sociais concretas dos sujeitos aprendizes. (ORLANDI, 2008).

Por fim, buscamos assumir nossas contradições, pois compreendemos que “cada pesquisador também tem suas crenças, suas preferências teóricas, suas verdades que (em ciências humanas principalmente), evidentemente, são questionáveis, mas que lhe servem de base que lhe asseguram um norte no seu caminho investigativo” (SANTOS, 2015, p. 77).

Salientamos o modo particular com que somos interpelados a tomar posição teoricamente pela AD, especialmente pela implicação política dessa filiação. Há um lugar

periférico para determinados sujeitos institucionais (enquanto classe) oriundo do modo como são reproduzidas as relações de produção no interior dos aparelhos de Estado.

Enquanto servidor público exercendo nossas funções nos limites da institucionalidade, não raras vezes, somos atravessados pela disputa ideológica oriunda das lutas de classes que são travadas (também) diariamente e, sobretudo, nos espaços deliberativos da universidade. Como afirma Orlandi (2008, p. 17), “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações”. É preciso sempre estar disposto a reclamar um lugar, uma memória, uma voz, uma posição, mesmo que nos entremeios, mesmo que nos silenciamentos.

Esperamos que este nosso gesto possa contribuir para o trabalho de desnaturalização acerca da prática dos sujeitos institucionais, considerando que nosso enfoque afeta em específico os sujeitos identificados com a produção de arquivo, notadamente, no campo deliberativo. Somos “vítimas das encruzilhadas que o uso da palavra impõe” (SANTOS, 2010).

Enfim, há sempre algo que poderíamos ter dito, mas não dissemos; que não está lá, mas que, em algum momento, precisa irromper do campo das pressuposições para o lugar do dizer. Nesse sentido, é preciso sempre buscar meios para tornar complexas as relações de classes a nível institucional, considerando a máxima de que *a palavra está sempre em curso*.

REFERÊNCIAS

AIUB, G. F. arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. **Leitura**, Maceió, n. 50, p. 61-82, jul./dez. 2012.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

AMARAL, M. V. B. A dialética do arquivo: “pensar para trás”, entender o presente e mudar o futuro. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 11-22, 2014.

BARBOSA FILHO, F. R. A alfabetização como política do(s) sentido(s). **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, 2013.

BARBOSA FILHO, F. R. A resistência do arquivo. *In: O político na Análise do Discurso: Contradição, silenciamento e resistência*, 2017, Recife. **Anais eletrônicos do VIII SEAD**, Recife, 2017.

BARBOSA FILHO, F. R. **Língua, arquivo, acontecimento**: trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista. Tese de doutorado. Campinas, SP: IEL/Unicamp, 2016.

BARONAS, R. L.; GIBIN, F. C. Das condições de emergência da fórmula reforma ortográfica na mídia. *In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). Fórmulas discursivas*. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

BENITES, S. A. L. Fórmulas de ensinar e aprender. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v.18, n.23, p.31-42, jan./jun., 2011.

BOCHI, H. Considerações sobre o funcionamento da fórmula discursiva “cultura de paz” no mercado editorial brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n.3, p. 1075-1086, set./dez. 2015.

BRASIL. **Manual de redação da Presidência da República**. 3 ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

DIAS, L. F. Memória, enunciação e lugares sintáticos. *In: Linguagens: metodologias de ensino e pesquisa*. LEFFA, V. J.; ERNST, A. (Org.). Pelotas, RS: EDUCAT, 2012. p. 27-42.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ESQUINSANI, R. S. S. As atas de reunião enquanto fonte para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS. v. 11, n. 2, p. 103-110, mai./ago., 2007.

FEDATTO, C. P. Inconsciente e ideologia nas formulações linguísticas do conflito: a propósito da denegação. *In: Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de*

Michel Pêcheux). INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

FONSECA, A.J.S.; SANTOS, J. S. Unidade e dispersão: os efeitos da polifonia na constituição das posições-sujeito no gênero Ata. **Revista do SELL**, Uberaba, MG, v. 8, n. 2, p. 242-260, 2019.

FONSECA, F. C. M; CAMPOS, M. M. A fórmula discursiva do golpe. **RevLet**, Jataí, GO, v. 9, n. 1, jan./jul., 2017.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GALLO, S. L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva?. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 01, n. 02, p. 61-70, 2001.

GALLO, S. M. L. A internet como acontecimento. *In: Memória e história na/da análise do discurso*. INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. *In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (Org.). Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2016.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo, SP: HUCITEC. 1992.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação Superior Brasileira: 1991-2004 - Tocantins**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KRIEG-PLANQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2018.

KRIEG-PLANTE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IEL/Unicamp, 1998.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. A sala de aula e o alhures: circulando pela linguagem entre práticas e teorias. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 67-71, dez., 2003.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise de discurso na França. *In: ORLANDI, E. P. (Org.). Gestos de leitura: da história no discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MARIANI, B. S. C. Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 24, n. 1 [31], p. 5-8, jan./jun. 2016.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MAZIÈRE, F. Análise do discurso, o político e a língua. In: **Memória e história na/da análise do discurso**. INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MEDEIROS, V. G. Do juridismo nos discursos direto e indireto. **Letras & Letras**, Uberlândia v. 22, n. 1, p. 31-49, jan./jun., 2006.

MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. **Manual da secretária**. 12 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MELO, R. **Atas**: registro de lutas discursivas da Escola Peixoto Gomide de Itapetininga. Tese de doutorado. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MILNER, J.C. **O amor da língua**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MITTMANN, S. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./jun., 2010.

MITTMANN, S. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPARGAR, N. R. **Discursos midiáticos**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João, 2008. p.113-130.

MITTMANN, S. Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, 2014.

MITTMANN, S. o arquivo como gatilho de movimentos de interpretação em torno do palavra “luta”. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). Análise de discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. p. 351-363.

NASCIMENTO, E. P. (Org). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012a.

NASCIMENTO, E. P. A polifonia de locutores no gênero ata: estratégia semântico-argumentativa. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, 2012b.

NASCIMENTO, E. P. A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. 342-351, jul./set. 2015.

NASCIMENTO, E. P. OLIVEIRA, P. R. S. As estratégias polifônicas no gênero ata com locutores identificados como secretários. 2º ENASEC, 2011, Passo Fundo. **Anais eletrônicos**, Passo Fundo, 2011.

NECKEL, N; SÜSSENBACH, C. Um percurso pela noção de dispositivo. **Interfaces**, v. 10, n. 1, 2019.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n.1, 2008.

OLIVEIRA, H. Considerações sobre o caráter polêmico da fórmula "educação a distância". **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 42 , n.3, p. 1050-1060, set./dez., 2013.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Instituição, relatos e lendas**: narratividade e individuação dos sujeitos. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**, Campinas, SP, v. 12, n. 16, nov., 2010.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso, alteridade, narratividade. *In*: ORLANDI, E. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017b.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017a.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-81, jul./dez., 1998.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias. **Série Estudos 10**. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, Eni. O lugar das sistematicidades linguísticas em Análise de Discurso. **DELTA**, v. 10, n. 2, 1994.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. 1 ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

PAES, M. L. **arquivo**: teoria e prática. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões e deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. **Caderno de Estudos linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez., 1990.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi e Grecielly Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019 [1969].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 2014c, 59-158.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a [1983].

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, M. Para ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b [1975].

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p. 159-250.

PEDROSO, E. T.; TEIXEIRA, E. R.; GASPAR, L. R. S. **Elaboração, análise e racionalização de formulários**. São Paulo: Atlas, 1983.

PEREIRA, Z. Concretização da Universidade Federal do Tocantins. In: PEREIRA, Z. (Org.). **Ensaio contemporâneos sobre o estado do Tocantins**. Goiania, GO: Ed. da UCG, 2009. p. 77-79

PEREIRA, Z. Federalização da Unitins. In: PEREIRA, Z. (Org.). **Ensaio contemporâneos sobre o estado do Tocantins**. Goiania, GO: Ed. da UCG, 2009. p. 95-96

POSSENTI, S. Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Fórmulas discursivas**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2011. p. 59-67

RODRIGUES, J. C. **Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, SP: FCT/UNESP, 2008.

RODRIGUES, W. A UFT e o desenvolvimento do Tocantins. *In*: PEREIRA, Z.; RODRIGUES, W.; MIRANDA, M.; ROCHA, D. **O Tocantins e a UFT em foco**. Goiania, GO: Ed. da PUC Goiás, 2012. p. 80-81

RODRIGUES, W. Quadro político das eleições na UFT. *In*: PEREIRA, Z.; RODRIGUES, W.; MIRANDA, M.; ROCHA, D. **O Tocantins e a UFT em foco**. Goiania, GO: Ed. da PUC Goiás, 2012. p. 82-83

RODRIGUES, W. Universidade e desenvolvimento econômico. *In*: PEREIRA, Z. (Org). **Ensaios contemporâneos sobre o estado do Tocantins**. Goiania, GO: Ed. da UCG, 2009. p. 153-154

ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. C. S.; PATTI, A. R. arquivo em cena: “im-pressões” de leitura sobre o tema. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 123-134, jan./jun., 2010.

SAES, D. A. M. O lugar dos conceitos de “estrutura e “instituição” na pesquisa em educação. **Cadernos Ceru**, v. 23, n. 1, 2012.

SANTOS, J. S. **Discurso sobre e de professores de língua materna no estado do Tocantins: modos de posicionamento do e em relação ao discurso oficial**. Tese de doutorado. Campinas, SP: IEL/Unicamp, 2010.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. *In*: **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. OLIVEIRA, L. A. (Org.) 4 ed., São Paulo: Parábola Editorial. 2013.

SILVA, A. C. **As contribuições da sociologia de Bourdieu para o estudo da cultura organizacional da Universidade Federal do Tocantins – campus de Araguaína**. Dissertação de mestrado. Araguaína, TO: Universidade Federal do Tocantins, 2018.

SOBRINHO, H. F. S. Sujeito do discurso, ideologia e luta de classes: um espectro ronda a AD e não cessa de produzir efeitos. *In*: **Memória e história na/da análise do discurso**. INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

SOUSA, J. G.; SANTOS, J. S.; PINHO, M. J. História e memória no contexto de federalização Unitins/UFT: a luta por uma instituição pública e gratuita no norte do Tocantins. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, MT, v. 3, n. 1, 2016.

SOUSA, J. H. M.; PINHO, E. F. M.; LEITE, J. D. O jogo entre o simbólico e o político: quando a prática discursiva (re)significa os espaços comuns de uma universidade. **RDS**, Montes Claros, v. 25, n. 1, p. 89-112, Jan./jun., 2019.

SOUZA, R. A. **Da Unitins à UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do estado do Tocantins no limiar do século XXI**. Dissertação de mestrado. Uberlândia, MG: UFU, 2007.

SOUZA, R. A.; PEREIRA, Z. UFT e seus primeiros quatro anos. *In: PEREIRA, Z (Org.). Ensaio contemporâneos sobre o estado do Tocantins*. Goiânia, GO: ed. da UCG, 2009. p. 105-106

SOUZA, R. A.; SILVA, M. S. P. Modelos e práticas de gestão na educação superior: uma análise do processo de implantação da UFT. *RBPAE*, v. 23, n. 3, p. 497-512, set./dez. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Guia de redação e formatação de comunicações oficiais**. Palmas, TO: UFT, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto pedagógico. Licenciatura em Biologia a distância. Consórcio setorial**. Ago. 2005. Disponível em <http://download.uft.edu.br/?d=3621ae30-4e1c-4789-bdcf-ed98aa8de287:projeto_pedagogico_do_curso_de_licenciatura_922.pdf>. Acesso em 05 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Regimento Interno do Conselho Universitário - Consuni**. (Resolução nº 03/2004 – Consuni). Palmas, TO: UFT, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Programa de incentivo à qualificação dos servidores técnico-administrativos – “Quali+ técnico-administrativos” da Universidade Federal do Tocantins**. (Anexo da Resolução nº 03/2017 – Consuni), Palmas, TO: UFT, 2017.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, Memória: às margens da lei. *Leitura*, Maceió, n. 30, p. 175-205, 2002.

ANEXO

Quadro de recortes	
Recortes discursivos	Atas recortadas
Rd1	53ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a novembro de 2009.
Rd2	31ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a março de 2007.
Rd3	24ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a junho de 2006.
Rd4	42ª Reunião Extraordinária do CONSUNI, referente a maio de 2017.
Rd5	72ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a maio de 2012.
Rd6	84ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a novembro de 2013.
Rd7	87ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a março de 2014.
Rd8	51ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2009.
Rd9	68ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2009.
Rd10	74ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2011.
Rd11	64ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a fevereiro de 2011.
Rd12	55ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a fevereiro de 2010.
Rd13	55ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a fevereiro de 2010.
Rd14	31ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2007.
Rd15	56ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a março de 2010.
Rd16	10ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a abril de 2005.
Rd17	67ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a maio de 2011.
Rd18	66ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a abril de 2011.
Rd19	3ª Reunião Extraordinária do CONSEPE, referente a dezembro de 2004.
Rd20	80ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a dezembro de 2013.
Rd21	14ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2005.
Rd22	13ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a agosto de 2005.
Rd23	22ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a setembro de 2006.
Rd24	39ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a junho de 2008.
Rd25	Ata de instalação do CONSUNI, referente a abril de 2004.
Rd26	05ª Reunião Extraordinária do CONSEPE, referente a agosto de 2005.
Rd27	16ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a agosto de 2005.
Rd28	17ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a setembro de 2005.
Rd29	07ª Reunião Extraordinária do CONSUNI, referente a outubro de 2005.
Rd30	15ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a outubro de 2005.
Rd31	16ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a dezembro de 2005.
Rd32	46ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a outubro de 2008.
Rd33	37ª Reunião Ordinária do CONSUNI, referente a outubro de 2007.
Rd34	91ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a abril de 2016.
Rd35	92ª Reunião Ordinária do CONSEPE, referente a agosto de 2016.